

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

O Negro no Mundo dos Ricos:

Um estudo sobre a disparidade racial de riqueza no Brasil com os dados do Censo Demográfico de 2010.

Autor: Emerson Ferreira Rocha

Brasília, 2015.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

O Negro no Mundo dos Ricos:

Um estudo sobre a disparidade racial de riqueza no Brasil com os dados do Censo Demográfico de 2010.

Autor: Emerson Ferreira Rocha

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor.

Brasília, Abril de 2015.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

O Negro no Mundo dos Ricos:

Um estudo sobre a disparidade racial de riqueza no Brasil com os dados do Censo Demográfico de 2010.

Autor: Emerson Ferreira Rocha

Orientador: Marcelo Medeiros

Banca: Prof. Doutor José Alcides Figueiredo Santos (UFJF)

Prof. Doutora Ana Cristina Murta Collares (UnB)

Prof. Doutor Santiago Falluh Varela (Conselho Nacional de Justiça)

Prof. Doutor Luís Antônio Sarmiento Cavalcanti de Gusmão (UnB)

Prof. Leonardo Alves Rangel (IPEA)

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho de pesquisa foi apoiado pelo CNPq e pela CAPES.

Agradeço ao orientador Marcelo Medeiros pelo suporte acadêmico e pelo incentivo, ambos decisivos durante esse doutorado.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia que, através de aulas, seminários e conversas, trouxeram inúmeros insumos que, direta ou indiretamente, contribuíram decisivamente para esse trabalho.

Agradeço ao professor Baer Werner, por ter me recebido na University of Illinois at Urbana-Champaign e contribuído para o bom aproveitamento do estágio no exterior.

Agradeço aos membros da banca por terem aceitado participar dessa fase decisiva do curso de Doutorado.

Agradeço aos colegas de curso, muito especialmente Lauro Stocco II e Rubens Lacerda, que contribuíram, através de discussões e de apoio, para a qualidade desse trabalho.

RESUMO

Essa tese traz um estudo inédito sobre a desigualdade racial na composição do grupo dos ricos no Brasil. Em consonância com a produção nacional e internacional sobre o tema da riqueza, a definição desse grupo é feita com base na distribuição dos rendimentos, dada a inoperância de outros indicadores disponíveis, como títulos ocupacionais, para operar essa delimitação. Procedese primeiramente com a análise da desigualdade racial ao longo da distribuição de renda, revelando-se que o comportamento dos fatores que explicam essa desigualdade não é constante ao longo dessa distribuição. As desvantagens diretamente associadas à condição racial assumem patamares críticos nas posições mais elevadas. Esses resultados são consistentes com pesquisas anteriores e têm significado teórico, pois apontam para a existência de um princípio de articulação entre classe e raça. Tendo esses resultados como pano de fundo, prossegue-se com a análise da disparidade racial de riqueza, distinguindo-se o papel de três fontes de desigualdade: (a) os atributos individuais produtivos, sobretudo a educação, inclusa a distribuição diferencial de negros e de brancos ao longo das diferentes áreas de formação superior; (b) a discriminação racial, ou, de maneira geral, as desvantagens diretamente associadas à condição racial das pessoas; e (c) fatores de mediação não observados pelo censo demográfico. Os resultados mostram que o componente de discriminação é muito relevante, não sendo a equiparação educacional entre negros e brancos suficiente para reduzir a disparidade de riqueza em muito mais do que 15%. Observa-se também uma acentuada disparidade racial na associação entre riqueza e poder, compreendida como a probabilidade de se ocupar simultaneamente a posição de rico e a posição de elite, definida essa última com base no exercício de controle sobre instituições. Todos os padrões de disparidade observados são críticos em se tratando das mulheres negras. Finalmente, essa tese também mostra que a correção da disparidade racial de riqueza não necessariamente se relaciona à redução dos níveis globais de desigualdade de renda na população brasileira. Desigualdade racial de renda e desigualdade de renda em geral são problemas relacionados, porém distintos.

Abstract

This thesis brings an original study on the racial inequality in the composition of the top-incomes in Brazil. An analysis is made of the racial inequality all across the income distribution. This analysis shows that the factors explaining income inequalities between blacks and whites behave differently across the income distribution. These differences in behavior have a clear pattern: the higher the levels of income, the higher the levels of inequality attributable to discrimination. These results are theoretically significant, for they suggest that a specific kind of interaction between racial inequality and class positions. Taking such results as a background, we investigate how blacks and whites are unevenly present in the top-incomes, taking into account three alternative explanations: (a) individual characteristics such as educational levels and credentials, (b) discrimination processes and (c) unobserved factors. The discrimination processes seem to have a critical impact. Even the absence of educational inequalities between blacks and whites would not enhance the racial parity in the top-incomes for much more than 15%. A racial inequality in the association between richness and power is also observed. Blacks have in general lower probabilities of being rich and, simultaneously, at the control of institutions such as firms, state departments and civil organizations. All of those inequality patterns are even more critical as one consider the group of the black women. Finally, this thesis also show that the lowering of the racial inequality in the top income composition does not implies in any reduction in the levels of income inequality for the total population.

Resumé

Cette thèse apporte une nouvelle étude sur les inégalités raciales dans la composition du groupe des riches au Brésil. On voit d'abord l'analyse de l'inégalité raciale présente dans la distribution des revenus. Il s'avère que le comportement des facteurs responsables de cette inégalité n'est pas constant au cours de cette distribution. Les désavantages directement liés à la condition raciale atteignent des niveaux critiques dans les plus hautes positions. Ces résultats sont cohérents avec des recherches antérieures et ont de signification théorique, car ils indiquent l'existence d'un principe d'articulation entre classe et race. En ayant ces résultats au fond, nous procédons à l'analyse de la disparité raciale de la richesse. On distingue le rôle de trois sources de cette disparité: (a) les caractéristiques productives individuelles, en particulier l'éducation; (b) la discrimination raciale, ou, en général, les désavantages liés directement à la condition d'être noir; et (c) les facteurs non observés par le recensement. Les résultats montrent que le composant de discrimination est très important. La péréquation éducationnelle entre noirs et blancs ne serait pas suffisant pour réduire l'écart de richesse dans plus de 15%. On observe également une disparité raciale dans l'association entre la richesse et le pouvoir, compris comme la probabilité d'occuper simultanément la position de riche et d'élite. La position d'élite dans ce cas est définie par l'exercice du contrôle des institutions. Toutes les normes de disparités observées sont critiques dans le cas des femmes noires. Enfin, cette thèse montre également que la correction de la disparité raciale de richesse n'équivaut pas nécessairement à une réduction de l'inégalité de revenus dans la population brésilienne. L'inégalité raciale de revenus et l'inégalité de revenus en général sont des problèmes liés mais distincts.

Sumário

Índice de Tabelas	5
Índice de Gráficos	6
Introdução.....	7
1 Decisões teóricas e operacionais preliminares.....	13
1.1 Operacionalização da renda e seleção da população para estudo.....	13
1.2 A agregação do grupo dos Negros	20
2 A acomodação das Relações Raciais em Posições de Classe	26
2.1 O princípio de articulação entre raça e classe	27
2.2 Renda e classe social.....	46
2.3 Os métodos utilizados.....	50
2.4 Desigualdade racial ao longo da distribuição de renda	54
2.5 Conclusão.....	60
3 Condição racial e riqueza	63
3.1 Os métodos utilizados.....	63
3.2 Negros e Brancos na distribuição de renda	65
3.3 A desigualdade racial de renda no grupo dos ricos	78
3.4 Conclusão.....	80
4 Educação, raça e riqueza.....	82
4.1 Os métodos utilizados.....	88
4.2 A mediação educacional da disparidade racial de riqueza	92
4.3 Condições para a conversão da educação em oportunidades de riqueza	97
4.4 A mediação educacional da disparidade de riqueza para a mulher negra	105
4.5 Conversão da educação em oportunidades de riqueza para a mulher negra	118
4.6 Formação específica e acomodação das relações raciais em posições de classe.....	123
4.7 Conclusão.....	127
5 Raça, riqueza e poder.....	130
5.1 Os estudos sobre negros nas elites.....	131
5.2 Condição de elite e riqueza.....	146
5.3 Os segmentos de elite considerados	148
5.4 Disparidades raciais na associação entre riqueza e poder	152
5.5 Associação entre riqueza e poder para as mulheres negras	160

5.6 Conclusão	167
Considerações finais	169
Referências bibliográficas	180

Índice de Tabelas

Tabela 2.1: Regressão linear: desigualdade racial pelo tamanho dos municípios. Brasil, 2010.....	56
Tabela 3.1: Coeficiente de Gini para Negros, Brancos e População Total. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	67
Tabela 3.2: Índices de Theil para negros e brancos. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	71
Tabela 3.3: Decomposição do Índice de Theil. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	73
Tabela 3.4: Primeira simulação com o Índice de Theil. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	74
Tabela 3.5: Segunda simulação com o Índice de Theil. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	75
Tabela 3.6: Terceira simulação com o Índice de Theil. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	77
Tabela 3.7: Contribuição dos Grupos Raciais para a Medida FGT Invertida de Medeiros. Brasil, 2010.....	79
Tabela 4.1: Razão de chances de riqueza com três níveis de controle para a educação. Brasil, sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	94
Tabela 4.2: Decomposição das probabilidades de riqueza. Brasil, sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	99
Tabela 4.3: Simulação JMP para a participação no grupo dos ricos entre negros e brancos. Brasil, sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	102
Tabela 4.4: Simulações JMP para a participação no grupo dos ricos por raça e sexo. Brasil, sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	120

Índice de Gráficos

Gráfico 1.1: Proporção dos grupos raciais ao longo da distribuição de renda. Brasil, 2010.	22
Gráfico 1.2: Razão de chances dos grupos raciais ao longo da distribuição de renda. Brasil, 2010.....	24
Gráfico 2.1: Diagrama de dispersão: desigualdade racial por nível de industrialização. Brasil, 2010.....	55
Gráfico 2.2: Decomposição da desigualdade ao longo da distribuição de renda. Brasil, sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	57
Gráfico 2.3: Regressão quantílica para a desigualdade racial de renda. Brasil, sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	58
Gráfico 3.1: Curvas de Lorenz para Negros e Brancos. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	66
Gráfico 3.2: Curvas de Lorenz Generalizadas pelo total de rendimentos. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	69
Gráfico 3.3: Decomposição da curva de Lorenz por grupos raciais. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	70
Gráfico 4.1: Razão entre rendas médias e razão de chances de riqueza para homens e mulheres. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	106
Gráfico 4.2: Razão entre rendas médias e razão de chances de riqueza para categorias de raça e gênero. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	108
Gráfico 4.3: Dispersão por áreas de formação das mulheres brancas	111
Gráfico 4.4: Dispersão por áreas de formação dos homens brancos	111
Gráfico 4.5: Dispersão por áreas de formação das mulheres negras	112
Gráfico 4.6: Dispersão por áreas de formação dos homens negros.....	112
Gráfico 4.7: Razão de probabilidades de riqueza para homens e para mulheres com três níveis de controle por educação. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	114
Gráfico 4.8: Decomposição Oaxaca-Blinder das probabilidades de riqueza para categorias de raça e gênero. Brasil, sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.	117
Gráfico 4.9: Diagrama de dispersão: disparidade racial de riqueza condiciona às áreas de formação pela probabilidade de riqueza condicional à respectiva área	125
Gráfico 5.1: Associação entre riqueza e poder para os negros por segmento de elite. Brasil, 2010.	153
Gráfico 5.2: Controle da associação entre riqueza e poder por áreas de formação. Brasil, 2010	158
Gráfico 5.3: Associação entre riqueza e poder por raça e sexo: segmento estatal. Brasil, 2010.	161
Gráfico 5.4: Associação entre riqueza e poder por raça e sexo: segmento executivo. Brasil, 2010.	162
Gráfico 5.5: Associação entre riqueza e poder por raça e sexo: grandes empregadores. Brasil, 2010....	163
Gráfico 5.6: Associação entre riqueza e poder por raça e sexo: pequenos empregadores. Brasil, 2010.	164
Gráfico 5.7: Associação entre riqueza e poder por raça e sexo: segmento burocrático. Brasil, 2010.	165
Gráfico 5.8: Associação entre riqueza e poder por raça e sexo: sociedade civil. Brasil, 2010.	166

Introdução

A desigualdade racial de renda no Brasil é um tema bastante abordado e os fatores que a explicam, pelo menos dentre aqueles sobre os quais se tem informação através de pesquisas nacionais, são conhecidos, embora haja ainda alguma margem para divergências não quanto à existência, mas quanto ao peso exercido pela discriminação direta, por oposição a fatores de mediação como a desigualdade educacional entre negros e brancos e a segmentação geográfica. Contudo, pouco se conhece sobre os mecanismos que geram a disparidade racial na composição dos grupos mais ricos. À primeira vista, pode-se pensar que essa questão não traz grandes desafios. Sendo a composição do grupo dos ricos um aspecto da distribuição dos rendimentos, uma vez que se tem conhecimento sobre a desigualdade racial de renda em geral, tudo o que se sabe poderia ser aplicado diretamente à explicação da disparidade racial de riqueza. Isso, contudo, não é verdade. A relação entre fatores explicativos e a desigualdade de renda, em geral aferida em torno da média, não é necessariamente a mesma quando se consideram as rendas mais elevadas. Os mecanismos subjacentes que explicam as probabilidades de riqueza não são necessariamente os mesmos que explicam as diferenças de rendimento em outras regiões da distribuição. E ainda que sejam os mesmos, seu comportamento pode diferir consideravelmente.

Essa tese parte da ideia, já amparada por resultados de alguns estudos, de que uma boa compreensão da desigualdade racial de renda exige o estudo de como essa desigualdade se comporta ao longo da distribuição. Já é amplamente documentado que existe uma diferença de renda entre negros e brancos que persiste mesmo quando controlados diversos fatores que poderiam explicar essa desigualdade, como diferenças de origem social. Mesmo que a ideia de que outros fatores, não observados nos estudos, possam responder ainda por parte da associação observada entre as diferenças de rendimento e a cor das pessoas, há amplo suporte à hipótese de que processos de discriminação no mercado de trabalho afetam negativamente a renda de pessoas negras. Embora essas evidências sejam de suma importância, sobretudo contra a tese, ainda chamativa no debate público, da democracia racial, a pesquisa mais recente aponta para a necessidade de se avançar na investigação do comportamento da desigualdade racial ao longo de diferentes posições na hierarquia socioeconômica, muito especialmente aquelas mais elevadas. Isso coloca na agenda o estudo da desigualdade racial na composição do grupo dos ricos.

A pesquisa quantitativa sistemática sobre a desigualdade socioeconômica entre negros e brancos no Brasil inicia-se já na década de 1950 com o trabalho de Costa Pinto (1952), mas é a partir do final da década de 1970 que aplicações baseadas em técnicas mais sofisticadas consolidam uma tradição de estudos de caráter rigorosamente analítico. Mais especificamente, as pesquisas sobre desigualdade racial de renda têm se dedicado especialmente à mensuração da desvantagem de renda diretamente associada à condição racial das pessoas. Técnicas de regressão e, especialmente, exercícios de decomposição com seus resultados têm sido utilizados para atestar que parte considerável dos diferenciais de renda média entre negros e brancos pode ser atribuída a práticas de discriminação racial (Matos & Machado, 2006; Néri & Nascimento Silva, 2006; Campante et al., 2004). Um número mais restrito de estudos tem dado atenção ao comportamento da desigualdade racial ao longo da distribuição de rendimentos, indo além da análise da disparidade racial entre as rendas médias dos grupos raciais. Nesse caso, estudos de caráter mais descritivo mostram a reduzida presença de negros nos estratos de renda mais elevada e a consequente diferença de forma entre as distribuições de renda no interior de cada grupo racial (Heringer, 2002). Já estudos de caráter mais analítico têm mostrado que as desvantagens diretamente associadas à condição racial são maiores nas posições mais elevadas da distribuição de renda (Soares, 2000; Biderman & Guimarães, 2004), o que também é corroborado por estudos sobre mobilidade social entre gerações (Ribeiro, 2006; Ferreira, 2001, Hasenbalg & Silva, 1998) e por estudos sobre a mediação da desigualdade educacional por posições de classe (Santos, 2005).

Esse comportamento da desigualdade racial ao longo da distribuição de renda não tem recebido, contudo, suficiente atenção do ponto de vista de suas implicações para a discussão teórica sobre relações raciais no Brasil. O primeiro argumento lançado nessa tese é o de que a intensificação da desigualdade racial em estratos de renda mais elevada é a manifestação de um princípio subjacente que articula condição racial e posição de classe. Esse princípio será chamado de acomodação das relações raciais em posições de classe e consiste num esquema de organização social implícito que estabelece uma contradição entre a condição de negro e as posições de elevado status socioeconômico. Em outras palavras, as práticas de discriminação seriam regidas por um princípio que resiste à presença de negros em posições de status mais elevado, donde decorrem maiores níveis de desigualdade atribuíveis a práticas de discriminação quando estão em questão posições mais altas na hierarquia social. De modo bem simples, quanto maior o nível socioeconômico, maiores as implicações socioeconômicas da discriminação contra

os negros, já que a presença deles nessas posições contraria o princípio que articula duas dimensões na formação de status: a classe e a condição racial.

É possível mostrar que a tese de que existe esse princípio de acomodação está presente na tradição de ensaios teóricos sobre relações raciais no Brasil, ainda que envolva por divergências que emergem diante das primeiras interpretações propostas ao tema, num contexto de comparação com os Estados Unidos. Além disso, pode-se também articular essa tese enquanto um desdobramento da abordagem mais bem consolidada pela pesquisa quantitativa sobre relações raciais: a abordagem dos efeitos parciais da discriminação racial. A tese que orienta a abordagem dos efeitos parciais é em grande medida uma resposta a teses anteriores e concorrentes que tendem a negar a relevância da discriminação racial como determinante das chances de vida no Brasil. Seu principal enunciado é o de que a discriminação racial possui um impacto direto sobre essas chances, que é independente, embora provavelmente menor, que o da origem social, quer indicada essa última por atributos da família de origem, quer indiretamente através de atributos individuais a eles correlacionados como o nível educacional das pessoas, por exemplo. A tese da acomodação, por sua vez, enuncia ainda que existe uma interação entre raça e classe que faz com que os impactos, os efeitos parciais da condição racial, variem ao longo da hierarquia socioeconômica, sendo a direção dessa variação determinada: quanto mais elevada a posição, maior a desvantagem diretamente associada à cor. Não se trata, portanto, de uma tese sobre independência entre raça e classe, mas muito mais de uma tese sobre efeitos condicionais. A de que os efeitos associados à raça variam de acordo com a posição de classe. Enquanto a tese dos efeitos parciais pode ser testada através do estudo da desigualdade em torno da renda média, a tese da acomodação exige um estudo do comportamento dessa desigualdade ao longo de toda a distribuição de renda.

Embora a tese da acomodação já conte com suporte de alguns trabalhos empíricos, é importante ressaltar novamente que uma de suas implicações mais importantes não foi ainda explorada: a relevância especial da disparidade racial de riqueza. Sem embargo, se por um lado o comportamento da desigualdade racial ao longo da distribuição de renda aponta diretamente para o caráter crítico dessa desigualdade nas posições de renda mais elevada, por outro lado não há estudos dedicados aos determinantes da disparidade racial na composição dos grupos mais ricos. Em estudo pioneiro sobre os determinantes da riqueza no Brasil, Medeiros (2005) mobiliza a abordagem dos efeitos parciais e aponta para uma relação negativa entre a condição de negro e a posição de rico, mas seu estudo não se dedica a uma análise das fontes da disparidade racial de

riqueza propriamente dita. Em estudos sobre discriminação, é comum entender-se a desigualdade racial como advinda de três fontes: (a) os atributos individuais produtivos, sobretudo a educação; (b) a discriminação; e (c) fatores não observados. Embora alguns estudos procurem também tematizar a mediação da desigualdade racial pela segmentação ao longo de posições no arranjo produtivo, o esquema supracitado é o mais recorrente. O fato é que não há estudos no Brasil que procurem identificar o comportamento dessas três fontes de desigualdade no que se refere à disparidade racial de riqueza. Preencher essa lacuna é o principal objetivo dessa tese.

O tema da riqueza também está diretamente relacionado ao tema das elites. Embora, em sentido amplo, a condição de rico possa ser considerada uma posição de elite, é mais condizente com a teoria clássica sobre o tema definir elites por relação ao exercício de controle sobre instituições. É possível operacionalizar tal definição a partir dos dados sobre ocupação disponíveis no Censo Demográfico, embora relaxando-se em alguma medida as restrições conceituais em termos do nível de poder em questão. Esse relaxamento, antes de ser um problema, é uma solução em se tratando do estudo sobre a presença de negros nas elites. Dado o pequeno acesso desse grupo racial a altos círculos de elite, uma definição mais abrangente acaba se impondo à análise.

Como será visto, a literatura sobre negros nas elites tende em geral a considerar como elites grupos relativamente menos empoderados como a pequena burguesia e os burocratas de médio escalão, já que apenas nesses grupos com menores níveis de poder pessoas negras contam com presença mais expressiva. Tendo de um lado um grupo de ricos definido com base na distribuição de renda e de outro lado um conjunto de segmentos de elite, definidos com base no exercício de controle sobre instituições, esse trabalho investiga a relação entre riqueza e poder, que se refere basicamente ao pertencimento simultâneo ao grupo dos ricos e a algum segmento de elite. Espera-se que, para os negros, a associação entre riqueza e poder seja em geral mais fraca que para os brancos e também que varie ao longo dos diferentes segmentos de elite, sendo especialmente fraca na esfera econômica e relativamente mais forte em se tratando de posições no Estado, como sugere a pequena produção sobre o tema no Brasil e também a produção mais expressiva nos EUA. O presente trabalho se organiza da seguinte maneira.

O primeiro capítulo se concentra em questões de caráter operacional, assim como em suas implicações teóricas. Apresentam-se os dados a serem utilizados, justificando-se as opções para a seleção da população em estudo. São expostas também algumas opções na utilização e na apresentação dos resultados de técnicas estatísticas ao longo da tese. Destaque-se já agora que,

seguindo as mais recentes orientações de boas práticas (Hoetker, 2007; Treiman, 2010), optou-se, sobretudo para as regressões não lineares, pela exposição intuitiva dos resultados através de gráficos ou tabelas sintéticas. Esse tipo de exposição é muito mais informativo que a simples apresentação de tabelas de coeficientes que, no caso de regressões logísticas, por exemplo, não podem ser interpretados diretamente, sequer sob a forma de razão de chances em algumas circunstâncias. Discute-se também a opção por agregar os grupos das pessoas declaradas “pretas” ou “pardas” num único grupo, chamado de negros, conforme o que se tornou praxe hoje em dia. Essa classificação racial é submetida a uma breve validação de constructo com base em sua capacidade de descrever a representatividade racial ao longo da distribuição dos rendimentos.

O segundo capítulo traz uma discussão com a tradição teórica sobre relações raciais no Brasil. São abordadas aquelas que podem ser consideradas as principais polêmicas nesse campo de estudos. O objetivo não é o de traçar uma história do pensamento social a respeito do tema, mas sim o de apontar alguns aspectos críticos da pesquisa que têm implicações diretas para o presente trabalho. Procura-se explicitar, nessas discussões teóricas, a tese sobre a existência do princípio de acomodação das relações raciais em posições de classe. Evidências empíricas indiretas são levantadas a favor dessa tese através de duas técnicas alternativas: a decomposição dos resultados de regressões lineares e a regressão por quantis.

O terceiro capítulo traz um estudo sobre a desigualdade racial de renda em sua relação com a desigualdade de renda global. As distribuições de renda das pessoas negras e das pessoas brancas são estudadas de modo comparativo. Procura-se identificar a contribuição da desigualdade interna a cada grupo, assim como da desigualdade de renda entre os grupos raciais, para a desigualdade de renda na população como um todo. Através de simulações com índice de Theil decomposto entre grupos, projeta-se o que aconteceria com a desigualdade de renda total caso se alterassem os padrões de desigualdade racial de renda. Considera-se o que aconteceria caso a distribuição de renda dos negros se aproximasse da distribuição de renda dos brancos em termos de forma, de nível, ou de ambos. Finalmente, mensura-se a disparidade racial de riqueza em termos de composição e de nível através da decomposição de uma medida de riqueza, baseada na família FGT de medidas de pobreza, proposta por Medeiros (2005).

O quarto capítulo explora a mediação educacional da disparidade racial de riqueza. Quantifica-se o potencial que a eliminação das desigualdades educacionais entre negros e brancos teria para a correção dessa disparidade. Diferenças em função do sexo também são consideradas,

com o objetivo de investigar as condições críticas vivenciadas especificamente pelas mulheres negras. Investiga-se também o papel de diferenças raciais nas próprias condições para a conversão de níveis educacionais em oportunidades de riqueza. Os grupos raciais não apenas diferem em níveis educacionais. O quanto determinado nível educacional se converte em chances de riqueza também não é o mesmo para brancos e negros, estando os últimos em patente desvantagem. As evidências disso são obtidas através de uma bateria de simulações. Embora os resultados obtidos sejam sensíveis a certas opções operacionais que são eminentemente arbitrárias, eles apontam consistentemente para a grande relevância dessa fonte de disparidade de riqueza entre negros e brancos, especialmente em se tratando das mulheres negras.

O quinto e último capítulo explora a associação entre riqueza e poder. Na verdade, as diferenças por grupos raciais nessa associação. Primeiramente se visita a tradição de estudos sobre a presença de negros nas elites. A esmagadora maior parte da produção é norte-americana, mas localizam-se algumas referências ao tema na produção brasileira, embora apenas um trabalho clássico tenha se dedicado exclusivamente ao estudo dos negros nas elites. Num segundo momento, diante das teorias clássicas, articula-se uma definição de elite baseada no exercício de comando sobre instituições. Essa definição é então operacionalizada através das informações sobre ocupações disponíveis no Censo Demográfico, obtendo-se um conjunto parcimonioso de segmentos de elite. Embora os negros sejam patente minoria em todos esses segmentos, alguns revelam-se enquanto pontes de associação entre riqueza e poder para esse grupo racial. Esses padrões de associação entre riqueza e poder também diferem de acordo com o sexo, revelando uma situação especialmente crítica para as mulheres negras, o que é esperado.

1 Decisões teóricas e operacionais preliminares

A coleta de dados do Censo Demográfico de 2010 foi realizada entre agosto e outubro de 2010. Um conjunto restrito de questões, o questionário básico, foi aplicado a toda a população residente em domicílios em território nacional. Para uma amostra da população, foram levantadas informações mais detalhadas sobre educação, trabalho e rendimentos, além de outros aspectos. Essa amostra incluiu 6.192.332 de domicílios, 10,7% do total de domicílios do país, perfazendo uma população de mais de 20 milhões de pessoas. A presente pesquisa utiliza essas observações, por trazerem informações necessárias à investigação, não contidas no questionário básico. Contudo, nem todas as observações da amostra são consideradas no estudo. Muitas delas são excluídas de acordo com diversos critérios que delimitam a população a ser investigada. Nesse capítulo, esses critérios são expostos e justificados. Embora, sob determinado ponto de vista, essas questões pudessem ser consideradas como meramente operacionais, dispensando-se, portanto, uma exposição mais detida, observou-se que muitas delas têm um significado teórico relevante, o que justifica que a elas se dedique esse espaço. Além disso, uma exposição clara das informações realmente utilizadas é essencial para que o leitor suficientemente familiarizado com análises quantitativas possa calibrar seus juízos comparativos com relação a resultados de outras pesquisas e, também, para que o leitor menos familiarizado com esse tipo de análise possa apreciar o mérito das decisões tomadas no manejo da amostra.

1.1 Operacionalização da renda e seleção da população para estudo

No que se refere à captação de informações sobre os rendimentos, o Censo 2010 se assemelha às Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios. Desse modo, o conhecimento que se tem sobre a captação de rendimentos através das Pnad se aplica também ao Censo Demográfico. Desde a década de 1990, as Pnad investigam rendimentos provenientes de diferentes fontes, não exclusivamente do trabalho. Contudo, embora abra esse leque, a pesquisa é orientada para a identificação de fluxos regulares de renda. Em seu início, a PNAD investigava apenas os rendimentos auferidos no trabalho principal. Assim, a ênfase concedida aos fluxos regulares de renda já se evidenciava pelo interesse exclusivo pela renda do trabalho. Além disso, o enunciado

da questão de entrevista enfatiza, desde a primeira versão em 1976: “(...) quanto ganha *normalmente* (...)” (Rocha, 2003 p 209). O questionário do Censo 2010 faz de forma semelhante, empregando, contudo, o advérbio “*habitualmente*”.

Quanto ao questionário do Censo 2010, especificamente, as fontes de rendimento investigadas podem ser organizadas em quatro categorias: a) trabalho; b) aposentadorias ou pensões; c) programas sociais; e d) uma categoria residual denominada “outras fontes”, que inclui possibilidades como juros, aplicações financeiras, alugueis, planos de previdência privada, etc. O que se sabe sobre a PNAD (e que se pode assumir sobre o Censo Demográfico de 2010) é que, de modo geral, rendimentos do trabalho tendem a ser subdeclarados, especialmente entre os mais ricos e também entre os trabalhadores informais, cujos fluxos de renda são menos regulares. Acredita-se, contudo, que as maiores distorções ocorram em se tratando de outras fontes como juros e retiradas de aplicações financeiras (Rocha, 2003)

Durante a apuração dos dados levantados pelo Censo 2010, houve crítica e imputação de rendimentos não declarados (rendimentos que sabidamente não são iguais a zero, mas que foram omitidos pelo entrevistado) e também de rendimentos declarados, porém considerados atípicos. A detecção de valores atípicos envolveu basicamente dois critérios: a concentração em valores potencialmente espúrios de renda mensal como R\$20,00 ou R\$999.999,00 (valor utilizado para registrar rendimentos não declarados em outras pesquisas) e a verificação de valores muito diferentes do esperado segundo regularidades observadas (rendimento zero em domicílios com boa infraestrutura, por exemplo). Tais ocorrências podem ser função tanto de declarações distorcidas por parte do entrevistado quanto de problemas operacionais na implementação da pesquisa, sendo que o escrutínio dos dados permite que se deduza, embora não com absoluta certeza, a origem do problema. A concentração das ocorrências de um mesmo valor atípico em alguma localidade específica, por exemplo, é um indício de falha operacional naquela localidade.

A imputação dos dados, por sua vez, consiste na substituição dos valores faltantes ou dos considerados como erro, segundo o processo de crítica, por valores considerados plausíveis segundo algum critério de atribuição. Os problemas potenciais com a imputação são de duas ordens. Primeiro, ela pode enviesar estimativas de valores pontuais, uma vez que os valores imputados podem diferir sistematicamente do que seria efetivamente observado. Segundo, ela tende a distorcer a variação dos dados em torno dessas medidas pontuais. Procedimentos de imputação chamados determinísticos, baseados na estimação de valores plausíveis com base nas

informações observadas, tendem a subestimar essa variação, dado que replicam padrões médios (Durrán, 2005; Harel and Zouhl, 2006). A rotina de imputação utilizada pelo IBGE é utilizada internacionalmente e combina procedimentos determinísticos com procedimentos de aleatorização, no intuito de imputar valores consistentes com padrões observados sem, contudo, subestimar a variabilidade dos dados (Durrán, 2005).

Considerada sem expansão, a amostra utilizada no presente estudo contém 2,18% de observações com valores imputados para rendimento do trabalho principal. Essas observações estão bem distribuídas por todos os quantis de renda, apresentando, contudo, leve concentração nos dois extremos da distribuição, indicando que os problemas de captação ocorreram, conforme o esperado, mais frequentemente entre domicílios e pessoas cujas características correlacionadas à renda (infraestrutura, escolaridade, ocupação) e, portanto, utilizadas para imputá-la, são tipicamente pobres ou tipicamente ricas. Isso está de acordo com o que foi discutido mais acima. Entre os mais pobres encontram-se mais casos de rendimentos instáveis, advindos de atividade informal, especialmente sujeitos a erros de declaração. Já os mais ricos omitem com maior frequência as informações sobre rendimento.

Os rendimentos podem ser abordados em termos de renda individual ou de renda do grupo familiar. Para muitos propósitos de pesquisa, a última opção pode ser mais interessante. Os grupos familiares são grupos de cuidado mútuo e constituem uma unidade de organização de receitas e despesas. No presente trabalho, contudo, interessa relacionar a classificação racial das pessoas com o seu nível de rendimento. Por isso, tomar a renda a nível individual é mais adequado.

O questionário do Censo inquiri o entrevistado sobre o seu rendimento bruto, anterior a descontos fiscais, previdenciários ou de qualquer outra ordem. Para pesquisas especificamente interessadas numa medida da renda disponível para consumo, pode ser importante considerar tais deduções. Na presente pesquisa, no entanto, o rendimento bruto é reivindicado apenas como definidor, para cada pessoa, de uma posição relativa na distribuição de renda e como um indicador sintético de sua condição socioeconômica e de bem estar. Conquanto o poder de consumo é um aspecto central na produção de bem estar, deve-se considerar que deduções previdenciárias e outras deduções relacionadas a benefícios (transporte, alimentação, plano de saúde corporativo, por exemplo) são traduzidas em circunstâncias de bem estar: segurança material e disponibilidade de serviços, respectivamente. Nesse sentido, justifica-se a opção pelos rendimentos brutos.

O Censo 2010 também traz informação sobre rendimentos auferidos em outros trabalhos, além do principal. O trabalho principal da pessoa é definido com base nos seguintes critérios, dispostos em ordem de importância: a) aquele no qual dispense o maior número de horas por semana; b) aquele em que auferir maiores rendimentos ou c) aquele no qual trabalha há mais tempo. Embora informe os rendimentos auferidos, o censo não traz informação sobre a ocupação nos outros trabalhos que não o principal. Como se utilizam as informações sobre ocupações em alguns momentos desta tese, optou-se por trabalhar apenas com os rendimentos do trabalho principal, com a finalidade de manter consistência entre os valores de renda e as ocupações consideradas. Na amostra selecionada para estudo, 5,21% das pessoas declararam rendimentos em outros trabalhos. São 238.550 de pessoas na amostra. Apenas 0.03% dessas pessoas passaria a contar no grupo dos ricos caso a renda proveniente de outros trabalhos fosse considerada. Por fim, rendimentos de outras fontes que não o trabalho não são objeto desse estudo.

Do ponto de vista da estratificação social, um dos pontos delicados no tratamento com rendimentos é que eles estão mais sujeitos a flutuações em comparação com outros indicadores de posição socioeconômica como ocupação e escolaridade. Nesse sentido, nem sempre o rendimento do indivíduo, declarado para o período de referência da pesquisa, estará representando uma condição socioeconômica durável. Para as frações da amostra com rendimento mais baixo, essas dificuldades podem ser acentuadas pela prevalência de fluxos de renda especialmente instáveis. Como o foco da presente pesquisa é o grupo dos ricos, optou-se por lidar com essa dificuldade através da exclusão dos rendimentos inferiores a um salário mínimo. O salário mínimo à data de referência do Censo de 2010 era de R\$510,00. Na amostra, cerca de 90% das pessoas abaixo dessa linha são trabalhadores por conta própria ou empregados sem carteira de trabalho assinada. Em algumas unidades da federação essa cifra se aproxima de 100%. Reforça-se assim a ideia de que se trata de uma massa de pessoas com fluxo de renda muito instável em se tratando de rendimentos provenientes no trabalho. É interessante notar que no Distrito Federal e em São Paulo, 20% desse grupo é composto por empregados com carteira de trabalho assinada. Em outros estados expressivos como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a mesma composição fica em torno de 10% dos casos. Trata-se de uma situação estranha, já que trabalhadores em situação formal não poderiam auferir rendimentos brutos inferiores ao salário mínimo. Pode ser o caso de trabalhadores com renda próxima ou igual a um salário mínimo que, durante a coleta dos dados, declararam rendimentos líquidos (após descontos previdenciários ou de outra ordem) e não brutos.

Também pode ser que se trate de estagiários que, por terem a condição de estágio registrada em carteira, declararam-se trabalhadores com carteira assinada.

Ainda no intuito de privilegiar informações sobre rendimentos que expressem posições duráveis na estratificação socioeconômica, estabeleceu-se um intervalo de idade para inclusão na amostra em estudo, com o que se exclui pessoas em fase muito recente de suas carreiras. A idade mínima para inclusão também evita que padrões diferenciados de transição entre escola e trabalho afetem os resultados. Para idades mais jovens, a participação no mundo do trabalho está ainda relacionada a padrões de permanência nos ciclos de ensino, quer em função de grandes distorções entre idade e série, quer em função do ingresso no ciclo superior de ensino, que, em muitos casos, adia a inserção definitiva no mercado de trabalho. Estabeleceu-se assim a idade mínima de 25 anos para inclusão na amostra. Menos que 30% das pessoas declararam estar ainda estudando durante o período de referência do Censo 2010. Dessas pessoas, mais de 85% tinham até 24 anos de idade. Isso significa que o procedimento de exclusão aqui adotado reduz a menos de 4,5% (0,30 vezes 0,15) a possibilidade de concomitância entre ciclo educacional e trabalho na amostra.

Estabelecer uma idade máxima para inclusão é igualmente importante. O tempo de vida em atividade laboral varia de acordo com a profissão. Para faixas de idade mais avançadas, a distribuição das pessoas no mundo do trabalho fica distorcida a favor das ocupações que suportam uma vida laboral mais longa. No presente estudo, adotou-se como teto para inclusão na amostra a idade de 60 anos. O resultado é uma população com pessoas com entre 25 e 60 anos de idade, que auferem rendimento mensal igual ou superior a um salário mínimo.

Muitas pesquisas sobre rendimentos e trabalho optam por não trabalhar com homens e mulheres na mesma amostra. A ideia é que as diferenças de gênero no mercado de trabalho são muito radicais, a ponto de ser necessário considerar homens e mulheres enquanto inseridos em mercados de trabalho rigorosamente distintos. Na produção de décadas anteriores, é comum encontrar pesquisas que consideram apenas o grupo dos homens. A tímida inserção das mulheres no mercado de trabalho tornava o procedimento aceitável. Embora o próprio caráter excepcional da presença feminina a tornasse um tema interessante, para alguns autores com preocupações referentes à estrutura do mercado de trabalho em si mesma e à sua dinâmica, parecia razoável tratar a inserção das mulheres como um fenômeno residual. Por outro lado, contudo, o campo de estudos sobre discriminação no mercado de trabalho já se desenvolvia durante a década de 1970, com estudos importantes sobre disparidades salariais entre os sexos (Oaxaca, 1973).

As mulheres perfazem 38,71% da amostra selecionada para estudo, uma sub-representação que se explica pela sua menor inserção na população economicamente ativa. Comparadas aos homens, elas se concentram menos entre os trabalhadores por conta própria e mais entre funcionários públicos estatutários. Desde a década de 1990, no Brasil, as mulheres têm apresentado níveis médios de escolaridade superiores aos dos homens. Pode ser que a via da escolarização e dos concursos públicos esteja sendo especialmente explorada pelas mulheres. Por outro lado, os empreendimentos por conta própria ainda constituem um espaço hegemonicamente masculino. No presente estudo, mulheres e homens serão mantidos na amostra e as disparidades socioeconômicas por sexo serão consideradas em algumas aplicações. Decisões sobre a inclusão ou não de homens e mulheres num mesmo modelo de regressão serão justificadas caso a caso.

A presente pesquisa refere-se à desigualdade entre negros e brancos. Os grupos dos amarelos e dos indígenas não serão considerados. Vale salientar a eficiência do levantamento quanto à classificação racial. Apenas 9 casos, numa amostra de mais de quatro milhões de pessoas, constam como “ignorado” no quesito “cor ou raça”. Os amarelos são 1,01% da amostra e os indígenas 0,22%. Amarelos distribuem-se pelas regiões geográficas e entre as zonas rural e urbana seguindo o mesmo padrão que o total da amostra. Já os indígenas se distribuem mais uniformemente por todas as regiões e 30% deles estão em áreas rurais (contra apenas 12% da amostra como um todo). Quanto aos rendimentos, o grupo dos amarelos possui rendimento médio superior mesmo ao dos brancos e 1,5% deles estariam no grupo dos ricos. Já os indígenas contam com rendimentos médios de nível equiparável ao de pardos e de pretos. Menos que 0,3% deles estaria no grupo dos ricos. Todas as cifras mencionadas nesse parágrafo se referem à população de pessoas com entre 25 e 60 anos, com rendimentos iguais ou superiores a um salário mínimo.

Finalmente, note-se que parte das análises que serão conduzidas com a amostra selecionada empregam regressões lineares da renda sobre outros fatores relacionados a ela. A princípio, o que está em jogo é apenas um modelo que relaciona a variação dos rendimentos a variações nos níveis de diversos fatores explicativos como escolaridade e raça. Contudo, a teoria do capital humano trata os resultados como estimações de preços: o preço médio de um ano de estudo, por exemplo. Esse preço, por sua vez, é uma característica teoricamente imputada ao mercado de trabalho¹.

¹ Esses preços também podem ser considerados como os custos de oportunidade no uso do tempo (Kassouf, 1994 p 90). Trata-se da mesma conceituação teórica, porém, abordada sob o ponto de vista do indivíduo. Nesse caso, o preço médio dos anos de estudo também é visto como a renda que um indivíduo esperaria ganhar (posto que ganharia em média) dada a sua escolaridade. Se uma pessoa “espera” ganhar uma quantidade x no mercado de trabalho, dada o seu

Note-se que, em tese, o mercado de trabalho constitui-se perante a população economicamente ativa ou, talvez, perante toda a população em idade ativa, enfim: perante toda a oferta de trabalho. Contudo, uma regressão explicando a renda auferida no mercado de trabalho, de acordo com os níveis de escolaridade só poderá considerar a população ocupada, que auferir rendimentos. Nesse sentido, os coeficientes estimados trarão uma estimativa enviesada dos preços, porque a amostra de pessoas ocupadas não é aleatoriamente selecionada no mercado de trabalho.

Informados por essa orientação teórica, Néri e do Nascimento Silva (2006) afirmam a necessidade de se utilizar a correção proposta por Heckman (1979) no caso de exercícios baseados em regressões lineares visando à mensuração dos efeitos da discriminação racial sobre os rendimentos. Contudo, embora elegante e difundida, duas razões previnem aqui a aplicação dessa técnica. A primeira é de ordem técnica. Os fatores, pelo menos aqueles para os quais existe informação disponível, que afetam a probabilidade de alguém estar ou não estar ocupado são, em geral, os mesmos fatores que afetam os rendimentos. Há aplicações da correção de Heckman nessa situação, em que os autores ainda argumentam pela maior validade dos resultados encontrados pela aplicação desse procedimento (Kassouf, 1994 p 95-104; Sachsida, 2004; Marcelo e Wyllie, 2006). Contudo, testes formais mostram que, em tais casos, a correção de Heckmann não é recomendável devido à alta colinearidade entre a variável representando a função de seleção para a amostra e as variáveis explicativas incluídas no modelo final (Puhani, 2000).

A principal razão para a não utilização do procedimento de correção é, contudo, de ordem teórica. O presente trabalho não se orienta pela teoria do capital humano, não sendo o objetivo estimar preços associados a determinado nível educacional, enquanto uma propriedade do mercado de trabalho. As aplicações realizadas aqui não objetivam o cálculo de preços. O objetivo é dar resposta à seguinte questão: tomada a população em estudo, como as desigualdades educacionais (além de outros fatores) e a condição racial se relacionam às desigualdades de rendimento na população que ela representa? Nesse caso, não há realmente viés de seleção para ser corrigido. Os coeficientes obtidos são as medidas que se procura.

nível de escolaridade, toda escolha por fazer uma outra coisa (explorar qualquer outra “oportunidade”) que não trabalhar, custa x , no sentido em que essa pessoa está deixando de receber a quantidade x que ela receberia, caso estivesse trabalhando. Daí o termo “custo de oportunidade”.

No contexto do uso de técnicas de regressão, o leitor notará também uma omissão quanto a erros padrão e intervalos de confiança dos coeficientes estimados. Quando não há menção a essas medidas, é porque os resultados são significativos e os erros padrão tão pequenos que reportá-los não acrescentaria muito em informação. Esse foi o caso para a maior parte dos resultados obtidos, o que se deve não apenas à qualidade dos modelos, mas também, em boa medida, ao tamanho da amostra selecionada, que é grande, perfazendo, após todas as exclusões mencionadas nessa seção, um total de 4.580.517 casos. Quando algum resultado não estatisticamente significativo estiver sendo considerado, as razões para a sua utilização serão expostas na ocasião.

1.2 A agregação do grupo dos Negros

Uma questão importante num estudo sobre estratificação racial se refere à adequação das categorias empregadas pelo IBGE diante do repertório de categorias efetivamente empregadas pelas pessoas, em vida corrente, para definir tipos raciais. A percepção de que, no Brasil especialmente, diversas matizes de fenótipo possuem relevância na dinâmica da discriminação racial oferece ainda mais razões para esse questionamento. São as categorias empregadas pelo IBGE suficientes para descrever as classificações que estão efetivamente em jogo na vida social? Será que, caso as pessoas pudessem se classificar livremente, os resultados da pesquisa seriam muito diferentes? As evidências mostram que não.

Isso pode parecer pouco intuitivo, dada a profusão de termos existentes para designar classificações raciais no Brasil, mas a verdade é que, quando as pessoas são convidadas a responder espontaneamente pela sua classificação racial, a esmagadora maioria delas emprega as categorias utilizadas pelo IBGE, além de um pequeno número de outras categorias que, não obstante, não destoam muito daquelas. Osório (2013) mostra que nos levantamentos em que se procedeu com questões abertas sobre classificação racial, as categorias “preta”, “parda”, “branca” e “amarela”, atualmente utilizadas pelo IBGE, são mencionadas espontaneamente por uma proporção que varia de 50% até 70% dos entrevistados. Dentre as demais respostas, a grande maioria se concentra nos termos “morena”, “morena clara” e “clara” (Osório, 2013), para os quais os termos pardo e branco, respectivamente, representam uma tradução razoável.

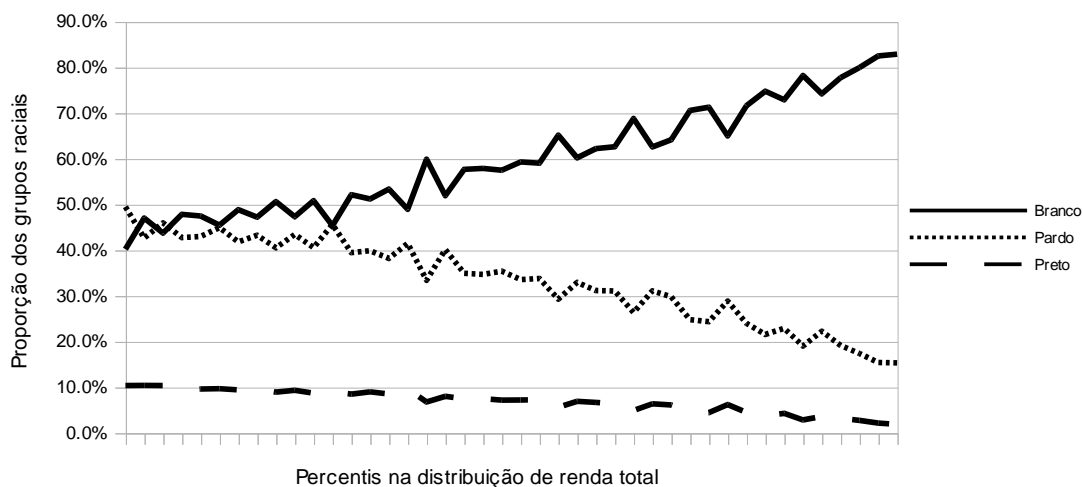
Esponaneamente, o termo moreno é mais utilizado do que o termo pardo. Isso pode levantar a ideia de que esse seria preferível ao termo pardo atualmente utilizado pelo IBGE. Contudo, sabe-se que o termo moreno também é utilizado para denotar pessoas de tez branca e cabelos negros, o que não acontece com o termo pardo. Desse modo, a utilização do termo “moreno” geraria um problema de classificação que o termo pardo evita: pessoas de tez branca se atribuindo uma classificação que se espera que denote, na verdade, uma condição racial intermediária (Telles et al., 1998). Em pesquisas mais recentes, observa-se que o termo negro também começa a ser empregado espontaneamente por uma proporção considerável de pessoas, o que pode ser um efeito da disseminação desse termo através do debate público, subsidiado por pesquisadores, pela imprensa e por ativistas. Considerado em conjunto, esse grupo de oito categorias (preta, parda, branca, amarela, morena, morena clara e clara) responde por algo em torno de 90% das respostas espontâneas sobre classificação racial no Brasil (Osorio, 2013). Não há, portanto, motivos para questionar seriamente a validade das categorias de classificação racial utilizadas pelo IBGE, assim como sua aplicação sob a forma de questão fechada.

Resta ainda indagar sobre a validade da agregação de Pretos e de Pardos numa mesma categoria (Negros) para fins analíticos. Telles (2004) procura sistematizar a produção sobre relações raciais no Brasil a partir da disjuntiva entre relações horizontais e relações verticais. Segundo o autor, parte da produção sobre relações raciais no Brasil enfatizou as relações horizontais: relações dadas principalmente entre pessoas da mesma classe social. Esses trabalhos puderam encontrar níveis relativamente altos de sociabilidade inter-racial. A título de ilustração, sabe-se que, no Brasil, cerca de 87% dos casamentos eram racialmente endógamos em 1960. Já em 1991 essa proporção cai a 77% (Telles, 2004). A endogamia talvez seja maior do que a ideia de um país multicolorido sugere, mas, de fato, aí há um contraste com os Estados Unidos. Naquele país, em 1992 apenas 4,4% dos homens negros e 2,3% das mulheres negras eram casadas com pessoas brancas (Telles, 2004). Outros estudos concentraram-se no que Telles (2004) chama de relações verticais. Nesse caso, a pesquisa revela disparidades raciais enormes. A título de nota, a diferença média de rendimentos entre negros e brancos, segundo dados de 1990, era maior no Brasil do que nos Estados Unidos (Telles, 2004). Enquanto nos Estados Unidos a desigualdade racial, em rendimentos médios, reduziu-se constantemente desde a década de 1960, no Brasil ela aumentou. Em alguma medida isso se deve aos maiores níveis totais de desigualdade apresentados pelo Brasil. Se a desigualdade de renda em geral é muito maior no Brasil, a desigualdade racial de

renda também tende a ser maior. Mas, de qualquer modo, os dados apontam para níveis alarmantes de desigualdade racial de renda. Observa o autor que, embora a literatura sobre relações raciais no Brasil aponte para a relevância da classificação racial politômica nas relações horizontais, há uma distinção binária bem nítida entre brancos e não-brancos no que diz respeito às relações verticais.

Para buscar mais elementos a favor dessa categorização binária, considere-se a distribuição dos grupos raciais ao longo dos quantis de renda. O foco principal deste trabalho é a participação dos negros no grupo dos ricos, definindo-se a riqueza pela posição no último percentil dos rendimentos. Sendo assim, a melhor forma de averiguar a adequação da classificação racial binária ao presente estudo é observar se essa classificação descreve de maneira consistente as posições ocupadas por pretos e por pardos ao longo da distribuição de renda. Considere-se a população disposta em ordem crescente de rendimentos. Separe-se essa população em 100 grupos, cada um contendo um a fração de 1% da população. Esses grupos também estarão dispostos em ordem crescente de renda: do grupo dos 1% mais pobres ao grupo dos 1% mais ricos. Como certos valores de rendimentos se repetem muito, alguns grupos consecutivos terão a mesma renda. Por exemplo: muitas pessoas recebem salário mínimo e, por isso, do primeiro ao décimo oitavo percentil, todos recebem um salário mínimo. Para facilitar a exposição, no gráfico 1.1 abaixo, os quantis com mesmo nível de renda aparecem agrupados.

Gráfico 1.1: Proporção dos grupos raciais ao longo da distribuição de renda. Brasil, 2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

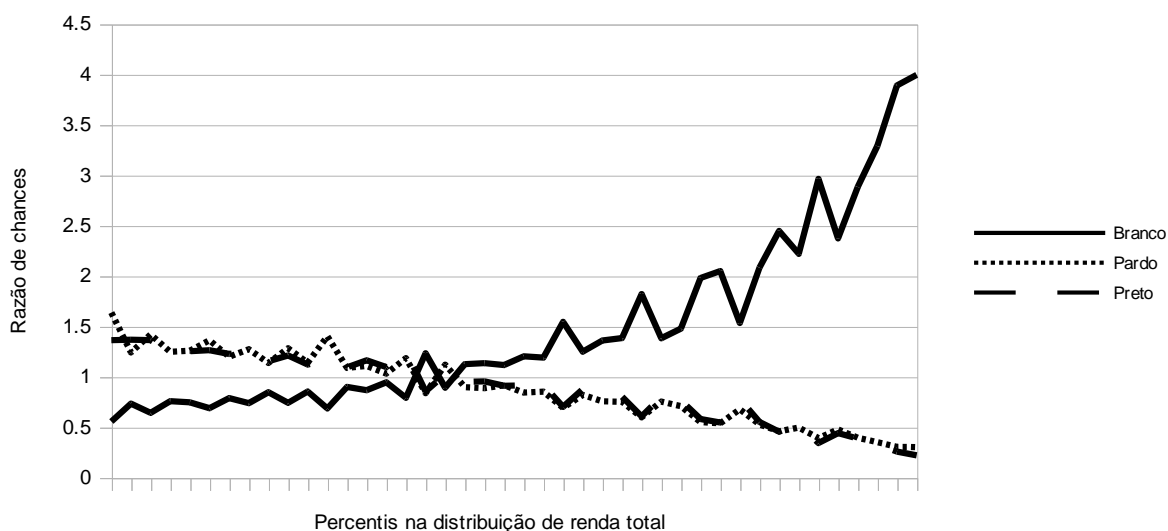
Nota-se o drástico aumento na proporção de brancos na medida em que se move para os quantis mais ricos da população. Entre os mais ricos, os brancos são mais de 80%, pardos em torno de 15% e pretos menos que 5%. Nos níveis mais baixos a proporção de pardos chega a ultrapassar a de brancos e a proporção de pretos se aproxima de 10%. Nota-se que as proporções de brancos ainda são grandes nesses níveis, mas é preciso lembrar que foram excluídos os indivíduos com rendimentos inferiores a um salário mínimo. Isso significa que os quantis mais pobres da presente distribuição não equivalem aos quantis mais pobres da população brasileira total, mas da população que recebe pelo menos um salário mínimo no trabalho principal.

Num primeiro olhar, o gráfico não parece justificar a agregação de pardos e pretos. Suas curvas estão distantes uma da outra. Mas isso se deve ao fato de que a proporção de pretos na amostra é pequena. Observando-se com mais atenção, nota-se que o comportamento da curva dos pretos reproduz, de modo atenuado, o comportamento da curva dos pardos. A curva dos pretos inclina-se, sempre, aproximadamente na mesma direção que a dos pardos e onde há picos na curva dos pardos, em geral se nota na curva dos pretos picos correspondentes, embora bem mais atenuados. O comportamento das duas curvas é semelhante, mas as variações na curva dos pretos são menos “massivas” devido a sua pequena proporção da população total.

Outra forma de representar os padrões de proporcionalidade presentes no gráfico acima, evitando, contudo, a influência das diferenças de tamanho entre os grupos em termos absolutos, é recorrendo-se a uma razão entre proporções. Em cada quantil (digamos o primeiro), determinado grupo (o de pretos, por exemplo) está associado a uma proporção de ocorrência que é igual ao número de indivíduos, naquele quantil, pertencentes a esse grupo (o número de pretos no primeiro quantil), dividido pelo número de indivíduos que, naquele mesmo quantil, não pertencem a esse grupo (o número de não-pretos, ou seja, de pardos e de brancos no primeiro quantil). Digamos que essa seja a chance de pertencer àquele grupo (de ser preto) no primeiro quantil. A mesma chance pode ser calculada para todas as observações, obtendo-se a chance de pertencer àquele grupo (no caso, a chance de ser preto) na amostra como um todo. A divisão da chance de pertencer a um grupo em determinado quantil pela chance de pertencer a esse mesmo grupo na população como um todo é a razão entre proporções que interessa ao presente exercício. Essa razão varia entre zero e números positivos muito grandes e é centrada na unidade. Quando, em determinado quantil, a

chance de pertencer a um grupo é igual à chance de pertencer a esse mesmo grupo na população como um todo, o valor da razão é igual a um. Quanto menor for a chance de pertencer ao grupo, estando em determinado quantil, comparada à chance de pertencer a esse grupo na população como um todo, mais a razão se aproxima de zero. Inversamente, quanto maior for a chance relativa de pertencer ao grupo em determinado quantil, mais o valor excede a unidade. O Gráfico 1.2 abaixo mostra esses resultados para os três grupos raciais.

Gráfico 1.2: Razão de chances dos grupos raciais ao longo da distribuição de renda. Brasil, 2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Olhando-se individualmente para a curva dos brancos e para a curva dos pardos, nota-se que suas respectivas formas assemelham-se às do gráfico anterior. A diferença é que a razão entre proporções é uma medida mais sensível a desproporções extremas e o gráfico responde a isso “alongando” a curva dos brancos à direita, região que corresponde aos quantis mais ricos, onde os brancos são super-representados. Outra diferença é que agora as três curvas se cruzam no centro da distribuição, enquanto no primeiro gráfico havia apenas cruzamentos entre as curvas dos pardos e dos brancos, nos primeiros quantis. Isso é porque a proporção de brancos é maior em quase todos os quantis e o primeiro gráfico reflete isso. Porém, as chances de brancos estarem em quantis mais pobres são menores que o que se poderia esperar dada a sua proporção na população como um todo. Isso se mantém nas partes mais baixas da distribuição e muda nas partes de maior renda,

onde a chance de ser branco é maior do que se esperaria. O ponto onde ser branco deixa de ser relativamente menos provável e passa a ser mais, ou seja, o ponto em que a razão para os brancos passa a ser maior que um, corresponde ao 61º quantil, já bem situado na metade mais rica da população. Por inspeção e senso de simetria, isso não é o que o gráfico sugere, o que se deve ao fato de que, abaixo da mediana, muitos quantis consecutivos possuem a mesma renda e, portanto, estão representados no gráfico por um único ponto, o que tem por consequência o fato de que o gráfico não é simétrico em torno do 50º quantil.

Observa-se que pretos e pardos agora parecem um só grupo. Se antes o comportamento da curva dos pretos acompanhava de modo muito mais atenuado o comportamento da curva dos pardos em função, como foi argumentado, do pequeno tamanho desse grupo em termos absolutos, as razões entre as chances revelam uma curva cujo comportamento é muito mais nítido e que, com raríssimas exceções em alguns pontos, praticamente coincide com a curva dos pardos. Mais ainda: ao longo de toda a distribuição não há nenhum sinal consistente de divergência entre as duas curvas. Além disso, as duas curvas invertem, em conjunto, suas posições com a curva dos brancos em torno da unidade e essa inversão é consistente. Em suma, o gráfico mostra um padrão de desigualdade racial entre o grupo dos brancos de um lado, e um grupo formado por pretos e pardos, de outro. Com isso, assume-se aqui que categorização racial binária é adequada ao presente estudo.

2 A acomodação das Relações Raciais em Posições de Classe

Esse capítulo se dedica ao estudo da relação entre raça e classe. O principal argumento diz respeito ao princípio que articula essas duas dimensões, ao qual se dá o nome de acomodação das relações raciais em posições de classe. Antes de abordar empiricamente as hipóteses que derivam desse argumento, empreende-se uma discussão teórica com dois objetivos.

O primeiro é situar a tese de que existe um princípio de acomodação articulando classe e raça no contexto mais amplo da discussão sobre relações raciais no Brasil. Trata-se de uma literatura bastante vasta que, em considerável medida, presidiu o próprio surgimento das ciências sociais brasileiras. Diante da complexidade que essa literatura apresenta em termos das suas diferentes vertentes e tendências teóricas, a revisão empreendida aqui é estritamente direcionada à elucidação das hipóteses de trabalho diante das discussões mais amplas levantadas por essa tradição de estudos. Discussões que se concentram, em grande medida, justamente em torno da relação entre classe social e raça. Será visto que as hipóteses de trabalho postas nesse capítulo colocam-se como um desdobramento da abordagem teórica mais recente e mais consolidada, que articula o tema das relações raciais em termos de sua relativa independência com relação a fatores de origem social. Em termos de desigualdade de renda, essa perspectiva tem consolidado a ideia de que a discriminação racial é um fenômeno persistente e relevante, muito embora parte considerável da desigualdade racial seja mediada por mecanismos como a desigualdade educacional entre negros e brancos. Enquanto essa abordagem tem se dedicado a e sido bem sucedida em mostrar que existe uma independência relativa entre condição racial e posição de classe, a ideia de acomodação acrescenta uma preocupação maior com os princípios subjacentes que articulam essas duas dimensões da estratificação social.

O segundo objetivo da revisão teórica é o de sustentar a discussão sobre classes sociais operacionalizada em termos de rendimentos. O argumento é o de que a posição das pessoas na distribuição de renda é um bom indicador da classe social enquanto condições de vida, além de apresentar algumas vantagens do ponto de vista operacional. Dadas essas considerações teóricas mais gerais, apresenta-se a metodologia utilizada. Na seção subsequente, discutem-se os resultados e, finalmente, uma seção conclusiva sintetiza o seu significado teórico.

2.1 O princípio de articulação entre raça e classe

A desigualdade racial de renda no Brasil se deve tanto à discriminação na sociedade atual quanto a fatores que dificultam a mobilidade social de maneira geral (Osório, 2006). A discriminação racial na sociedade atual limita, obviamente, as chances de progresso econômico para a pessoa negra. Por outro lado, uma vez que os negros tendem a ter origem social mais humilde, os entraves gerais à mobilidade social ascendente tendem a manter a desigualdade racial de renda ao longo das gerações. Assim, é de se esperar uma presença muito modesta dos negros nos estratos mais ricos, já que, no Brasil, há pouca mobilidade de renda de longo alcance (Osório, 2006), a qual poderia levar negros de origem mais pobre aos estratos mais ricos e porque, no Brasil, como em outros lugares (Bowles and Gintis, 2000), há chances ainda menores de mobilidade descendente nos grupos mais ricos, ou seja, muito dificilmente uma pessoa de origem rica se tornará pobre. Em outras palavras, há sérias dificuldades para que os negros ascendam à condição de ricos e há pouquíssimas chances de que as pessoas brancas de origem rica deixem de ser ricas. Essas duas tendências, juntamente com a discriminação racial propriamente dita, tornam compreensível a pouca representatividade dos negros nos estratos mais ricos.

Essa forma de abordar a reprodução das desigualdades raciais é a mais corroborada pela pesquisa recente. Sobretudo a pesquisa quantitativa tem dado sistematicamente apoio à ideia de que os negros sofrem desvantagens socioeconômicas diretamente relacionadas à raça, embora a maior parte da desigualdade racial seja mediada pela origem social. No caso da desigualdade racial de renda, o que se verifica é que uma porção substancial dessa desigualdade se deve às diferenças de nível educacional entre negros e brancos. Contudo, verifica-se ainda desigualdade racial de renda para níveis equiparáveis de escolaridade.

A grande questão em jogo é a passagem do nível descritivo para o nível explicativo na abordagem da desigualdade racial. Do ponto de vista descritivo, ela é patente. Do ponto de vista explicativo, boa parte dela é mediada por outros fatores. A constatação de que a condição racial também explica a desigualdade de renda entre negros e brancos, embora não a explique toda e, a rigor, a explique menos que outros fatores de mediação, poderia motivar uma convergência nas interpretações sobre a questão racial no Brasil. Poderia existir já há algum tempo uma convergência para a conclusão de que a condição racial tem um impacto direto substantivo, porém

menor que a própria origem social, ficando as divergências num nível mais específico, referente à mensuração desses pesos relativos. Contudo, a polêmica é muito mais radical.

Isso se deve ao fato de que o salto para o nível explicativo, para além do meramente descritivo, não se limita à identificação e à mensuração do que se pode chamar, seguindo o jargão de boa parte da literatura técnica sobre modelos de regressão, dos “efeitos parciais” da condição racial sobre qualquer indicador socioeconômico, dentre estes a renda. Esse salto para o explicativo equivale à entrada num ambiente de discussão muito mais complicado e, por vezes, confuso, sobre a natureza mesma das relações raciais no Brasil. Nesse nível de discussão, estabelecer interpretações razoáveis torna-se muito mais difícil. Corrobora-se aqui uma observação de Luiz Aguiar Costa Pinto que, com a morte de Arthur Ramos, passou a coordenar o famoso projeto de pesquisa sobre relações raciais no Brasil apoiado principalmente pela UNESCO. Segundo o autor, a comparação com os Estados Unidos, principal recurso heurístico dos grandes intérpretes sobre o tema, contribuiu mais para confusões do que para esclarecimentos (Costa Pinto, 1952). Vale um esforço para identificar como essa comparação instaura dificuldades interpretativas.

O estudo sobre a questão racial surge num processo de emancipação da análise cultural com relação às teorias raciais institucionalizadas no Brasil ao longo do século XIX (Schwartz, 2000) e persistentes durante a primeira metade do século XX (DeLucca, 2000). Aliás, a diferenciação gradativa da interpretação cultural com relação às teorias raciais científicas é uma característica do desenvolvimento da Antropologia de maneira geral (Williams, 1996). No caso do Brasil, pode-se localizar o início dessa passagem no trabalho de Nina Rodrigues (1932) que, diante da pouca confiabilidade das informações sobre proveniências étnicas dos negros com base em registros documentais – dado o fluxo de escravos interno ao território africano, registros de portos de origem não poderiam ser considerados como bons indicadores de origem –, procurou identificar essas proveniências pelo estudo comparativo de práticas religiosas no Brasil com as descrições oferecidas pelos trabalhos de campo realizados na África. Sem embargo, motivado ainda pelas teorias raciais, o autor desenvolveu, não obstante, um sofisticado programa de pesquisa sob a perspectiva cultural, combinando o escrupuloso exercício descritivo através do trabalho de campo à análise comparativa dos resultados, notavelmente anos antes que Franz Boas que, também emancipando-se de paradigmas raciais, se alçasse à condição de pai fundador da Antropologia Cultural, entre outras coisas, pela proposição do seu chamado “método comparativo” (Boas, 2000).

Essa é também a opinião de Arthur Ramos que, na introdução da edição mexicana de *As Culturas Negras no Novo Mundo*, argumenta veementemente a importância do trabalho de Nina Rodrigues enquanto precursor dos estudos sobre a questão racial e como um importante momento no desenvolvimento da própria disciplina antropológica no Brasil. É também Arthur Ramos a observar que, enquanto no Brasil a questão racial surge primeiramente sob a perspectiva dos estudos culturais, “la mayor parte de la bibliografía del negro em los Estados Unidos es más bien de índole sociológica que antropológica” (Ramos, 1943 p 78).

Será exatamente através do contato com a agenda de pesquisa norte-americana que se desenvolverão no Brasil os estudos sobre a questão racial do ponto de vista da estratificação social, agenda de pesquisa à qual o termo “relações raciais” geralmente se refere. Não é, portanto, à toa que as polêmicas existentes na pesquisa sobre relações raciais no Brasil podem muito bem ser interpretadas enquanto gravitando em torno da comparação, explícita ou implícita, entre Brasil e Estados Unidos. Foi essa comparação que colocou no centro do debate a questão, extremamente abstrata, sobre a natureza mesma das relações raciais no Brasil.

Não que tenha existido uma simples imposição imperialista de conceitos cunhados no caso norte-americano. Ao que tudo indica, os intelectuais brasileiros exerceram um papel extremamente ativo, desde o começo, na elaboração dos termos dessa comparação. O fato de que fizeram isso num contexto em que colaborar com intelectuais norte-americanos era algo estratégico para conseguir recursos e projetar um campo de pesquisas sociais no Brasil configura por si uma assimetria de poder, mas o modo como as coisas parecem ter acontecido não aponta para o simples recebimento de categorias, mas sim para o esforço ativo de intelectuais brasileiros para investir na especificidade nacional nas relações raciais enquanto ideia força da pesquisa brasileira sobre o tema. Fizeram isso porque essa era a ideia que poderiam vender e porque, afinal de contas, ela parecia sim bastante plausível num contexto de marcantes contrastes com o sistema de segregação racial instituído no sul dos Estados Unidos após o fim da guerra civil e em contraste também com as manifestações violentas de um conjunto de valores raciais nitidamente puristas, por oposição ao racismo eugênico que vingava no Brasil durante o período recém-pós-escravista.

Visitando-se os principais aspectos da polêmica discussão sobre a natureza das relações raciais no Brasil, localiza-se, nos interstícios desse debate, uma interpretação sobre a lógica subjacente que parece articular a relação entre condição racial e classes sociais. Pode-se denominar essa lógica subjacente como um princípio de *acomodação* das relações raciais em posições de

classe. A ideia é a de que o preterimento social ao negro encontrou no distanciamento entre classes sociais a sua solução prática. Em outras palavras, as relações raciais, em seu caráter discriminatório, encontraram na estrutura de posições classe o seu suporte para estabilizar distanciamentos sociais entre negros e brancos. Frantz Fanon (2008) utiliza o termo “negrofobia” para denotar que, em muito, o preconceito racial é vivenciado ordinariamente pelas pessoas sob a forma de um sentimento de aversão, mais ou menos intenso, à pessoa negra. As distâncias físicas e sociais intrínsecas às posições de classe atendem também a essa atitude, ao manterem negros física e socialmente afastados de estratos sociais majoritariamente brancos. Com isso, seria nas posições mais elevadas, naquelas em que a posição do negro contraria essa lógica subjacente de acomodação, que os impactos da condição racial seriam mais críticos.

A tese da acomodação das relações raciais em posições de classe aparece de modo não explicitado, muito mais quando os pesquisadores fazem interpretações rentes às evidências coletadas, muito menos quando propõem grandes sínteses abstratas tendo em vista a polêmica que se instaura a partir do trabalho de Donald Pierson na década de 1930. A tese da acomodação não deixa de se expressar na conhecida máxima: “no Brasil não há racismo porque os negros sabem o seu lugar”. Irônico, em essência o enunciado afirma justamente a existência de uma dinâmica de acomodação das relações raciais em posições de classe. Seria exatamente na medida em que o negro se mantivesse em “seu lugar” que se tornariam menos agudas as práticas de discriminação direta. Na medida em que o negro saísse do “seu lugar”, haveria uma reação social espontânea.

A abordagem contrasta com a categórica afirmação de Robert Park, certamente baseada na pesquisa de Pearson, que foi seu aluno, realizada na Bahia durante a década de 1930:

“Thus one may say, without doing injustice to the sense in which the term is ordinarily used, that there are, to be sure, races in Brazil – there are, for example, Europeans and Africans – but not race relations because there is in that country no race consciousness, or almost none. One speaks of race relations when there is a race problem, and there is no race problem in Brazil, or if there is, it is very little if at all concerned with the peoples of African and European origin” (Park, 1935).

Esse tipo de interpretação se lastreia no esquema teórico de relações raciais baseado no conceito de castas. Esse esquema é explicitado na década de 1930, no trabalho *A Comparative Study of American Caste* de W. Lloyd Warner and Allison Davis (1939), que propõe a díade conceitual *casta e classe* para descrever a relação entre questão racial e estratificação social nos Estados Unidos. O esquema é simples. Primeiro, a segregação sistemática faz de negros e brancos duas castas distintas. Segundo, há uma diferenciação de classes dentro de cada uma dessas castas, sendo que a diferenciação no interior da casta negra é menor e enviesada para as posições de baixo status social, como consequência da subordinação desta casta à casta branca. Esse esquema tornou-se corrente e se faz presente, por exemplo, no volumoso *An American Dilemma*, provavelmente o mais completo estudo sobre relações raciais nos Estados Unidos. O que as gerações de estudos posteriores sobre relações raciais no Brasil tentaram mostrar foi, em grande medida, que esse esquema conceitual seria insuficiente para analisar o problema racial no Brasil. Partindo desse esquema, a única conclusão possível seria a da inexistência de castas raciais no Brasil e, por conseguinte, a inexistência mesma de problema racial. É nesse sentido que os primeiros estudos sobre relações raciais no Brasil tantas vezes concluíram pela ausência de um problema racial.

Aliás, é importante notar que mesmo para os Estados Unidos, caso ao qual a teoria mostrasse de grande aplicabilidade, há ainda o risco de sérias perdas caso o esquema seja aplicado assim, digamos, totalmente sem vírgulas. Nesse sentido, a quarta edição de *The Negro Handbook* aplica esse esquema conceitual de modo interessante:

“Before the Jim Crow legislation there is also said to have been a tendency on the part of white people to treat Negroes somewhat differently depending upon their class education. This tendency was broken by the laws which applied to *all* Negroes. The legislation thus solidified the caste line and minimized the importance of class differences in the Negro group. This particular effect was probably the more crucial in the formation of the present caste system, since class differentiation within the Negro group continued and, in fact, gained momentum. As we shall find, a tendency is discernible again, in recent decades, to apply the segregation rules with some discretion to Negroes of different class status. If a similar trend was

well under way before Jim Crow laws, those laws must have postponed this particular social process for one or two generations” (The Negro Handbook, 1942).

Como se nota, embora aplicando o esquema conceitual de castas raciais com diferenciações internas de classe, o texto toca em aspectos das relações raciais nos Estados Unidos relativamente estranhas ao imaginário acadêmico que a respeito delas se construiu aqui no Brasil. Primeiramente, o trecho toca na historicidade do sistema de segregação racial institucionalizado. Obviamente, toda a produção sobre o tema está em acordo quanto ao fato de que a segregação racial nos Estados Unidos é um fenômeno histórico. Essa é uma verdade tão banal que não precisa ser enunciada. No entanto, a maior parte da produção sobre o tema, sobretudo aquela que conviveu e influenciou a emergência desse campo de estudos no Brasil a partir da década de 1930, é motivada pelo contexto específico da segregação institucionalizada que emergiu a partir do final do século XIX. A passagem anterior, contudo, adota um foco mais amplo e faz notar a existência de maior transigência quanto a linha de castas raciais em períodos anteriores ao surgimento dessa legislação, assim como uma tendência posterior de ressurgimento dessa transigência, algo que foi parte do processo que culminaria na abolição do próprio sistema de segregação na década de 1960.

Não apenas o esquema de castas aplicado às relações raciais como também o critério de constituição dessas castas (a separação absoluta das raças em termos de ascendência, populariza entre alguns sob a alcunha “regra de uma gota de sangue”), embora descreva características próprias ao sistema de segregação racial norte-americano e, mais do que isso, das relações raciais numa sociedade em que a ideia de pureza racial (muito mais do que a ideia de eugenia através da miscigenação seletiva, como no Brasil) constituiu a forma que a aversão ao negro (fenômeno mais geral) assumiria mais amplamente, precisa ser visto de modo mais circunstanciado que o usual. A razão disso anuncia-se com eloquência na passagem seguinte, retirada do clássico de 1852, *Uncle Tom's Cabin*:

“The traveller in the south must often have remarked that peculiar air of refinement, that softness of voice and manner, which seems in many cases to be a particular gift to the quadroon and mulatto

woman. These natural graces in the quadrone are often inited with beauty of the must dazolin kind, and in almost every case with a personal appearance prepossessing and agreable”.

Essa distinção, nos Estados Unidos, do mulato em termos estéticos, a associação dessa distinção estética com diferenças em atributos pessoais e de valoração social, assim como a distinção de certas gradações de negritude (no caso, o quadrone e o mulatto, noções articuladas em termos de ascendência, mas também em termos de fenótipo) não se encontram apenas na literatura. Na verdade, a existência, nos Estados Unidos, de melhores condições socioeconômicas para negros com tonalidade de pele mais clara é documentada por trabalhos acadêmicos desde a primeira metade do século XX (Keith and Herring, 1991; Ransford, 1970; Myrdal, 1944). Em *The Mullato in the United States*, Reuter (1908) faz uma extensa pesquisa sobre a condição socioeconômica dos negros desde o período colonial e mostra como os mulatos ocuparam com maior frequência as posições relativamente melhores tanto no mundo do trabalho escravo quanto no mundo do trabalho negro livre. Entre os escravos de ofício, entre os escravos urbanos, entre os escravos domésticos que viviam em melhores condições, longe do eito e dentro da casa senhorial, assim como entre os negros livres, nessas posições sempre foram os mulatos desproporcionalmente representados. Segundo o primeiro censo norte-americano a distinguir oficialmente mulatos, o de 1850, eles eram 11% da população negra e 8% da população escrava. No entanto, praticamente 40% da população negra livre era composta por mulatos. As razões para isso são as mesmas que o bom senso leva a reconhecer no caso brasileiro. Sendo em geral filhos de senhores brancos com negras escravas, os mulatos muitas vezes recebiam um tratamento diferencial motivado pela consideração afetiva de seus pais. Além disso, a hierarquia de valores estéticos pesava a seu favor:

“But the most important reason that the mulatto [aside, for example, the belief in his superior intellectual abilities] was chosen in preference to the Negro for any employment that brought him into association with the master family was the fact that he was a better looking animal. He made a better appearance”. (Reuter, 1908 p 177).

Esse processo levaria à composição de uma elite negra majoritariamente mestiça e, quando do recrudescimento das relações raciais sob o sistema de castas graças à segregação institucionalizada, essas diferenças de gradação fenotípica iram permanecer importantes critérios de hierarquia no interior da casta negra que, a despeito da construção do orgulho e do enfrentamento racial nas fronteiras de casta, seguiria nutrindo certo ideal de brancura, fruto de uma hierarquia estético-valorativa. É o que nota o autor de *Le Black Bourgeoisie*:

“Une étude rapide des journaux et des magazines de couleur révèle que la plus grosse partie de l'argent qu'ils rapportent provient de la publicité faite pour des produits qui supprimeront ou modifieront les caractéristiques négroïdes. Ces réclames montrent aux gens de couleur comment il leur sera possible de se débarrasser de leur teint noir ou foncé, ou comment ils pourront obtenir des cheveux raides” (Frazier, 1955 p 171).

O mesmo autor escreve em outro trabalho:

“A man who through success in business or in his profession has a secure economic position may marry a fair daughter of one of these old mulatto families in order to consolidate his social status. As a black college professor who had risen from black proletariat remarked concerning his blond wife who came from an old family: 'You see my wife. I married her so that there would be no question about the status of my family. She has the right color and, more than that, comes from an old family'” (Frazier, 1951 p 321).

Donald Pierson (1942), em uma das passagens em que tenta moderar o tom peremptório de suas conclusões sobre a inexistência de problema racial no Brasil, nota que, não havendo no Brasil o mesmo padrão de discriminação existente entre negros e brancos nos Estados Unidos, haveria um tipo de discriminação comum ao interior da casta negra norte-americana. É aparentemente a esses fenômenos apontados por Frazier que Pierson se referia. Basicamente, as distinções por fenótipo operando como fonte de status e de privilégios. Contudo, o que Pierson equivocadamente

deixa de notar é que a hierarquia entre diferentes níveis de negritude era eficaz enquanto critério de distinção no interior da casta negra apenas porque se configurava enquanto critério de distinção para a sociedade como um todo. Ainda que durante certo período um sistema institucional de segregação prevenisse quase que absolutamente a aproximação entre negros e brancos, quer no mercado de trabalho quer no mundo da vida, o fato de ter sido o mulato, tanto no passado quanto no presente, um tipo humano mais valorizado e mais admitido aos níveis possíveis de intercuro social com os brancos constituiu o fator determinante para a sua ascensão a condições sociais melhores que as da população negra em geral. Em outras palavras, não apenas o sistema binário de castas raciais, mas também a discriminação racial com base fenotípica, cujo um dos resultados palpáveis é a diferença em status social concedido às pessoas de acordo com sua posição numa gradação de negritude, difícil de determinar com precisão, mas nem por isso menos eficaz, é um fenômeno marcante das relações raciais nos Estados Unidos.

Esse fenômeno, como já apontado, tem tido suas implicações mensuradas, não apenas pelos trabalhos de caráter mormente historiográficos já citados, como também por pesquisas sobre desigualdade baseadas em *surveys*. Utilizando uma classificação racial politômica com cinco categorias de negros (do muito escuro ao mundo claro), Keith e Herring (1991 p 772) mostram que essas gradações raciais associam-se a diferenças em níveis de escolaridade, em status ocupacional e em rendimentos. Além disso, a discriminação racial com base em diferenças num *continuum* fenotípico também motivou, nos Estados Unidos, um grande volume de pesquisas nas áreas da psicologia social e cognitiva que investigam implicações mais subjetivas deste tipo de hierarquia racial como, por exemplo, a construção da autoestima (Maddox, 2004).

Torna-se forçoso admitir que a ideia de que este tipo de discriminação racial, com base no fenótipo, encerra uma exclusividade brasileira constitui, na verdade, uma espécie de mito fundador do campo de estudos sobre relações raciais no Brasil. Sem embargo, no mesmo movimento com que tentam se livrar da imposição do esquema conceitual de castas raciais ao caso brasileiro e, com isso, desvendarem a natureza mesma das relações raciais no Brasil, nossos teóricos tomam esse esquema explicativo de forma substancial como encerrando o próprio caso concreto da discriminação racial nos Estados Unidos, e encontram na discriminação sem castas, baseada no fenótipo, um esquema também tomado de forma substancial, confundindo-se com o próprio caso concreto da discriminação racial no Brasil. Essa forma de ver as coisas sustentaria não apenas a relevância teórica da discriminação racial fenotípica, como também a sua exclusividade empírica,

sob a forma de uma tese da especificidade nacional das relações raciais. A tese da especificidade nacional vinga de vez na década de 1950, tendo ganhado formulações bem claras e influentes na disjuntiva entre “preconceito de origem” (norte-americano) e “preconceito de marca” (brasileiro) de Oracy Nogueira (1950) e no esquema em termos do mulato enquanto válvula de escape proposto por Degler (1971). A partir dessa confusão entre caso e conceito, a ambição teórica de identificar o problema racial no Brasil passa a coincidir com a proposta de uma teoria da especificidade nacional, de acordo com a qual existiria algo que se pode chamar de racismo brasileiro. Não à toa, uma das questões com as quais os organizadores de uma ampla pesquisa sobre relações raciais no Brasil motivaram discussões entre os pesquisadores foi: “O racismo brasileiro é mais ou menos violento do que outros?” (Maggie e Rezende, 2002 p 15).

Como sugere Osório (2006), a literatura sobre relações raciais no Brasil pode ser organizada em termos de três grandes ondas teóricas. Na primeira, cujo maior expoente em termos de estudos mais propriamente sociológicos é Donald Pierson e na qual figura o brilhante ensaio histórico e social de Gilberto Freire em *Casa Grande e Senzala*, prevalece a ideia de que a discriminação racial é, no Brasil, um fenômeno pouco relevante. Como já mencionado, a comparação com o sistema de castas norte-americano é a principal motivação dessas conclusões, que convergem para a ideia de que haveria uma “democracia racial” no Brasil. De acordo com essa onda teórica, o único critério de estratificação relevante na sociedade brasileira seria a classe social. As desigualdades raciais observadas seriam apenas fruto da sobreposição entre raça e classe. Esse termo, democracia racial, parece também na publicação de 1952 organizada por Wagley, quando o organizador procura sintetizar a significação teórica dos principais resultados encontrados pelo trabalho de campo realizado pelos pesquisadores. Contudo, como será visto adiante, as interpretações e conclusões a que chegaram os pesquisadores, expostas em suas análises sobre o material de campo, oferecem uma abordagem muito mais interessante e frutífera.

A segunda onda teórica, que ganha força a partir da década de 1950, procurou identificar a especificidade da discriminação racial no Brasil. Mais uma vez, a comparação com o caso norte-americano, identificado com o sistema de castas raciais, cumpre papel de destaque. Um dos maiores expoentes dessa onda teórica é Oracy Nogueira, que procurou formular uma solução nos termos da conhecida disjuntiva entre *preconceito de origem*, característico dos EUA, e *preconceito de marca*, característico do Brasil. Como já mencionado, essa segunda onda teórica articula, basicamente, uma teoria da especificidade nacional quanto às relações raciais no Brasil. Haveria

algo como um racismo brasileiro, particular e distinto do racismo norte-americano. Note-se que não se trata de afirmar que o caso brasileiro tem especificidades com relação ao caso norte-americano. Os casos são concretos e, em sua concretude, as especificidades saltam aos olhos. O passo tomado por essa onda teórica é o de traçar uma equivalência entre caso e conceito. O caso brasileiro se confunde com um conceito, um tipo de racismo, e o caso norte-americano se confunde com outro tipo, com outro conceito.

Outra hipótese proposta no contexto dessa onda teórica foi a de que o desenvolvimento de uma ordem competitiva com os processos de industrialização e urbanização reduziriam progressivamente a relevância do racismo, interpretado como uma espécie de arcaísmo histórico, uma sobrevivência, no presente em modernização, de critérios de estratificação social estranhos a uma ordem social moderna e competitiva. Na verdade, quem manifesta essa ideia é Florestan Fernandes, o que talvez se deva à mobilização ativa da sociologia clássica no pensamento desse autor. O modo como este autor combinou as influências clássicas em sua abordagem sobre a modernização brasileira manifesta-se sob a forma de uma ênfase em aspectos funcionais desse processo de mudança histórica. É assim que, em *A Revolução Burguesa no Brasil*, a explicação para as motivações da política imigratória brasileira é articulada em termos exclusivamente funcionais, como resposta à necessidade de um “elemento dinâmico” – ao que tudo indica Florestan assumia que o imigrante europeu vindo ao Brasil provinha frequentemente de centros urbanos, o que não é verdade (Andrews, 1998) – para a composição de um mercado de trabalho em modernização. A tese faz sentido, mas a historiografia a contraria. A pesquisa de Lilia Shwartz sobre a formação acadêmica informada pelo racismo científico das elites brasileiras da época e, sobretudo, a análise de conteúdo das atas da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo entre 1968 e 1988 realizada por Celia Azevedo em *Onda Negro, Medo Branco*, documentam a motivação especificamente racista da política imigratória.

Outros expoentes da segunda onda teórica, como Luiz Aguiar Costa Pinto e Oracy Nogueira, não compartilhavam da ideia de Florestan Fernandes a esse respeito. Mais ainda, a hipótese de que o avanço da ordem social competitiva mitigaria o racismo também não é corroborada pelos estudos apresentados em *Race and Class in Rural Brazil*. Marvin Harris argumenta que as tensões raciais tenderiam, na verdade, a uma intensificação com o avanço da ordem competitiva (Wagley org., 1952). Em seu estudo de caso no sul da Bahia, o autor observou que os conflitos raciais se tornavam explícitos e passavam por momentos de intensificação precisamente nos estratos sociais sujeitos a

alguma mobilidade. O autor observou intensificações dos conflitos raciais nas posições intermediárias da estratificação social, únicas em que havia, naquela comunidade, aberturas para ascensão de curto alcance, que ampliavam as aspirações de status social por parte dos negros. O mesmo foi observado pelo autor de outro capítulo da mesma publicação:

“In the rural districts physical type is less important than in the town, since there is less chance for one rise socially, the positions of prestige being highly limited. But in the town and at the usina, the opportunities are greater, and therefore more emphasis is put upon racial type; although, even in the town, racial type is not the most important criterion for ascending the social scale, the most important being the possession of wealth and education” (Wagley org., 1952 p 46).

É fato que a meritocracia, baseada na ideia de desempenho individual, oferece uma fonte de argumentos contra a discriminação racial. A propósito, essa contradição entre meritocracia e racismo é amplamente explorada por Gunnar Myrdal em *An American Dilemma*. O próprio uso do termo “dilema” refere-se à contradição entre uma moralidade meritocrática e, sobretudo, a uma narrativa nacional amplamente baseada na meritocracia, e, por outro lado, a ampla e sistemática discriminação com base em atributos adscritos. Contudo, perceber essa tensão no campo valorativo e seu potencial enquanto fonte de legitimação para políticas contra a discriminação é uma coisa. Outra coisa é postular que o desenvolvimento de uma ordem competitiva vá por si só esvanecer, como anacronismos, critérios de estratificação social que não tenham respaldo em imperativos funcionais do capitalismo. No campo da ética, há uma contradição entre racismo (a rigor, qualquer discriminação por critérios adscritos) e o valor individualista de desempenho numa ordem competitiva. No domínio do social, contudo, esses princípios de estratificação coexistem.

A terceira onda teórica identificada por Osório (2000) consolida-se na década de 1970. Essa onda toma a discriminação racial não como anacronismo, mas como um critério de estratificação eficaz e contemporâneo ao lado da origem social, e se caracteriza pela aplicação de técnicas estatísticas para a mensuração da relevância da discriminação racial sobre as chances de

mobilidade social. É justo notar que o clássico de 1953, *O Negro no Rio de Janeiro*, de Costa Pinto, merece menção como o primeiro grande esforço de quantificação da desigualdade racial. O estudo em questão, contudo, restringe-se ao uso de recursos de formalização meramente descritivos. Foram Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg os responsáveis por incorporar, a partir da década de 1970, técnicas estatísticas de caráter explicativo no esforço de mensurar os efeitos da discriminação racial no Brasil.

Mais do que ferramentas técnicas de valor meramente instrumental, os modelos de regressão, ou melhor, a lógica desses modelos, ofereceu apoio à formalização da abordagem que caracteriza essa terceira onda teórica. A motivação principal das técnicas de regressão com múltiplas variáveis consiste no exercício de controle sobre a influência de diferentes fatores sobre um desfecho comum. Com isso, essas técnicas de modelagem permitiram a formalização da teoria de que a discriminação racial constitui um critério de estratificação relevante, juntamente com a condição de classe, mas para além dela. A ideia de “efeitos parciais”, interpretação possível para as correlações encontradas entre a variável raça e indicadores socioeconômicos como renda ou educação, mantidos constantes indicadores de origem social, formaliza a mensuração dos efeitos da discriminação racial. Observe-se, contudo, que a terceira onda teórica não foi responsável pelo lançamento da tese de que a discriminação racial é um fator concorrente à origem social, embora relativamente menos relevante que ela, na determinação das chances de vida. Ela apenas consolida essa abordagem, concedendo-lhe uma abordagem com articulação clara e coerente entre os níveis teórico, metodológico e operacional, além de apta ao trato com informações de nível nacional, disponíveis a partir da década de 1960 através da então instituída PNAD.

Sem embargo, o intuito de identificar o impacto da discriminação racial sobre as chances de vida, mantidas mais ou menos constantes as condições iniciais de classe, encontra-se já nos estudos da década de 1950. Como observa Osório (2006), a pesquisa realizada por Oracy Nogueira em Itapetininga não constitui senão uma espécie de experimento natural, em que imigrantes e negros com condições iniciais de classe semelhantes são acompanhados ao longo do tempo, observando-se maior ascensão por parte dos imigrantes. O intuito desse tipo de desenho de pesquisa é exatamente o de perceber a influência da raça, independentemente da origem social. Se negros e brancos de famílias imigrantes, partindo das mesmas condições iniciais, alcançam resultados diferentes, essas diferenças podem ser interpretadas como efeito da discriminação racial.

A ideia de que raça constitui um critério de estratificação ao lado da origem social também se encontra já no estudo sobre comunidades rurais no Brasil organizado por Wagley (1952), embora este, na introdução do livro, afirme que o Brasil constituiria uma democracia racial. O teor da passagem abaixo está presente em mais de um trecho e em mais do que um dos estudos de caso que compõem o livro:

“There are many elements which go toward defining the classes – wealth, education and family. Race is also important. People say that wealth is the most important, education the second, and race the third in importance. Thus race is but one of a number of elements ranking people people in a social scale, rather than a separating factor which divide them into distinct groups” (Hutchinson, 1952).

Há, como se vê, a ideia de que a raça conta em conjunto com a origem social, sendo esta última um fator mais relevante, de maior peso na determinação da posição ocupada pelo indivíduo na hierarquia social. O tom adversativo do texto provém da necessidade, assumida, de se fazer notar que a discriminação racial, no caso, não opera como critério de formação de castas, que ela não divide negros e brancos em grupos distintos, drasticamente separados nos mundos do trabalho e da política, assim como no mundo da vida. Por outro lado, o que há de afirmativo no argumento é a conclusão de que a raça compõe, juntamente com variáveis socioeconômicas, um conjunto de fatores explicativos para a estratificação social. Durante a década de 1940, Virgínia Bicudo lançava o mesmo argumento, afirmando existir no Brasil “um preconceito de cor distinto do preconceito de raça e de classe” (Bicudo, 2010 p 122). Nesse caso, o termo preconceito de raça fica reservado ao caso de formação de castas raciais e o termo preconceito de cor é mobilizado para descrever uma situação em que a discriminação racial operaria não pela formação de castas, mas como um critério, entre outros, de estratificação social e de atribuição de status.

Os recursos para a formalização e operacionalização dessa teoria eram, contudo, limitados do ponto de vista da mensuração quando comparados aos recursos utilizados pela terceira onda teórica iniciada na década de 1970. As pesquisas das décadas de 1940 e 1950 baseavam-se na análise descritiva do material coligido mediante a observação de campo, feita por períodos que variavam geralmente em torno de um ano, assim como através de *surveys* realizados durante a pesquisa, cujos resultados eram submetidos a análise mediante o uso de tabelas e gráficos, mas

não através de técnicas mais sofisticadas. A terceira onda teórica consolida essa perspectiva, por um lado, através do uso de técnicas e, por outro lado, afastando-se das ambiguidades impostas por se tomar a formação de castas raciais nos Estados Unidos como uma espécie de tipo ideal concreto do que seria um problema racial propriamente dito. Mantendo o foco no aspecto da mensuração, esses autores também se afastam da necessidade, experimentada pela segunda onda, de criar tipologias para dar conta dessa comparação. A ideia de que a condição racial constitui um dos eixos de um sistema multidimensional de estratificação resume o esquema teórico em questão, acrescentando-se a ideia de que as desvantagens associadas à raça se acumulam ao longo da trajetória de vida. Por exemplo, há desvantagens educacionais diretamente associadas à raça durante a trajetória escolar. Assim, no mercado de trabalho, além das desvantagens de rendimento diretamente associadas à raça, a condição racial exerce ainda um impacto devido aos seus efeitos sobre os níveis educacionais dos negros.

Pode-se dizer que a incorporação do modelo de efeitos parciais por parte de Nelson do Valle Silva e de Carlos Hasenbalg atualizou a produção sobre relações raciais no Brasil com relação ao desenvolvimento, nos Estados Unidos, de um campo de pesquisas quantitativas sobre discriminação e estratificação social. A partir da década de 1960, a utilização de modelos de regressão participava da consolidação, naquele país, de uma agenda de pesquisa sobre estratificação, mobilidade social e discriminação, que procurava diferenciar o peso específico da própria origem social de outros fatores como a condição de minoria (B. Duncan & Duncan, 1968), a de gênero (R. Oaxaca, 1973) ou a de raça (O. D. Duncan, 1968; Coleman, 1966) na determinação das chances de vida, indicadas em termos de ocupação, renda ou escolaridade. Mais interessante ainda, o tema da discriminação racial, especificamente, passaria a contar, dentro dessa agenda de pesquisa, com uma abordagem menos orientada pelo estudo da formação de castas raciais e mais preocupado com a diferenciação entre a origem social e a discriminação racial direta enquanto fatores concorrentes na determinação da posição socioeconômica atingida por pessoas negras. A principal motivação para essa mudança foi o processo de desmontagem do sistema de segregação racial, consolidado durante a década de 1960. Em outras palavras, enquanto parte da produção ensaísta sobre relações raciais no Brasil, como os trabalhos de Degler (1973) e de DaMatta (1974) ainda guiavam-se por comparações com a formação de castas raciais nos Estados Unidos, a terceira onda teórica manteve-se atualizada e buscou na produção norte-americana não os velhos termos de comparação que presidiram a gênese desse campo de estudos, mas o que era o estado da arte de

então. Àquela altura, as questões teóricas já deixavam de se orientar pela questão da formação de castas e se concentravam na discussão sobre efeitos parciais.

Como se sabe, durante a década de 1960 não apenas os mecanismos legais para a formação de castas raciais foram desarticulados nos Estados Unidos. Houve mesmo um impulso, dado através de diferentes formas de ação afirmativa, à mobilidade social ascendente por parte da população negra. Com a retirada das bases institucionais para a formação de castas raciais e com as iniciativas visando à dissolução dos seus efeitos sobre as chances futuras de ascensão do negro, a pesquisa norte-americana passou a enfrentar um dilema de pesquisa muito familiar aos brasileiros: É a origem social ou a condição racial o principal determinante das chances de vida? Formou-se uma discussão que se pode representar pelo debate entre Wilson (1978) e Willie (1978). Em *The Declining Significance of Race*, o primeiro autor argumenta que com a abertura dos direitos civis e com os incentivos governamentais à contratação de negros, houve um aumento observável na proporção de negros completando cursos superiores, principalmente aqueles cursos de prestígio, assim como na proporção de negros ocupando cargos de alta remuneração tanto na administração pública quanto no mundo corporativo. O autor argumentava que entre os jovens negros altamente escolarizados, as chances de obter bons empregos tornavam-se equiparáveis às chances experimentadas por jovens brancos com o mesmo nível de formação. Já entre os mais velhos, a diferença entre negros e brancos com o mesmo nível de formação seria grande. Assim, o autor conclui que boa parte das desigualdades de oportunidade entre negros e brancos seria função de efeitos da opressão racial exercida no passado, não no presente.

Em *The Inclining Significance of Race*, Willie (1978) se opõe a esse diagnóstico, apresentando dados sobre a persistência de disparidades raciais em indicadores socioeconômicos. Por sua vez, em *The Continuing Significance of Race*, Thomas e Hughes (1986) mostram a persistência dos impactos da raça sobre indicadores de bem estar e saúde, independentemente da condição de classe. Com base nesses resultados, os autores argumentam que mesmo havendo uma relativa queda na correlação parcial entre a condição racial e indicadores socioeconômicos, não se poderia tomar essa queda por si só como evidência de um declínio na importância da raça, de maneira geral. Isso porque a discriminação racial, além de ter ainda impacto sobre a posição socioeconômica, parecia também afetar a habilidade para converter posição socioeconômica em bem estar. Sanções sociais e estresses psicológicos impostos em função da raça fariam com que, em média, negros, em condição socioeconômica comparável à de brancos, declarassem menores

níveis de bem estar. Mais ainda, Thomas (1993) mostra que da década de 1960 à década de 1980, houve sim uma queda nos efeitos da raça sobre os rendimentos, mas que essa queda foi relativamente discreta e insuficiente para se afirmar que a raça tivesse deixado de ser relevante na determinação das chances de vida.

Note-se que o que está em jogo é um contexto de discussão que se aproxima ao que existe no Brasil. Do mesmo modo que a ausência de formação de castas raciais colocou dúvidas sobre a existência mesma de uma questão racial no Brasil, o desmonte dos mecanismos institucionais de formação de castas nos Estados Unidos lançou dúvidas sobre a persistência de um problema racial ao longo do tempo. O trato empírico quantitativo com esse dilema interpretativo encontrou suporte em modelos de efeitos parciais, com os quais se testa, principalmente, a hipótese de que existe um impacto “líquido” da raça sobre indicadores socioeconômicos, mesmo quando se mantém constantes indicadores de origem social. Quando esse impacto líquido se verifica, o que é muito frequente, diz-se que ele representa a relevância da discriminação racial propriamente dita sobre as chances de vida. Mais ainda, alguns autores ainda notam que esse impacto líquido não é uma medida suficiente dos efeitos da discriminação racial. Argumentam eles que os impactos da raça não são apenas os impactos que independem da origem social, mas também aqueles que são mediados pela origem social (Thomas, 1993) e que, como a discriminação racial afeta não apenas um único indicador socioeconômico como ocupação e renda, mas toda uma série de fatores, inclusive a escolarização, tão crucial na determinação das chances de sucesso econômico, o que existe em função da condição racial consiste em um conjunto de desvantagens cumulativas (Thomas, 1993; Hasenbalg e Silva, 1995).

Em resumo, a primeira e a segunda onda teóricas foram marcadas por uma dinâmica de aceitação e de questionamento do esquema teórico baseado na formação de castas raciais, esquema que se colocou desde a própria origem dos estudos sobre relações raciais no Brasil, que ocorreu num contexto de forte interlocução com os estudiosos norte-americanos. A terceira onda teórica já se alinhou a um segundo momento da produção norte-americana. Mais uma vez, a interlocução com os EUA foi crucial. Porém, agora a abordagem se proporia à identificação quantitativa de efeitos parciais da condição racial sobre indicadores socioeconômicos. Em nível abstrato, no que diz respeito à sua lógica, e mesmo a alguns esforços metodológicos como os de Oracy Nogueira, esta abordagem já tinha sido ensaiada no Brasil, no contexto de discussão das duas primeiras ondas teóricas. Não obstante, é com a terceira onda teórica que ela ganha corpo metodológico e abandona

as ambiguidades interpretativas que foram características das ondas teóricas anteriores. Finalmente, como desdobramento dessa última abordagem, pode-se situar uma formulação clara da tese da acomodação das relações raciais em posições de classe, que se fez presente, embora não plenamente articulada, durante a segunda onda teórica. De acordo com a tese da acomodação, as posições de classe serviriam como suporte para a subordinação dos negros e para a manutenção, racialmente motivada, da distância social, através de “relações verticais” (Telles, 2003), entre pessoas negras e pessoas brancas.

De um ponto de vista histórico, há de se considerar que essa foi precisamente a tônica da política imigratória. Se o Brasil recém-pós-escravista não instituiu um sistema de castas raciais, a motivação insofismavelmente racial da política imigratória, componente de um projeto mais amplo de eugenia racial, procurou acomodar as relações raciais em posições de classe. Ao alocar os brancos imigrantes preferencialmente nas regiões mais economicamente dinâmicas da época, ao acolhe-los, dentro dessas regiões, enquanto tipos humanos mais desejáveis para ocupar postos de trabalho, a política imigratória tratou as posições de classe elas mesmas como um mecanismo de acomodação das relações raciais e, mais que isso, de solução para o projeto de branqueamento da população brasileira. Com efeito, observou-se muitas vezes que a concentração de negros nas piores posições de classe se vinculou a uma doutrina, quando não institucionalizada, difusa, da superioridade racial do branco. Se não houve um sistema de castas instituído enquanto realização da doutrina da inferioridade racial do negro, a própria subordinação mediada pela estrutura de classes aparece como realização e, mais ainda, como uma comprovação empírica espúria dessa doutrina:

“In Minas Velhas, the superiority of the white man over the Negro is considered to be a scientific fact as well as the inconvertible lesson of daily experience. Literacy only serves to reinforce the folk opinion with the usual pseudo scientific re-working into more grammatical and hence more authoritative forms. A school textbook used in Minas velhas plainly states the case: 'Of all races the white race is the most intelligent, persevering, and the most enterprising... The Negro race is much more retarded than others'. None of the six urban teachers (who are all, incidentally, white females) could find ground to take exception with this view. They all

contended that in their experience the intelligent Negro student was a great rarity. When asked to explain why this should be so, the invariable answer was: 'É uma característica da raça negra'. Only one of the teachers thought that some other factor might be involved, such as the amount of interest which a child's parents took in his schoolwork" (Harris, 1952 p 46).

Como se sabe, os preconceitos, de maneira geral, costumam buscar e encontrar fundamento num realismo excessivamente ingênuo, operando uma espécie de identificação direta – e nesse caráter direto da identificação reside a economia de esforço cognitivo – entre uma correlação observada e um mecanismo, ou seja, uma explicação subjacente que suas teorias de fundo (sobre raças, etnias, gênero, grupos religiosos, etc.) sugerem espontaneamente aos movimentos da apreensão e do julgamento, graças a uma espécie de predileção afetiva. Apenas no seu estado mais recrudescido, o preconceito assume a forma de convicção e, com isso, deixa de existir esse jogo entre sugestão e apreensão acrítica o qual, ainda que tendente à reafirmação do preconceito, deixa ainda em aberto, no espaço mesmo da apreensão, uma instância de contingência que permite refutações. Quando assume a forma de convicção, o preconceito dispensa até mesmo as comprovações empíricas espúrias de suas teses de fundo e apenas recorre ao tribunal da experiência de maneira cínica, para dar conta de se justificar perante outrem. A acomodação das relações raciais em posições de classe oferece ao preconceito uma plenitude de comprovações empíricas espúrias, estando o negro, de maneira geral, onde se espera que ele esteja.

A tese da acomodação se insinua a partir da segunda onda teórica através das análises empíricas expostas no *Race and Class in Rural Brazil*, organizado por Wagley (1952), e no trabalho de Luiz Aguiar Costa Pinto (1953). Esses pesquisadores observaram e ressaltaram a existência de uma resistência, de uma reação social com relação à ascensão de classe por parte de negros, que seria tão mais saliente quanto mais elevadas as posições sociais em questão. Além disso, os diagnósticos desses autores se opõem às ideias de Florestan Fernandes, segundo as quais o avanço da economia moderna reduziria os efeitos da raça em função dos maiores níveis de mobilidade social em geral. Segundo eles, diante da mobilidade social, ocorreriam na verdade intensificações dos conflitos raciais. Isso porque a mobilidade social ascendente do negro contraria o princípio da acomodação das relações raciais em posições de classe.

A tese da acomodação das relações raciais em posições de classe gera, portanto, duas grandes hipóteses. Primeiro, o avanço da ordem econômica competitiva, ao ampliar as possibilidades de

ascensão social, acirra a desigualdade diretamente associada à condição racial. A segunda e mais importante hipótese afirma que existe uma interação entre classe e raça. Nas posições de classe mais elevadas, a presença dos negros contraria mais intensamente o princípio da acomodação, devendo ser maior, portanto, a intensidade das resistências sociais impostas a eles, o que se refletiria em maiores níveis da desigualdade diretamente associada à condição racial, suspeita que vem recebendo suporte por resultados de pesquisas quantitativas mais recentes (Soares, 2000; Biderman & Guimarães, 2004; Ribeiro, 2006; Ferreira, 2001, Hasenbalg & Silva, 1998).

Na sequência, apresentam-se as opções metodológicas adotadas nesse capítulo para abordar a tese da acomodação, opções que se concentram na necessidade de técnicas que permitam uma análise da desigualdade racial ao longo da distribuição de renda, e não apenas em torno da média. Discute-se também, claro, uma forma de observar a associação entre dinamismo econômico e desigualdade racial. Antes disso, contudo, é importante discutir em que medida se justifica falar sobre classes sociais em um estudo que toma como base a distribuição de rendimentos.

2.2 Renda e classe social

A noção de classe social é uma das mais importantes nas ciências sociais. Até esse momento, as referências aqui feitas a esse conceito foram de caráter bastante livre. Nessa seção, são explicitados argumentos que fundamentam uma definição de classe baseada nos rendimentos. Definições de classe baseadas em informações sobre a renda têm ganhado corpo desde a década de 2000, sobretudo em pesquisas com foco sobre a riqueza (Medeiros & Souza, 2014). Em se tratando desse tipo de pesquisa, contudo, é de se questionar se não se faz indispensável contemplar outras fontes de riqueza que não o trabalho, sobretudo retornos a investimentos de capital. Esse não é o caso, contudo. Pesquisas a nível internacional têm sido consistentes em apontar para o trabalho enquanto a principal fonte de renda para o grupo dos 1% mais ricos em vários países, inclusive no Brasil, algo que deixa de ser verdade apenas para estratos de renda extremamente elevados, como os 0,1% mais ricos (Medeiros, 2005; Medeiros & Souza, 2014). Sendo assim, a definição utilizada nesta tese é bastante segura.

A principal suspeita, do ponto de vista sociológico, com relação à definição de classes com base em níveis de rendimento é a de que esses níveis expressariam apenas o resultado de processos

de estratificação, mas não os mecanismos subjacentes de alocação de pessoas numa estrutura de distribuição desigual de recursos econômicos e de poder. Diante disso, uma das alternativas aos rendimentos na operacionalização do conceito de classe são os títulos ocupacionais. Isso não quer dizer que as classes sejam definidas como ocupações. As classes permanecem enquanto um constructo mais abstrato, referente a uma estrutura de posições sociais, essencialmente antagônicas segundo abordagens marxistas e eventualmente antagônicas segundo abordagens weberianas. É que as ocupações surgem como um conjunto de posições empiricamente dadas, passíveis de observação por meio dos títulos ocupacionais e, por conseguinte, disponíveis à organização segundo os esquemas abstratos ditados pelas teorias. Assim, a estrutura de classes é muitas vezes operacionalizada em termos de um conjunto de títulos ocupacionais, agregados de acordo com critérios que, muitas vezes, envolvem também outras informações como a situação de emprego (se empregado, empregador ou trabalhador por conta própria, por exemplo).

Wright (1980) enfatiza que classes e ocupações são dimensões distintas da estrutura social, a primeira referente a relações sociais de controle sobre diferentes gêneros de capital e a segunda referente à organização técnica da atividade produtiva. Nessa perspectiva, classes não podem ser compreendidas como simples agregados de ocupações. Uma mesma ocupação pode perpassar várias classes e pessoas de diferentes classes podem ter a mesma ocupação, ainda que exista correlação entre essas duas dimensões, com as ocupações manuais, por exemplo, tendendo fortemente à posição de classe proletária. Na prática, contudo, diante de limites operacionais impostos pela disponibilidade de informações, esforços de implementação da teoria de classes proposta por Wright dependem fortemente, embora não exclusivamente, de informações sobre títulos ocupacionais, como por exemplo em Santos (2005).

Os títulos ocupacionais também cumprem papel central em estudos sobre mobilidade cujos esquemas teóricos se preocupam menos com a posse de ativos de capital e mais com o status de autoridade e o nível de qualificação enquanto critérios para estabelecer a hierarquia entre as posições de classe (Erikson, Goldthorpe, & Portocarero, 1979). Na verdade, uma vasta produção utiliza as ocupações como operacionalização para posições de classe. No âmbito de estudos sobre mobilidade entre gerações, o trato com as ocupações é central (O. D. Duncan, 1979) se por nada mais, porque a informação sobre a ocupação dos pais pode ser obtida retrospectivamente de maneira confiável, enquanto outras informações como rendimentos dos pais só podem ser obtidas, em geral, de maneira indireta, através de estimativas que, por sua vez, se baseiam em informações

retrospectivas sobre títulos ocupacionais e educação. Um corpo grande de estudos também se dedica à relação entre ocupações e status, no sentido de prestígio (Featherman, Lancaster Jones, & Hauser, 1975). Muitas vezes, nenhum esforço é feito para definir explicitamente uma estrutura de classes, embora se façam presentes reflexões sobre os mesmos critérios discutidos por tradições marxistas e weberianas. Nesses casos, geralmente se emprega simplesmente o termo estrutura ou estratificação ocupacional, como por exemplo em Sorokin (1954).

Em muitas ocasiões, no intuito de hierarquizar ocupações em esquemas de estratificação, são utilizadas escalas de prestígio, sendo o prestígio atribuído com base em sondagens sobre avaliações subjetivas, ou então em índices de status socioeconômico (Ganzeboom, De Graaf, & Treiman, 1992). Nesse último caso, os níveis médios de renda e de escolaridade associados a determinada ocupação costumam ser os critérios de hierarquização. Assim, nesses casos, embora se tratem de definições de classe operacionalizadas em termos de uma estrutura ocupacional, os verdadeiros critérios que definem a hierarquia são a educação e a renda.

Alinhando-se, de maneira muito peculiar, à tradição marxista, Sorensen (2000) propõe um conceito de classe enquanto relações de exploração que se configura a partir da posse de uma categoria particular de ativos, capazes de gerar retornos excedentes ao que seria esperado num mercado perfeitamente competitivo. Nessa abordagem, as posições de classe perdem identidade com posições no arranjo produtivo, donde decorre uma dissociação muito forte dos títulos ocupacionais enquanto possibilidade de operacionalização. Goldthorpe (2000) critica essa abordagem, apontando dificuldades para a delimitação da categoria de ativos que gerariam exploração, assim como para os problemas em se tomar, como o faz Sorensen, a abstração de um mercado perfeitamente competitivo como base para essa delimitação. Além disso, a dissociação do conceito de exploração com relação à habilidade de apropriação do fruto do trabalho de outros, dentro de um quadro jurídico e institucional que sanciona esse poder, fez levantar críticas dentro da própria tradição marxista (Wright, 2000).

Por outro lado, entretanto, Sorensen (2000) também defende a definição de classe enquanto condições de vida, embora considerando-a de menor poder explicativo, dado o que seria uma inabilidade para estabelecer uma relação causal entre posições de classe, antagonismo de classe, conflitos políticos e, daí, mudanças históricas, ambição cara às teorias marxistas. A definição de classe enquanto modo de vida se baseia, segundo Sorensen, na riqueza total, e como volumes diferentes de riqueza total não necessariamente implicam diretamente em antagonismo de

interesses, tal definição não seria suficiente para elucidar as bases estruturais do conflito entre classes. Por outro lado, no entanto, a noção de classe enquanto riqueza total seria adequada em se tratando de explicar a determinação das chances de vida (Sorensen, 2000).

Segundo o autor, é importante considerar a riqueza não enquanto a posição na distribuição de rendimentos num recorte transversal, mas a riqueza no longo prazo. Diferente do seu conceito de classe enquanto exploração, as classes enquanto condições de vida relacionam-se estreitamente com observáveis como renda, ocupação e patrimônio. A definição de classe aqui adotada não equivale precisamente à definição de classe enquanto condições de vida, na medida em que se trata aqui, precisamente, da posição das pessoas na distribuição de renda em dado momento e não da riqueza total durável. Ainda assim, na medida em que há, por certo, uma forte correlação entre a posição na distribuição de renda em dado momento e a posição que seria encontrada numa distribuição de riqueza total e durável, a definição operacional utilizada nessa tese se harmoniza com o conceito de classe enquanto condições de vida. A posição na distribuição de rendimentos pode ser utilizada para indicar a mesma condição subjacente, não observada diretamente, que o conceito baseado na riqueza total procura representar: uma posição que condiciona as chances de sucesso econômico, os interesses, as proximidades sociais e os estilos de vida.

Além de ser compatível com uma discussão complexa, não meramente “economicista”, a definição de classe com base na distribuição de rendimentos tem pontos fortes. Ao discutir sobre as diferenças entre a abordagem contínua e a abordagem categórica sobre esquemas hierárquicos de estratificação ocupacional, Ganzeboom et al. (1992) apontam para certas vantagens da abordagem contínua. Considerações essas que se aplicam igualmente a uma definição de classe baseada em rendimentos. Primeiramente, em qualquer esquema de classificação que defina as classes sociais enquanto um conjunto parcimonioso de categorias, haverá ainda uma grande heterogeneidade interna a essas categorias no que se refere ao status socioeconômico e às condições de vida. Claro que qualquer estudo estará então mais interessado nas distinções, teoricamente informadas, traçadas entre essas categorias do que na diversidade que permanece existindo no interior delas. Ainda assim, uma grandeza contínua como a renda permite um número virtualmente ilimitado de distinções, garantindo a possibilidade de diferenciações internas.

Em segundo lugar, embora as definições categóricas permitam que se considere um conjunto amplo de critérios para definir as classes em questão, contribuindo para o maior refinamento teórico das definições operacionais, na prática, em boa parte dos exercícios explicativos esses

diversos fatores estão altamente correlacionados, de modo que as diferentes dimensões adotadas convergem para uma única. Essa dimensão única é o que se chama de hierarquia socioeconômica e pode ser dada, de maneira geral, por uma composição de escolaridade e renda. Assim, a definição unidimensional em termos de rendimento perde sim informações, mas a perda seguramente não é tamanha que invalide sua aplicação. A renda constitui um eixo de classificação com alto poder explicativo, podendo, portanto, a desigualdade de rendimentos ser considerada uma representação para a desigualdade de classes enquanto condições de vida. Finalmente, como o objetivo central dessa tese é estudar a disparidade racial na composição do grupo dos ricos, o trato com rendimentos é definitivamente mais adequado dada a inabilidade de esquemas baseados em títulos ocupacionais para identificar consistentemente a condição de riqueza (Medeiros & Souza, 2014).

2.3 Os métodos utilizados

A hipótese tradicional de mitigação do racismo pelo surgimento de uma ordem competitiva é geralmente formulada em termos longitudinais, isto é, pela proposição de que com o avanço do tempo, no qual decorre o processo de modernização, as desigualdades associadas diretamente à condição racial tenderiam a se reduzir e a eventualmente desaparecer. O volume de pesquisas que mostra a relevância persistente da condição racial refuta, portanto, essa hipótese. Para testar a hipótese contrária, de que a diferenciação da estrutura de classes está associada ao aumento da desigualdade racial, mobiliza-se aqui uma perspectiva transversal. Como o Brasil é um país de dimensões continentais e marcado por grandes desigualdades regionais em termos de desenvolvimento econômico, é possível aferir como a desigualdade racial varia ao longo de regiões mais ou menos economicamente dinâmicas. Essa variação é observada ao longo de unidades federativas e também ao longo de municípios.

Em sua seção sobre contas regionais do Brasil, o IBGE disponibiliza os dados sobre Valor Bruto da Produção para diversos setores da atividade econômica. É possível obter lá, para cada unidade federativa, o Valor Bruto da Produção da indústria da transformação. Toma-se aqui esses valores para o ano de 2009, a preços correntes, como um indicador do nível de industrialização da respectiva unidade federativa. Já para os municípios, não há esse tipo de informação disponível. Recorre-se então, nesse caso, ao tamanho da população como indicador de dinamismo econômico,

com base no fato de que, historicamente, o aumento da população nas cidades está relacionado ao seu desenvolvimento econômico, que amplia as possibilidades de trabalho e de acesso a serviços. Municípios mais povoados são, em geral, mais economicamente dinâmicos.

Por outro lado, uma medida da desigualdade de renda diretamente associada à condição racial, para cada unidade federativa, assim como para cada município, pode ser obtida através de regressões lineares. Mais especificamente, estima-se um modelo em que o logaritmo da renda pessoal no trabalho principal é explicado pela escolaridade, pela idade, pela localização rural ou urbana do domicílio, pela ocupação das pessoas e, finalmente, pela atribuição racial. O objetivo é obter um coeficiente associado à variável raça que expresse os impactos diretos discriminação racial, graças ao controle exercido pelas outras variáveis incluídas no modelo.

A escolaridade é considerada em termos de quatro indicadores para níveis de ensino mutuamente exclusivos: (a) ensino fundamental incompleto ou menos, (b) médio incompleto ou menos (inclui fundamental completo), (c) superior incompleto ou menos (inclui médio completo) e (d) curso superior completo, incluindo mestrado ou doutorado. Como desigualdades educacionais entre negros e brancos medeiam parte da desigualdade racial de renda, é importante incluir controle estatístico por essa variável para que se obtenha uma medida de desigualdade diretamente relacionada à condição racial das pessoas.

A idade é, por praxe, incluída com um termo quadrático em regressões desse tipo de modo que a modelagem se ajuste ao fato de que os rendimentos aumentam com a idade, mas até certo ponto, onde há uma ligeira queda, o que se descreve com uma curva parabólica. A princípio, como reza a teoria do capital humano, a idade é um indicador da experiência profissional e por isso se relacionada a maiores níveis de rendimento. Contudo, a idade se relaciona à renda também por outros motivos. Ao longo de sua trajetória de vida, as pessoas se tornam mais experientes não apenas no sentido de adquirirem mais habilidades produtivas. Elas também aprendem estratégias para procurar e lidar com oportunidades no mercado de trabalho, estabelecem redes de contato economicamente úteis e estabilizam expectativas em face do seu horizonte de possíveis. Nesse sentido, a correlação entre idade e renda é mais bem interpretada do ponto de vista das teorias do curso de vida, que versam sobre esse conjunto mais amplo de aprendizados (Shanahan and Porfelli, 2002; Staff and Mortimer, 2007; Warren, 2002). A presença de um indicador para residência urbana ou rural também é um controle importante. Como há associação entre essa variável e os rendimentos, a eventual concentração de negros em áreas rurais poderia enviesar os resultados.

Embora, de acordo com o exposto na seção 2.2, a mediação da desigualdade racial pela posição ocupada no arranjo produtivo não seja objeto do presente estudo, no caso desse exercício é importante levar em conta posições ocupacionais. A própria diferenciação da estrutura de classes opera uma ampliação dos suportes para a desigualdade racial, fazendo com que unidades federativas e municípios maiores tendam a apresentar maior desigualdade racial pelo simples fato de terem uma estrutura ocupacional mais diferenciada. Ao inserir-se controle pelas categorias ocupacionais, elimina-se a influência dessa tendência sobre os resultados. Assim, caso se observe mais desigualdade racial em locais mais economicamente dinâmicos, isso não poderá ser explicado pela maior diferenciação da estrutura ocupacional.

O modelo de regressão assim definido pode ser estimado para todas as unidades federativas e para municípios com cinco mil habitantes ou mais, obtendo-se uma medida da desigualdade de renda diretamente associada à condição racial. Pode-se então verificar a correlação existente entre essa medida e o Valor Bruto da Produção da indústria da transformação, no caso das unidades federativas, e com o tamanho da população no caso dos municípios. Tanto os valores brutos da produção quanto os tamanhos populacionais foram convertidos em escala logarítmica, com o a finalidade de tornar os valores mais tratáveis. Um incremento na correlação com a desigualdade racial também foi observado, em comparação com as escalas originais.

Por sua vez, a hipótese sobre o princípio de articulação entre classe e raça exige uma técnica que permita a extrapolação da análise em torno da média. A técnica de decomposição proposta por Junh et al. (1993), doravante denominada JMP, atende a esse propósito. Através de uma série de simulações, essa técnica permite decompor a desigualdade de rendimentos entre negros e brancos, para diferentes posições na distribuição de renda, em três componentes: (a) um devido às diferenças entre os grupos no que diz respeito à distribuição das variáveis explicativas incluídas no modelo, (b) outro que se deve às diferenças, entre os grupos, nos coeficientes que associam essas variáveis aos níveis de rendimento e, finalmente, (c) um componente que se deve a fatores não observados. Ao presente exercício, é o segundo componente que interessa mais. Ele expressa a desigualdade racial que se deve ao fato de que o mundo, em certo sentido, funciona de modo diferente para negros e brancos. Em outras palavras, o que os coeficientes expressam é o comportamento da associação entre os fatores considerados no modelo e os rendimentos e esse comportamento não é o mesmo para brancos e negros. É por isso que esse componente pode ser tratado como uma medida dos impactos da discriminação racial.

É verdade que essa interpretação não é de todo inquestionável. Pode-se argumentar, por exemplo, que os engenheiros negros tendem a se formar em escolas de menor qualidade e prestígio e que por isso, em média, suas credencias se revertem em menores níveis de rendimento. A questão é que dificilmente um pesquisador dispõe de uma observação direta das práticas de discriminação e, porquanto se deseja obter uma medida razoável dos seus impactos diretos, recorre-se, seguindo uma considerável tradição de estudos (Fairlie, 1999; Kitagawa & Hauser, 1968; R. L. Oaxaca & Ransom, 1994; Yun, 2009) a essa medida como uma aproximação desses impactos.

Para a aplicação desse exercício, recorre-se a um modelo de regressão mais simples que o exposto mais acima. O interesse é distinguir, por um lado, a porção da desigualdade racial que se deve a diferenças entre negros e brancos em atributos individuais relacionados à renda, sobretudo a educação e, por outro lado, a porção dessa desigualdade que se deve ao fato de que o mercado de trabalho não responde, da mesma maneira, aos atributos individuais dos dois grupos raciais, em prejuízo das pessoas negras. Com isso, o modelo de regressão adotado explica a variação na renda apenas em função da idade e da escolaridade. Para exercer controle sobre a segmentação geográfica, que reduz a renda esperada dos negros dada sua concentração em regiões com menores níveis de rendimentos, restringe-se o estudo à população urbana da região sudeste, sendo os resultados consistentes àqueles obtidos para outras regiões.

A hipótese sobre a acomodação das relações raciais em posições de classe é testada ainda a partir de uma segunda opção operacional. Embora, ao estimar distribuições inteiras através dos exercícios de simulação, a decomposição JMP permita trabalhar com diferentes posições na distribuição de renda, os coeficientes são ainda estimados por uma regressão linear centrada na média. Em outras palavras, o comportamento da distribuição de renda é observado com base em cálculos centrados da média de rendimentos. Assim, podem haver ainda dúvidas a respeito de em que medida esse exercício capta propriamente o comportamento diferencial da desigualdade diretamente associada à raça ao longo da distribuição. Convém, portanto, uma técnica que permita estimar conjuntos distintos de coeficientes para diferentes posições na distribuição de renda, o que é o caso da regressão por quantis.

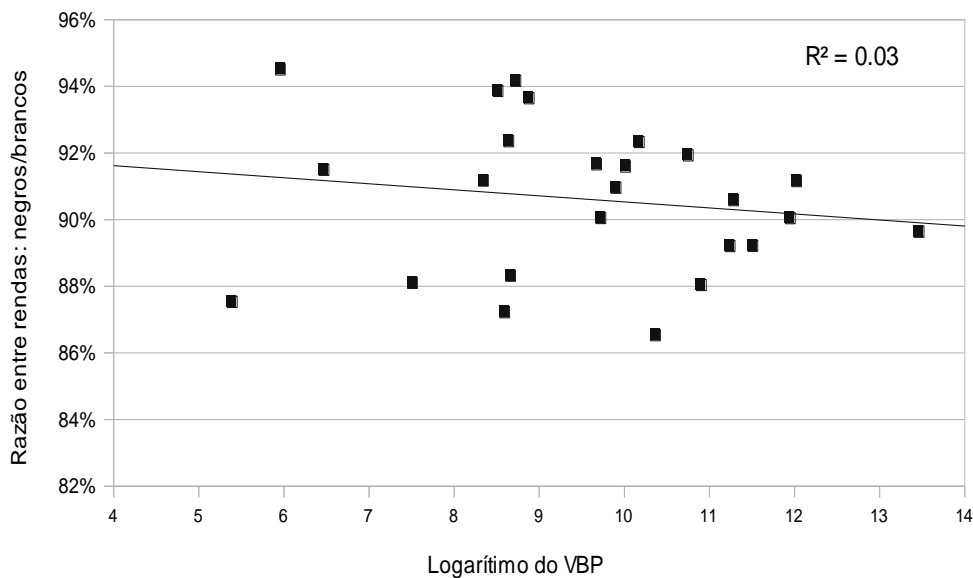
Do ponto de vista substantivo, os coeficientes desse tipo de regressão são interpretados do mesmo modo que os coeficientes de uma regressão linear. A diferença é que eles são calculados por um ajuste matemático que se dá não em torno da média, mas de diferentes quantis, como a mediana, por exemplo. Além disso, suas rotinas de estimação são computacionalmente mais

intensivas, pois envolvem métodos não exatos de minimização dos resíduos que são computados em termos de valores absolutos e não quadráticos como no método dos Mínimos Quadrados Ordinários, em geral utilizado em regressões lineares. Com a regressão quantílica, foi possível estimar coeficientes associando a condição racial à renda para diversas posições da distribuição, mais precisamente: os 25°, 50°, 75°, 90°, 95° e 99° quantis de renda. O modelo de regressão aplicado é bastante parcimonioso, incluindo apenas cinco níveis de escolaridade e a idade, além da condição racial, para explicar a variação dos rendimentos. O controle por segmentação geográfica foi implementado mais uma vez por restrições na população em estudo, sendo expostos apenas os resultados para as zonas urbanas da região sudeste.

2.4 Desigualdade racial ao longo da distribuição de renda

Primeiramente, observe-se como a desigualdade racial se comporta diante do dinamismo econômico das Unidades Federativas. De acordo com o exposto na seção anterior, aplicando o modelo de regressão linear à distribuição de renda das unidades federativas, tomadas uma a uma, obtém-se um coeficiente associado à variável raça a partir do qual se pode computar a razão entre a renda de negros e de brancos, mantidas constantes as outras variáveis consideradas no modelo. Note-se que as regressões tiveram boa performance. Ao longo das diferentes unidades, a proporção da variação da renda explicada pelos modelos oscilou entre 39% e 59%, mantendo-se em torno de 45%. A partir dos resultados, elaborou-se um diagrama de dispersão associando o valor bruto da produção das unidades federativas à desigualdade diretamente associada à condição racial. O Gráfico 2.1 mostra esse diagrama. O padrão observado oferece um suporte muito frágil à hipótese de que o dinamismo econômico se correlaciona com maiores níveis para desigualdade diretamente associada à condição racial. O coeficiente de determinação entre essas duas grandezas é da ordem de 0,03, relevando que apenas 3% da variação na desigualdade racial de renda responde à variação nos valores brutos de produção. Além disso, a correlação não é estatisticamente significativa.

Gráfico 2.1: Diagrama de dispersão: desigualdade racial por nível de industrialização. Brasil, 2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Considerando os municípios, observa-se o mesmo padrão, mas com resultados mais robustos do ponto de vista estatístico. Um número de 1.064 municípios foi considerado na análise. Ao longo dos municípios, a desigualdade diretamente relacionada à condição racial, ou seja, aquela que persiste mesmo quando considerados todos os controles discutidos na seção anterior, varia bastante. Ela vai de situações em que a renda esperada dos negros fica em torno de 50% da renda esperada dos brancos até situações de igualdade racial de renda, sendo que os valores se concentram em torno de 90%, um nível moderado de desigualdade, mas ainda assim considerável tendo em vista que se isolou o efeito de muitas fontes de desigualdade racial de renda, inclusive a distribuição desigual de negros e brancos entre categorias ocupacionais. A Tabela 2.1 mostra os resultados de um modelo de regressão muito simples, que explica os níveis de desigualdade racial exclusivamente em função do tamanho dos municípios (o logaritmo da população total).

Tabela 2.1: Regressão linear: desigualdade racial pelo tamanho dos municípios. Brasil, 2010.

	Sem controle por ocupações	Com controle por ocupações
Coefficiente associando a população do município à desigualdade racial	-0,010	-0,008
Proporção da variância explicada	4,5%	3,6%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

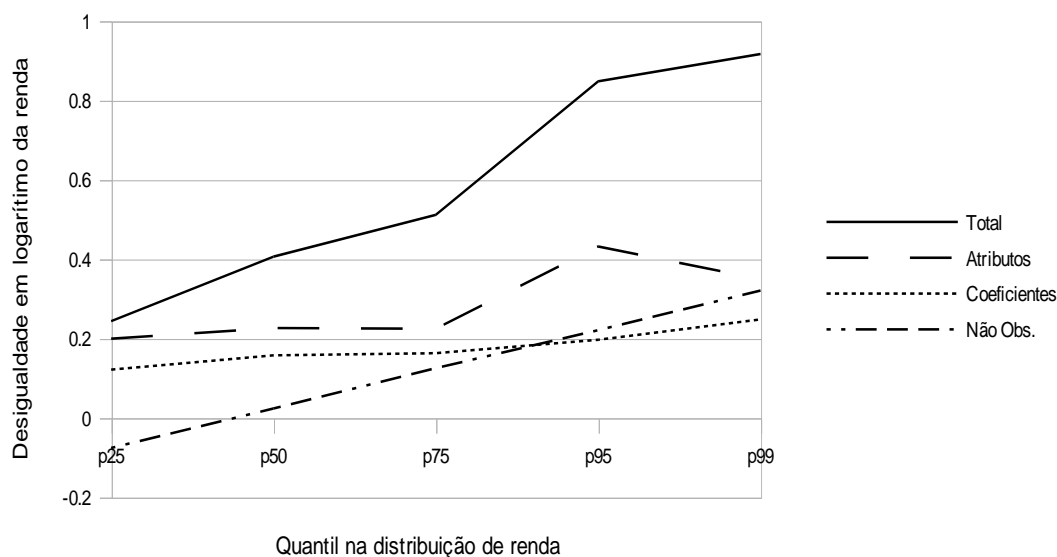
A regressão linear da desigualdade racial em função do logaritmo do tamanho do município revela uma correlação estatisticamente significativa. A performance do modelo continua tímida, contudo, explicando uma proporção muito modesta da variação na desigualdade. O importante, contudo, é que há uma correlação significativa entre as duas grandezas. Quanto maior o município, maior a desigualdade diretamente associada à condição racial. Os resultados também mostram a relevância do controle pelas ocupações. Como foi argumentado na seção anterior, parte da associação encontrada poderia se dever ao simples fato de que municípios mais economicamente dinâmicos contam com uma estrutura ocupacional mais diferenciada, o que implicaria em maior desigualdade. Sem embargo, quando as regressões lineares aplicadas a cada município não incluem controle pela distribuição ocupacional dos grupos raciais, observa-se, ao final, uma correlação maior entre a desigualdade de renda e o tamanho dos municípios. Tanto é maior o coeficiente relacionando a desigualdade racial ao tamanho do município quanto é melhor a performance do modelo, explicando 4,5% da variação na desigualdade.

Já quando se consideram os resultados que levam em conta o controle por ocupações, a proporção da variância explicada cai a 3,6% e o coeficiente passa a ser -0,008 ao invés de -0,010. Considerando esses resultados, uma forma de compreender, de maneira um pouco mais intuitiva, a habilidade com a qual o tamanho dos municípios explica a desigualdade racial de renda é considerar o seguinte. A razão entre a renda esperada de negros e de brancos varia, de fato, entre 50% e 100% ao longo dos municípios. Por outro lado, o modelo de regressão prevê, basicamente, uma variação entre 87% e 96%, uma variação muito menor, mas ainda assim considerável.

Se a desigualdade racial parece mesmo se acirrar com o dinamismo econômico, ela também parece se agravar ao longo da hierarquia das posições de classe, obedecendo o princípio da acomodação. Os resultados da decomposição JMP da desigualdade racial ao longo da distribuição

de renda são expostos no Gráfico 2.2. A linha contínua representa a desigualdade total de renda entre os grupos raciais. A linha tracejada representa a contribuição dos atributos individuais, enquanto a que alterna traços e pontos representa a contribuição de fatores não observados. A linha pontilhada, por sua vez, é a que representa a contribuição dos coeficientes, ou seja, a contribuição estimada para os impactos diretos da discriminação racial. A desigualdade total é necessariamente a soma das três contribuições.

Gráfico 2.2: Decomposição da desigualdade ao longo da distribuição de renda. Brasil, sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.



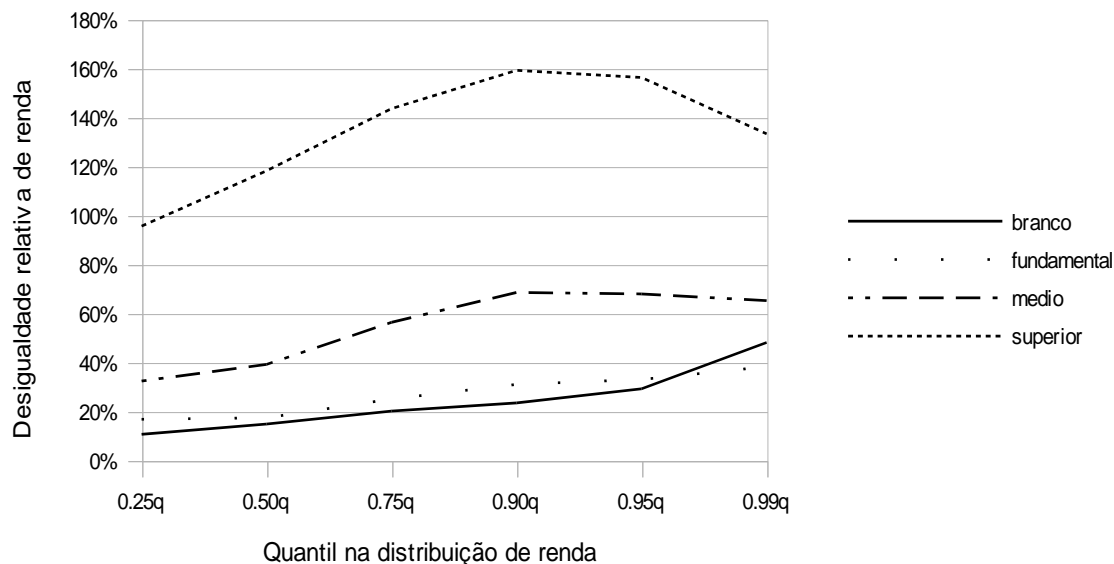
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Observando a curva da desigualdade total, nota-se que a desigualdade racial se eleva acentuadamente ao longo da distribuição de renda. Percebe-se também que essa desigualdade é majoritariamente mediada pelas desigualdades educacionais entre negros e brancos, cuja contribuição é a maior ao longo de todos os níveis de renda. As curvas se aproximam muito no topo da distribuição, mostrando uma mudança importante no comportamento dos mecanismos geradores de desigualdade racial de renda. Mas ainda aí, a desigualdade educacional responde sozinha por 38% da desigualdade total. Observa-se que há um pico na contribuição dessa fonte de desigualdade em torno do 95º quantil. A contribuição dos fatores não observados, por sua vez,

crece linearmente ao longo da distribuição. Finalmente, dando suporte à hipótese lançada, a contribuição dos coeficientes cresce também linearmente. Na escala logarítmica, essa fonte responde por uma desigualdade de 0,12 na base da distribuição, chegando a 0,25 no topo. Isso quer dizer que na base, a contribuição dos coeficientes faria, sozinha, com que a renda dos negros fosse 89% da renda dos brancos. No topo da distribuição, esse valor é agravado, chegando a 78%.

Como o exercício com a decomposição JMP toma como base os coeficientes estimados ainda em torno média, é importante testar a mesma hipótese através de regressões por quantis, que estimam coeficientes centrados em diferentes posições da distribuição de renda, sem, contudo, recair em problemas gerados por análises que procedem com o truncamento da distribuição de renda em diversas frações de amostra definidas por quantis (Koenker, 2005), como é o caso do estudo de Biderman e Guimarães (2004) sobre desigualdade racial a longo da distribuição de renda. Os resultados são expostos no Gráfico 2.3. Além dos coeficientes associados à condição racial, são dispostos também os coeficientes associados, respectivamente, a obtenção do ensino fundamental, do médio ou do superior completos.

Gráfico 2.3: Regressão quantílica para a desigualdade racial de renda. Brasil, sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Os resultados são consistentes com os encontrados pela decomposição JMP. Nota-se que os coeficientes variam bastante ao longo da distribuição de renda, reforçando a ideia de que a análise centrada na média esconde informações importantes sobre o comportamento das correlações. Como a renda está em escala logarítmica, os coeficientes são uma aproximação da desigualdade relativa, em porcentagens, entre a renda esperada dos brancos e a renda esperada dos negros no respectivo quantil. Essa aproximação é boa para os valores em torno de 20% ou abaixo. Acima disso, trata-se de uma subestimação consistente, ou seja, as diferenças são, na verdade, um pouco maiores que aquelas apresentadas. Em se tratando dos níveis de ensino, as porcentagens devem ser interpretadas como a vantagem de cada nível educacional em comparação com o conjunto das pessoas analfabetas ou com ensino fundamental incompleto. No que se refere à condição racial, a figura mostra a vantagem dos brancos com relação aos negros.

Nota-se que a formação superior se relaciona a níveis muito mais elevados de rendimento ao longo de toda a distribuição. Contudo, essa correlação começa a cair quando se passa do nonagésimo quantil. O mesmo acontece com o ensino médio, porém de modo mais discreto. O ensino fundamental completo, por sua vez, associa-se a uma vantagem muito menor que, entretanto, cresce consistentemente ao longo da distribuição de renda. Embora a educação, especialmente a superior, esteja associada a maiores níveis de rendimentos, essa correlação perde força no topo da distribuição, indicando que a renda dos mais ricos se explica menos por suas realizações educacionais. É na região média-superior da hierarquia de classe que a educação parece contar mais intensamente como fator diferenciador de rendimentos.

A desvantagem do negro, por seu turno, não é apenas crescente ao longo de toda a distribuição, como também cresce mais acentuadamente quando se chega ao topo, do 95º ao 99º quantil. Essa é mais uma evidência favorável à ideia de que existe uma acomodação das relações raciais em posições de classe. Quanto mais elevada a posição na distribuição de renda, maior a desvantagem associada à condição racial, mesmo controlando-se por outros fatores importantes como educação e segmentação geográfica. Aliás, a própria educação, nitidamente a educação superior e mais discretamente o nível médio de ensino, não segue o mesmo padrão que a condição racial, com seus impactos sofrendo certa redução no topo da distribuição. São os coeficientes associados à condição do negro que seguem nitidamente o comportamento previsto. É temerário afirmar que esse padrão se deva exclusivamente ao comportamento das práticas de discriminação

racial, à resistência imposta às pessoas negras de acordo com a posição social em questão. Entre os mais ricos, diferenciais de renda devem se tornar mais sensíveis a fatores como a herança material e imaterial, como a inclusão em redes de favorecimento de elite, por exemplo. Como é razoável supor que os negros estejam também em desvantagem quanto a esses fatores, a sua não inclusão no modelo enviesou os coeficientes associados à condição racial, respondendo talvez em parte pelo padrão apresentado. O que as evidências empíricas sustentam diretamente é, portanto, que um complexo de fatores, envolvendo tanto práticas de discriminação quanto mecanismos de mediação da desigualdade racial não observados, comporta-se de acordo com o princípio da acomodação das relações raciais em posições de classe.

2.5 Conclusão

Notou-se o papel importante desempenhado pela comparação com os Estados Unidos nas teorias sobre as relações raciais no Brasil. Na verdade, tentou-se mostrar como essa comparação comprometeu boa parte da produção sobre o tema. Primeiro, essa comparação comprometeu o reconhecimento da existência de discriminação racial, enquanto fenômeno social amplo e relevante do ponto de vista da estratificação social, sob a ausência de formação de castas. Posteriormente, essa comparação deu base às teorias da especificidade nacional que, tentando identificar os mecanismos de discriminação racial especificamente operantes na realidade brasileira, mantiveram ainda uma esquematização excessiva do que seria a discriminação racial tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. A discriminação racial com base no fenótipo apareceria como faceta específica do caso brasileiro, algo que não se sustenta diante dos fatos.

Notou-se ainda que uma terceira onda teórica se desenvolveu, cuja principal característica foi a de formalizar, através de recursos estatísticos, a principal questão a que os estudos anteriores chegaram: Se existe e em que medida existe um impacto da condição racial sobre as chances de vida que independe, ou melhor, que não é mediado pela origem social. Viu-se que essa terceira onda teórica converge para um campo de estudos sobre estratificação e discriminação que se consolida nos Estados Unidos a partir da década de 1960, centrados na lógica dos modelos de efeitos parciais. As aplicações orientadas por essa perspectiva têm consistentemente apontado para a existência de um impacto diretamente associado à condição racial. A tese da acomodação,

ensaiada já no contexto da segunda onda teórica, pode ser articulada enquanto um desdobramento da terceira, enunciando não apenas a existência de efeitos parciais, mas também a de um comportamento determinado desses efeitos ao longo da hierarquia socioeconômica.

A tese da acomodação não afirma apenas que a hierarquia racial constitui uma semântica sobreposta à hierarquia de classes, com a negritude simplesmente conotando posições sociais subalternas. Fosse assim, a condição de classe seria o significado, o conceito definidor da posição na hierarquia social. Já a cor, um dos significantes possíveis para essa hierarquia, uma forma estética associada a determinada posição típica de classe e, portanto, capaz de comunicá-la. Embora essa associação indutiva entre raça e classe seja um fenômeno importante, gerador de uma semântica onde posição racial pode comunicar, por analogia, posição de classe, a tese da acomodação reivindica também a condição racial enquanto um significado, não apenas enquanto significante. Há o conceito sobre as pessoas negras como inferiores e socialmente indesejadas. Esse conceito encontra na estrutura de classes um conjunto de posições empiricamente dadas, nas quais se realizam expectativas compartilhadas sobre o lugar social das pessoas de cor.

A consideração mais circunstanciada dessa lógica subjacente é o que faz com que a tese da acomodação ultrapasse as questões colocadas pela terceira onda teórica. Embora essa última concorde em afirmar a relevância da condição racial enquanto uma das dimensões da estratificação racial, ela não propõe, como a tese da acomodação, a existência de uma interação estrutural entre classe e raça. Ela afirma que essas duas dimensões existem e procura mensurar sua relevância relativa num processo global de estratificação, compreendido como multidimensional. Não se preocupa, contudo, com a existência de um padrão inteligível de articulação entre essas duas dimensões. É exatamente isso que a tese da acomodação propõe, com suporte em evidências empíricas. Quanto maior a contrariedade ao princípio subjacente de articulação entre raça e classe, maior a desigualdade diretamente associada à condição racial.

É oportuno finalizar esse capítulo com algumas considerações sobre a ideia de “embranquecimento”. Como se sabe, não é incomum o argumento de que o negro, ao ascender socialmente, “embranquece”, no sentido de ser aceito socialmente como uma pessoa branca, como se a ascensão de classe virtualmente eliminasse a discriminação racial. Como se pode notar, os resultados aqui apresentados dão muito pouco alento a essa ideia. Contudo, mais do que descartada, tal ideia precisa ser mais bem compreendida em termos de um fenômeno semântico. Ponha-se de lado a ideia de que se trata da irrelevância do preconceito racial diante da ascensão

socioeconômica. O que então esse termo poderia significar? O que se revela é uma figura de linguagem; nada mais e nada menos que uma metonímia. É que a classificação social opera muitas vezes por síntese. Se, do ponto de vista analítico, condição racial e posição de classe constituem dimensões distintas da formação de status, do ponto de vista da experiência, a colinearidade empírica entre esses dois vetores informa uma semântica sintética de classificação social.

O fato de se utilizar eventualmente termos de branquidão para se referir a um negro que é rico não significa que o eixo de classificação racial tenha sido abandonado em nome do eixo de classificação por classe, mas tão somente que aquilo que seria o eixo de classificação racial assume, por metonímia, uma habilidade expressiva para conotar posição de classe ou, melhor ainda, status social. É como se fosse extraída, de maneira espontânea, da distribuição por esses dois eixos de classificação (a raça e a classe) a componente principal que expressa uma variável latente, que seria o próprio status social. O “embranquecimento” consiste em atribuir a essa grandeza latente o rótulo de branquitude. Nesse sentido, o “embranquecimento” é apenas expressão de uma operação lógica sintética, ao nível das formas de classificação social, que faz a brancura operar como rótulo para uma grandeza latente que constitui uma noção genérica de prestígio. Trata-se, em essência, de algo que já foi dito: “(...) funcionando a cor e os traços somáticos, em grande parte, como símbolos de status, a resistência aos casamentos inter-raciais traduz ao mesmo tempo preconceito de classe e de raça, ou melhor, de 'cor'” (Azevedo, 1955).

Não se pode confundir o “embranquecimento”, que constitui sem dúvidas um fenômeno relevante do ponto de vista semântico, com o princípio de articulação entre raça e classe no que se refere ao comportamento efetivo da discriminação racial ao longo da hierarquia socioeconômica. Esse princípio parece ser o da acomodação das relações raciais em posições de classe e, de acordo com esse, as resistências sociais impostas aos negros na verdade se agravam quando se trata de posições sociais mais elevadas. De acordo com essa acomodação, o negro que enriquece não é um branco. Ele parece ser antes de tudo aquilo que é: um negro rico. E contra ele reage um princípio que é contrariado pela posição de classe que ele ocupa.

3 Condição racial e riqueza

Como foi visto no capítulo anterior, obedecendo a lógica subjacente da acomodação das relações raciais em posições de classe, a desigualdade racial atinge um estado crítico nas posições mais elevadas da distribuição de renda. Foi visto que especialmente no percentil que delimita o grupo dos ricos conforme aqui definido, é maior a magnitude da desigualdade de renda associada ao indicador de condição racial. Antes, contudo, de avançar ao estudo dos determinantes da riqueza, tarefa do próximo capítulo, é importante observar como a desigualdade racial de renda, especialmente a desigualdade racial na composição do grupo dos ricos, se relaciona à desigualdade de renda em geral. Uma pergunta muito importante a se fazer é: a redução da disparidade racial de riqueza reduziria a desigualdade de renda na população total?

Além disso, considere-se que a desigualdade racial de riqueza pode ser considerada sob dois aspectos. Um referente à composição do grupo dos ricos e outro referente aos níveis de riqueza dos ricos ou, em outras palavras, ao quanto os ricos são ricos. Como o grupo dos ricos é definido em termos de uma linha de rendimentos, é de se esperar alguma homogeneidade de renda entre negros e brancos dentro desse grupo. Trata-se, afinal, do conjunto de negros e de brancos com rendimentos acima da linha da riqueza. Se os negros são minoria nesse grupo, não é necessário que, além disso, dentro desse grupo eles tenham níveis de afluência inferiores aos dos brancos. A disparidade racial de riqueza poderia ser apenas de composição. Nesse capítulo, testa-se também a hipótese de que existe disparidade racial de riqueza em termos de nível.

3.1 Os métodos utilizados

Embora a noção de distribuição de rendimentos seja intuitivamente evidente, cabe explicitar as características básicas que a definem. Uma delas é o *nível* da distribuição, ou seja, a magnitude das quantidades distribuídas. A outra delas é a *forma* da distribuição, ou seja, a configuração assumida pela dispersão dessas quantidades. Descrever uma distribuição de rendimentos significa, essencialmente, oferecer uma representação adequada para essas duas características. Para realizar essa tarefa, existem diferentes recursos disponíveis. A principal preocupação ao se escolher qualquer um deles diz respeito às informações que estes eles mantêm ou perdem. Essa questão é

especialmente sensível no que se refere à *forma* da distribuição. Medidas como o coeficiente de Gini, por exemplo, são meios para representar características da forma de uma distribuição. Trata-se de definir uma função que “traduzirá” toda uma curva em termos de um único número. Mais do que nunca, traduzir é trair. Certamente há perdas de informação no processo. Nesse sentido, tabelas e gráficos assumem um interesse especial. Principalmente os gráficos que, enquanto representações espaciais, fazem um bom trabalho em preservar informações sobre a forma da distribuição, oferecendo, além disso, uma abordagem bastante intuitiva.

Por outro lado, medidas sintéticas possuem suas próprias vantagens. A primeira, e mais óbvia, refere-se exatamente ao seu poder de síntese. Há uma simples questão de economia na exposição. É simplesmente conveniente poder expressar um conjunto grande de informações em termos de um conjunto mais enxuto. O mais importante, contudo, é que medidas sintéticas possuem algumas vantagens do ponto de vista analítico. Por elas serem obtidas através de determinadas funções, é possível definir funções de modo a priorizar certo tipo de informação. Por exemplo, uma medida sintética de riqueza pode ser definida para representar a proporção dos ricos na população total. Modificando-se sua função, pode-se obter uma medida que também preserve informações sobre a desigualdade de renda entre os ricos.

Outra vantagem analítica das medidas sintéticas é a possibilidade decompô-las. Tais medidas podem ser decompostas quer em termos de fatores quer em termos de subgrupos que compõem a distribuição total dos rendimentos. Se for esse o interesse, uma medida de desigualdade de renda pode ser decomposta em termos da contribuição de diferentes fontes de rendimento: trabalho, pensões, aluguéis, etc. Já no presente caso, deseja-se decompor medidas em termos de subgrupos: negros e brancos. Nem todas as medidas são igualmente decomponíveis. Essa característica depende da função matemática que a define. No presente estudo, opta-se por trabalhar com a medida de desigualdade dada pelo Índice de Theil (1979), já que essa permite a decomposição aditiva da desigualdade total, que, no nosso caso, passa a ser dada por três componentes: a 0

desigualdade interna ao grupo dos negros, a desigualdade interna ao grupo dos brancos e a desigualdade de renda entre negros e brancos.

Para investigar a existência de disparidade racial de riqueza em termos de nível, será utilizada a medida de riqueza proposta por Medeiros (2005). Peichl et al. (2010) propõem modificações na função matemática que define essa medida, principalmente com o objetivo de ajustá-la a necessidades de comparações internacionais. Nesse sentido, uma de suas principais

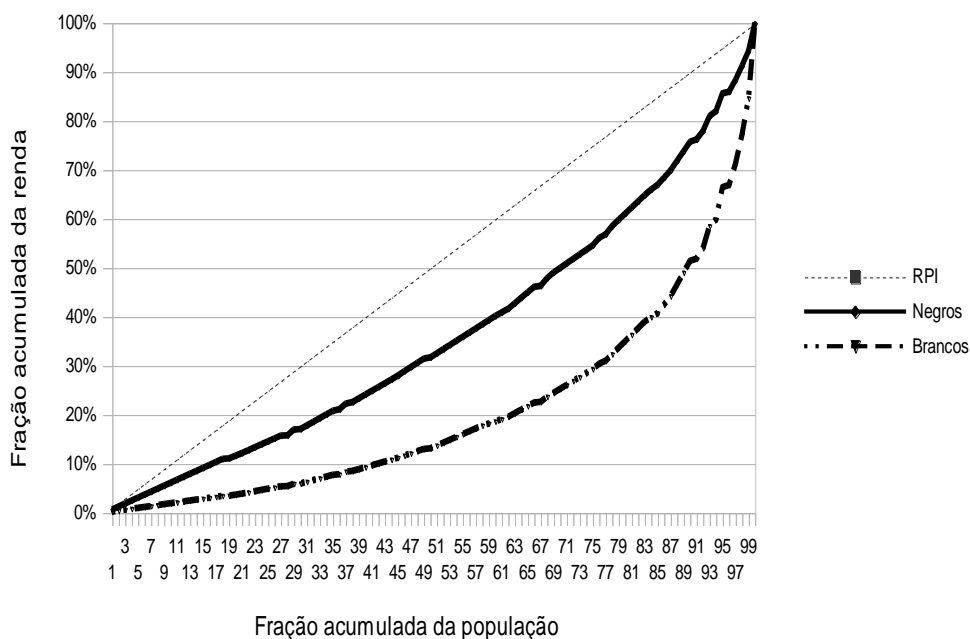
preocupações é a de estabelecer uma função insensível à escala dos rendimentos (o que é fundamental para a comparabilidade entre medidas de riqueza para países com moedas e níveis de rendimento distintos) e também a conveniência de uma medida dotada de valor máximo (no caso, a unidade). Essas preocupações não são, contudo, relevantes para o presente trabalho, o que motiva a utilização da formulação proposta por Medeiros (2005), que é muito mais intuitiva.

3.2 Negros e Brancos na distribuição de renda

O que aconteceria com a desigualdade de renda na população como um todo caso a diferença de nível entre os rendimentos de negros e de brancos se mantivesse, mas a distribuição entre os negros assumisse a mesma forma que a distribuição entre os brancos atualmente possui? Por outro lado, o que aconteceria com a desigualdade global se o nível da distribuição de renda entre os negros se igualasse ao nível da distribuição de renda entre os brancos, mantendo-se inalterada, contudo, a forma das respectivas distribuições? E se tanto nível quanto forma fossem equiparados? Esses são cenários hipotéticos interessantes do ponto de vista interpretativo, pois representam situações limite daquilo que podem ser processos reais de redução da desigualdade racial, especialmente quanto à correção da disparidade racial de riqueza. Para compreender isso, observe-se primeiro a forma e o nível das distribuições de renda dos grupos raciais.

A distribuição de renda dos brancos supera a distribuição dos negros em nível e difere desta em forma, sendo muito mais desigual. Para representar essas diferenças, utiliza-se as Curvas de Lorenz, que constituem um dos recursos mais difundidos no estudo sobre desigualdade de rendimentos. As Curvas de Lorenz dispõem frações acumuladas da população no eixo horizontal e frações acumuladas da renda total no eixo vertical. O Gráfico 3.1 mostra, simultaneamente, as Curvas de Lorenz para negros e para brancos, calculadas separadamente para cada grupo.

Gráfico 3.1: Curvas de Lorenz para Negros e Brancos. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria

A melhor forma de compreender esse gráfico é partindo da situação de perfeita igualdade, representada pela Reta da Perfeita Igualdade, em pontilhado. Se a distribuição de renda em um grupo fosse perfeitamente igualitária, então, 20% da sua população acumularia 20% da renda do grupo, 40% da população acumularia 40% da renda do grupo e assim sucessivamente, o que formaria uma reta. Por outro lado, quanto maior o arco da curva, maior a desigualdade de renda no grupo em questão. A curva se torna mais e mais côncava na medida em que maiores parcelas da população mais pobre recebem uma menor proporção acumulada dos rendimentos totais. Observa-se assim a maior desigualdade de renda no interior do grupo dos brancos. Note-se, por exemplo, que entre os negros os 35% mais pobres detêm 20% da renda total do grupo. Já os 35% mais pobres entre os brancos detêm apenas 8% da renda total desse grupo racial. Por outro lado, a fração dos 5% mais ricos entre os negros concentram 14% do total de renda do grupo. Já entre os brancos, os mesmos 5% mais ricos concentram 34%.

O coeficiente de Gini é uma medida estreitamente associada à curva de Lorenz. Como foi visto, quanto mais côncava for a curva de Lorenz, isto é, quanto maior for a sua distância com

relação à reta da perfeita igualdade, maior a desigualdade na distribuição. O coeficiente de Gini é uma função dessa distância. Se a curva de Lorenz coincide com a reta da perfeita igualdade então não haverá tal distância e o coeficiente de Gini será igual a zero. Quanto mais a curva se afasta da reta, maior o coeficiente de Gini se torna, até o limite de um. A Tabela 3.1 abaixo dispõe o coeficiente de Gini para a população total e para cada um dos grupos raciais²:

Tabela 3.1: Coeficiente de Gini para Negros, Brancos e População Total. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

População Total	0,463
Negros	0,388
Brancos	0,489

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

A desigualdade entre os brancos é em quase 0,10 pontos maior que a desigualdade entre os negros. O valor para a desigualdade total fica entre os dois valores, mas se aproxima mais do valor para a população branca. Tudo isso é fruto do fato de que, embora os brancos se concentrem nas

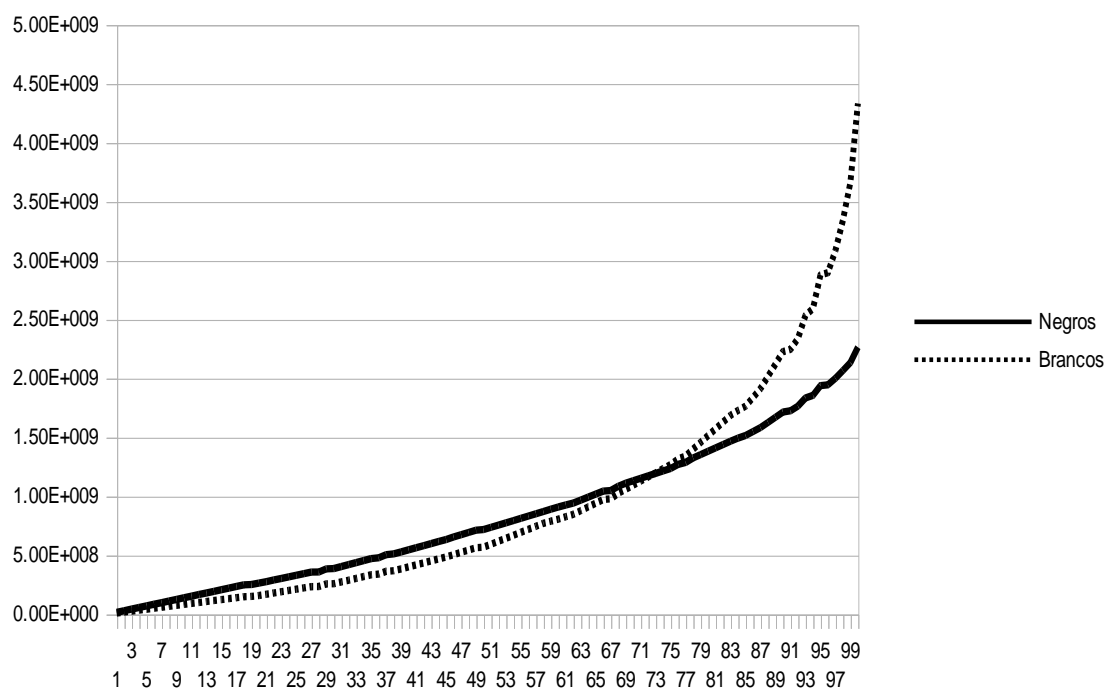
² O uso do coeficiente de Gini como medida de desigualdade é bastante difundido. É possível que o leitor confronte o valor aqui informado com valores informados por outras fontes. Antes de comparar esses valores e estranhar incompatibilidades, o leitor deve notar duas coisas. Primeiro: quais rendimentos estão sendo estudados. No presente caso, tratam-se dos rendimentos do trabalho principal. Por outro lado, boa parte das medidas de coeficientes de Gini divulgados ao público referem-se a rendimentos domiciliares per capita. Segundo: deve-se considerar a seleção da amostra em estudo. No presente caso, a diferença mais drástica é a exclusão de rendimentos inferiores a um salário mínimo. Essa exclusão certamente reduz a dispersão nos rendimentos e, portanto, as medidas de desigualdade. As restrições na idade para inclusão na amostra também têm um efeito de uniformização sobre os rendimentos, já que os valores de renda se dispersam de acordo com a idade. Utilizando-se os dados da PNAD 2012 sobre rendimentos do trabalho principal para todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam trabalhando, e sem a exclusão de rendimentos inferiores a um salário mínimo, obtém-se um coeficiente de Gini, para a população total, no valor de 0,491.

posições mais elevadas da distribuição de renda, eles ainda são 40% entre os que têm renda em torno de um salário mínimo. Ao mesmo tempo, eles são em torno de 80% dos 5% mais ricos. Em outras palavras, os brancos estão mais distribuídos que os negros por todos os percentis de renda, e concentram a maior parte da riqueza. Assim sendo, sua distribuição de renda assemelha-se mais, em forma, à distribuição da população total, e isso se reflete no coeficiente de Gini.

Note-se que as curvas de Lorenz são insensíveis a variações na escala dos rendimentos. Por exemplo, se a renda de todas as pessoas brancas fosse multiplicada por dez, de modo que ao longo de toda distribuição os brancos recebessem rendimentos pelo menos 10 vezes superiores aos dos negros, a curva de Lorenz, conforme apresentada acima, permaneceria inalterada. O nível de renda dos brancos seria maior que o atual, mas as proporções da renda total acumulada por cada porção da população não mudariam. Nesse sentido, a curva de Lorenz oferece uma representação para a forma da distribuição de rendimentos, mas ignora o seu nível.

Uma forma tradicional de se representar ao mesmo tempo, graficamente, forma e nível de distribuições de renda é a Curva de Lorenz Generalizada. Trata-se tão somente de uma modificação das curvas de Lorenz convencionais, onde se multiplica todos os valores do eixo vertical pela renda média do respectivo grupo. No presente caso, o estudo da Curva de Lorenz Generalizada se torna ainda mais intuitivo se no lugar da média, utiliza-se os totais de renda para cada grupo. Neste caso, ao invés de frações da média dos rendimentos, o eixo vertical do gráfico passa a representar frações da renda total acumulada por cada grupo racial. Pense-se nesse total de rendimentos como o total de recursos de bem estar disponível a cada grupo racial. As curvas mostram, então, como esse bem estar é distribuído cumulativamente no interior dos respectivos grupos. Abaixo, o Gráfico 3.2 mostra os resultados dessa operação. As cifras são, obviamente, muito altas e, por isso, os rendimentos são expostos em notação científica. De qualquer modo, o que importa é a comparação entre os grupos e não os valores absolutos de rendimento.

Gráfico 3.2: Curvas de Lorenz Generalizadas pelo total de rendimentos. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

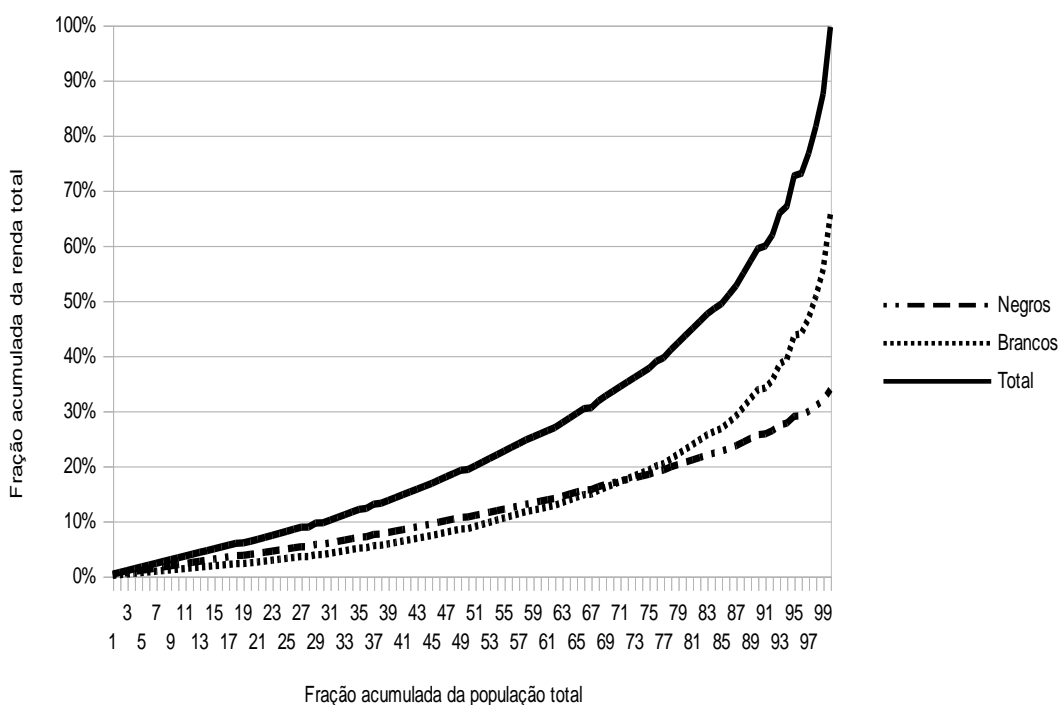


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

A melhor forma de compreender essas curvas é pensar nelas como uma mistura entre forma (desigualdade) e nível da distribuição de renda. O quanto uma curva se mantém acima ou abaixo da outra depende basicamente dos resultados dessa mistura até determinado quantil. O fato da curva dos negros manter-se acima da curva dos brancos ao longo de boa parte de percentis tem a ver não com o nível da distribuição de renda dos negros (que é menor), mas sim com sua forma. Como a distribuição de renda entre os negros é menos desigual, as frações mais pobres acumulam uma porção maior da renda total do grupo. Já entre os brancos, essa fatia é comparativamente muito menor. A curva dos brancos ultrapassa a dos negros à altura do 73º percentil. À essa altura, onde as curvas se cruzam, a população negra acumula 53% da sua renda total enquanto a população branca apenas 28%. Em outras palavras, 28% da renda total dos brancos equipara-se à 53% da renda total dos negros. A partir daí, a curva dos brancos distancia-se rapidamente da curva dos negros, mostrando níveis de rendimento acumulado muito superiores.

Se as diferenças na distribuição de renda entre os grupos raciais são tanto de nível quanto de forma, é preciso levar isso em consideração no momento de relacionar a desigualdade entre os grupos raciais à desigualdade total. Essas diferenças de forma na desigualdade interna aos grupos implicam numa contribuição diferencial para a forma da desigualdade total. O Gráfico 3.3 ilustra essa relação. Ele traz a curva de Lorenz para a população total e, sobrepostas a essa curva, curvas da contribuição de cada grupo racial para a proporção da renda total acumulada em cada percentil. Em outras palavras, em cada percentil, a curva de Lorenz para a população total é decomposta em termos da contribuição de cada grupo racial.

Gráfico 3.3: Decomposição da curva de Lorenz por grupos raciais. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Percebe-se nitidamente que a curva de contribuição dos brancos responde muito mais pela forma da distribuição total. A curva de contribuição dos negros é, por assim dizer, achatada,

enquanto a curva de contribuição dos brancos acompanha muito proximamente a forma da Curva de Lorenz da população total. A distribuição dos brancos é um retrato mais próximo da desigualdade global porque a desigualdade racial de renda manifesta-se pela pouca presença dos negros entre os mais ricos, o que distorce sua distribuição no sentido de uma maior igualdade, diretamente relacionada ao menor nível de afluência econômica. O que se deduz disso é que a redução da desigualdade racial impactaria a desigualdade de renda global de maneiras muito diferentes, a depender de como se alterem o nível ou a forma da distribuição de renda dos negros. É possível fazer exercícios contrafactuais para explorar cenários hipotéticos dessa alteração. Para tanto, uma particular medida de desigualdade se mostra útil.

O índice de Theil é uma medida sintética de desigualdade, como o coeficiente de Gini, embora não tenha a mesma associação com a Curva de Lorenz. Para compreendê-lo, é suficiente considerar que ele cresce na medida em que os valores dos rendimentos em determinado grupo se dispersam em torno da média. Numa situação de completa igualdade, onde todas as pessoas recebem o mesmo rendimento, esse rendimento recebido por cada pessoal será necessariamente igual à média. Nessa situação, o índice de Theil é igual a zero. À medida que os valores se dispersam em torno da média, o índice assume valores maiores. Diferentemente do coeficiente de Gini, que varia apenas entre zero e um, o índice de Theil pode crescer indefinidamente, embora valores superiores à unidade não sejam usuais

A Tabela 3.2 mostra o índice de Theil para a população total e para cada um dos grupos raciais:

Tabela 3.2: Índices de Theil para negros e brancos. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

População Total	0,510
Negros	0,370
Branco	0,548

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

De acordo com o esperado, do mesmo modo que os coeficientes de Gini apresentados anteriormente, os índices de Theil mostram que a desigualdade é maior entre os brancos do que entre os negros e que a magnitude da desigualdade geral está em um ponto intermediário entre essas duas, aproximando-se mais, contudo, da desigualdade no grupo dos brancos.

O primeiro passo para a implementação dos exercícios contrafactuais é decompor o índice de Theil da população total em termos de contribuições dos grupos raciais³. A ideia básica é decompor a desigualdade nos rendimentos na população em termos de duas fontes de variação: a desigualdade *entre* os grupos e a desigualdade *dentro* dos grupos. A contribuição da desigualdade interna aos grupos depende de duas coisas: o índice de Theil do respectivo grupo (a forma da sua distribuição) e a fração da renda total acumulada por ele (o nível da sua distribuição). Se a desigualdade dentro do grupo é maior, sua contribuição também será maior, tudo mais constante. Se um grupo acumula uma fração maior dos rendimentos totais, sua contribuição para o índice será também maior. A contribuição do grupo obtém-se pelo produto entre a sua fração acumulada e o seu índice de Theil. Para obter o índice total, soma-se às contribuições dos grupos o índice de Theil correspondente à desigualdade entre as rendas médias (desigualdade entre os grupos). A Tabela 3.3 apresenta os resultados dessa decomposição⁴.

³ O campo de estudos sobre decomposição de medidas de desigualdade é bastante amplo. No presente estudo, interessa apenas a decomposição aditiva, o que exclui índices muito conhecidos como o de Gini. Pyatt (1976) propõe interpretações para uma maneira possível de decompor aditivamente o coeficiente de Gini. Contudo, aplicações desse procedimento não são usais já que um dos termos da decomposição (chamado de overlap e referente ao fato de que um grupo com menor renda média possui certos indivíduos com rendimento maior que indivíduos do grupo com maior renda média) dificilmente rende interpretações de valor substantivo. As medidas aditivamente decomponíveis mais conhecidas e empregadas são os índices de Theil, ou, de modo mais geral, a família de Medidas de Entropia Generalizada, da qual o índice de Theil faz parte. Contudo, outro proeminente autor merece ser mencionado, embora tenha utilizado uma medida de desigualdade mais básica. No clássico *Equality of Educational Opportunity*, James Coleman (1966) emprega a decomposição aditiva da variância das notas dos estudantes em termos de (a) variância dentro dos grupos (entre os alunos de uma mesma escola) e (b) variância entre os grupos (entre as médias das escolas).

⁴ A aplicação do índice de Theil ora apresentada informa-se em um working paper intitulado *The Young Person's Guide to the Theil Index: suggesting intuitive interpretations and exploring analytical applications*, de Pedro Conceição e Pedro Ferreira (2000).

Tabela 3.3: Decomposição do Índice de Theil. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte de Variação	Fração da renda total	Índice de Theil	Contribuição para o Índice Total	
Interna aos Grupos	Branços	0.657	0.548	70.5%
	Negros	0.343	0.370	24.9%
Entre os Grupos	-	0.023	4.6%	
Total	-	0.510	100.0%	

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Primeiramente, confirma-se a impressão de que a desigualdade interna ao grupo dos brancos é a que mais contribui para o índice geral de desigualdade. O grupo dos brancos responde por 70,54% do índice total. Mais ainda, nota-se que isso se deve tanto à maior desigualdade interna ao grupo dos brancos quanto ao fato desse grupo acumular uma fração muito maior dos rendimentos totais. Em outras palavras, a maior contribuição do grupo dos brancos para o padrão de desigualdade na população total se deve por um lado à forma dessa distribuição, ou seja, ao fato de ela ser muito mais desigual e, por outro lado, ao seu nível. Quanto à desigualdade entre os grupos, nota-se que sua contribuição é bastante discreta: 4,6% para o índice total. Para interpretar adequadamente esse fato é preciso considerar o que essa medida significa, em termos de seu cômputo. Como já enfatizado, a contribuição da desigualdade entre os grupos para a desigualdade total depende basicamente da diferença entre as rendas médias de cada um deles. É, portanto, de se esperar que, no presente caso, a desigualdade entre os grupos contribua relativamente menos para a desigualdade total. Espera-se que a variação entre duas médias (renda média dos negros e dos brancos) em torno da média total seja menor que a variação dos rendimentos de todos os indivíduos de um grupo em torno da média desse grupo.

Assim, a diferença entre médias não é o modo mais importante pelo qual a desigualdade entre os grupos raciais contribui para a desigualdade total. Essa relação se estabelece principalmente pelo modo como a desigualdade *entre* os grupos associa-se a diferentes padrões de desigualdade *dentro* dos grupos, assim como à desproporção entre suas apropriações da renda total disponível na população. A muito maior contribuição da desigualdade interna ao grupo dos brancos está diretamente associada à concentração dos negros entre os estratos mais pobres, o que

implica uma distribuição de renda muito menos desigual, assim como a apropriação de uma fração muito menor dos rendimentos totais disponíveis.

Agora, o que aconteceria então com a desigualdade de renda na população como um todo caso a diferença de nível entre os rendimentos de negros e de brancos se mantivesse, mas a distribuição entre os negros assumisse a mesma forma que a distribuição dos brancos atualmente possui? Esse cenário hipotético representa uma situação limite para o caso do surgimento de mais pessoas negras ricas, graças talvez a eventuais políticas de ação afirmativa para carreiras de alto retorno financeiro. Formar-se-ia uma elite negra maior em proporção, tornando a distribuição de renda no interior do grupo mais desigual. Considere-se que nesse cenário, a proporção da renda total apropriada por cada grupo permanecesse a mesma, ou seja, que não houvesse redução da desigualdade de nível entre os grupos. É um pouco estranho imaginar isso já que o aumento do número de negros ricos elevaria o nível da distribuição como um todo, aproximando-a da dos brancos. Contudo, pode-se imaginar a situação em que os brancos, de uma maneira geral, aumentariam seus níveis de rendimento de modo a compensar essa aproximação dos negros. Para essa situação, no limite, o grupo dos negros passaria a ter o mesmo índice de Theil que o grupo dos brancos, mantendo, contudo, sua proporção original da renda total acumulada. A Tabela 3.4 mostra como isso afetaria a desigualdade global e a contribuição dos respectivos grupos. Nota-se que a desigualdade total aumentaria consideravelmente com o índice indo do original 0,51 a mais de 0,57. A contribuição da desigualdade interna ao grupo dos negros que era de aproximadamente 25%, passaria a ser praticamente 33%. A contribuição da desigualdade entre os grupos, que é a mesma em níveis absolutos, passa a ser ligeiramente menor em termos relativos.

Tabela 3.4: Primeira simulação com o Índice de Theil. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte de Variação		Fração da renda total	Índice de Theil	Contribuição para o Índice Total
Interna aos Grupos	Branco	0.657	0.548	63.00%
	Negro	0.343	0.548	32.93%
Entre os Grupos		-	0.023	4.07%
Total		-	0.571	100.00%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Outro cenário interessante é aquele em que, com a forma da distribuição dos negros tornando-se como a dos brancos, desaparecesse a desigualdade de nível entre os grupos. Esse é o cenário mais natural de se imaginar no caso de aumento na proporção de negros relativamente ricos. Na medida em que a forma da distribuição de renda entre os negros se aproximaria daquela dos brancos, o grupo dos negros passaria a acumular proporções maiores da renda total disponível. No limite, o grupo acumularia uma fatia da renda total proporcional ao seu tamanho. Sendo que os negros perfazem 46% da população ora em estudo, considere-se, portanto, que essa seria a proporção da renda total acumulada por eles na situação de igualdade de nível entre os grupos. A Tabela 3.5 abaixo mostra os detalhes da decomposição nesse cenário.

Tabela 3.5: Segunda simulação com o Índice de Theil. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte de Variação		Fração da renda total	Índice de Theil	Contribuição para o Índice Total
Interna aos Grupos	Brancos	0,54	0,548	54,0%
	Negros	0,46	0,548	46,0%
Entre os Grupos		-	0,000	0,0%
Total		-	0,548	100,0%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

A desigualdade agora sobe de 0,51 para 0,54 e não mais para 0,57. Como se nota, haveria ainda aumento na desigualdade total. A eliminação da desigualdade entre os grupos ameniza o incremento na desigualdade total, mas não chega, contudo, a compensá-lo. O resultado final continua sendo uma distribuição de renda mais desigual na população como um todo. Observe-se que o índice total é necessariamente igual ao índice de cada um dos grupos, que são agora equivalentes. Sendo os grupos agora igualmente desiguais, suas contribuições variam apenas de acordo com a fração da renda total acumulada por eles.

O terceiro cenário a ser explorado corresponde à eliminação da desigualdade de nível sem alteração da diferença de forma entre as duas distribuições. Nesse caso os negros passam a acumular uma fração da renda total semelhante àquela acumulada pelos brancos não pelo

crescimento de uma fração de negros ricos, mas pelo aumento da renda nas posições mais baixas e intermediárias da distribuição. O cenário faz sentido como limite para uma situação em que a população negra se torna desproporcionalmente beneficiada por uma elevação nos níveis de rendimento da população mais pobre e, mais ainda, pela redução dos níveis de desemprego e de inatividade. Nesse caso, estaria em jogo o aumento da massa de negros no mercado de trabalho, recebendo salários de nível razoável. A desigualdade de renda média entre os grupos não estaria, de fato, desaparecendo, pois o aumento na proporção da renda acumulada pelo grupo seria acompanhado pelo aumento no tamanho do grupo. Em outras palavras, nessa situação, para acumular, enquanto grupo, uma proporção dos rendimentos totais equivalente ao rendimento dos brancos, o grupo teria que ter uma presença mais massiva no mercado de trabalho. Como a média é a divisão da renda total pelo número de pessoas com rendimentos, a renda média dos negros continuaria menor que a renda média dos brancos, mesmo os negros acumulando uma porção mais equânime da renda total disponível.

Considere-se que, nessa situação limite, a desigualdade entre os rendimentos médios de cada grupo se mantenha como a atualmente observada, e que as proporções da renda total acumulada por cada grupo se tornem as mesmas que as do exercício anterior: 54% para os brancos e 46% para os negros. Note-se, contudo, que nesse cenário, essas proporções não seriam equivalentes à proporção dos grupos na população. Os negros continuariam com uma proporção dos rendimentos inferior à sua proporção na população pois, nesse caso, a aproximação entre os grupos estaria se dando também pelo aumento do quantitativo de negros trabalhando, a ponto desse grupo acumular frações maiores da renda total disponível. A Tabela 3.6 abaixo mostra a decomposição com esse cenário hipotético:

Tabela 3.6: Terceira simulação com o Índice de Theil. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte de Variação		Fração da renda total	Índice de Theil	Contribuição para o Índice Total
Interna aos Grupos	Branco	0,54	0,548	60,5%
	Negro	0,46	0,370	34,8%
Entre os Grupos		-	0,023	4,8%
Total		-	0,489	100,0%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Como se nota, esse é o único cenário em que há queda na desigualdade total. Esta cai em pouco mais de 2 pontos. A contribuição da desigualdade entre os grupos, que continua a mesma em termos absolutos, passa a pesar um pouco mais em termos relativos. São 4,8% contra os 4,6% na situação real. As contribuições dos grupos também mudam, passando a ser menos díspares.

Pelo conjunto das simulações, o que se nota é que a redução da desigualdade racial não necessariamente implica numa redução da desigualdade de renda na população como um todo. Os primeiros cenários refletem os resultados de ações que aumentam a representatividade dos negros entre os grupos mais ricos. Tais ações direcionadas poderiam reverter a desigualdade racial, mas aumentariam a desigualdade total. Esse aumento seria, contudo, suavizado no caso de redução ou do virtual desaparecimento da desigualdade de renda média entre os grupos raciais. Já o terceiro cenário representa uma situação limite do que poderia acontecer graças a processos de inclusão social, sobretudo acompanhados de uma política de valorização do salário mínimo. Por estar a população negra concentrada entre os mais pobres, ela seria desproporcionalmente beneficiada por essas mudanças. Nesse cenário, o que se observa é uma queda na desigualdade total sem que a desigualdade de nível entre negros e brancos seja reduzida.

3.3 A desigualdade racial de renda no grupo dos ricos

Nessa seção, aborda-se a desigualdade racial existente dentro do grupo dos ricos. O fato de que os negros estão pouco representados no grupo dos ricos já foi amplamente documentado. Agora interessa investigar a distribuição de renda entre negros e brancos ricos, sendo que a hipótese de trabalho é a de que os negros ricos são menos afluentes que os seus pares brancos. Como já dito, define-se aqui como ricos as pessoas no último percentil da distribuição de renda ou, em português claro, o grupo composto pelo 1% de pessoas mais ricas, em termos de renda do trabalho principal, na população. É plausível esperar que o padrão de concentração do negro nas posições de menor renda, observado na população como um todo, se reproduza dentro do próprio grupo das pessoas relativamente mais ricas.

Para investigar isso, é adequado utilizar a medida de riqueza proposta por Medeiros (2005). A medida é elaborada com base na família FGT de medidas de pobreza e constitui uma espécie de média dos hiatos de riqueza, isto é, das distâncias entre determinada renda individual e a linha de riqueza que, no presente caso, é definida como R\$11.000,00. Esse hiato é dividido pelo valor da própria linha de riqueza, o que é uma espécie de normalização que torna os valores em questão mais tratáveis em termos de escala. Existindo n pessoas ricas numa população, n valores (correspondentes aos hiatos de riqueza normalizados de cada indivíduo) são somados e então divididos por n , ou seja, pelo número de ricos. Além disso, os hiatos de riqueza podem ser elevados a diferentes potências (usualmente zero, um ou dois), o que fará com que a medida final represente coisas diferentes. Quando se escolhe a potência 0, a medida representa a proporção de ricos. Quando se escolhe a potência igual à unidade, o resultado é uma medida que representa o volume dos rendimentos acima da linha de riqueza ou, em outras palavras, o quanto os ricos são ricos. Quando se escolhe potências maiores que a unidade, os valores passam a ganhar maior peso na medida em que se afastam mais da linha de riqueza. Sendo assim, a medida resultante passa a trazer informações também sobre a desigualdade de renda entre os ricos, uma vez que rendas mais altas possuem maior peso, ricos muito ricos contribuem desproporcionalmente para a medida. Esse efeito é tanto maior quanto maior o valor adotado para a potência⁵.

⁵ Na literatura especializada, essa discussão geralmente é conduzida em termos de “transferências” de renda. Naquele contexto de discussão, o que acaba de ser exposto equivale a afirmar que a medida de riqueza com potências superiores

Outra característica importante da medida proposta por Medeiros (2005) é que ela pode ser decomposta em termos das contribuições de cada grupo racial. Essa propriedade, somada às características descritas acima, permite um exercício capaz de testar a hipótese de que os brancos ricos são mais ricos que os negros ricos. Uma vez que a escolha de potências maiores na definição da medida implica em dar maior peso para rendas muito altas, o exercício consiste em decompor a medida entre negros e brancos para diferentes valores dessa potência que, seguindo a convenção, será chamada de alfa. Se está correta a hipótese de que os brancos ricos são mais ricos que os negros ricos, a contribuição do grupo dos negros deve diminuir na medida em que se adote valores maiores de alfa. Em outras palavras, quanto mais a medida é sensível a rendas muito elevadas, maior deve ser a contribuição dos brancos para a medida total e menor a contribuição dos negros. A Tabela 3.7 apresenta o resultado desse exercício.

Tabela 3.7: Contribuição dos Grupos Raciais para a Medida FGT Invertida de Medeiros. Brasil, 2010.

	Alfa=0	Alfa=1	Alfa=2	Alfa=3	Alfa=4
Negros	16,1%	15,8%	13,7%	8,8%	5,1%
Branco	83,9%	84,2%	86,3%	91,2%	94,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

à unidade é sensível a transferências de renda dos ricos menos ricos para os ricos mais ricos, ou seja, a medida de riqueza cresce sempre que uma quantidade “x” de renda é transferida de um rico mais modesto para um rico mais rico. No presente caso, a apresentação da medida é conduzida mais no espírito da aplicação particular que aqui lhe será dada, por isso não se faz menção à ideia de transferências de renda especificamente.

Quando o valor de alfa é igual a zero, a decomposição da medida de riqueza indica a proporção do respectivo grupo entre os ricos, o que significa que aproximadamente 16% dos ricos são negros. À medida em que os valores de riqueza são considerados (alfa igual a um) e que pesos progressivamente maiores são dados a rendas muito elevadas (alfa maior que um) a contribuição dos negros para a medida total de riqueza se reduz consistentemente. Em outras palavras, se confirma a hipótese de que os brancos ricos são mais ricos que os negros ricos.

3.4 Conclusão

Nesse capítulo, não apenas quantificou-se a sub-representação dos negros no grupo dos ricos como observou-se a relação entre essa sub-representação e a desigualdade de renda em geral. Além disso, identificou-se a desigualdade existente entre negros e brancos no interior do grupo dos ricos. Observou-se que a desigualdade entre negros e brancos está associada ao padrão de desigualdade de renda em geral na sociedade brasileira. Quanto a esse aspecto, uma das conclusões mais importantes é a de que essa contribuição da desigualdade entre negros e brancos para a desigualdade de renda em geral não deve ser avaliada apenas pela diferença de renda média entre os grupos raciais. Na verdade, a pouca participação dos negros na composição dos grupos mais ricos torna sua distribuição de renda muito diferente da distribuição de renda dos brancos não apenas em termos de nível, mas também de forma. A população branca acumula uma porção substancialmente maior dos rendimentos totais disponíveis e essa porção se distribui de forma acentuadamente desigual no interior do grupo. Com isso, a forma da distribuição de renda dos brancos está muito mais fortemente associada à forma da distribuição de renda total.

Com base na decomposição do índice de Theil, notou-se que a redução da desigualdade racial de renda pode relacionar-se de maneiras muito distintas à desigualdade total. Mudanças na base da distribuição, ao atingirem desproporcionalmente a população negra, reduzindo a desigualdade em termos da fração acumulada dos rendimentos totais, mas não alterando a desigualdade racial em termos de renda média, estariam associadas à redução da desigualdade global medida pelo índice de Theil. Essa redução seria, contudo, sensivelmente reduzida pela permanência da desigualdade de renda média entre os grupos raciais. Por outro lado, o aumento da representatividade dos negros no grupo dos ricos implicaria num aumento na desigualdade total,

mesmo esse aumento sendo amenizado pelo virtual desaparecimento da desigualdade entre grupos raciais. Assim, a correção da disparidade racial de riqueza não necessariamente anda em conjunto com a correção dos níveis globais de desigualdade de renda no Brasil.

Por fim, através da decomposição da medida de riqueza proposta por Medeiros (2005), verificou-se a existência de desigualdade racial em termos de níveis de riqueza, sendo os negros ricos relativamente menos endinheirados que os brancos ricos. É de se acreditar que estudos baseados em medidas de riqueza total encontrariam um padrão ainda mais agravado de desigualdade de riqueza já que a transmissão de patrimônio através da herança certamente pesa mais a favor da população branca, dada a dimensão histórica da desigualdade racial.

4 Educação, raça e riqueza

Foi mostrado que existe desigualdade racial na riqueza tanto em termos de composição quanto de nível. Em outras palavras, não apenas os negros são minoria entre os ricos (desigualdade de composição), mas, entre os ricos, os negros contam com um nível de renda menor. Notou-se isso através da medida de riqueza proposta por Medeiros (2005), que pode assumir diferentes graus de sensibilidade às rendas mais elevadas. O que se verificou é que quanto maior essa sensibilidade, maior a proporção de riqueza acumulada pelos brancos, segundo a decomposição da medida por grupos raciais, mostrando que os brancos são os mais ricos entre os ricos. Sendo assim, as evidências até aqui levantadas apontam para a possibilidade de se abordar a desigualdade racial de riqueza sob dois ângulos: (a) a desigualdade em termos de quem participa do grupo dos 1% mais ricos e (b) a desigualdade racial no interior desse grupo. No presente contexto, contudo, serão concentrados esforços sobre o primeiro aspecto. O segundo não pode ser explorado a contento no contexto do presente estudo, pelo menos não de um ponto de vista explicativo, porque a variação da renda dentro do grupo dos ricos não responde a mecanismos que possam ser minimamente captados pelas informações disponíveis. Esse último aspecto merece uma explicação mais detida.

A educação é um dos principais fatores associados à riqueza. Principalmente quando se considera a educação superior não como uma única categoria de nível educacional, mas em termos das diferentes áreas de formação, é nítida a relação existente entre determinadas formações superiores e a chance de se estar entre os 1% mais ricos. Além disso, parte considerável da desigualdade racial de renda é explicada por desigualdades educacionais. Será então que o mesmo se aplica à desigualdade racial interna ao grupo dos ricos? Sem embargo, tudo o que explica a desigualdade de renda ao longo da sua distribuição é suspeito de explicar também a desigualdade entre os ricos, já que a riqueza não é senão um aspecto particular da distribuição de renda. Mas as coisas não são tão simples. Quando se muda o foco das posições mais centrais para um dos seus extremos, surgem diferenças importantes nos processos subjacentes à distribuição dos rendimentos. A consequência disso é que as informações disponíveis a esse estudo, que permitem uma abordagem explicativa satisfatória em se tratando da distribuição de renda na população como um todo, não se prestam a um estudo adequado da desigualdade racial apenas entre os mais ricos. Do ponto de vista do que se observa com o censo demográfico, a variação de renda entre os ricos se comporta de modo muito pouco sistemático.

Com efeito, desigualdades educacionais, segmentação regional, segmentação entre zonas rurais e urbanas assim como o avanço do curso de vida, indicado pela idade, explicam uma porção menor dos rendimentos dos 1% mais ricos. Em regressões lineares que utilizam esses fatores para explicar a variação da renda, os resíduos, ou seja, a porção das rendas individuais que não é explicada por tais variáveis, são consideravelmente maiores em se tratando dos mais ricos. Isso é mostrado por Medeiros (2005) e também verificado aqui, onde se encontra um coeficiente de correlação de Pearson da ordem de 0,41 entre os rendimentos e o módulo, ou seja, a magnitude, independentemente do sinal, dos resíduos. Essa medida revela que há uma associação positiva considerável entre os níveis de rendimento e o tamanho dos resíduos, isto é, que quanto maiores os rendimentos, menos os fatores considerados explicam a sua variação. Embora esses resultados sejam em parte explicados pela própria modelagem por regressão linear, eles apontam também para uma redução do poder explicativo das variáveis consideradas em se tratando dos rendimentos mais altos. Souza e Galvão (2014), por exemplo, procuraram analisar a variação de renda entre os ricos a partir da desigualdade educacional com base nos dados do Censo Demográfico de 2010 e concluíram que a educação explica pouco dessa variação.

São certamente várias as mudanças nos mecanismos subjacentes que determinam a distribuição de renda quando se passa a tratar exclusivamente do grupo dos ricos. A estrutura ocupacional encerra uma das principais mudanças em jogo. Obviamente, a distribuição de renda é em grande medida explicada pela distribuição das pessoas por diferentes categorias ocupacionais. Para qualquer conjunto de categorias ocupacionais agregadas que se adote como representação da estrutura ocupacional, haverá variação de renda tanto no interior dessas ocupações quanto entre elas. A variação dentro das ocupações responde a uma série de fatores, como relações de autoridade, atributos individuais, segmentação regional e outra série de ponderáveis e de imponderáveis. A variação de renda entre as ocupações, por sua vez, tende a constituir, por excelência, um processo mais estável de distribuição dos rendimentos. Não há dúvidas de que a relação entre níveis educacionais, por um lado, sobretudo em se tratando de credenciais, e a renda, por outro lado, tem na estrutura ocupacional um mecanismo fundamental de mediação.

Considere-se, a título de um breve exercício, uma representação da estrutura ocupacional em termos de 43 ocupações, seguindo de perto as agregações sugeridas pela própria Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares utilizada para o Censo de 2010. De acordo com Gibbons et al. (2012), pode-se distinguir a variação sistemática nos rendimentos entre ocupações através de

regressões lineares dos rendimentos. Para tanto, subtrai-se do coeficiente de determinação (proporção da variância explicada) de um modelo contendo indicadores de características individuais e também da posição ocupacional das pessoas, pela mesma medida obtida por um modelo contendo apenas indicadores para as características individuais. Considerando o total da população em estudo, uma regressão contendo variáveis para educação (com o nível superior desagregado em áreas de formação), idade e ocupações explica 38,4% da variação nos logaritmos dos rendimentos. Quando se excluem as categorias ocupacionais do modelo, esse valor desce para 28,1%, indicando, portanto, que a estrutura ocupacional responde por aproximadamente 10% da variação total dos rendimentos e por algo em torno de 27% da sua variação sistemática, no sentido de respondente aos fatores explicativos considerados no modelo mais completo. Ainda seguindo as orientações de Gibbons et al. (2012), essas cifras devem ser consideradas uma medida conservadora da relevância das ocupações para a variação sistemática dos rendimentos, já que, uma vez estando a educação correlacionada às posições ocupacionais, os indicadores educacionais captam parte dos efeitos das ocupações quando essas são excluídas do modelo. Sendo assim, conclui-se que a perda de variabilidade entre ocupações pode reduzir a variação sistemática dos rendimentos em algo em torno de 27%. Isso numa estimativa conservadora.

Sem dúvidas, esse fato afeta o estudo da desigualdade de renda entre os mais ricos. Considerando as 43 categorias ocupacionais consideradas, aproximadamente 70% dos 1% mais ricos concentram-se em apenas seis delas. Colocando em palavras, a diversidade ocupacional entre os mais ricos é consideravelmente menor e, com isso, perde-se em variação sistemática dos rendimentos e, portanto, em capacidade explicativa. Isso não quer dizer, necessariamente, que a distribuição de renda entre os 1% mais ricos seja, em si, assistemática. É razoável admitir que fatores como transmissão inter-geracional de patrimônio, não observados pelo censo, respondam por parte considerável da variação dos rendimentos entre os mais ricos. Tão razoável quanto é admitir a relevância da herança imaterial sob a forma de habilidades sociais e culturais, assim como de capital social. Diferenças na qualidade e no prestígio da instituição de ensino, coisas também não observadas pelos levantamentos nacionais como Censo e PNAD, constituem outros fatores relevantes. Resumindo a trama: quando se passa ao extremo mais rico da distribuição, alteram-se a natureza e o impacto dos mecanismos subjacentes imprimindo sistematicidade à variação dos rendimentos e as informações disponíveis no Censo não fazem bom um serviço quanto à captação desses mecanismos especificamente.

Diante desses fatos, o presente estudo se debruça sobre a desigualdade racial na composição do grupo dos ricos, deixando de lado a já constatada desigualdade racial em níveis de renda no interior desse grupo, sobre a qual pouco se poderia dizer do ponto de vista explicativo. O objetivo é investigar a desigualdade racial que existe na probabilidade de ser rico. Apenas 0,6% dos negros estão entre os 1% mais ricos, comparado a 2,65% dos brancos. Em outras palavras, a probabilidade de uma pessoa negra ser rica equivale a aproximadamente 22% da probabilidade de uma pessoa branca o ser. O que explica essa disparidade? Sabe-se que a educação medeia uma porção substancial da desigualdade racial de renda. Será que o mesmo acontece com a disparidade racial de riqueza? Além disso, é de se esperar que as diferenças em termos de área de formação superior assumam um papel especial na determinação das chances de riqueza. Também é possível que determinado nível educacional, incluindo diferenças em termos de áreas de formação, não se convertam em chances de riqueza de maneira equânime para negros e brancos.

As fontes da disparidade racial de riqueza podem ser organizadas em três grupos. Primeiro, características individuais (basicamente a educação, no caso) que mantêm relação direta com as probabilidades de pertencer ao grupo dos ricos. Segundo, desvantagens competitivas diretamente relacionadas à discriminação racial que, em termos operacionais, podem ser aferidas tanto em termos de um coeficiente que expresse a desvantagem dos negros com relação aos brancos como em termos das diferenças, em desvantagem dos primeiros, no conjunto de coeficientes que associam, para cada grupo racial, as características individuais aos rendimentos. Em outras palavras, as desvantagens diretamente associadas à condição racial podem ser compreendidas tanto em termos de diferença entre probabilidades de riqueza aferida por um único coeficiente associado à condição de negro como, de modo mais complexo, em termos de diferenças, entre negros e brancos, nas condições para que um mesmo nível em atributos individuais se converta em chance de pertencer ao grupo dos ricos. Finalmente, a terceira fonte de disparidade racial de riqueza encerra o conjunto residual de fatores não observados.

A primeira hipótese abordada nesse capítulo é a de que a desigualdade em termos de níveis educacionais medeia apenas discretamente a disparidade racial de riqueza. Em outras palavras e de um ponto de vista prático, a correção das desigualdades educacionais teria um potencial apenas moderado para corrigir a desigualdade entre negros e brancos na composição do grupo dos ricos. Essa hipótese decorre do próprio fato de que a educação apenas moderadamente explica as chances de riqueza. A segunda hipótese é a de que as condições diferenciais para a conversão dos níveis

educacionais em rendimentos cumprem um papel muito mais saliente em se tratando da disparidade de riqueza do que aquele que cumprem na explicação da desigualdade de rendimentos médios entre negros e brancos. Resultados de decomposição JMP utilizados no segundo capítulo mostram que metade da desigualdade de renda média entre negros e brancos, na população em estudo, é explicada pela desigualdade educacional entre esses grupos, mas apenas 38% da desigualdade no 99º quantil. Será investigado agora o cenário em se tratando da desigualdade racial na composição do grupo dos ricos.

Importante notar, a situação da mulher negra tem chamado atenção de pesquisadores pela especificidade que a interseção entre os fatores raça e gênero lhe confere. As discussões ultrapassam o estudo da desigualdade social, desenvolvendo-se muito fortemente em áreas de pesquisa que procuram tematizar as relações entre cultura, política e poder que se estabelecem em torno da condição dessas mulheres (Carneiro, 2003; Sebastião, 2010). Nos estudos sobre desigualdade, mais especificamente, autores preocupados com processos de discriminação têm cada vez mais notado a necessidade de oferecer um tratamento específico à situação da mulher negra, invariavelmente associada a níveis críticos em indicadores de condição socioeconômica (Soares, 2000; Biderman e Guimarães, 2004; De Carvalho, Néri, e do Nascimento Silva, 2006; Matos & Machado, 2006; Souza, Ribeiro & Carvalhaes, 2010). O presente trabalho não pretende ignorar esse fato, o que implica em abordar conjuntamente as desigualdades condicionais à raça e ao gênero, mesmo que o foco, no presente caso, recaia especificamente sobre a desigualdade racial. A condição da mulher negra encerra uma faceta importante dessa desigualdade.

Do mesmo modo que ocorre com a desigualdade de renda em geral, no que se refere à disparidade de riqueza, a condição de gênero diverge da condição racial no que tange à mediação por desigualdades educacionais. Enquanto a desvantagem dos negros é em parte mediada por desigualdades educacionais, a desvantagem das mulheres é tal que persiste aos maiores níveis de escolaridade da população feminina. Já quando se considera a situação da mulher negra especificamente, observa-se um quadro mais complicado, já que, na população aqui em estudo, elas têm níveis educacionais inferiores às pessoas brancas e superiores apenas aos dos homens negros, além de uma distribuição extremamente desvantajosa ao longo das áreas de formação superior. Assim, as mulheres negras não contam com o mesmo nível de vantagens, em termos de atributos individuais, que as mulheres brancas contam.

Em geral, a condição de negro está associada a menores rendimentos médios que a condição de mulher. Contudo, quando se desconta a mediação da desigualdade educacional, essa ordem se inverte, estando o sexo feminino associado a maiores desvantagens que a cor (Biderman & Guimarães, 2004). Dada a intensificação da desigualdade racial em níveis mais elevados de renda, espera-se que o mesmo não ocorra em se tratando da disparidade de riqueza. Além disso, espera-se que a mediação da disparidade de riqueza por áreas de formação no ensino superior difira segundo raça e gênero, uma vez que as barreiras às pessoas de cor parecem estar antes de tudo no acesso mesmo a esse nível de ensino. O menor nível de acesso das pessoas negras ao nível superior restringe, por si só, os impactos da distribuição não uniforme ao longo das áreas de formação sobre a disparidade de riqueza. Por outro lado, é possível que as desvantagens em termos de formação específica eclipsam as vantagens em níveis globais de educação que as mulheres negras possuem com relação ao homem negro, uma vez que seu maior acesso ao nível superior de ensino anda junto com uma alta concentração em áreas de formação pouco afluentes, graças à influência simultânea das condições racial e de gênero. Assim, a hipótese é de que, para as mulheres negras, os níveis educacionais não cumpram um papel considerável a favor de suas probabilidades de riqueza nem mesmo com relação ao grupo dos homens negros, que são em geral menos educados.

Resta indagar como as outras duas fontes de disparidade de riqueza se comportam quando se considera simultaneamente a raça e o sexo. É provável que as condições diferenciais para a conversão da educação em oportunidades de riqueza prejudiquem primeiramente as mulheres e depois as pessoas negras em geral. Se as mulheres são mais escolarizadas, é de se esperar que sua sub-representação entre os ricos se deva em muito a dificuldades para converter seus níveis educacionais em chances de riqueza. Assim, pode haver uma vantagem dos homens negros, mesmo com relação às mulheres brancas, no que se refere a essas condições, enquanto os fatores não observados devem agir em desvantagem dos primeiros, eclipsando as vantagens em termos de condições. Se por nada mais, uma vantagem das mulheres brancas, com relação aos homens negros, no que se refere a fatores não observados é esperada pelo fato de que esses fatores certamente incluem uma série de vantagens associadas à origem social, origem que desfavorece sistematicamente as pessoas negras, concentradas em estratos mais pobres, mas não as mulheres brancas, que se distribuem pelas famílias de todos os estratos socioeconômicos. Quanto à mulher negra especificamente, contudo, espera-se que ela esteja em aguda desvantagem tanto em termos de condições para a conversão da educação em chances de riqueza quanto em termos de fatores

não observados. Em resumo, espera-se que a mulher negra esteja em desvantagem em função de todas as três fontes de disparidade de riqueza mencionadas mais acima.

Finalmente, esse capítulo também aborda a hipótese de que a disparidade racial de riqueza condicional às áreas de formação superior segue o padrão de acomodação das relações sociais em posições de classe, sendo maior para as áreas de formação mais afluentes. Em outras palavras, espera-se que quanto maior for a probabilidade de riqueza associada a determinada área de formação, maior será a disparidade racial de riqueza condicional a essa área, em função do princípio subjacente que contraria a presença de negros em posições de status socioeconômico mais elevado. Se isso é verdade, a mediação da disparidade racial de riqueza pelas áreas de formação possui um caráter especialmente perverso. Ela operaria não apenas pela concentração de negros em áreas de formação menos afluentes, como também pela penalização mais severa dos negros que ingressam em áreas de formação mais fortemente associadas a altos rendimentos.

4.1 Os métodos utilizados

Do ponto de vista operacional, a disparidade racial de riqueza pode ser abordada através da técnica de regressão logística, que permite que se estime a influência de diversos fatores sobre a probabilidade de riqueza. Assim, operacionalmente, a questão se transforma em estimar a relação de um conjunto de variáveis explicativas sobre uma variável binária, que assume o valor de um quando uma pessoa pertence ao grupo dos 1% mais ricos e o valor de zero quando não pertence. É verdade que para esse tipo de propósito há, entre alguns pesquisadores, uma preferência pelo modelo *probit*. Essa preferência é alegada em termos de certas vantagens técnicas, já que a regressão logística pressupõe algumas características na distribuição dos dados que, quando não satisfeitas, prejudicariam, em tese, a confiabilidade dos resultados obtidos. Contudo, Haan (2006) mostra que, na prática, não há prejuízos relevantes quanto à fidedignidade dos resultados de modelos logísticos quando comparados a modelos mais complexos e isentos desses pressupostos, isso mesmo quando esses pressupostos são seriamente violados pelas características da distribuição dos dados analisados. Sendo assim, nada parece justificar os custos de se lidar com modelos mais complexos, menos familiares e menos intuitivos.

Em várias ocasiões, se utilizará essa técnica em exercícios orientados pelas noções de controle e de efeitos parciais. A ideia é lançar um modelo básico para obter um coeficiente associado à variável explicativa (indicadores de raça, de sexo, ou uma combinação dos dois), coeficiente que expressa a associação entre tal variável e a probabilidade de ser rico. Ao acrescentar o controle pelos níveis educacionais, espera-se que essa associação se altere, porque parte da relação entre raça e riqueza, assim como a relação entre gênero e riqueza, é mediada por desigualdades educacionais. Uma nova modificação é esperada quando se consideram as diferentes áreas de formação superior, pois as desigualdades raciais e de gênero na distribuição por essas áreas também medeiam a disparidade de riqueza. É importante ter em mente, contudo, que a interpretação dos coeficientes numa regressão logística não é tão direta e intuitiva quanto numa regressão linear. Embora a regressão logística estime probabilidades, essas probabilidades não são diretamente expressas pelos coeficientes associados às variáveis. Mais do que isso, as probabilidades estimadas pela regressão logística não são constantes ao longo da superfície de resposta do modelo (entenda-se por essa superfície o conjunto de todas as combinações possíveis entre os valores que as variáveis explicativas podem assumir), o que quer dizer que não é possível falar, por analogia à regressão linear, de um coeficiente que expresse os impactos da condição racial sobre a probabilidade de ser rico mantendo-se constantes as outras variáveis do modelo. Colocando de outro modo, a relação entre a variável raça e a probabilidade de ser rico depende dos valores das outras variáveis explicativas.

É diante desse fato que os pesquisadores geralmente trabalham com um resultado específico da regressão logística: a razão de chances que, diferentemente das probabilidades, é constante ao longo da superfície de resposta. Mas nem sempre isso resolve o problema. A razão de chances geralmente é interpretada como se fosse uma razão entre probabilidades. Por exemplo: uma razão de chances de 0,5 associada à variável raça indicaria que a probabilidade de negros serem ricos é metade da probabilidade de brancos o serem. No entanto, essa interpretação pode levar a equívocos consideráveis (Hoetker, 2007), já que a razão de chances não é, de fato, uma razão entre probabilidades, mas, antes, outra quantidade, pouco interpretável diretamente, mas que aproxima satisfatoriamente a razão de probabilidades, desde que as probabilidades em questão sejam pequenas (Norton, Wang, & Ai, 2004). Felizmente, as probabilidades de se estar entre os ricos é pequena condicional a quase todas as combinações possíveis das variáveis explicativas consideradas aqui. Exceção para quando se trata de pessoas com formações específicas fortemente

associadas à riqueza. Para essas, a probabilidade de ser rico é relativamente grande, ainda mais em se tratando de pessoas mais velhas. Sendo assim, em alguns exercícios será utilizada a razão de chances como aproximação de uma razão de probabilidades constante ao longo da superfície de resposta do modelo. Nessas ocasiões, será possível uma comparação direta com resultados de regressões lineares, já que a razão de chances tem interpretação direta e análoga à dos coeficientes obtidos por aquela outra técnica. Em outras ocasiões, contudo, serão utilizados comandos que permitem estimar probabilidades em diferentes pontos da superfície de resposta e a razão de probabilidades será calculada diretamente a partir desses resultados, ao invés de aproximada pela razão de chances. Como as razões de chance apenas serão utilizadas quando oferecerem uma boa aproximação da razão de probabilidades, os dois termos serão utilizados como equivalentes.

Será utilizada também a assim chamada decomposição de Oaxaca-Blinder, inicialmente desenvolvida para regressões lineares e, mais tarde, generalizada para modelos não lineares por Fairlie (2003) e por Bauer (2006). A técnica consiste num exercício contrafactual, no mesmo espírito da decomposição de Juhn-Murphy-Pierce já exposta em capítulos anteriores. Na verdade trata-se de uma decomposição mais simples, que não trata a distribuição de resíduos e se atém à decomposição de diferenças entre médias. No presente contexto, essa decomposição parte da diferença entre as probabilidades que pessoas de dois grupos disjuntos têm, em média, de serem ricas. Através da decomposição, é possível, em tese, quantificar a porção dessa diferença que se deve à desigualdade educacional entre os grupos em questão. Na verdade, contudo, os resultados da decomposição de Oaxaca-Blinder podem variar bastante de acordo com determinadas escolhas operacionais. Essas escolhas são motivadas pela discussão introduzida por Cotton (1988) em torno do significado teórico desse tipo de exercício. Segundo o autor, a discriminação não opera apenas impondo uma desvantagem relativa ao grupo discriminado, mas também uma vantagem relativa ao grupo dominante. O argumento é que não se deveria assumir que a discriminação se relaciona à renda, ou à educação, ou a qualquer outro indicador de condição socioeconômica, apenas pela penalização do grupo dominado, mas também pela premiação do grupo dominante.

Essa reflexão instaurou um debate sobre como menstruar não apenas as desvantagens relativas dos negros (ou das mulheres, ou de qualquer que seja o grupo discriminado em questão) como também as vantagens relativas dos brancos. Os autores estão em acordo quanto à ideia de que, para tanto, seria necessário estimar o que seria a distribuição de renda não discriminatória (Cotton, 1988; Oaxaca & Ransom, 1994; Yun, 2009). Na prática, geralmente se espera que o

conjunto de coeficientes representando a estrutura não discriminatória de distribuição de renda estaria em algum ponto entre o conjunto de coeficientes das duas distribuições realmente observadas. Assim, no caso da decomposição em um modelo logístico, a técnica passou por diferentes propostas de especificação no que se refere a como ponderar as médias (no caso, as probabilidades médias) dos grupos em comparação, de modo a obter uma expressão do que seria a estrutura não discriminatória de distribuição das probabilidades.

O problema é que essas diversas especificações oferecem, no presente caso, estimativas muito divergentes do que seriam as contribuições relativas das diferentes fontes de disparidade: características individuais e processos discriminatórios. Essa inconsistência da técnica ficou constatada através de uma análise de sensibilidade das especificações de ponderação propostas por Oaxaca (1973), Oaxaca e Ransom (1994) e por Cotton (1988) e cujos resultados são omitidos na presente exposição, por brevidade e objetividade. De acordo com os resultados da análise de sensibilidade, a técnica é consistente para detectar a variação relativa na contribuição das fontes de disparidade ao longo de diferentes estágios de especificação de um mesmo modelo. No caso, trata-se de uma especificação sem controle por educação, outra com controle por educação em geral e uma terceira com controle por formação específica. Sendo assim, a técnica de decomposição é utilizada para analisar a evolução da contribuição dos atributos individuais, da educação mais especificamente, ao longo dessas três especificações de modelo.

Além desses exercícios, alguns cenários contrafactuais serão delineados utilizando-se comandos básicos após a estimação de modelos. Nesse caso, a referência para os exercícios é o próprio manual do Stata/SE versão 11, naquilo que este se refere ao comando “*margins*”. Por fim, utiliza-se também a decomposição de Juhn-Murphy-Pierce, já exposta no primeiro capítulo. Ao incluir o trato com a distribuição de resíduos, essa técnica será útil na identificação mais precisa do papel das condições para a conversão da educação em oportunidades de riqueza. Embora baseada em regressões lineares, essa técnica, diferentemente da decomposição Oaxaca-Blinder, permite que se construa distribuições contrafactuais inteiras, incluindo o grupo dos 1% mais ricos. Sendo assim, é possível analisar as mudanças na composição desse grupo em diferentes cenários contrafactuais, mesmo partindo de uma estimação centrada na média.

O agrupamento das áreas de formação é o mesmo já utilizado por Souza e Galvão (2014), e segue de perto a própria classificação de áreas de formação adotada pelo Censo, além de um procedimento ad hoc de agrupamento com base em regressões logísticas sucessivas. Segundo esse

procedimento, formações com níveis de associação semelhantes com a riqueza são sucessivamente agrupadas, até que se obtenha um conjunto de categorias o mais parcimonioso possível. Como o comportamento que interessa ao presente estudo é a relação entre determinada formação e a riqueza, formações com níveis próximos de associação podem ser agrupadas sem trazer grandes prejuízos de informação de modo que se chega a um conjunto mais econômico de categorias, o que facilita tanto a exposição quanto a análise. Finalmente, cabe salientar que serão utilizados também recursos gráficos como diagramas de dispersão, muitas vezes a partir de resultados da implementação de modelos mais complexos. Esses recursos permitirão tanto a visualização de propriedades básicas da distribuição dos dados quanto o teste de determinadas hipóteses.

4.2 A mediação educacional da disparidade racial de riqueza

Dentre os ricos, mais de 74% das pessoas possuem ao menos curso superior completo, indicando uma forte prevalência de altos níveis de ensino. Por outro lado, das pessoas com curso superior completo, apenas cerca de 10% são ricas. Em outras palavras, há uma minoria de pessoas altamente escolarizadas que compõe uma porção majoritária dos ricos: os ricos altamente escolarizados. Não apenas a conclusão do nível superior de ensino como também as diferenças em termos de área de formação constituem um crivo importante na composição desse grupo de pessoas. Diante disso, espera-se que parte da disparidade racial de riqueza seja mediada pela desigualdade educacional entre negros e brancos, especialmente quando se consideram as diferenças em termos de área de formação no ensino superior. Isso porque as pessoas negras são menos frequentes em cursos associados a maiores rendimentos. Nesse sentido, cabe perguntar em que medida a disparidade racial de riqueza é mediada por desigualdades educacionais, o que também significa perguntar em que medida, tudo mais permanecendo constante, a eliminação da desigualdade educacional entre negros e brancos corrigiria a disparidade racial de riqueza.

Essa é uma questão relevante não apenas do ponto de vista teórico, mas também prático. Por um lado, dada a ciência de que a desigualdade socioeconômica entre negros e brancos é substancialmente mediada por desigualdades educacionais, no Brasil, têm-se recentemente amadurecido ações visando à maior inserção de negros no nível superior de ensino. Por outro lado, mais recentemente sancionou-se lei prevendo reserva de vagas para negros nas contratações no

âmbito da administração pública federal, das fundações e empresas públicas, assim como das sociedades de economia mista controladas pela União. Nesse último caso, a motivação é a ideia de que parte substancial da desigualdade racial de renda não é mediada por desigualdades educacionais, fazendo-se necessário intervir diretamente no mercado de trabalho. Sendo o funcionalismo público um segmento com elevada renda média, onde se concentram algumas carreiras com altos rendimentos, é de se esperar que essa política funcione em alguma medida como um mecanismo de inserção de pessoas negras nos estratos mais ricos, ou seja, de correção da disparidade racial de riqueza. É importante, portanto, também do ponto de vista prático, investigar em que medida a disparidade racial de riqueza é mediada pela desigualdade educacional entre negros e brancos. Na medida em que ela o é, ações afirmativas no sistema de ensino ganham suporte. Na medida em que ela não é, ganham suporte também propostas de ação afirmativa voltadas diretamente para o mercado de trabalho.

Para acessar empiricamente essa questão, utiliza-se a lógica dos efeitos parciais. A ideia é lançar um modelo básico para obter um coeficiente associado à variável raça, o qual expresse o quanto a condição de negro afeta a probabilidade de que alguém pertença ao grupo dos ricos. Ao acrescentar-se o controle pelos níveis educacionais, espera-se que essa associação se reduza, porque parte da relação entre raça e riqueza é explicada por diferenças educacionais entre negros e brancos. Essa redução deve ser ainda maior quando se consideram as diferentes áreas de formação, pois a escassez de negros nas formações de elite cumpre também um papel importante nessa mediação. Utilizam-se, assim, três especificações para o modelo de regressão logística. Na primeira não há indicadores de nível educacional. Na segunda toma-se a educação superior como um bloco. Na terceira, a educação superior é desagregada em termos de áreas de formação. O controle pela segmentação regional e pela residência em zonas rurais ou urbanas foi implementado pela limitação da amostra às pessoas com residência urbana na região sudeste. A variável idade foi incluída, mas não com um termo quadrático. Uma modelagem através de regressão linear da relação entre idade e renda aponta para o entorno dos 57 anos como o ponto de pico na variação da renda em função da idade. Esse número é bem próximo dos 60 anos, idade máxima incluída na amostra em estudo, com o que a especificação do padrão curvilíneo não acrescenta muito em informação. Considerando isso, e diante das dificuldades no trato adequado com termos quadráticos em regressões logísticas (Norton et al., 2004), optou-se pela inclusão da variável idade

simplesmente em termos de anos completos. Cada uma das três especificações foi aplicada em separado para homens e mulheres. A Tabela 4.1 apresenta os resultados:

Tabela 4.1: Razão de chances de riqueza com três níveis de controle para a educação. Brasil, sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

	Razão de Chances					
	Sem controle por educação		Educação Geral		Educação Específica	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Fundamental Completo	-	-	1,989	1,435	1,991	1,471
Médio Completo	-	-	4,648	3,196	4,659	3,339
Superior Completo	-	-	37,518	21,652	-	-
Medicina	-	-	-	-	129,030	130,424
Direito	-	-	-	-	44,0924	59,691
Administração, Comércio e Economia	-	-	-	-	36,104	28,095
Engenharia, Produção, Arquitetura	-	-	-	-	51,030	54,233
Serviços, Transporte, Proteção	-	-	-	-	33,688	15,040
Jornalismo e Informação	-	-	-	-	29,459	32,121
Agricultura e Pesca	-	-	-	-	37,442	32,255
Continua						

Ciências Biológicas, Física, Matemática	-	-	-	-	19,680	11,941
Saúde	-	-	-	-	17,180	15,478
Humanidades, Letras, Psicologia	-	-	-	-	13,208	11,910
Formação de Professores, Ciências da Educação	-	-	-	-	8,017	4,083
Mestrado ou Doutorado	-	-	111,400	73,530	112,653	107,567
Idade	1,057	1,049	1,065	1,055	1,064	1,062
Negro	0,149	0,144	0,339	0,293	0,357	0,334

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

O modelo mais básico inclui apenas as variáveis raça e idade. A razão de chances indica que, considerando zonas urbanas da região sudeste, negros e negras têm algo em torno de 14% das probabilidades que pessoas brancas têm de estarem entre os mais ricos. Quando se inclui a educação em geral no modelo, a desvantagem das pessoas negras se reduz substancialmente. Os negros têm agora quase 34% das probabilidades que os brancos têm de estarem entre os homens mais ricos. Entre as mulheres, essa mudança é menor, com a razão de probabilidades entre negras e brancas indo a 29%. Como esperado, a especificação dos indicadores educacionais por áreas de formação leva a uma redução ainda maior dos efeitos diretamente associados à raça. A razão de probabilidades passa a 36% entre os homens e a 33% entre as mulheres.

Quanto à educação em si, pode-se ver na segunda especificação do modelo uma razão de chances da ordem de 37 associada ao nível superior de ensino. Como ainda é relativamente pequena a probabilidade de ser rico condicional à conclusão de nível superior (menos que 10% das pessoas com esse nível de instrução são ricas), esse número ainda pode ser interpretado como indicação de que pessoas com curso superior completo são, grosso modo, 37 vezes mais prováveis

de estarem entre os ricos do que pessoas sem esse nível educacional. Quando se considera a terceira especificação dos modelos, observa-se a grande heterogeneidade existente entre as áreas de formação no que se refere à relação com a riqueza. Previna-se, contudo, de interpretar todas as razões de chance como razões de probabilidade já que, nesse caso, para alguns cursos, a probabilidade de ser rico é bastante alta. Assim, embora as razões de chance apontem para uma associação global muito forte entre a riqueza e as formações nas áreas da Medicina, do Direito, das Engenharias, assim como a conclusão do doutorado, não é propriamente acertado dizer que, entre os homens, médicos têm uma probabilidade de serem ricos 129 vezes maior que os não médicos, mantidas constantes as outras variáveis do modelo. Nesse caso, a razão de chances não é uma boa aproximação da razão de probabilidades.

Esses resultados permitem avançar duas conclusões. A primeira delas é que a disparidade racial de riqueza é consideravelmente mediada pela desigualdade educacional entre negros e brancos, mas que, embora substancial, essa mediação está longe de ser definitiva. Reduzir ou, virtualmente, eliminar a desigualdade educacional entre negros e brancos, mesmo incluindo aquela em termos de áreas de formação, reduziria a disparidade racial de riqueza, mas nem de perto a eliminaria. Em boa medida, isso se deve ao próprio fato de que a educação apenas moderadamente explica a participação no grupo dos ricos. Igualdade educacional, portanto, mesmo em se tratando de uma igual distribuição dos grupos raciais pelas diferentes áreas de formação, não significaria iguais oportunidades de riqueza. Assim, a correção da desigualdade racial na educação constitui um mecanismo efetivo, mas não definitivo para a correção da disparidade racial de riqueza.

A segunda conclusão é a de que a contribuição da desigualdade por áreas de formação para a disparidade racial de riqueza é relativamente discreta. A segunda especificação do modelo mostra uma correção substancial quando se controla a desigualdade em termos de educação em geral. A terceira especificação, que considera as diferenças por áreas de formação, leva a uma correção adicional relativamente modesta. A contribuição da desigualdade educacional para a disparidade racial de riqueza parece estar mais relacionada ao baixo acesso de pessoas negras ao nível superior de ensino do que às diferenças por área de formação no interior desse nível.

4.3 Condições para a conversão da educação em oportunidades de riqueza

Se, por um lado, a educação medeia parte considerável da disparidade racial de riqueza, por outro lado, determinado nível educacional não se converte igualmente em oportunidades de riqueza para negros e brancos. Este tipo de diferença é a mais sujeita a refletir mecanismos de discriminação direta. Claro que outras interpretações concorrentes podem ser levantadas. A primeira delas seria sobre a qualidade de ensino. As credenciais de negros médicos e advogados, por exemplo, podem, em média, valer relativamente menos que as mesmas credenciais dos brancos em razão desses últimos estarem concentrados nas instituições com maior qualidade ou prestígio. O acesso a redes de contatos também pode cumprir um papel importante na conversão de credenciais em riqueza. Esses contatos não apenas formam por si mesmos um tipo de recurso, amplamente denominado capital social, como também criam condições mais ou menos favoráveis para a conversão das credenciais em status e riqueza. Por essa rede de contatos circulam informações e fluxos de influência que certamente podem aumentar as chances de que determinada credencial possa ser convertida em altos níveis de rendimento. Essas vantagens devem estar associadas à condição de branco, mediando assim parte da desigualdade racial associada à raça.

Não obstante, as barreiras impostas pela discriminação direta não são menos dignas de serem reconhecidas enquanto mecanismos subjacentes responsáveis pelas desigualdades observadas, entre os grupos raciais, na habilidade para converter os mesmos níveis educacionais em chances de estar entre os ricos, até porque a discriminação direta certamente interage e, em alguma medida, se materializa na forma de outros mecanismos. Por exemplo, a discriminação racial implica em restrições na aceitação social do negro, o que, se não necessariamente impede, dificulta seu acesso a redes de relações economicamente úteis. Nesse sentido, o capital social, ao invés de uma explicação concorrente, passa a constituir na verdade um modo pelo qual a discriminação racial afeta as chances de vida. De todo modo, uma vez que as informações disponíveis não permitem que se diferencie as contribuições dos diferentes mecanismos em jogo e muito menos que se analise a sua imbricada relação, opta-se aqui por falar, de maneira abrangente, nas *condições para a conversão de atributos individuais, sobretudo a educação, em oportunidades de riqueza*, as quais são afetadas, ainda que não exclusivamente, pela discriminação racial direta.

Para averiguar o quanto essas condições determinam a disparidade racial na probabilidade de estar entre os ricos, recorre-se a uma bateria de exercícios contrafatuais. Os exercícios são feitos

com base num modelo em que a probabilidade de ser rico é dada de acordo com a idade, com a formação educacional específica e com a condição racial. O modelo é aplicado às pessoas residentes em zonas urbanas da região sudeste. Assim, os fatores de segmentação geográfica são controlados sem serem, contudo, incluídos no modelo, de modo que os resultados possam ser interpretados exclusivamente por referência aos atributos individuais. Os padrões apresentados não diferem substancialmente quando se consideram outras regiões ou zonas rurais. Mais uma vez, a aplicação é feita para mulheres e homens separadamente. O modelo inclui um termo de interação entre raça e níveis educacionais. Testes formais sobre a melhor aderência do modelo interativo à distribuição das probabilidades não confirmam um incremento estatisticamente significativo na capacidade explicativa. Segue-se, no entanto, a orientação de Treiman (2009) que, diante do caráter não rigorosamente decisivo desses testes para modelos logísticos, recomenda a opção de acordo com motivações interpretativas, caso existam razões para se acreditar na existência de um processo de interação. No presente caso, a motivação é o fato de que a disparidade racial de riqueza, medida pela razão de probabilidades de riqueza entre negros e brancos, varia muito entre os diferentes níveis de ensino e as diferentes áreas de formação.

O modelo de regressão assim aferido representa, para negros e para brancos, o padrão de associação entre educação, idade e probabilidade de estar entre os ricos. Esses padrões diferem de acordo com os grupos raciais, o que se expressa por um coeficiente que associa a condição do negro a uma redução nas probabilidades de riqueza. Os recursos contidos na versão 11 do Stata/SE para o tratamento após estimações permite que se compute a probabilidade média⁶ de riqueza sob as hipóteses de: (1) todas as observações na amostra serem tratadas como pessoas brancas, (2) todas serem tratadas como negras, (3) apenas brancos serem tratados como brancos, (4) apenas negros serem tratados como negros, (5) apenas negros serem tratados como brancos e (6) apenas brancos serem tratados como negros. O “tratar como” significa aplicar às observações em questão um valor determinado para a variável que define a condição que se lhes quer imputar. Por exemplo, tratar negros como brancos significa tomar todas as observações de pessoas negras, imputar a elas o valor que indica a condição de branco – no caso, atribuir o valor zero, ao invés de um, à variável

⁶ A regressão logística atribui uma probabilidade a cada observação, probabilidade que difere segundo os valores da respectiva observação nas variáveis independentes. A probabilidade média é simplesmente a média das probabilidades atribuídas a cada observação, como seria o caso para qualquer outra grandeza contínua. A média de probabilidade de riqueza para os negros, por exemplo, é a média entre as diferentes probabilidades que cada um dos negros, com seus diferentes graus de escolaridade e com suas desvantagens em relação aos brancos, tem de estar entre os ricos.

que indica a condição de negro – e então estimar a probabilidade resultante de acordo com o modelo estimado, utilizando, para todas as outras variáveis consideradas, os seus valores reais. No presente contexto, isto equivale a retirar, de todas as pessoas negras, as desvantagens associadas à condição racial e à sua interação com os níveis educacionais e então calcular a probabilidade média dessas pessoas serem ricas, considerando seus níveis reais de educação e de idade. A Tabela 4.2 abaixo mostra os resultados dessa decomposição.

Tabela 4.2: Decomposição das probabilidades de riqueza. Brasil, sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Homens				Mulheres			
		Probabilidade de riqueza	Razão de probabilidades			Probabilidade de riqueza	Razão de probabilidades
Global		2,5%		Global		1,1%	
Todos brancos	como	0,027	39%	Todas brancas	como	0,013	42%
Branco	como	0,039		Branca	como	0,017	
Negro	como	0,015		Negra	como	0,007	
Todos negros	como	0,011	33%	Todas como negras		0,005	33%
Branco	como	0,017		Branca	como	0,007	
Negro	como	0,006		Negra	como	0,002	
Branco e negro como negro			15%				14%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Primeiramente, note-se que a probabilidade global de riqueza para os homens é de aproximadamente 2,5%, enquanto para as mulheres esse valor é de 1,1%. Essa probabilidade expressa simplesmente a proporção dos homens que são ricos e a de mulheres que são ricas, respectivamente. Os valores superam 1% porque a residência em áreas urbanas no sudeste, que define a subpopulação em questão, está positivamente associada à riqueza. Inspeccionando os valores, nota-se que os homens negros teriam 2,6 vezes mais chances de serem ricos caso fossem tratados como brancos. Fosse as mulheres negras tratadas como brancas, sua probabilidade de riqueza seria três vezes maior. A probabilidade de homens brancos serem ricos é aproximadamente 2,2 vezes maior ao que seria caso eles fossem tratados como negros. Para as mulheres brancas o valor equivalente é 2,3. Finalmente, homens brancos tratados como homens brancos e mulheres brancas tratadas como mulheres brancas têm probabilidade de riqueza quase sete vezes maior do que pessoas negras tratadas enquanto tais. Esse quadro indica que as condições gerais para a conversão de educação em oportunidades de riqueza têm um impacto considerável sobre a disparidade racial na composição do grupo dos ricos.

Quando se considera negros tratados como negros e brancos tratados como brancos, nota-se que os negros têm apenas 15% das chances que os brancos têm de serem ricos. Entre as mulheres o valor é quase o mesmo: 14%. Tais valores representam a situação fática e equivalem basicamente às razões de chance expostas na Tabela 4.1 para o modelo não ajustado por níveis educacionais. Já quando se trata todos como os negros são atualmente tratados, a razão de probabilidades vai a 33% tanto para os homens quanto para as mulheres. Quando se considera o cenário contrafactual em que todos são tratados como brancos, essa razão vai a 39% entre os homens e a 42% entre as mulheres. É notável que, em ambos os casos, a redução se equipara àquela que aconteceria sob a condição de igualdade educacional entre negros e brancos, expressa no último modelo exposto na Tabela 4.1, que considera as formações específicas. Lá, o ajuste pelas desigualdades educacionais entre negros e brancos traz as razões de probabilidade para 35% entre os homens e para 33% entre as mulheres. Assim, os resultados dessa decomposição indicam que o impacto das diferenças nas condições gerais para a conversão da educação em oportunidades de riqueza é equivalente ou ainda maior que o impacto da própria desigualdade educacional entre negros e brancos.

O exercício apresentado na Tabela 4.2 não permite, contudo, que se diferencie a contribuição de fatores não observados da contribuição da desigualdade nas condições para a conversão da educação em oportunidades de riqueza. Estritamente falando, as desigualdades nessas condições

devem ser avaliadas com base em diferenças observadas, entre os grupos raciais, na relação entre os atributos individuais e as chances de estar entre os ricos. A decomposição JMP, utilizada já no primeiro capítulo, pode ser mais uma vez utilizada aqui, com o objetivo de fazer essa distinção.

Para conduzir a decomposição, especifica-se uma regressão linear explicando a variação dos logaritmos dos rendimentos em função da idade e dos níveis educacionais, incluindo as formações específicas. Essa regressão é aplicada para negros e para brancos residentes em zonas urbanas da região sudeste, em separado. Com base nessas duas regressões, é possível simular qual seria a distribuição de renda caso todos os fatores não observados que a afetam tivessem, para os negros, a mesma distribuição que têm para os brancos. Num segundo passo, é possível estimar qual seria a distribuição de renda se, além da mesma distribuição de resíduos, os negros tivessem também os mesmos coeficientes que os brancos, ou seja, a mesma estrutura de distribuição de renda em função dos atributos individuais incluídos no modelo. Em cada uma dessas situações hipotéticas, identifica-se qual seria a proporção de negros no grupo dos ricos. Como essa técnica de decomposição também é sensível à escolha do grupo de referência para as simulações, cada fase do exercício é repetida atribuindo-se aos brancos as condições enfrentadas pelos negros.

A expectativa é, obviamente, que nas distribuições contrafatuais exista menor disparidade racial de riqueza. Numa delas se identifica como o cenário seria afetado pela equiparação dos grupos raciais no que se refere a fatores não observados. Na outra se identifica a contribuição dos coeficientes, ou seja, da desigualdade racial no que se refere ao modo como determinado nível educacional e de experiência de vida se convertem em maiores rendimentos e, por conseguinte, em maior representação no grupo dos ricos. O exercício com essa decomposição permite, portanto, uma observação mais precisa da relevância das condições para a conversão de educação em chances de riqueza, expressa especificamente pela contribuição dos coeficientes. Já a contribuição dos fatores não observados expressa o impacto, para a disparidade racial de riqueza, de mecanismos subjacentes geradores de desigualdade racial que não a desigualdade em níveis educacionais. Os resultados da decomposição são mostrados na Tabela 4.3 abaixo. Para simplificar a exposição, mulheres e homens são considerados conjuntamente nesse exercício.

Tabela 4.3: Simulação JMP para a participação no grupo dos ricos entre negros e brancos. Brasil, sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

	Atribuindo aos negros a condição dos brancos		Atribuindo aos brancos a condição dos negros	
	Proporção de brancos entre os ricos	Proporção de negros entre os ricos	Proporção de brancos entre os ricos	Proporção de negros entre os ricos
Distribuição real	83,9%	16,1%	83,9%	16,1%
Atribuindo fatores não observados	76,5%	23,5%	72,9%	27,1%
Atribuindo fatores não observados e também os coeficientes	65,6%	34,4%	67,0%	33,0%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Os resultados mostram que tanto os fatores não observados quanto os coeficientes afetam substancialmente a disparidade racial de riqueza. A alteração das proporções em cada cenário contrafactual se deve tanto ao aumento do número de negros quanto à diminuição do número de brancos entre os ricos. Quando se atribui aos negros as condições realmente enfrentadas pelas pessoas brancas, o que acontece é o seguinte: Como a distribuição de renda dos negros tem seu nível elevado pelos exercícios de simulação, uma quantidade de negros que estava abaixo da linha de riqueza passa a estar acima dela. Por outro lado, como a aumento no nível da renda dos negros altera a distribuição dos rendimentos como um todo, a linha de riqueza se eleva com as simulações e, permanecendo inalterada a distribuição de renda dos brancos, essa elevação implica diretamente na exclusão de um número deles do grupo dos ricos. Já quando se atribui aos brancos as condições enfrentadas pelos negros, o que acontece é um rebaixamento dos seus níveis de rendimento. Com isso, mais uma vez, brancos que eram ricos deixam de sê-lo. Por outro lado, como a linha de riqueza se reduz e a distribuição de renda das pessoas negras permanece inalterada, um número delas passa a estar incluído no grupo dos ricos.

Considere-se primeiramente a situação em que se atribui aos negros as condições dos brancos. Observe-se a contribuição dos resíduos, que expressa o impacto de fatores não observados que afetam a distribuição de renda e, por conseguinte, as oportunidades de participação no grupo dos ricos. Atribuindo-se aos negros as mesmas condições que os brancos no que diz respeito a tais fatores, observa-se uma redução considerável na disparidade racial de riqueza, com a proporção de negros subindo de 16% para 23,5%. Agora, o que aconteceria se os coeficientes relacionando educação, idade e riqueza entre os negros fossem exatamente os mesmos que entre os brancos⁷? Nessa circunstância hipotética, a proporção de negros entre os ricos sobe a 34,5%. Assim, se com a equalização dos fatores não observados o aumento na participação dos negros no grupo dos ricos seria de 7,5 pontos percentuais, com a situação hipotética de equalização dos coeficientes haveria um aumento adicional de 11%. Assim, do efeito total exercido pelas simulações, que é de 18,5 pontos percentuais, 61% se devem aos coeficientes, ou seja, à medida mais precisa das condições diferenciais para a conversão dos atributos individuais em oportunidades de riqueza. Os 39% restantes se devem aos fatores não observados.

Quando se faz a simulação pela atribuição aos brancos das condições enfrentadas pelos negros, a figura é um pouco diferente. Nessa situação, a equiparação da distribuição dos resíduos leva a proporção de negros entre os ricos de 16% para 27%. Quando se imputa aos brancos também os coeficientes que regem a distribuição de renda dos negros em função da educação e da idade, a proporção de negros entre os ricos chega a 33%. As duas rodadas de simulação exercem, dessa vez, uma diferença total de 17 pontos percentuais e não de 18,5 como no exercício anterior. Além disso, nesse caso 65% dessa diferença total se deve aos fatores não observados e apenas 35% aos coeficientes. Como se nota, há, basicamente, uma inversão entre as estimativas para as contribuições relativas dos resíduos e dos coeficientes. Além disso, como já notado, a alteração total exercida pelas simulações não é a mesma nos dois exercícios, sendo a diferença de 18,5 pontos percentuais num caso e de 17 no outro.

⁷ Note-se que, na verdade, o modelo considera tanto a educação quanto a idade. Trata-se então não apenas da educação formal, mas também de como a experiência, ou, em sentido mais amplo, o aprendizado acumulado ao longo do curso de vida se relacionam aos níveis de rendimento individual. Contudo, como na população em estudo as diferenças raciais em termos de níveis de idade são muito discretas, pode-se interpretar os resultados por referência exclusiva à desigualdade educacional. Isso quando se está considerando o impacto da desigualdade entre os grupos raciais no que se refere ao nível dessas variáveis. Já no que se refere aos coeficientes, a associação entre idade e renda difere sensivelmente entre negros e brancos, os últimos aferindo maior vantagem para um mesmo aumento na idade. Diante disso, as diferenças que se devem ao comportamento dos coeficientes expressam mais precisamente a extensão das condições diferenciais para a conversão da educação e também do aprendizado ao longo do curso de vida, em oportunidades de riqueza.

Essa diferença está relacionada ao fato de que a imputação das condições dos brancos à distribuição de renda dos negros expande essa distribuição enquanto a imputação das condições dos negros aos brancos exerce uma contração sobre a distribuição de renda desses últimos. Ocorre que a expansão que ocorre na distribuição de renda dos negros na primeira situação altera mais a composição do grupo dos ricos. Também tem explicação o fato de que a atribuição das condições dos negros aos brancos resulta numa contribuição maior por parte dos fatores não observados. A verdade é que a distribuição de renda dos negros se comporta de modo menos sistemático, no sentido de ser explicada pelos fatores considerados nos modelos de regressão. Entre os brancos, a proporção da variância dos logaritmos dos rendimentos que é explicada pelas variáveis inseridas no modelo de regressão é 42%. Entre os negros, a mesma proporção é de 31%. Isso quer dizer que os resíduos respondem por uma porção muito maior da distribuição de renda das pessoas negras e, conseqüentemente, quando sua distribuição é imputada às pessoas brancas, eles acabam exercendo um impacto muito considerável sobre a distribuição de renda dessas últimas. O mesmo fato sugere que se dê preferência ao exercício que se baseia na atribuição das condições dos brancos às pessoas negras, pois se trata da imputação das propriedades de um modelo com melhor performance.

Em síntese, os resultados da decomposição com regressão logística apontam para uma relevância crucial das desvantagens diretamente associadas à condição racial. Naquele caso, simula-se o que aconteceria com as probabilidades de riqueza caso (a) retire-se dos negros todas as desvantagens associadas diretamente ao fato de serem negros ou (b) se impute aos brancos essas desvantagens. O que se notou nessas circunstâncias foi uma correção na razão de probabilidades. De algo em torno de 14%, essa passou à casa dos 30% quando se atribui aos brancos as mesmas desvantagens dos negros. A mesma razão chega ao entorno dos 40% quando se retira dos negros as suas desvantagens. Por outro lado, em exercícios anteriores, expostos na Tabela 4.1, observou-se que o controle pelas desigualdades educacionais num modelo logístico, incluindo as diferenças por área de formação superior, traz a razão de chances dos 14% para a casa dos 30%. Mais precisamente, 35% entre os homens e 33% entre as mulheres. O que se conclui desses resultados é que a eliminação das desvantagens diretamente associadas à condição racial teria um impacto equiparável ao da própria eliminação das desigualdades educacionais, ou mesmo maior. Já com a decomposição JMP, pôde-se diferenciar a contribuição dos coeficientes da contribuição dos fatores não observados. Nesse caso, os exercícios não são absolutamente conclusivos a respeito de qual dessas fontes de disparidade de riqueza é a mais importante, havendo, contudo, razão para se dar

mais fé ao exercício que aponta para a maior relevância dos coeficientes, que são a expressão mais adequada das desvantagens dos negros em termos de condições para converter seus atributos individuais em oportunidades de estar no grupo dos 1% mais ricos.

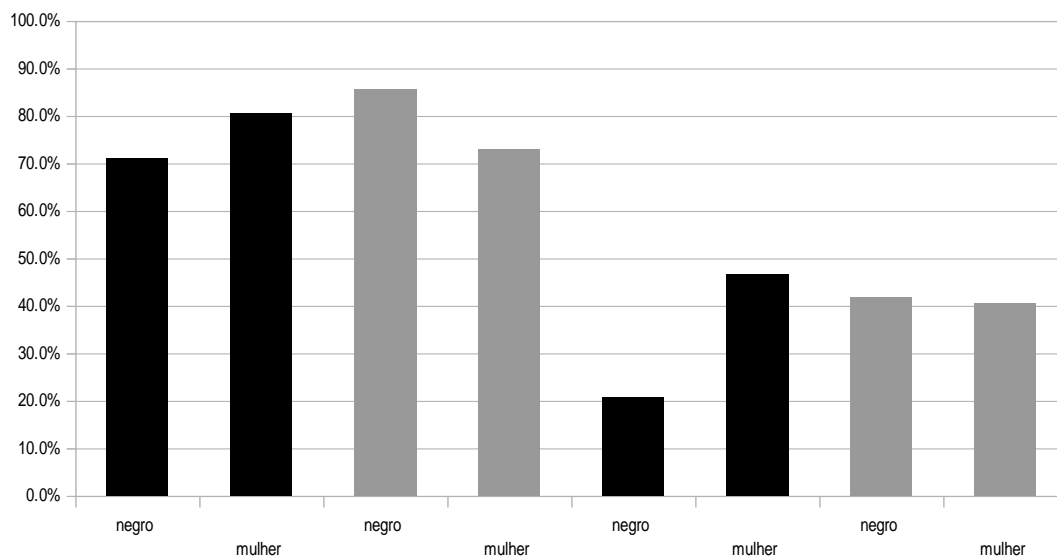
4.4 A mediação educacional da disparidade de riqueza para a mulher negra

Condição racial e de gênero são dois fatores adscritos associados à disparidade de riqueza. Contudo, o papel da desigualdade educacional enquanto mecanismo mediador dessa disparidade difere substantivamente quando se trata de um ou de outro. As mulheres vêm ultrapassando consistentemente os homens em termos de níveis educacionais, enquanto a população negra mantém consistentemente níveis educacionais inferiores aos da população branca. Quando se estuda a desigualdade de renda em torno na média, o que se observa em geral é a massiva mediação da desigualdade racial de renda por desigualdades educacionais entre negros e brancos. Já entre as mulheres, o que existe é uma desigualdade de renda que persiste, mesmo sendo as mulheres, em média, mais educadas. A consequência disso é que, embora a desigualdade de renda em função da cor seja maior que aquela em função do sexo das pessoas, a equalização, via controles estatísticos, dos níveis educacionais em termos de raça e de gênero inverte o cenário. Fossem os negros tão educados quanto os brancos e os homens tão educados quanto as mulheres, a desigualdade de renda em função da cor seria menor que a desigualdade de renda em função do sexo, tudo mais mantido constante. Será que o mesmo vale em se tratando da disparidade de riqueza?

Para responder a essa questão é possível implementar modelos de regressão linear para a desigualdade de renda em torno da média e de regressão logística para as probabilidades de riqueza. No primeiro caso, obtém-se a renda esperada de pessoas negras em termos de percentagem da renda esperada das pessoas brancas, assim como a renda esperada de mulheres em termos de percentagem da renda esperada dos homens, mantidos constantes outros fatores. No caso da regressão logística, obtém-se a razão de probabilidades – aproximada pela razão de chances – de riqueza de pessoas negras com relação a pessoas brancas e de mulheres com relação aos homens, também mantidos constantes outros fatores. Ambos os modelos são implementados em dois estágios. O primeiro incluindo apenas a idade e os indicadores de condição racial e de gênero. O

segundo incluindo também os níveis educacionais, considerando as diferentes áreas de formação superior. Os resultados são apresentados no Gráfico 4.1 abaixo.

Gráfico 4.1: Razão entre rendas médias e razão de chances de riqueza para homens e mulheres. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

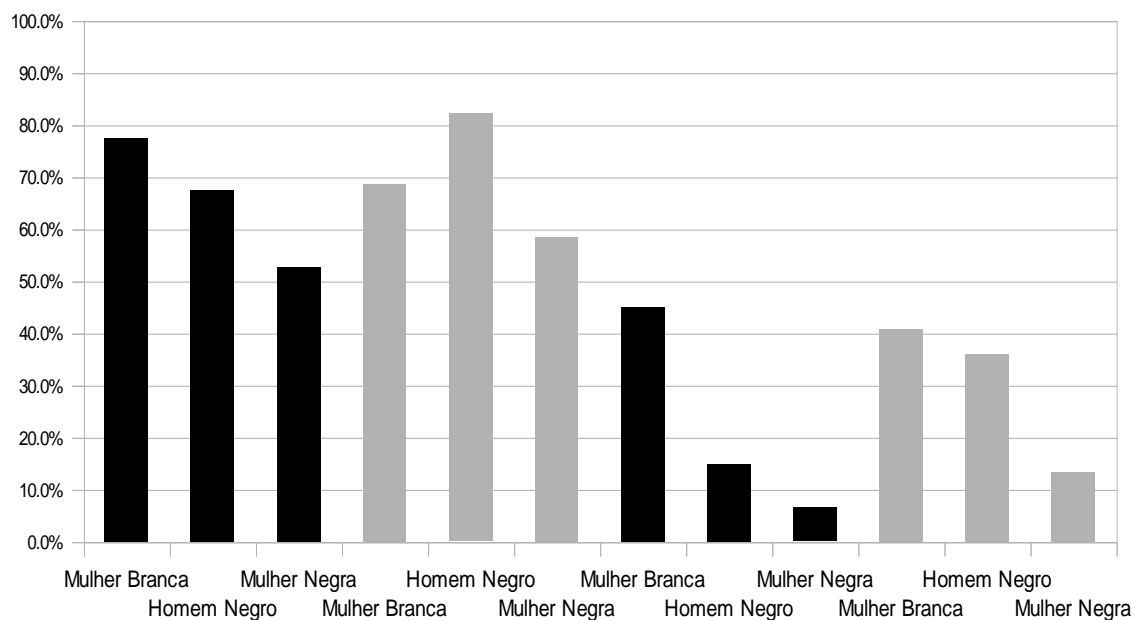
As primeiras quatro barras se referem aos resultados de regressão linear e as quatro últimas aos resultados de regressão logística. As barras pretas representam os resultados da especificação sem controle por níveis educacionais. As barras cinzas representam os resultados da especificação com controle para esses níveis. Como se observa, a desigualdade de renda em torno da média se comporta da maneira esperada. A desigualdade bruta de renda em função da raça é maior que aquela em função do sexo. Contudo, quando se leva em conta a mediação educacional da desigualdade de renda, o cenário se inverte. A desigualdade diretamente associada à condição racial passa a ser menor que aquela diretamente associada à condição de mulher, o que acontece por dois motivos. Primeiramente, a renda esperada dos negros se eleva uma vez que se descontam as desvantagens mediadas por seus menores níveis educacionais. Segundo, a renda esperada das mulheres é sensivelmente reduzida na medida em que se desconta sua vantagem educacional com relação aos homens.

Já quando se trata das probabilidades de riqueza, a situação é algo diferente. Primeiramente, nota-se que, em termos brutos, comparada ao que acontece no caso de rendas médias, a disparidade racial de riqueza supera a disparidade por gênero de maneira mais acentuada. No caso das diferenças brutas em renda média, a renda esperada de pessoas negras é 71% da renda esperada dos brancos. Para as mulheres em comparação com os homens, esse valor é de 81%. Por outro lado, em se tratando de disparidade de riqueza, negros são apenas 22% tão prováveis quanto pessoas brancas de estarem entre os mais ricos enquanto as mulheres são 47% tão prováveis quanto os homens. Mais importante ainda, a inversão ocorrida com o desconto da mediação educacional não é tão acentuada no caso da disparidade de riqueza. O que há é muito mais uma equiparação, com a razão de probabilidades indo a 42% entre negros e brancos e a 41% entre mulheres e homens. A resposta à questão é portanto negativa. Embora o comportamento da mediação educacional da disparidade de riqueza por sexo e raça seja por um lado semelhante ao da mediação educacional da desigualdade entre rendas médias, com a desvantagem dos negros sendo reduzida e a das mulheres aumentada pelo desconto dessa mediação, não há, contudo, no caso da disparidade de riqueza, uma nítida inversão na ordem desses fatores.

A relação entre raça, gênero e riqueza, portanto, é algo diferente da relação entre raça, gênero e renda média. Para avançar na compreensão da condição da mulher negra propriamente dita, é importante levar em conta a interação entre gênero e raça. Isso poderia ser feito pela inclusão de um termo de interação entre sexo e raça nos modelos considerados. Contudo, embora esse procedimento seja viável para os modelos de regressão linear, a inclusão desse termo nos modelos logísticos traria alguns problemas. O cômputo das desvantagens passaria a envolver cálculos sensivelmente mais complexos. Se no caso da regressão linear essa complexidade seria facilmente tratável, já no caso da regressão logística seria necessário utilizar comandos mais específicos para o cômputo de probabilidades. O maior problema nisso é que esse procedimento obrigaria a abandonar as razões de chance, enquanto aproximação para uma razão de probabilidades praticamente constante ao longo da superfície de resposta do modelo. Seria necessário especificar probabilidades para diferentes posições nessa superfície, o que comprometeria fatalmente o exercício agora proposto, que se baseia numa comparação direta entre os resultados de regressões lineares e os de regressões logísticas. Enquanto na regressão linear seria ainda possível falar dos impactos de sexo e raça, mantidos constantes os níveis educacionais, o mesmo deixaria de ser possível com a regressão logística.

Sendo assim, opta-se por trabalhar com quatro categorias geradas pela combinação de sexo e raça: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Essas categorias são disjuntas e, portanto, podem ser inseridas tanto na regressão linear quanto na regressão logística enquanto uma variável categórica. Assim, repete-se o exercício anterior, utilizando os homens brancos como referência e aferindo-se as desvantagens dos outros três grupos com relação a eles. Como a probabilidade de ser rico condicional a qualquer uma dessas categorias é pequena – para qualquer uma delas, apenas um pequeno número se encontra entre os ricos – continua sendo possível interpretar a razão de chances como uma aproximação da razão de probabilidades de riqueza, praticamente constante ao longo da superfície de resposta. Os resultados são apresentados no Gráfico 4.2. As primeiras seis barras se referem aos resultados de regressão linear e as seis últimas aos resultados de regressão logística.

Gráfico 4.2: Razão entre rendas médias e razão de chances de riqueza para categorias de raça e gênero. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

O que se observa agora é um cenário muito mais informativo. No que se refere à desigualdade de renda em torno da média, observa-se o padrão esperado de inversão entre homens negros e mulheres brancas. Quando se desconta a mediação educacional, os primeiros passam a ter renda esperada mais próxima à dos homens brancos. A mesma inversão não ocorre, contudo, entre mulheres negras e mulheres brancas. Note-se que apenas a renda esperada das mulheres brancas, em termos de proporção da renda esperada dos homens brancos, sofre queda quando se desconta a mediação educacional, o mesmo não acontecendo com as mulheres negras que assistem, ao contrário, a um incremento em sua renda esperada. Isso indica que para essas últimas, de maneira semelhante ao que ocorre com os homens negros, a desvantagem de renda com relação aos homens brancos é em parte mediada por desvantagens educacionais. Contudo, uma desvantagem muito maior persiste para elas após o desconto dessas desvantagens. Enquanto os homens negros se aproximam bastante dos homens brancos, saindo de 68% para 82% da renda esperada desses últimos, as mulheres negras sobem apenas para 58%.

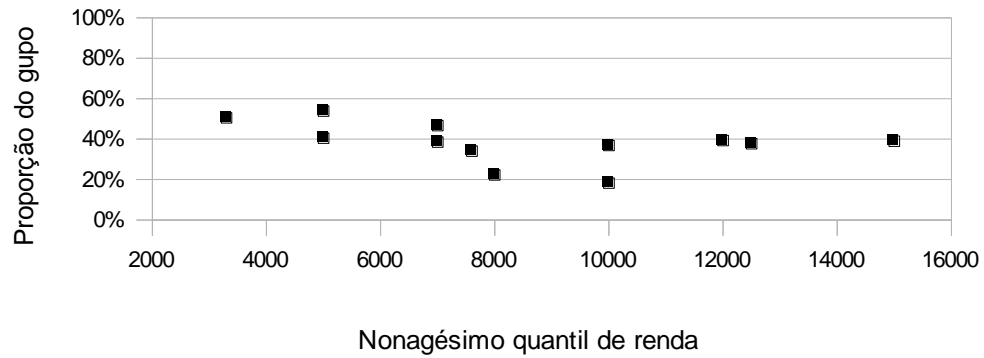
A distinção mais nítida, contudo, aparece quando se observa o que acontece com a mediação educacional da disparidade de riqueza. Nesse caso, não há em definitivo a inversão que existe no que se refere à desigualdade de renda em torno da média. O que há é uma modificação na topografia da disparidade. O desconto da mediação educacional aproxima os homens negros das mulheres brancas, mas mantém as últimas em melhores condições que os primeiros. Na verdade, mantém-se uma distância considerável entre eles: mulheres brancas ficam 41% tão prováveis quanto os homens brancos de estarem entre os ricos, com a mesma cifra sendo de 36% para os homens negros. Por outro lado, a distância entre homens negros e mulheres negras se agrava, sobretudo porque o desconto da mediação educacional apenas discretamente aumenta as probabilidades de riqueza dessas últimas, enquanto para os homens negros esse aumento é bastante expressivo. Em termos brutos, homens e mulheres negras estão próximos, ambos em ampla desvantagem com relação às mulheres brancas e, mais ainda, aos homens brancos. Já quando se desconta a mediação educacional, as mulheres negras aparecem isoladas em último lugar.

O que se conclui é que a diferenciação por sexo e raça na mediação educacional da disparidade de riqueza comporta-se de modo bastante distinto daquilo que ocorre em se tratando de rendas médias. Enquanto para a renda média o desconto da mediação educacional leva a um cenário de maior saliência das desigualdades diretamente associadas ao sexo, no caso da disparidade de riqueza esse desconto não altera o cenário de maior saliência das desvantagens

diretamente associadas à raça. No primeiro caso, o ordenamento resultante do controle por desigualdades educacionais se altera, colocando homens negros à frente de mulheres brancas, mas deixando mulheres negras atrás dessas últimas. O que se observa, portanto, é um ordenamento por gênero, com um ordenamento secundário por raça. Em se tratando da disparidade de riqueza, mesmo com o desconto da mediação educacional, mantém-se um ordenamento racial primário, com um ordenamento secundário por gênero. Pessoas brancas têm maior probabilidade de riqueza, com os homens brancos estando à frente das mulheres brancas. Pessoas negras têm menor probabilidade, estando as mulheres negras em considerável desvantagem com relação aos homens negros. Em comparação à desigualdade e de renda média, a disparidade de riqueza intensifica os extremos. Por um lado, as vantagens dos homens brancos são muito mais intensas. Por outro lado, as desvantagens das mulheres negras são muito mais severas.

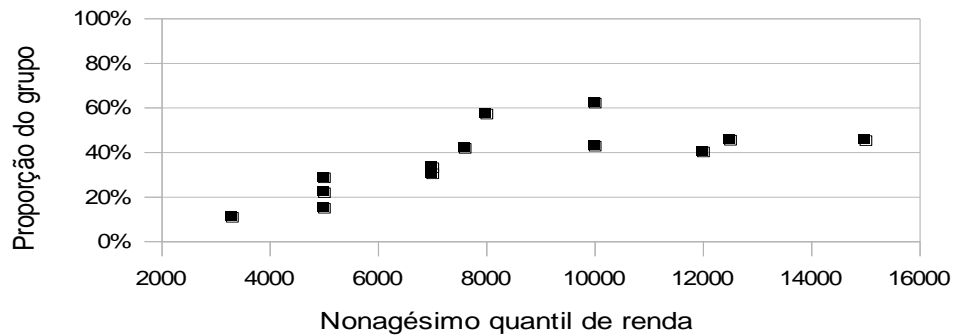
Resta saber qual o papel exato das desigualdades por áreas de formação na mediação da disparidade de riqueza por raça e gênero. De modo geral, as mulheres são maioria entre as pessoas com curso superior. Mas quando se considera simultaneamente gênero e raça as coisas são diferentes na população em estudo. Lideram as mulheres brancas, depois vêm os homens brancos, em seguida as mulheres negras e, seguindo-as de perto, os homens negros. Por outro lado, as mulheres, muito especialmente as mulheres negras, estão sensivelmente concentradas em formações superiores associadas a menores rendimentos. Os Gráficos abaixo mostram, para cada um desses quatro grupos, o diagrama de dispersão associando a sua proporção no público de determinada área de formação ao nonagésimo quantil de renda do total de pessoas formadas na respectiva área, número que representa aqui o nível de afluência econômica associado à respectiva formação específica. Optou-se por esse número ao invés de uma medida de tendência central como a renda média ou mediana levando-se em conta que o foco do presente estudo é a riqueza. Mais do que a afluência média, o nonagésimo quantil representa os níveis mais altos de afluência aos quais determinada formação está associada. De qualquer modo, cabe notar, a correlação entre o nonagésimo quantil e a renda média é quase perfeita, aproximadamente 0,98. Uma diferença substantiva é que os doutores lideram o ordenamento quando se trata de renda média, enquanto os médicos estão no topo em se tratando do nonagésimo quantil da renda. O objetivo é observar como cada um dos quatro grupos compõe o público das áreas de formação mais ou menos afluentes.

Gráfico 4.3: Dispersão por áreas de formação das mulheres brancas



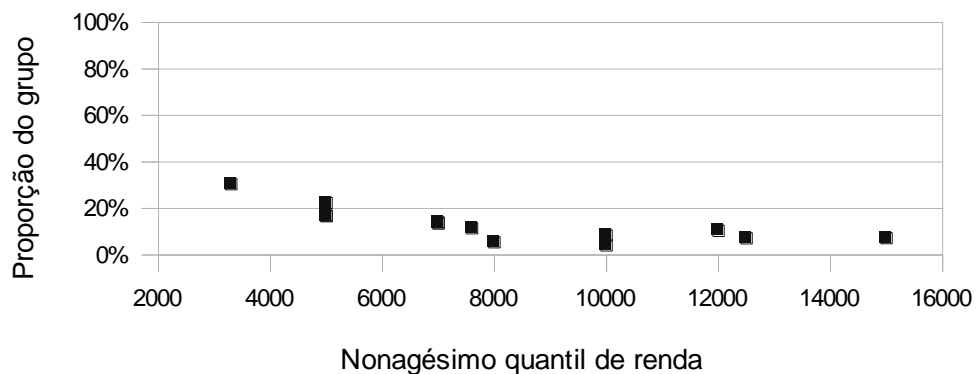
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Gráfico 4.4: Dispersão por áreas de formação dos homens brancos



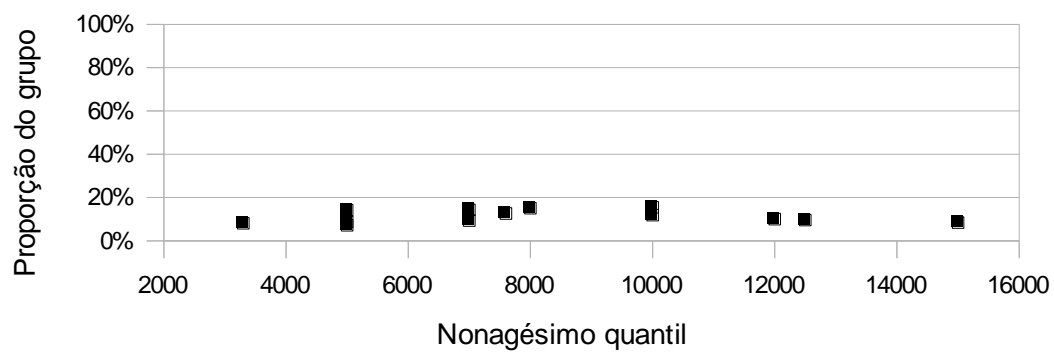
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Gráfico 4.5: Dispersão por áreas de formação das mulheres negras



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Gráfico 4.6: Dispersão por áreas de formação dos homens negros

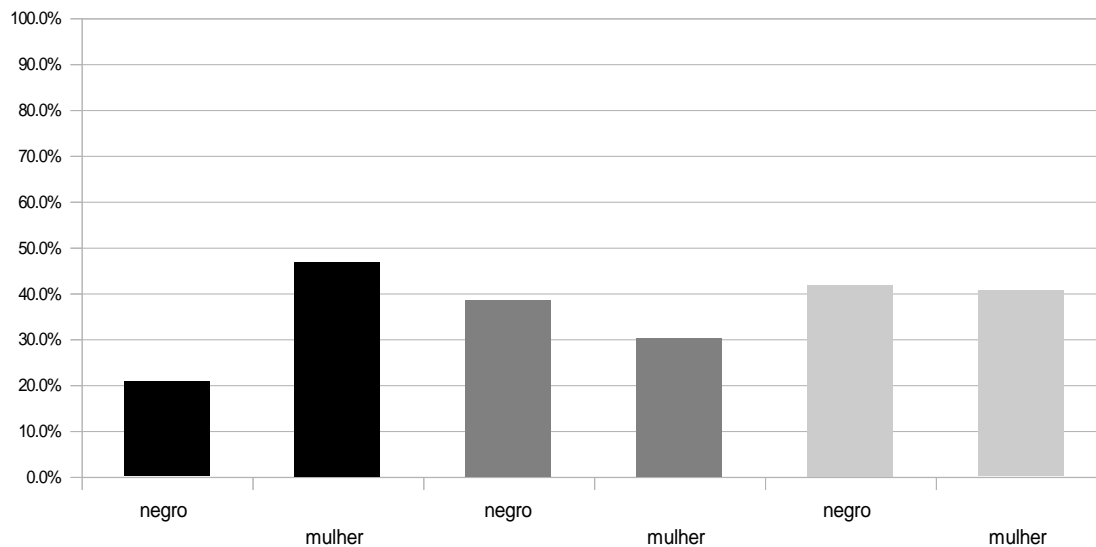


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Os homens brancos estão francamente concentrados nas formações mais afluentes. Há um pico em formações alto-intermediárias, entre as quais contam as ciências exatas e as aplicadas ao mundo da produção. Já entre os homens negros há concentração nas formações de afluência intermediária e alto-intermediária, com uma queda acentuada entre as mais afluentes. A distribuição das mulheres negras como que espelha a distribuição dos homens brancos. O fato é que elas estão altamente concentradas nos cursos menos afluentes. A distribuição das mulheres brancas é, por sua vez, muito diferente. Elas se concentram em cursos de baixa afluência, áreas de formação com alta concentração feminina em geral, como educação, serviço social e enfermagem. Contudo, elas se recuperam muito nitidamente entre os doutores, assim como nas áreas do Direito e da Medicina, que estão entre as mais afluentes. Note-se ainda que ao longo de todas as áreas, as mulheres brancas estão mais presentes que os homens negros em termos absolutos. Isso vale até mesmo para as engenharias, cursos em que os homens em geral marcam maior presença.

A questão a ser respondida é como essa distribuição diferencial, concomitantemente por sexo e por raça, ao longo das áreas de formação medeia a disparidade de riqueza. Observou-se já o comportamento da mediação educacional da disparidade de riqueza segundo a raça e segundo o sexo. Agora se deseja responder a uma questão posterior: qual o papel das formações específicas nessa mediação? Para tanto, é possível observar o comportamento da disparidade diretamente associada à raça e ao sexo ao longo de três modelos de regressão logística. Um que explica a probabilidade de riqueza em função da idade e de indicadores de sexo e raça. Um segundo que inclui também indicadores para níveis educacionais, considerando-se o nível superior de ensino como um bloco. Finalmente, um terceiro que desagrega o nível superior em áreas de formação. Os resultados são apresentados pelo Gráfico 4.7:

Gráfico 4.7: Razão de probabilidades de riqueza para homens e para mulheres com três níveis de controle por educação. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

As últimas duas colunas são familiares. São as mesmas apresentadas no Gráfico 4.1, onde se notou que o desconto da mediação educacional não chega a inverter nitidamente, como o faz em se tratando de rendimentos médios, a ordem de tamanho entre os impactos diretamente associados à raça e ao sexo, respectivamente. O que se deve observar agora é como essas colunas diferem daquelas em cinza mais escuro, que representam os resultados do modelo que considera o nível superior de ensino como um bloco. Nota-se que nesse último caso, há inversão entre gênero e raça. Descontada a mediação educacional, considerando o nível superior de ensino como um bloco, a disparidade de riqueza diretamente associada à raça passa a ser menor que aquela associada diretamente ao gênero. A condição de mulher aparece associada a uma razão de chances menor que aquela associada à condição de negro. Isso acontece porque o desconto da mediação educacional equivale a simular um cenário em que pessoas negras têm os mesmos níveis educacionais que pessoas brancas, o que significa uma elevação educacional dos primeiros. Por outro lado, o mesmo desconto significa simular um cenário em que as mulheres perdem sua vantagem educacional com relação aos homens.

Quando se consideram as áreas de formação, os negros experimentam uma melhoria adicional em suas condições, indo de uma razão de chances de 38% para 42%. Já para as mulheres ocorre algo diferente. O segundo modelo representa uma queda na razão de chances dos 47% do modelo básico para 30%. Agora, quando se consideram as formações específicas, há um efeito no sentido inverso, com a razão de chances se recuperando dos 30% para os 41%. Assim, no cenário hipotético em que mulheres passam a ter a mesma distribuição por áreas de formação que os homens, há um ganho para as mulheres em termos de probabilidades de riqueza.

Essa recuperação não é suficiente para retornar as mulheres aos níveis de disparidade do modelo básico. Em outras palavras, no final, o desconto da mediação educacional continua representando para elas um prejuízo líquido, enquanto representa uma vantagem líquida para pessoas negras. Isso se deve ao fato de que o cenário hipotético beneficia as mulheres pela equiparação das áreas de formação, mas as prejudica pelo rebaixamento dos seus níveis gerais de escolaridade ao mesmo que os dos homens, o que inclui descontar seu maior ingresso no nível superior de ensino. O que ocorre é que essa desconsideração das vantagens educacionais globais sobrepuja a desconsideração das desvantagens em termos de área de formação.

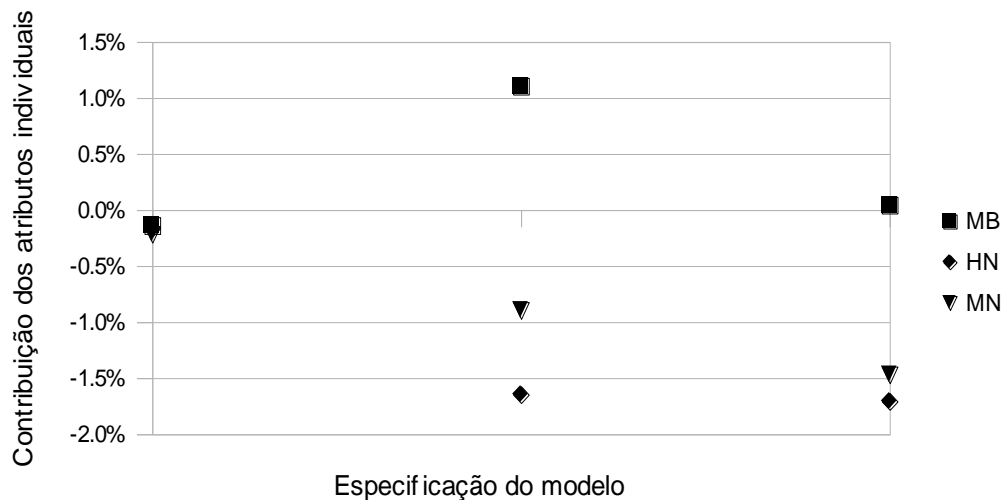
O que se conclui é que a mediação educacional da disparidade racial de riqueza está mais relacionada ao restrito acesso ao nível superior de ensino e mais discretamente a diferenças de caráter alocativo no interior desse nível de ensino. Já a mediação educacional da disparidade de riqueza segundo o gênero não se refere ao acesso ao nível superior de ensino que é, na verdade, mais elevado para as mulheres. O que há é uma mediação substancial dada pela distribuição pelas diferentes áreas de formação superior. Embora esse mecanismo de mediação se faça valer também para a disparidade racial, sua relevância é muito maior para a disparidade de gênero. O desconto dessa fonte de disparidade de riqueza eleva a razão de chances associada à condição de negro dos 38% para os 42%. Uma diferença de quatro pontos percentuais. Já a razão de chances associada à condição de mulher se recupera dos 30% para os 41%, uma diferença quase três vezes maior.

É preciso, no entanto, interpretar esses resultados dando atenção ao caráter dinâmico dos fenômenos em questão. Os diagramas de dispersão apresentados mais acima atestam nítidas assimetrias por raça da distribuição por áreas de formação. Embora o que mais se observe é a baixa proporção de pessoas negras em todas as áreas, reforçando a ideia de uma mediação dada sobretudo pela restrição no acesso a esse nível de ensino, observam-se também diferenças de forma. Embora presentes em cursos afluentes hegemonicamente masculinos, os homens negros frequentam muito

pouco as áreas de formação mais afluentes. As mulheres negras, por sua vez, estão francamente concentradas nas áreas de formação menos afluentes. Se, no futuro, os níveis de acesso ao ensino superior por parte da população negra se ampliarem e ao mesmo tempo se mantiverem esses padrões de distribuição racial pelas áreas de formação, haverá um aumento na relevância dessas áreas enquanto mecanismo de mediação da disparidade racial de riqueza.

Mais uma vez, para observar propriamente a condição da mulher negra, é preciso levar em conta a interação entre sexo e raça. Novamente, isso será feito pela consideração das quatro categorias geradas pela combinação entre esses fatores, tomando-se o grupo dos homens brancos como referência. A questão é como as formações específicas participam da mediação educacional da disparidade de riqueza quando se consideram esses quatro grupos. Se a formação em geral é a principal mediadora da disparidade de riqueza segundo a raça e a formação específica a principal mediadora segundo o gênero, a hipótese é a de que a mulher negra sofra com intensidade os efeitos desses dois mecanismos. Através da extensão da decomposição Oaxaca-Blinder para modelos não lineares, é possível aferir a contribuição dos atributos individuais para a disparidade de riqueza ao longo de diferentes especificações de regressão logística. O que se obtém é uma medida dessa contribuição ao longo de três modelos. Um que explica a probabilidade de riqueza apenas em função da idade. Um segundo que a explica também em função dos níveis educacionais de maneira geral e um terceiro que considera também as diferenças em termos de área de formação. Os resultados são apresentados pelo Gráfico 4.8.

Gráfico 4.8: Decomposição Oaxaca-Blinder das probabilidades de riqueza para categorias de raça e gênero. Brasil, sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Quanto mais abaixo de zero, mais o valor indica que os atributos individuais em questão contribuem para a desvantagem do respectivo grupo com relação aos homens brancos. Quando o valor está acima de zero, o caso é o oposto: os atributos em questão reduzem a desvantagem. Por exemplo, os resultados sugerem que os níveis educacionais das mulheres brancas, na segunda especificação do modelo, contribuem para descontar 1% da diferença que existe entre suas probabilidades de riqueza e a probabilidade de riqueza dos homens brancos. Não obstante essas cifras, dada a inconsistência da técnica de decomposição para aferir o tamanho das contribuições, a interpretação deve se ater à variação dessas contribuições estimadas ao longo das diferentes especificações do modelo, desprezando os valores propriamente ditos. A análise deve se ater à forma do gráfico, desconsiderando os níveis dispostos no eixo vertical.

O que se observa são os padrões esperados. Para as mulheres brancas, a educação em geral exerce um efeito de redução sobre a disparidade de riqueza, as aproximando dos homens brancos, mas quando se consideram as formações específicas, a contribuição se dá no sentido inverso. Para os homens negros, a educação em geral contribui muito intensamente para aumentar a disparidade de riqueza, havendo ainda uma contribuição adicional das diferenças por área de formação que é,

porém, muito suave. Já para as mulheres negras, a educação em geral contribui intensamente para a disparidade e as formações específicas contribuem com intensidade semelhante. O que se conclui é que a mediação educacional da disparidade de riqueza entre mulheres brancas e homens brancos, em desvantagem das primeiras, está exclusivamente em função de desigualdades em termos de áreas de formação. Para os homens negros, essa mediação está sobretudo em função dos níveis de acesso ao ensino superior, havendo uma contribuição adicional modesta das áreas de formação. Já no que se refere às mulheres negras, tanto o acesso ao ensino superior quanto a distribuição diferencial por áreas de formação medeiam substancialmente a disparidade de riqueza. É notável que a desigualdade por áreas de formação tenha uma relevância tão substantiva para as mulheres negras mesmo sendo seu acesso ao nível superior de ensino bastante restrito. Isso indica um padrão crítico de concentração em áreas de formação menos afluentes.

4.5 Conversão da educação em oportunidades de riqueza para a mulher negra

Como já foi visto, além das desigualdades educacionais, os diferenciais em termos das condições para a conversão da educação em oportunidades de riqueza também têm um peso muito importante na determinação da disparidade racial na composição do grupo dos ricos. Pessoas negras não têm a mesma habilidade que pessoas brancas para converter determinado nível de ensino ou credencial em probabilidades de pertencer a tal grupo. Diante da situação das mulheres, em média mais educadas que os homens e ao mesmo tempo com rendimentos mais baixos do que eles, só se pode esperar que tais condições cumpram um papel fundamental. Se elas são mais educadas e ainda assim menos frequentes entre os ricos, seus níveis educacionais não parecem se converter em probabilidades de riqueza com a mesma facilidade que o fazem para os homens. Nessa seção, será abordado o papel dessas condições na mediação da disparidade de riqueza considerando-se simultaneamente a raça e o sexo das pessoas. A hipótese é a de que, embora, conforme já foi mostrado, essas condições diferenciais sejam altamente relevantes para a disparidade racial, elas cumprem um papel mais saliente na mediação da disparidade de riqueza segundo o gênero. Em comparação com essa última, a disparidade segundo a raça seria mais bem explicada por fatores não observados, além, claro, das desvantagens em níveis educacionais já abordadas na seção anterior. Com isso, espera-se observar uma situação especialmente crítica para

a mulher negra, que deve sofrer impactos intensos pelas duas fontes de disparidade, mantendo-se em franca desvantagem diante de todos os outros grupos.

Para testar essa hipótese, recorre-se mais uma vez à técnica de decomposição JMP. Implementa-se um modelo de regressão linear explicando a renda em função da idade e da escolaridade, considerando as diferenças por área de formação. Essa regressão é implementada para os quatro grupos em consideração: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. A população foi mais uma vez restringida ao sudeste urbano. O exercício é feito de modo a comparar os quatro grupos entre si, os tomando par a par. Como visto na última aplicação, os resultados dessa decomposição podem variar conforme a escolha do grupo de referência. Contudo, dado o número de comparações em jogo, para tornar a apresentação tratável optou-se por fazer as comparações em apenas um sentido: imputando as características do grupo com maior participação entre os ricos ao grupo com menor participação. Sendo assim, os quatro grupos conformam seis pares de comparação. O objetivo é distinguir, em cada par, o papel desempenhado pelas condições de conversão da educação em oportunidades de riqueza do papel desempenhado por fatores não observados. A Tabela 4.4 apresenta os resultados desse exercício.

Tabela 4.4: Simulações JMP para a participação no grupo dos ricos por raça e sexo. Brasil, sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

	Homem Branco	Mulher Branca	Homem Negro	Mulher Negra
Mulher Branca	22,6% *** 31,2% ** 40,1% *	-	-	-
Homem Negro	7,5 *** 15,1% ** 21,0% *	7,5% *** 13,8% ** 8,3% *	-	-
Mulher Negra	2,1% *** 4,3% ** 17,7% *	2,1% *** 3,7% ** 6,1% *	2,1% *** 2,2% ** 4,6% *	-

*** Proporção entre os ricos na distribuição real ** Proporção entre os ricos com atribuição de resíduos * Proporção entre os ricos com atribuição de resíduos e de coeficientes

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Os grupos em vantagem estão dispostos em linha e os em desvantagem em coluna. Assim, às mulheres brancas são imputadas as características dos homens brancos apenas. Aos homens negros são imputadas as características dos homens e das mulheres brancas, posto que ambos os grupos estão em vantagem sobre eles quanto às chances de riqueza. Às mulheres negras são imputadas as características de todos os outros grupos. Nenhum dos pares possíveis deixa de ser comparado, embora a comparação se dê de modo unilateral no que se refere à imputação de características. Embora as comparações sejam feitas par a par, as proporções são computadas considerando o total de ricos. Por exemplo, quando se imputa às mulheres negras as condições dos homens brancos, calcula-se a proporção resultante de mulheres negras não apenas com relação aos homens brancos, mas considerando também os outros dois grupos.

Observe-se primeiramente a comparação entre mulheres brancas e homens brancos. A atribuição da distribuição dos resíduos desses últimos aumenta consideravelmente a participação dessas mulheres no grupo dos ricos, elevando-a de 22% para 31%, aproximadamente. A atribuição dos coeficientes exerce um efeito muito semelhante, elevando a participação das mulheres brancas entre os ricos de 31% para 40%. Isso quer dizer que por relação aos homens brancos, fatores não observados e as condições para a conversão da educação e da experiência em oportunidades de riqueza cumprem um papel semelhante na mediação da disparidade de riqueza.

Quando se compara os homens negros aos homens brancos, a atribuição aos primeiros da distribuição de resíduos dos últimos exerce um forte impacto. A participação dos primeiros praticamente dobra, indo de 7,5% a 15,1%. A atribuição dos coeficientes implica numa mudança também considerável, elevando a participação esperada dos homens negros entre os ricos dos 15,1% para os 21 pontos percentuais. Da diferença total de 13,4% que separa a participação inicial e aquela que resulta da imputação de coeficientes e de fatores não observados, 56% se devem à atribuição dos resíduos e 44% à atribuição de coeficientes.

Quando se compara a mulher negra ao homem branco, nota-se mais uma vez um impacto expressivo dos fatores não observados, que elevam de 2,1% para 4,3% a participação dessas mulheres entre os ricos. Os efeitos da atribuição dos coeficientes é, contudo, bem mais expressiva, elevando a participação de 4,3% a 17,7%. Da diferença global de 15,6% exercida pelas simulações, 85% se devem à atribuição dos coeficientes, denotando uma relevância sobrepujante das condições para a conversão de educação em oportunidades de riqueza na mediação da disparidade.

Quando se compara o homem negro à mulher branca, nota-se, de modo semelhante ao que ocorre na comparação com os homens brancos, um forte impacto da imputação de fatores não observados que praticamente dobra a participação dos homens negros no grupo dos ricos, levando-a de 7,5% a 13,8%. A atribuição dos coeficientes, contudo, exerce efeito oposto, reduzindo a participação dos homens negros a 8,3%, trazendo-a para um nível próximo ao inicial. O que isso mostra é que, em comparação com as mulheres brancas, as condições para a conversão da educação em oportunidades de riqueza antes favorecem o homem negro. Já os fatores não observados de mediação exercem um efeito desfavorável e, importante notar, sobrepujante.

Comparando-se agora a mulher negra à mulher branca, nota-se que a imputação de resíduos eleva a participação das negras de 2,1% para 3,7%. Já a imputação dos coeficientes faz uma diferença maior, elevando a participação de 3,7% para 6,1%. Assim, da diferença total de quatro

pontos percentuais, os coeficientes respondem por aproximadamente 60%. Nota-se, portanto, a maior saliência dos coeficientes na determinação da disparidade entre mulheres negras e mulheres brancas. Assim, embora em termos de condições para a conversão da educação em oportunidades de riqueza os homens negros não estejam em desvantagem, mas sim em vantagem com relação às mulheres brancas, as mulheres negras estão em grande desvantagem. Tanto os resíduos quanto os coeficientes favorecem as mulheres brancas com relação às mulheres negras.

Finalmente, tem-se a comparação entre mulheres negras e homens negros. A imputação dos fatores não observados exerce agora um efeito muito discreto, elevando de 2,1% para 2,2% a participação das mulheres negras no grupo dos ricos. Já a imputação dos coeficientes exerce um impacto mais expressivo, elevando a participação de 2,2% para 4,6%. Assim, a atribuição dos coeficientes responde por 94% da diferença total de 2,5% decorrente das simulações. As condições diferenciais para a conversão da educação em oportunidades de riqueza respondem, portanto, quase que exclusivamente pela disparidade entre homens e mulheres negras.

Observando os efeitos das diferentes simulações com o grupo das mulheres negras, nota-se nitidamente o grau da hierarquia entre os diferentes grupos. A atribuição da situação dos homens brancos às mulheres negras eleva a sua participação ao patamar de quase 18%. Já a atribuição das condições das mulheres brancas eleva essa participação a apenas 6%. Por sua vez, a atribuição a elas das condições dos homens negros eleva sua participação a modestos 4,6%. Como se nota, as condições dos homens brancos superam largamente as condições de todos os outros grupos, enquanto as condições das mulheres brancas superam as dos homens negros em grau consideravelmente menor. Por fim, para que se tenha uma ideia do quão desfavoráveis são as condições enfrentadas pelas mulheres negras, vale mencionar um cenário não apresentado na Tabela 4.4: A imputação da sua situação aos homens brancos rebaixaria sua participação de 68% dos ricos para apenas 15%. Mesmo as mulheres brancas, grupo com os melhores níveis de escolaridade e portanto o mais resistente à redução dos níveis de riqueza mediante esses exercícios de simulação, sofreriam uma queda de representatividade dos seus aproximados 23% para 4%.

O que se conclui é que a primeira hipótese, a de que as condições para a conversão da educação e da experiência em oportunidades de riqueza opera prioritariamente em função do gênero, confirma-se. Mulheres brancas não contam com condições desfavoráveis apenas com relação aos homens brancos, mas também com relação aos homens negros. Em comparação com esses últimos, contudo, elas contam com ampla vantagem no que se refere a fatores não observados

e o peso desses últimos supera o das desvantagens expressas pelos coeficientes, impondo uma vantagem líquida. Também a mulher negra sofre desvantagens em termos das condições para a conversão da educação em chances de riqueza não apenas diante do homem branco, como também diante do homem negro. Trata-se de uma desvantagem muito expressiva aliás, como atestam as contribuições de mais de 80%, em ambos os casos, da atribuição dos coeficientes para a diferença total exercida pelas simulações.

Essa maior saliência das condições diferenciais em função do gênero não quer dizer, contudo, que essas condições não variem muito fortemente também em função da condição racial. Diante dos homens brancos, a desvantagem dos homens negros em termos dessas condições é apenas um pouco menor que a desvantagem em termos de fatores não observados. Mais ainda, quando se trata de comparar as mulheres negras às mulheres brancas, 60% da diferença total exercida pelas simulações se deve aos coeficientes. Assim, se o homem negro tem vantagem sobre a mulher branca no que se refere às condições de conversão da educação em chances de riqueza, a mulher negra sofre grande desvantagem. Em absolutamente todos os pares de comparação, as mulheres negras encontram-se em desvantagem em função das duas fontes de disparidade de riqueza consideradas, confirmando a ideia de que a simultaneidade dos fatores raça e gênero configura uma condição única em termos de restrição das chances de vida.

4.6 Formação específica e acomodação das relações raciais em posições de classe

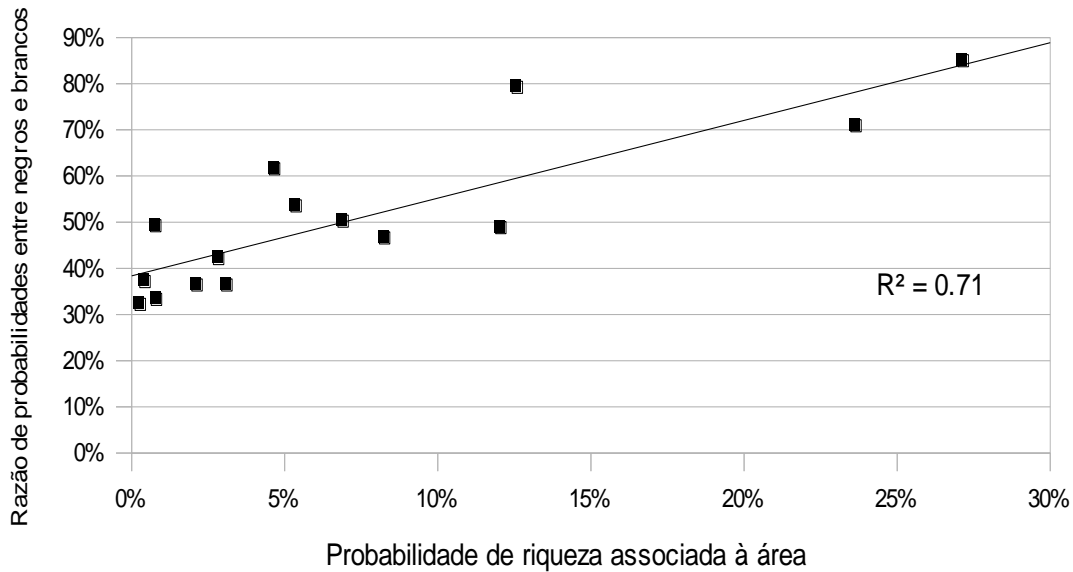
No segundo capítulo, discutiu-se amplamente a perspectiva teórica da acomodação das relações raciais a posições de classe. Notou-se que a própria ausência de negros entre os ricos pode ser bem compreendida sob esse prisma. Mais ainda, a hipótese mais tentadora derivada dessa abordagem enuncia que a desigualdade diretamente associada à condição racial é tanto maior quanto mais elevados forem os níveis socioeconômicos em questão. Verificou-se esse padrão considerando-se o comportamento da desigualdade racial ao longo da distribuição de renda. Quanto mais elevados os níveis de rendimento, maior a desigualdade entre negros e brancos. Isso não apenas em função dos menores níveis de escolaridade da população negra, os quais reduzem seu acesso justamente às posições mais altas. Sobretudo as desvantagens diretamente associadas à condição racial são tão maiores quanto mais elevados os patamares de renda considerados.

Estará a mediação da desigualdade racial pelas áreas de formação relacionada a esse fenômeno? Colocando de outro modo: As áreas de formação mais afluentes estariam associadas a maiores níveis de desigualdade racial, de modo a reforçar o padrão observado no segundo capítulo dessa tese? Como já se observou nesse capítulo, parte da disparidade racial de riqueza é mediada pela desigualdade educacional em termos de áreas de formação. Será que áreas de formação especialmente associadas à riqueza, além de incluírem proporções menores de pessoas negras, estão também associadas a maiores níveis de disparidade racial na composição do grupo dos ricos? Com efeito, a desigualdade racial de renda varia de acordo com as áreas de formação superior em questão. Em outras palavras, agrupando-se pessoas segundo as suas respectivas áreas, observam-se níveis de desigualdade racial de renda muito distintos no interior de cada um desses grupos. Será que essa variação segue o padrão de maior disparidade para áreas de formação associadas à maior afluência econômica?

Para testar essa hipótese, utiliza-se mais uma vez um modelo logístico em que a probabilidade de riqueza é dada em função da idade, da educação e da condição racial, incluindo-se um termo de interação entre condição racial e educação. Para controlar por fatores de segmentação geográfica, a amostra é mais uma vez restringida a pessoas residentes em áreas urbanas do sudeste, sendo os resultados consistentes com os obtidos para populações de outras regiões e de áreas rurais. Homens e mulheres são tratados em conjunto.

Para mensurar a disparidade racial de riqueza, opta-se, como nas seções anteriores, pela razão entre as probabilidades que negros e brancos têm de estarem no grupo dos ricos. Considere-se, por um lado, a probabilidade de riqueza associada a cada área de formação e, por outro lado, a razão entre as probabilidades de riqueza de negros e de brancos, condicionais à respectiva área. O Gráfico 4.9 mostra o diagrama de dispersão para essas duas quantidades.

Gráfico 4.9: Diagrama de dispersão: disparidade racial de riqueza condicional às áreas de formação pela probabilidade de riqueza condicional à respectiva área



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Nitidamente, quanto maior a associação entre uma área de formação e a riqueza, menor é, em termos relativos, a disparidade racial de riqueza condicional à respectiva área, contrariando a hipótese. A reta indica a tendência central nesse sentido. Por sua vez, a dispersão em torno da reta indica diferenças mais específicas. Direito e Medicina se destacam como áreas associadas a menores níveis de disparidade racial, com razões de probabilidade em torno de ou superiores a 80%. Por outro lado, os doutores, assim como o grupo incluindo as Engenharias, a Arquitetura e a Computação, revelam-se fortemente associados à riqueza mantendo, por outro lado, associação com níveis mais drásticos de disparidade racial. Tem-se os médicos e em seguida os doutores como aqueles com maior probabilidade de riqueza. Contudo, enquanto a razão de probabilidades entre negros e brancos associada à Medicina é de 85%, aquela associada ao Doutorado é de 71%. Seguem o Direito e as Engenharias em níveis de associação com a riqueza, sendo que a razão de probabilidades entre negros e brancos é de 79% entre os primeiros e de 49% entre os segundos. Isso mostra que além da associação entre nível de afluência e disparidade racial de riqueza condicional às áreas de formação, existem características próprias a determinados campos de

atuação que os fazem menos desiguais. Medicina e Direito mostram níveis de disparidade inferiores aos de áreas de formação com níveis de afluência equiparáveis, o que indica que no meio dos profissionais liberais a disparidade racial tende a ser menor.

A tendência linear revela que o padrão de acomodação das relações raciais em posições de classe não se manifesta na mediação da relação entre raça e riqueza por formações específicas. Fosse esse o caso, os cursos mais fortemente associados à riqueza deveriam apresentar também maiores níveis de disparidade racial. Esse fato é muito significativo, pois revela que a educação de elite tem um grande potencial para a correção da disparidade racial de riqueza. Como já se notou, uma porção moderada dessa disparidade é explicada por desigualdades educacionais. Notou-se também que dessa porção, a maior parte se deve a desigualdades educacionais de maneira geral, à pouca presença mesma de negros nos níveis superiores de ensino e não à distribuição racialmente desigual ao longo das áreas de formação. Contudo, a discreta contribuição das desigualdades em termos de educação específica não deve ser menosprezada. Se ela é pequena, é porque a grande barreira ainda está no acesso mesmo ao nível superior de ensino. Na medida em que mais negros atingirem esse nível, a desigualdade por áreas de formação passará a ser mais e mais relevante.

Diante desse cenário, a relação linear entre associação com a riqueza e menores níveis de disparidade racial condicional concede à educação especializada um papel de destaque na correção da disparidade racial de riqueza. As pessoas negras que recebem educação de elite não apenas se deparam com maiores chances de riqueza em termos absolutos, mas também com chances mais igualitárias perante as pessoas brancas. Portanto, o aumento em frequência de negros nas formações mais afluentes não ataca a disparidade racial de riqueza apenas pela equalização dos níveis educacionais, mas também pela equiparação das próprias condições para a conversão da educação em oportunidades de riqueza, uma vez que, de maneira geral, as formações de elite são justamente aquelas em que essas condições parecem ser menos desiguais.

Ressalve-se, contudo, que a relação linear encontrada não deixa de ser em alguma medida artificial. Na medida em que as probabilidades de riqueza crescem, a razão tende a ser menor para uma mesma diferença absoluta. Por exemplo: na área das humanidades, a probabilidade de negros serem ricos é de 0,9% e a dos brancos é de 2,6%. A diferença absoluta é de 1,7 pontos percentuais e a razão de 0,35, apontando forte desigualdade. Na área do Direito, a probabilidade para os negros é de 10% e para os brancos 13%. Nesse caso, a diferença absoluta é maior, 3 pontos percentuais, mas a razão é de 0,77, apontando menor desigualdade. É importante notar, portanto,

que o padrão linear se refere estritamente a uma medida de desigualdade relativa nas probabilidades de riqueza e que o uso dessa medida insere, no contexto do presente exercício, certa artificialidade. O uso da medida de desigualdade absoluta levaria a resultados diferentes. Por outro lado, no contexto de toda essa tese, tem-se trabalhado com medidas de desigualdade baseadas em razões. Isso vale para os exercícios com regressões lineares, onde a escala logarítmica implica em trabalhar com razões na escala “natural” de renda. Vale também para os exercícios com regressão logística, onde se trabalha com razões entre probabilidades. Assim, a opção, na presente seção, pela medida de desigualdade relativa justifica-se quando nada por manter coerência com os resultados anteriores, com os quais ela é posta em diálogo nesse capítulo.

4.7 Conclusão

A maior parte das hipóteses lançadas nesse capítulo foram confirmadas ou qualificadas pela discussão de resultados mais detalhados. A hipótese de que a desigualdade em níveis educacionais medeia mais discretamente a desigualdade racial em se tratando da composição do grupo dos ricos se confirma. Diretamente relacionada está a segunda hipótese, de um papel mais proeminente das condições diferenciais para a conversão da educação em oportunidades de riqueza. Com efeito, essas condições parecem cumprir um papel tão importante quanto o da própria desigualdade educacional. Notou-se que esse resultado depende de escolhas operacionais eminentemente arbitrárias, mas que, de qualquer modo, mesmo considerando-se a opção que mais subestima o papel dessas condições, sua relevância é muito considerável.

A hipótese de que a disparidade de riqueza apresenta um quadro crítico no que se refere à mulher negra graças à articulação entre raça e gênero recebeu amplo suporte. Primeiramente, notou-se que a relação entre raça, gênero e riqueza difere da relação entre raça, gênero e desigualdade de renda aferida em torno da média. Notou-se que o desconto da mediação educacional não inverte, como o faz no que se refere à desigualdade entre rendas médias, a ordem de relevância das desvantagens diretamente associadas ao gênero e à raça. Se a razão de chances de riqueza associada à condição de mulher é muito mais favorável que aquela associada à condição de negro num modelo de regressão básico, o controle pelas desigualdades educacionais não inverte a ordem desses fatores de maneira considerável. Notou-se também que essa não inversão depende da distribuição desfavorável das mulheres pelas diferentes áreas de formação. Quando se considera

apenas o nível superior como um bloco, os maiores níveis globais de escolaridade das mulheres prevalecem e o desconto dessa vantagem rebaixa suas razões de chance de riqueza para aquém daquelas associadas à condição de negro. Já quando se consideram as diferenças por áreas específicas de formação, as vantagens das mulheres em termos de níveis globais de escolaridade são em certa medida contrabalançadas pelas desvantagens alocativas no nível superior de ensino. Passam a ser menores então as vantagens educacionais que se desconta delas através do controle estatístico. É apenas nessa situação que a inversão entre raça e gênero não acontece quando a mediação educacional da disparidade de riqueza é descontada.

Ao considerar-se a interação entre raça e gênero, revelaram-se as condições crítica enfrentadas pelas mulheres negras. Quanto à mediação educacional da disparidade de riqueza, elas sofrem, enquanto negras, de menores níveis educacionais de maneira global e, enquanto mulheres negras (mulheres brancas têm ampla presença em certas áreas de formação afluentes), de franca concentração em áreas pouco afluentes. Já no que se refere às condições para a conversão da educação em oportunidades de riqueza, as mulheres negras estão em desvantagem diante de todos os outros grupos. O mesmo não acontece com os homens negros, que estão em vantagem diante das mulheres brancas, ainda que essa vantagem seja sobrepujada pelas desvantagens em termos de fatores não observados. Também no que diz respeito a esses fatores, as mulheres negras estão em desvantagem diante de todos os outros grupos. Em suma, todos os mecanismos de mediação da disparidade de riqueza agem indistintamente em desfavor das mulheres negras. A única exceção é sua vantagem em termos de níveis educacionais diante do homem negro, a qual não se confirma, contudo, em termos de áreas de formação específica e que de qualquer modo, não faz frente às desvantagens massivas em termos das outras fontes de disparidade.

Finalmente, a hipótese de que a disparidade racial de riqueza condicional às áreas de formação obedece ao padrão de acomodação das relações raciais em posições de classe é refutada. Observa-se, na verdade, o fenômeno oposto, com a disparidade racial de riqueza sendo tão menor quanto maiores as probabilidades de riqueza associadas a determinada área de formação. Muito importante notar, há também diferenças em termos de desigualdade racial relativa entre áreas em níveis semelhantes de afluência. Observa-se maior equidade condicional às áreas de formação das profissões liberais. Isso sugere que a variação da desigualdade racial ao longo das diferentes áreas de formação está relacionada às características dos setores do mercado de trabalho para os quais elas estão voltadas. Os critérios de recrutamento, os processos de seleção envolvidos, tudo isso

afeta o quanto a competição em determinado setor da atividade econômica está aberto a processos de discriminação racial direta afetos aos níveis de rendimento das pessoas.

5 Raça, riqueza e poder

Até agora foi investigada a relação entre condição racial e riqueza. A disparidade racial na composição do grupo dos ricos foi não apenas descrita, mas também abordada sob o ponto de vista explicativo. Observou-se que essa abordagem explicativa constitui um desafio, já que a variação dos rendimentos entre os mais ricos é pouco sistemática segundo as informações disponíveis ao presente estudo. Ainda assim, pôde-se observar o comportamento da mediação educacional da disparidade racial na composição do grupo dos ricos, assim como a desigualdade racial no que tange às condições gerais para a conversão da educação em oportunidades de riqueza.

A relação entre riqueza e poder permitirá que se estude o grupo dos ricos sob outro ângulo, o da formação de elites. É verdade que o grupo dos ricos pode, por si só, ser considerado uma elite com base no seu poderio financeiro, mas se buscará aqui uma definição de elites baseada no exercício de controle sobre instituições, o que é mais compatível com as teorias clássicas sobre o tema. Contudo, dificuldades operacionais impõem limitações ao que se pode tratar como elite no presente estudo. O termo por si só invoca a imagem de altos círculos sociais que concentram uma enorme capacidade de influência sobre o destino da população mais ampla. Além disso, como se trata de grupos com poder de decisão sobre ações afetas ao destino de muitos, é natural que se deseje investigar os processos de formação dessas decisões, do ponto de vista individual e biográfico, mas sobretudo do ponto de vista coletivo. O que esse estudo pretende explorar reside, contudo, naquilo em que o tema das elites se aproxima do tema da estratificação social. Não se trata de estudar as decisões das elites, mas diferenças raciais na simultaneidade entre posição de poder e condição de riqueza. Além disso, as posições de poder a serem tratadas não se restringem a altíssimos círculos sociais. Antes, elas abarcam um conjunto de segmentos de elite passíveis de observação com as informações disponíveis no censo demográfico.

Na verdade, a definição de elite será a mais abrangente possível. Embora amparada na teoria clássica das elites, ela buscará um relativo relaxamento das exigências feitas por esse aporte teórico, de modo a permitir a diferenciação de alguns segmentos de tamanho considerável, algo essencial à análise quantitativa. No contexto de um estudo dedicado à desigualdade racial, essa definição mais abrangente de elite é menos um problema que uma solução. Com efeito, a presença de negros em círculos elevados, como o dos grandes dirigentes corporativos, é tão irrisória que o

fechamento do estudo a esses estratos se renderia intratável à análise quantitativa. Sem embargo, é uma característica dos estudos sobre negros nas elites a abordagem segundo uma delimitação abrangente desse grupo, incluindo até mesmo segmentos que, segundo a abordagem de qualquer teoria geral da estratificação, estariam classificados como alguma fração de classe média.

5.1 Os estudos sobre negros nas elites

O estudo sobre a presença de negros em elites, definidas com base em estratificações socioeconômicas, aparece eventualmente como tópico no conjunto mais geral de estudos sobre desigualdades raciais. O autor Gunnar Myrdal (1944) dedica o capítulo 14 de *An American Dilemma* ao estudo dos negros de classe média e alta nos Estados Unidos, durante a primeira metade de século XX. Nesse caso, a definição de elites se dá pela distinção entre ocupações manuais e não manuais. O autor investiga a representação dos negros entre profissionais liberais, professores, servidores públicos e empresários, observando a relevância desproporcional das ocupações clericais e da de professor, o que ele atribui à segregação racial nas escolas e nas igrejas que gerou, nesses setores, nichos raciais no mercado de trabalho. Essas profissões constituíram uma via importante de ascensão para os negros, ainda que pastores negros fossem em geral mais pobres, em função da menor afluência de suas comunidades, e embora professores negros contassem geralmente com piores condições de infraestrutura e recebessem, frequentemente, menores salários, mesmo após determinação, datada de 1940, de inconstitucionalidade para essas diferenças salariais baseadas em raça. O empreendimento no varejo, nota o autor, também sofreu impactos ambivalentes da segregação. Por um lado, as vizinhanças segregadas constituíram uma clientela cativa para empreendedores negros. Por outro lado, os limites no poder de consumo dessa clientela, assim como as restrições no acesso a fornecedores e a crédito, limitavam os horizontes de crescimento por parte desses empreendedores. Interessante que o autor também dedique uma subseção do capítulo a ocupações ilícitas que, àquele tempo, consistindo principalmente na atividade do jogo de números, ofereceram oportunidades para a ascensão de alguns negros a posições de elite na “economia *underground*” (Myrdal, 1944).

Em *The Negro in Modern Industrial Society*, Dutcher (1930) descreve as variações na proporção de negros no mercado de trabalho qualificado e em posições de status mais elevado,

como funções executivas e profissionais liberais. A presença de negros em estratos de elite não é, contudo, foco do estudo. O autor aborda a distribuição dos negros na estrutura ocupacional como um todo, considerando fatores como sexo, migração e diferenças regionais. Ainda antes, Reuter (1969), no interessante livro *The Mulatto in the United States*, escrevia sobre negros ocupando posições de destaque nas mais diversas atividades da produção econômica e cultural. O autor utiliza informações disponíveis em uma gama de publicações impressas contendo listagens de negros socialmente eminentes. O autor utiliza também listagens de personalidades elaboradas, a pedido, por pessoas negras reconhecidamente afluentes, além de informações biográficas disponíveis em diversas fontes. Com esse material, Reuter mapeia algumas centenas de negros socialmente destacados em áreas como política, medicina, direito, educação, literatura, artes, administração pública e negócios. O interesse do autor, contudo, é analisar a posição do mulato, enquanto grupo racial diferenciado, no processo de integração do negro na sociedade de classes nos Estados Unidos. Sua investigação revela que embora os mulatos fossem, durante a década em estudo, a de 1910, algo em torno de 20% da população de cor, eles eram mais de 80% dentre os negros em posições de elevado status socioeconômico.

Pesquisas especificamente dedicadas ao tema dos negros em posição de elite são mais raras. Contudo, é possível identificar uma tradição de estudos que se desenvolve nos Estados Unidos. Essa tradição se desenvolve em duas grandes etapas: (a) uma primeira, que começa ao final da década de 1890, em que a pesquisa sobre elites negras se confunde com a formação mesma de uma consciência de classe, de uma narrativa de classe dominante negra basicamente em termos de uma elite demiurga e (b) uma segunda fase de estudos mais estritamente acadêmicos. A primeira fase culmina em trabalhos de crítica à narrativa de classe construída durante as primeiras décadas do século XX, abalando-se a ideia de elite negra demiurga da população negra em geral. Em outras palavras, há um deslocamento da posição de primeira pessoa, articuladora da narrativa de classe dominante negra, para uma posição de terceira pessoa, observadora e crítica dessa narrativa.

Em verdade, essa primeira fase de estudos constitui uma dimensão da diferenciação social mesma da elite negra. Essa diferenciação tem origens relativamente remotas. Em 1790, os Estados Unidos contavam uma população de negros livres estimada em aproximadamente 60 mil almas, perfazendo 8% da população negra total. Em 1860, esse número chegaria praticamente a 500 mil, perfazendo 11% da população negra. A maior proporção de negros livres nos Estados Unidos em período escravista se deu em 1830, com praticamente 14% (Quarles, 1969). A redução dessa

proporção até 1860 provavelmente se deve em parte a reações da sociedade branca em sua parcela escravista, diante do crescimento do abolicionismo. Alguns estados decretaram leis restringindo manumissões (Harris, 1939), expressão de uma resposta que deve ter se dado também por outras vias. Desses 500 mil negros livres na década de 1860, aproximadamente metade vivia no sul, onde dividiam espaço com a grande massa de negros escravos. A outra metade no norte, onde a escravidão nunca constituiu um aspecto tão relevante da economia e era já virtualmente extinta na década de 1830 (Quarles, 1969). As principais origens dessa população negra livre eram as fugas, a manumissão, a compra da própria liberdade e o crescimento vegetativo. Como sói ser, a relação sexual entre senhores e escravas era um fator importante motivando manumissões. Em 1850, metade da população negra livre era mulata, contrastando com apenas 8% da população escrava.

No seio dessa população negra livre gestou-se a diferenciação de uma elite negra. As principais possibilidades de trabalho livre concentraram-se nos serviços pessoais, serviços de alimentação, pequena agropecuária e, especialmente no sul, onde a cultura escravista prevenia brancos de se ocuparem em trabalhos manuais, a manufatura também constituiu um espaço privilegiado para a ação do negro livre, o que não aconteceu, em extensão comparável, nos estados livres do norte. Especialmente nos serviços pessoais, as acomodações de status numa sociedade escravocrata permitiram que alguns empreendedores negros alcançassem considerável riqueza, firmando-se enquanto proprietários de salões e de restaurantes onde atenderiam a elite branca endinheirada. Desde que atuando em uma atividade serviçal, quer dizer: desde que sua condição de subalternidade não fosse posta sob suspeita, não incomodava ao homem branco que esses negros livres adquirissem alguma riqueza. Em outras palavras, tratava-se de uma janela para a ascensão de classe diretamente vinculada à conservação da posição de status. Com o crescimento da agitação abolicionista, contudo, os negros livres empreendedores passaram a estar mais sujeitos à insegurança social e jurídica no sul, sofrendo ameaças e tendo seus negócios arruinados quer pelo boicote, quer pelo desmando cinicamente amparado em formalidades jurídicas, quer pela violência pura e simples. Ainda assim, uma classe de negros livres trabalhadores continuou existindo, com alguns se sobressaindo em sucesso econômico.

Graças à manutenção de uma considerável circulação de dinheiro, houve, desde o final do século XVIII, a formação de sociedades de assistência mútua entre os negros livres, contando com a simpatia e com a colaboração proativa (o que significa não apenas doações, como também proteção social e jurídica) de pessoas brancas. Esses fundos de ajuda mútua atendiam ao propósito

de acumular crédito, que poderia ser retirado não apenas para fins empreendedores, como também para socorrer emergências outras, como casos de saúde ou morte. Num primeiro momento, as igrejas serviram como base para a organização dessas sociedades, cujo número cresceu francamente ao longo da primeira metade do século XIX.

Sem embargo, a formação, a partir de 1794, de uma igreja protestante negra independente constituiu um aspecto decisivo para a vida social da população negra nos Estados Unidos, na medida em que significou a consolidação de uma base institucional para a organização da vida civil. Não à toa Frazier (1955, p 79) afirma que “a instituição mais importante criada pela população negra nos Estados Unidos foi a Igreja Negra”. A partir das sociedades de ajuda mútua, alicerçadas na organização civil oferecida pelas igrejas, os negros empenharam esforços no intento de obter crédito junto a bancos, esforços muitas vezes malogrados pela discriminação racial. Diante das restrições de crédito, da insegurança social e jurídica, além das limitações impostas pelo campo restrito de atividades que a discriminação e as condições de pobreza permitiam optar, apenas uma modesta e pouco numerosa elite negra se desenvolveu ainda no período antebellum (Harris, 1936). Listagens e descrições somando algumas dezenas de negros possuidores de moderadas fortunas no período anterior à abolição, incluindo um fazendeiro negro com posse sobre quase uma centena de escravos e outros negros, para ainda maior surpresa, empresários na atividade logística, podem ser encontradas no *Negro in the Making of America* de Benjamin Quarles e também em *The Negro as Capitalist* de Harris.

Essa diferenciação se acelera e ganha novas bases a partir da guerra civil. Como já mencionado, a própria segregação racial constituiu-se, por um lado, em fator favorável à diferenciação de uma classe média e média alta negra. A segregação racial na moradia, nos serviços e em outros setores da atividade econômica implicou no desenvolvimento de uma estrutura ocupacional cativa para negros que, embora restrita em comparação às oportunidades disponíveis à população branca, permitia certa diferenciação social. Mais que a segregação, contudo, deve-se considerar o investimento de recursos e de energia na integração dos negros à atividade econômica, ainda que racialmente segregada. A Lei de Direitos Civis de 1875, que prevenia a discriminação racial, foi declarada inconstitucional já em 1883, no intuito de abrir franco espaço para a construção de um sistema de segregação racial formalizado em normas no sul do país. Contudo, as emendas constitucionais de 1866 prevendo plena cidadania aos negros não foram derrubadas, o que levou à construção do princípio “separados, porém iguais”, segundo o qual os

serviços, embora racialmente segregados com base em legislação, deveriam apresentar padrões equiparáveis de qualidade e infraestrutura. Obviamente o mote “separados, porém iguais” não descrevia a realidade, sendo os serviços e acomodações dedicados à população negra muito inferiores. No entanto, essa adesão ao princípio de igualdade, formalizada em emenda à constituição, ofereceu base legal não apenas para a luta política contra a discriminação racial, como também ferramentas jurídicas para que se garantisse algum nível de investimento nos serviços dedicados à população negra (Myrdal, 1944).

Durante os anos imediatamente posteriores à guerra civil, considerável energia foi dispendida com o objetivo de integrar o negro à vida civil e à atividade econômica. Em *The Negro*, Dubois (1915) narra a ação de políticos republicanos, àquela época representantes da visão de mundo progressista sustentada na região norte, durante a década de 1860, tentando influenciar políticos sulistas a favor da extensão do direito de sufrágio aos negros. Efetivamente, em 1870 entraria em vigor emenda constitucional abolindo a restrição do direito ao voto com base no critério racial muito embora, com a rearticulação dos conservadores no sul e sua ascensão ao controle político dos estados naquela região ao longo da década de 1870, práticas oficiosas e extrajurídicas (como intimidação e violência) foram amplamente empregadas para impedir o pleno exercício do direito ao voto por parte dos negros. Na década de 1860, instituíram-se o Freedmen's Bureau e o Freedmen's Savings Bank, instituições dedicadas ao esforço de integração do negro à sociedade de classes. A primeira no que concerne a serviços como educação e assistência social e a segunda no que se refere à concessão de crédito.

O *Freedmen's Bureau* atuou na construção de hospitais, prestando assistência jurídica e atuou ainda na garantia de salários mínimos para negros empregados em fazendas no Sul, “becoming in effect the first mediating agency between capital and labor in America” (Quarles, 1969 p 128). Compreensível sua existência no contexto de entusiasmo humanista no período imediatamente posterior à guerra civil, o *Freedmen's Bureau* não resistiu, contudo, ao realinhamento político que ocorreria a partir da década de 1870, com o fortalecimento dos democratas no sul e o enfraquecimento da ala mais radical no partido republicano. A instituição foi extinta naquela mesma década, embora deixando um legado. DuBois (1915), ele mesmo um notável expoente dessa elite negra na virada para século XX, escreve suas impressões sobre o *Freedmen's Bureau*:

“This was without a doubt a tremendous experiment, but with all its manifest mistakes it succeed to an astonishing degree. It made the immediate reestablishment of the old slavery impossible, and it was probably the only quick method of doing this. It gave the freedmen' sons a change to begin their education” (DuBois, 1915 p 207).

O *Freedmen's Bank* constituiu também uma experiência precursora. Fundado em 1865, o banco foi primeiramente concebido como um instrumento de política pública do que propriamente como um empreendimento de mercado. Sua capitalização se deu mormente com base nos salários e pensões recebidas pelos soldados negros envolvidos na guerra civil, assim como na poupança da população negra em geral. O intuito era garantir que boa parte do dinheiro recebido por soldados e suas famílias não fosse dissipado, mas antes reunido em poupança, garantindo renda no médio e no longo prazo, assim como disponibilidade de crédito para a população negra. A gestão do banco ficou sob o comando de pessoas brancas da elite de poder, com pessoas negras sendo progressivamente contratadas para o quadro. O banco se capitalizou e se expandiu rapidamente, criando filiais em diversos estados. A partir de 1870, um novo grupo da elite de poder assumia o comando da instituição na mesma medida em que se aprovava no congresso uma nova regulação que permitia ao *Freedmen's Bank* uma atuação mais agressiva no mercado financeiro. A ação especulativa e a ingerência do grupo então no controle levaram o banco a falir. Foi inútil a nomeação de Frederick Douglas, renomada personalidade negra da época, para presidente, como tentativa de recuperar a confiança de investidores, em especial da população negra, que se sentiria representada na figura eminente do novo presidente. Em 1874, o *Freedmen's Bank* encerrava suas atividades, deixando uma perda significativa de depósitos (Harris, 1939).

A imprensa negra, que inaugurou-se em meados do século XIX pautada pelo tema abolicionista, a partir da reconstrução passará a responder a um conjunto maior de expectativas de uma população negra passando por um processo conjunto de integração à sociedade de classes e de diferenciação social, ao mesmo tempo que submetida a formas virulentas de discriminação. Ela, a imprensa negra, se desenvolverá num contexto de emergente segregação racial em regime não escravista, tendo que lidar não apenas com a situação política da população negra, mas também: com a necessidade de estabelecer diálogo com a população branca, tendo em vistas a obtenção de apoio político; com as demandas do público em termos de outros tipos de informação (que não de

conteúdo político) e de entretenimento; com o crescimento e modernização da gestão num contexto de evolução da indústria de comunicação; e, finalmente, com os jogos de poder envolvendo a imprensa, o campo político e o mundo corporativo (Conrad, 1947). Ao assumir essa gama diversificada de tarefas, a imprensa negra revelou-se como um dos suportes para a formação de consciência de classe por parte da elite negra em diferenciação (Frazier 1955). Sem embargo, o inventário de negros ocupando posições de elite elaborado por Reuter (1918) contou em muito com registros feitos pela imprensa negra, enumerando negros de destaque e discutindo sobre seu papel perante o passado e o futuro da população negra.

Cabe mencionar também o *The Negro Handbook*, série de publicações organizada por homens negros da imprensa. O periódico inventariava negócios de pessoas negras, incluindo bancos, companhias de seguro e de empréstimo, além de propriedades agrícolas. A publicação também trazia informações sobre negros ocupados em setores como as forças armadas, a imprensa, o teatro e organizações civis. O periódico parece inspirado na campanha *Don't Buy Where You Cannot Work*, capitaneada por algumas lideranças e de alguma repercussão na comunidade negra durante a primeira metade do século XX, promovendo o boicote aos empreendimentos brancos por parte da população negra. O *Negro Handbook* cumpriria o papel de difundir pela população negra informações sobre onde encontrar os empreendimentos liderados por pessoas negras, aos quais, de acordo com a campanha, deveria ser dada preferência.

O livro inaugural dos estudos sobre elites negras nos Estados Unidos, *Negro in Business*, editado por DuBois (1971) em 1899, aparece no contexto dessa articulação, para si, da elite negra já existente em si, em uma conferência, realizada na Universidade de Atlanta, dedicada à formação superior de afro-americanos para discutir passado, presente e futuro de uma classe negra empreendedora. Esse processo de articulação, que inclui a formação da *National Negro Business League* em 1900, é interpretado por Frazier (1955 p 141) enquanto processo de institucionalização do que seria o “mito de uma classe negra dos negócios”, Id est, não a classe em si, tal qual ela existe com suas enormes limitações em termos de poder e de diversificação econômica, mas a classe transformada em elemento de uma narrativa, em coisa simbólica na qual a classe em si projetava suas ambições e expectativas. O estudo *Negro in Business* mostra a apropriação das ciências sociais pela *intelligentsia* negra no esforço de construção dessa narrativa. Na introdução, o editor argumenta a inserção da pesquisa num projeto mais geral de formação de “líderes do pensamento e missionários da cultura em meio à massa” (DuBois, 1899, p. 1). Na sequência, a

publicação apresenta caráter de estudo empírico sistemático, com apresentação da metodologia utilizada na coleta de dados e discussão dos resultados sobre a distribuição ocupacional da população negra oferecidos pelo Censo de 1890. O principal dispositivo retórico responsável pelo trânsito entre o escrutínio descritivo e a construção da narrativa consiste nos critérios de classificação:

“The term 'business man' in this study has been interpreted to include all with stocks of goods to sell, and also all other persons who have at least \$500 of capital invested; for instance, while the ordinary barber should be classified as an artisan, a man with \$500 or more invested in a shop, with several hired assistants, is a capitalist rather than an artisan, and 62 such men have been classed as business men. So, too, it seemed best to include 31 blacksmiths and wheelwrights who had considerable capital invested and kept stocks of wagons or other goods on sale. In several other cases there was some difficulty in drawing a line between artisans and business men, and the decision had to be more or less arbitrary, although the investment of considerable capital directly in the business was the usual criterion” (DuBois, 1899, p. 7).

Como se nota, a definição operacional de “homem de negócios” é feita ampla o bastante para incluir empreendedores de pequeno porte, que numa acepção comum, seriam oxalá considerados pequeno burgueses. Do ponto de vista técnico, não há incorreção nenhuma nesse procedimento uma vez que essa definição operacional é explicitada na exposição do trabalho. Contudo, independentemente da definição operacional adotada, o termo “businessman” insere-se num campo semântico próprio, partilhado por outros termos como capitalista, burguês, empreendedor, e que, por conseguinte, empresta ao termo conotações um pouco mais ambiciosas do que a definição operacional a princípio permitiria. Ao alternar entre uma definição operacional mais modesta e uma exposição técnica rente a essa definição e, por outro lado, uma exposição retórica que evoca as conotações mais audaciosas do termo, o texto sustenta a narrativa grandiloquente de uma classe negra capitalista.

Uma expressão ainda mais acabada dessa abordagem em que o estudo da elite negra se confunde com o processo de formação de uma consciência de classe por parte dessa mesma elite

consiste numa publicação de 1903: *The Negro Problem: A series of Articles by Representative American Negroes of To-Day*. A publicação reúne textos escritos por diferentes negros de destaque, discutindo agora não apenas o estatuto de uma elite negra, mas a questão mais geral da integração do negro à sociedade de classes. Isso quer dizer que o conteúdo da publicação não traz apenas um esforço de construção de uma narrativa de elite negra, mas sobretudo, o que é mais radical, uma vivência dessa narrativa. Os autores, muitas vezes, simplesmente escrevem assumindo o lugar de fala instituído por essa narrativa: o de uma elite negra demiurga, responsável pela interpretação da condição do negro na sociedade estado-unidense e sob cuja ação histórica repousaria a ascensão da população negra como um todo.

Quando o autor do primeiro capítulo, *Industrial Education for the Negro*, Booker Washington, discute sobre a importância de uma educação técnica para as massas negras, está implícita a noção de que existe uma elite negra, constituída enquanto uma minoria mais altamente letrada, assim como a tomada de posição enquanto parte dessa elite que se coloca a discutir sobre as estratégias mais adequadas para a melhoria das condições de vida da população negra em geral. Por seu turno, o Capítulo 6, *Representative American Negroes*, ao elencar um número de negros eminentes, constitui uma reflexão explícita acerca do que definiria essa condição de elite, Id est, acerca do significado de ser um negro “exemplar”. O principal critério é a contribuição à construção de um orgulho racial. O que o autor argumenta a favor das pessoas elencadas é o juízo de que suas realizações, em determinado campo de atuação ou em vários, teriam se elevado além da média e mesmo para além do bom, porém ainda ordinário, em suficiente medida para figurarem como pessoas altamente apreciáveis, cujo gênio, socialmente reconhecido, testemunharia a favor das potencialidades da “raça” negra como um todo. Nesse sentido, embora a eminência dos negros exemplares elencados estivesse, em geral, ancorada em posições elevadas na distribuição socioeconômica, o conceito de elite articulado pelo autor ultrapassa essa definição, reivindicando uma posição de valor simbólico.

Especialmente interessante é o capítulo *The Talented Tenth*, onde DuBois defende uma genuína teoria das elites. Como um recurso retórico a ser notado, o autor começa e termina o artigo com a seguinte linha: “The Negro race, like all races, is going to be safe by its exceptional men” (DuBois, 1903) e, entretanto, argumenta veementemente sobre a necessidade de se garantir, através de uma educação superior de caráter humanístico, no sentido de orientada a uma formação geral em ciências, línguas, filosofia e história, em uma palavra, cujo objetivo seja, para além da

formação técnica profissional, paidéia, formação geral e humanista, a existência de pessoas negras de elite, dotadas tanto de sofisticação intelectual quanto de verve prática e que, ocupando com brilhantismo posições de liderança como professores, pastores, jornalistas, nos negócios, na administração pública e na política, não apenas trariam benefícios à população negra através de suas realizações profissionais, como também exerceriam sobre esta população uma influência pedagógica que elevaria os padrões de sociabilidade e as habilidades intelectuais e laborais da mulher e do homem negro em geral. Existe, portanto, na virada para o século XX, uma elite negra enquanto classe em si e para si. Ela existe em si como fruto de um processo de diferenciação social iniciado entre negros livres na sociedade escravista e intensificado a partir da guerra civil. Ela existe para si porque concebeu a si mesma enquanto tal e, assumindo-se como, mais do que elite, vanguarda, atribuiu a si mesma o papel de discutir sobre o passado, o presente e o futuro do processo de integração do negro à sociedade de classes.

É sobre esse pano de fundo que surge, em 1936, o livro *The Negro as Capitalist*, de Abram Harris. Nesse trabalho, o autor investiga a diferenciação de uma classe empreendedora na população negra, adotando como foco de investigação empírica os bancos. Entre 1888 e 1934, mais de uma centena de bancos foram criados por negros, além de um número de Credit Unions e de Building and Loan Societies. Deste grande número, apenas pouco mais de uma dezena de bancos sobreviveriam, numa dinâmica envolvendo não apenas quebra, mas também fusões. Esses bancos foram capitalizados pela expansão, dada a pós a guerra civil, de sociedades visando garantir à população negra nível de poupança necessário ao acesso a serviços básicos. Com a igreja negra servindo como suporte de organização civil, diversas “Fraternal Insurances” e “Burial Societies” foram criadas e promoveram um acúmulo inicial de capital. Embora o desenvolvimento dessa classe no seio da população negra seja de impressionar, a discriminação e a segregação racial mantiveram muito restritos os horizontes dessa diferenciação social. Nenhum avanço significativo foi feito pela população negra nos setores da indústria e do comércio no atacado. Excluindo-se o próprio setor financeiro, a diversificação de uma classe negra “capitalista” se restringiu aos serviços de recreação e lazer, ao comércio no varejo, aos serviços pessoais e à pequena propriedade agrária. O que o autor identifica é um desenvolvimento da classe negra capitalista durante as primeiras décadas de 1930, medido pelo constante aumento, com alguma queda durante e após a crise de 1929, no total de depósitos adquiridos pelos principais bancos de cada período.

A restrição na diversificação dos setores produtivos impactava negativamente sobre o setor financeiro da classe negra capitalista, uma vez que a capitalização dos bancos, pelo menos no que tange aos depósitos, se dava sobre uma base produtiva menos diversificada e de relativamente modesta envergadura financeira. Essa frágil classe econômica negra dominante resistiria menos ainda diante do crescimento em escala das firmas. Setores como o comércio no varejo e a prestação de serviços nas comunidades negras segregadas passaram a ser cada vez mais penetrados por grandes firmas, organizadas em cadeia e dominadas por brancos. Boa parte das energias antes concentradas pelas lideranças negras no projeto de uma elite econômica negra empreendedora divergiram para a reivindicação de que se ocupassem negros, em boas posições profissionais, nessas grandes firmas que dominavam o mercado no varejo. Em outras palavras, refletindo mudanças nas circunstâncias objetivas, o projeto de uma elite negra capitalista cedeu, em boa medida, lugar para o projeto de uma elite negra assalariada.

O livro de Harris marca um deslocamento de posição de fala na discussão sobre elites negras: da primeira pessoa para a terceira pessoa, do articulador da narrativa de classe dominante para o crítico dessa narrativa. Harris (1936) termina seu livro chamando atenção para o antagonismo de classe no interior da população negra, que seria mascarado pelo discurso da elite negra demiurga. Considere-se o contexto de discussão do autor. Havia, na época, a defesa de um projeto econômico separatista para a população negra. O influente intelectual negro DuBois defendia a ideia de que, diante da segregação racial, institucionalizada no sul e simplesmente eficaz no norte, a população negra precisaria reagir formando uma estrutura econômica independente. Por outro lado, havia o influente empresário e intelectual Booker Washington, defendendo não um projeto separatista de economia, mas, numa linha de pensamento mais pragmática, um projeto protecionista, segundo o qual a população negra deveria consumir em estabelecimentos dos quais fossem proprietárias pessoas negras, mesmo quando esses praticassem preços sensivelmente mais altos, como forma de fortalecer a elite econômica negra. A posição de Harris é de que a ideia de uma economia independente para a população negra era simplesmente irrealista. Já quanto ao protecionismo econômico, segundo o autor esse discurso pretendia mascarar, sob uma ideologia de solidariedade racial, o antagonismo de classe entre a elite e massas na população negra. O autor enfatiza:

“In their confusion, the masses are led to direct their animus against the Jew and against whiteness. The real forces behind their disabilities and

discomfort are masked by race which prevents them from seeing that what Negro business man wants most of all is freedom to monopolize and exploit the market they provide. They cannot see that they have no greater exploiter than the black capitalist who lives upon low-waged if not sweated labor, although he and his family may, and often do, live in conspicuous luxury” (Harris, 1936, p 184).

O trabalho de Franklin Frazier (1957), em *Black Bourgeoisie*, aponta também para a existência desse antagonismo e se concentra numa crítica ácida à narrativa de classe da elite negra. Na verdade, o autor desenvolve um estudo crítico sobre grupo de status e composição de estilo de vida a partir da posição dessa classe, antecipando uma abordagem que logo ganharia notoriedade na sociologia com o trabalho de Pierre Bourdieu (1984) na década de 1970. Em termos de metodologia, o autor adota uma estratégia bem livre, recorrendo a dados censitários, fontes documentais (principalmente publicações da imprensa negra) e entrevistas realizadas por ocasião de sua pesquisa anterior sobre famílias negras nos Estados Unidos. Sua crítica centra-se basicamente na forma como a narrativa de classe da burguesia negra se articula, segundo ele, enquanto uma solução simbólica precária para as ambiguidades inerentes à condição dessa pequena classe que, embora dominante, seria ao mesmo tempo violentamente dominada. A posição ocupada pela burguesia negra seria definida por uma ambivalência: se a identificação com o estilo de vida e com as visões de mundo das classes dominantes leva à ruptura com as massas pobres do próprio grupo racial, a discriminação e a segregação frustram o efetivo acesso às posições sociais e, sobretudo, ao mundo da vida das elites. Adotando uma escrita estilística como recurso de persuasão sobre a dramaticidade mesma da condição da elite negra, o autor argumenta:

“La bourgeoisie noire vit surtout dans un monde du bluff; le masque qu'elle porte pour jouer son triste rôle, dissimule son sentiment d'infériorité et d'insécurité et les frustrations qui hantent sa vie secrète. Ses membres se sont efforcés d'éviter d'être confondus avec les masses de couleur, mais il leur est aussi impossible d'échapper à l'oppression qu'à leurs frères de race moins favorisés. Cet effort pour échapper à leur négritude a suscité en eux une haine d'eux-mêmes,

qui trouve son expression dans le dénigrement des caractères sociaux et physiques des Noirs. De même, leurs sentiment d'infériorité et d'insécurité transparaissent dans l'intensité pathologique de leur lutte pour s'élever socialement dans un monde noir isolé et dans leur intense désir de se faire accepter par les Blancs” (Frazier, 1955. p 192).

O argumento central é o de que a burguesia negra, em certo sentido, ocuparia uma espécie de não-lugar social. O campo restrito de sua atuação econômica é o bastante para sustentar sua diferenciação com relação às massas negras, mas não o bastante para alçá-la a uma posição efetivamente importante na economia do país. Ademais, as restrições impostas a sua circulação pelo mundo da vida equivalem a impossibilidade de acesso a ritos e a uma vida cotidiana capazes de sustentar uma representação de si própria enquanto elite. Em consonância com os estilismos de Frazier, lembrando as imagens de *A Divina Comédia*, a elite negra viveria numa espécie de limbo. Foi tendo o limbo como morada, que Virgílio guiou Dante incauto, caminhando altivo, no inferno e no purgatório, mas, pagão ainda, a despeito do mérito de suas proezas, não pôde seguir jornada pelo paraíso. Assim, a elite negra andaria sobre as cabeças das massas negras pauperizadas, mas não atravessaria os portões de acesso ao mundo da burguesia branca dominante. Na interpretação de Frazier, é por conta dessa posição de não-lugar que a burguesia negra criou para si uma espécie de lugar mítico de prestígio e reconhecimento social, ancorado em rituais e na materialização do discurso em publicações, especialmente através da imprensa.

A argumentação de Frazier constitui assim um ataque violento à narrativa de elite demiurga, construído durante as primeiras décadas do século XX. Primeiramente, o autor expõe e enfatiza, como já feito por Harris em *The Negro as Capitalist*, os antagonismos de classe entre essa elite e as massas negras. Em segundo lugar, ele desenvolve uma crítica extensa e direta a essa narrativa, afirmando a inexistência de uma autêntica solidariedade racial capaz de atravessar as clivagens de classe. Na opinião do autor, o orgulho racial das elites de cor seria um sentimento muito frágil que não geraria solidariedade de classe, mas, pelo contrário, se trairia no antagonismo mesmo com as massas negras da classe popular e, ainda mais dramaticamente, num antagonismo com o próprio corpo:

“La bourgeoisie de couleur étale constamment son orgueil d'être noire; mais si on étudie son attitude à l'égard de traits physiques ou des caractéristiques sociales des Noir, il devient évident que'elle ne tient pas vraiment à ce qu'on la confonde avec eux” (Frazier, 1957. p 194).

Considerando o fato de que boa parte da elite negra é mulata, Frazier comenta por várias vezes o “esnobismo de cor” dos mulatos (Frazier, 1957 p 178) diante das massas pobres de negros retintos, esnobismo cuja contra-face seria, nas palavras do autor, um “complexo de inferioridade” com relação ao branco. Cabe notar: embora o trabalho apresente uma qualidade notável, a argumentação do autor parece fortemente enviesada por uma posição pessoal avessa à elite negra. Esse dessabor parece advir da reprovação moral diante do que o autor provavelmente considera uma atitude mais ou menos comum nessa classe. Em *The Negro Family in the United States*, publicado primeiramente em 1948, Frazier comenta sobre a posição não incomum no seio da elite negra, de apoiar a discriminação de negros pobres em estabelecimentos públicos. O autor cita “a colored newspaper editor who remarked to a white man that 'the white people draw the line at the wrong point and put all of us in the same class” (Frazier, 1951, p 326).

A partir da década de 1960, acumula-se nos Estados Unidos certo volume de estudos de caráter eminentemente quantitativo sobre a afluência econômica entre os negros (Brimmer, 1988; Collins, 1983; Featherman & Hauser, 1976; Hine, 2003). Muitos desses estudos concentram-se na verdade numa “classe média” negra, termo com o qual se refere geralmente a empregados não manuais qualificados e também a especialistas. Em geral, discute-se sobre a contribuição das políticas de Estado instituídas a partir de 1964 para o crescimento dessa classe, sobre a persistência (ou a não persistência) de barreiras raciais à sua plena expansão, assim como sobre a fragilidade das suas posições em termos não apenas econômicos, mas de poder. Nesse corpo de trabalhos, existe uma discussão sobre em que medida o aumento nos níveis de mobilidade social por parte dos negros indicaria uma queda na relevância da condição racial enquanto fator de estratificação (Landry & Marsh, 2011). Esse debate reflete sobretudo os desafios interpretativos impostos pela passagem de um contexto em que a segregação racial operava uma separação absoluta entre negros e brancos enquanto castas para um contexto em que a condição racial passa a ser um fator com impacto apenas relativo sobre as chances de vida das pessoas. Quanto a posições mais altas na hierarquia social, desenvolveram-se alguns estudos sobre a carreira de negros nos altos círculos

executivos, identificando a tendência de que essas vagas se restrinjam a setores de atuação muito restritos e racializados (Collins, 1989; Zweigenhaft, R. L., & Domhoff, G. 1998, p. 94).

No Brasil, a produção sobre negros nas elites é especialmente acanhada. A primeira menção ao tema pode ser localizada num capítulo de *Sobrados e Mocambos: O Mulato Bacharel*. Nesse capítulo, Freire (1936) explora basicamente a condição do filho homem, fruto das relações sexuais entre homens brancos e mulheres negras, reconhecidos pelo pai. Contando com altos níveis de escolaridade e com proteção social, esses mestiços galgavam posições sociais mais elevadas, sobretudo através de cargos públicos. De maneira geral, a condição do negro em posições sociais médias, fincadas em postos de trabalho não manual ou, menos frequentemente, na condição de especialistas, aparece como tópico nos diversos estudos sobre estratificação racial. Além disso, autores como Florestan Fernandes (1965) e Luiz Aguiar Costa Pinto (1953) dedicaram-se ao estudo do ativismo e da imprensa negra durante a primeira metade do século XX, notadamente com foco em elites políticas. O único clássico brasileiro, contudo, especificamente voltado ao estudo dos negros nas elites é o *As Elites de Cor*, de Thales de Azevedo (1996). O autor empreende um estudo sobre a inserção dos negros em posições sociais elevadas na Bahia, diferenciando sua análise em termos de diversos campos de atividade. Embora não estruture sua análise exatamente com o intuito de identificar quais são os campos de atividade mais permeáveis à ascensão do negro, dedicando suas notas conclusivas a interpretações mais gerais sobre a natureza mesma da discriminação racial no Brasil, o autor faz alguns apontamentos nesse sentido.

No comércio, Azevedo identifica dificuldades para a ascensão do negro sobretudo em função da baixa capacidade de investimento. A posição de proprietário depende do nível de capitalização. Assim, levando-se em conta um contexto de fragilidade nos fluxos de crédito, ficava mais do que nunca a cargo do patrimônio acumulado a nível familiar as condições de possibilidade para que se atingisse essa condição. Assim, os negros atingiam no máximo a posição de pequenos comerciantes, um ou outro galgando posições um pouco mais elevadas. Na política, Azevedo (2005) identifica um ambiente mais permeável graças a algumas vias de acesso abertas por arranjos institucionais em regime democrático: organizações de classe e partidos. A burocracia também teria representado um canal mais aberto, sobretudo na medida em que processos impessoais de seleção se consolidavam, garantido ao negro educado chances de competir por posições. Contudo, o autor identifica a persistência de algumas barreiras raciais no que se refere à progressão na carreira através de cargos por indicação. Embora, de maneira geral, o autor prefira interpretar essas

barreiras como função de déficits educacionais, não no sentido do título, mas no sentido mais amplo de educação referente a aspectos comportamentais, poder-se-ia dizer de *habitus*, ele admite a discriminação racial como um aspecto relevante.

Mais recentemente, como já visto em capítulos anteriores, alguns estudos sobre mobilidade têm apontado para uma forte influência da cor sobre as chances de ascensão e de permanência em posições de elite. Nesse caso, a condição de elite é definida com base numa estrutura ocupacional hierarquizada em termos de critérios implícitos de qualificação e status, ou por uma combinação entre ocupação e algum limite arbitrário de rendimentos considerados elevados. Nesses casos, o termo elite se refere simplesmente a posições de status socioeconômico elevado, embora assumasse, muito justificadamente, que tais posições estejam associadas com o exercício de poder. De todo modo, não há nesse caso diferenciação por seguimentos de elite com base no tipo de instituição em que se baseia o poder exercido. Medeiros (2005) trabalha com uma diferença entre elites políticas e elites econômicas (que em seu estudo coincidem com o grupo dos ricos) percebendo uma grande sobreposição entre as duas. Seu trabalho contudo, não aborda a influência da condição racial sobre as chances de pertencer simultaneamente a esses dois segmentos.

5.2 Condição de elite e riqueza

De maneira geral, define-se elite por referência à noção de poder. Elites são grupos que concentram poder no contexto de uma população mais ampla. Isso se aplica mesmo à definição de Pareto, em termos de habilidades diferenciadas. Se, a princípio, a definição do autor se dá por referência à noção de habilidade e não de poder, há de se considerar que as habilidades, conforme as considera Pareto, são definidas por relação a um campo de atividade socialmente dado, no qual a habilidade se realiza enquanto poder. Poder é a habilidade para a realização de um agir orientado a despeito de restrições socialmente dadas. Em outras palavras, poder é “a chance de uma pessoa ou de um grupo realizar a sua própria vontade ainda que contra a resistência de outros participantes da ação” (WEBER, 2000). Observe-se nessa definição de poder duas componentes básicas: (a) uma vontade a ser realizada e (b) a capacidade de realizá-la. Sendo assim, a formação de uma elite envolve dois aspectos principais, que todas as teorias da elite abordam em alguma medida.

O primeiro aspecto é o dos processos de formação da vontade. Com relação a esse aspecto erige-se uma abordagem que investiga como as elites vêm a agir, se é que elas vêm a agir, de tal maneira que se lhes possa interpretar a ação atribuindo ao grupo, enquanto tal, uma “vontade” ou (aqui há uma plenitude de termos) uma motivação, um objetivo, uma intenção, um interesse. Trata-se de uma investigação sobre a coordenação das ações das elites, coordenação que pode ser baseada no cálculo racional utilitário com referência a interesses convergentes, em um sentimento de comunidade e, portanto, de solidariedade de classe, em valores compartilhados ou mesmo em acordos não reflexivos. O segundo aspecto, que faz com que toda teoria das elites entre em diálogo, ainda que indireto, com o tema da estratificação social, é o da manutenção do controle sobre recursos que habilitam à imposição da vontade.

Com efeito, a teoria das elites proposta por Pareto, por exemplo, propõe vários enunciados referentes à estratificação social. Pareto observa que não existem exames pelos quais as pessoas seriam distribuídas ao longo das três grandes classes que compõem o seu esquema (não elite, elite não governante e elite governante). Assim, o que existiriam seriam “rótulos” atribuídos às pessoas, nem sempre de acordo com seus talentos (Pareto 1963). O rótulo de elite, muito especialmente, estaria amplamente suscetível à herança material e imaterial. Afirma o autor: “wealth, family and social connections also help in many other cases to win the label of the elite in general, or of the governing elite in particular [...]” (Pareto 1963 p 1425). Também Mosca argumenta que as elites, uma vez constituídas, tendem a monopolizar as chances de aquisição e de desenvolvimento das habilidades associadas ao exercício do poder. O autor afirma que as elites procuram manter os recursos de poder sob o comando de seus círculos sociais consanguíneos ou próximos. Nas palavras de Mosca, “apart from brief periods of violent revolution, personal qualities are always less important, as regards attaining the highest positions in life, than birth and family” (Mosca 1939 p 123). Wright Mills talvez seja o autor mais enfático na proposta de uma sociologia das elites. Se para Pareto e Mosca a estratificação social explica a manutenção da condição de elite enquanto a ascensão a essa condição se explicaria mormente pelo mérito, para Mills (1956) os dois movimentos precisam ser explicados a partir de circunstâncias sociais.

Além de colocar a teoria das elites em relação com o tema da estratificação social, a noção de poder também estabelece como critério básico de definição da elite o exercício de controle sobre instituições. Embora o segmento de elite não governante em Pareto dispense esse critério, em geral, o foco das teorias recai sobre a capacidade de influenciar ações institucionalizadas, já que as

instituições são instâncias de concentração e organização de recursos de poder. Assim, embora o grupo dos ricos, conforme abordado até aqui nessa tese, possa ser considerado, num sentido mais amplo, uma elite, o objetivo dessa seção repousa sobre uma distinção entre riqueza e poder. O grupo dos ricos continua sendo o grupo dos 1% com maiores rendimentos brutos advindos do trabalho principal. Já as elites são definidas com base em títulos ocupacionais, naquilo que esses podem indicar o exercício de controle sobre instituições. Como há um processo de estratificação social tanto por trás da composição do grupo dos ricos quanto por trás da composição dos segmentos de elite, espera-se que essas duas condições estejam relacionadas.

Mas se riqueza e poder se relacionam, eles não necessariamente andam juntos. Há aquele que exerce poder e não é rico assim como há aquele que é rico e não exerce poder. Assim, a simultaneidade dessas duas condições configura uma posição especialmente vantajosa. A hipótese central abordada nessa seção é a de que a condição racial afeta as chances dessa simultaneidade, com os negros tendo menores probabilidades de serem ao mesmo tempo ricos e membros da elite. Num nível mais específico, testa-se a hipótese de que determinados seguimentos de elite oferecem maiores oportunidades para que negros experimentem a condição de elite rica. A próxima seção apresenta os segmentos de elite a serem considerados nesse estudo e enuncia as hipóteses acerca da variação da associação entre riqueza e poder para as pessoas negras ao longo desses segmentos.

5.3 Os segmentos de elite considerados

O grande desafio operacional desse capítulo está no trato empírico com o conceito de elite, dada as limitações do que se pode deduzir substantivamente sobre determinada ocupação com base nos títulos ocupacionais. De acordo com as informações disponíveis no censo demográfico, três tipos de elite podem ser diferenciados: elite política, econômica e burocrática. Isso com o segmento econômico se subdividindo entre grandes empregadores, pequenos empregadores e executivos e com o segmento político se dividindo entre Estado e sociedade civil. Tem-se assim, ao todo, seis segmentos de elite. Antes de avançar na discussão sobre essas definições, é importante notar que o quesito sobre ocupações no questionário do censo consiste numa pergunta aberta. O instrumento elaborado pelo IBGE para codificar as diversas respostas em um conjunto tratável de categorias ocupacionais é o Código de Ocupações para Pesquisas Domiciliares – COD. Esse instrumento é disponibilizado pelo IBGE, mas não traz maiores esclarecimentos sobre os tipos de ocupações

abrangidos por cada título ocupacional e nem sempre os títulos são evidentes a esse respeito. Recorreu-se portanto, às definições do International Standard Classification of Occupations – ISCO – 88, no qual se baseia a codificação utilizada para o Censo de 2010. Nesse instrumento encontram-se explicações mais detalhadas sobre quais ocupações e atividades determinado título ocupacional abrange e, no que diz respeito aos títulos utilizados para a segmentação de elites aqui proposta, é notável a correspondência entre as categorias do COD e do ISCO.

Considere-se elite econômica aqueles que exercem controle sobre firmas. Obviamente há, nos mais altos escalões da economia, grupos que acumulam uma grande quantidade de capital e que, agindo através de redes que envolvem não apenas outros atores do mundo do empreendimento como também atores estratégicos do setor público, tomam decisões cujo escopo de efeito está, no que compete ao presente estudo, fora de alcance. Deixando, contudo, de lado essa dinâmica de altíssimos círculos que poderiam ser propriamente tratados como “elites de poder” na acepção de Mills (1956), é inegável que as posições de empregador e de chefe executivo, ambas observáveis através do censo demográfico, envolvem o controle direto sobre o comportamento de firmas e, portanto, configuram uma condição de elite. Considere-se primeiramente os empregadores.

É interessante subdividir esse grupo em pequenos e grandes empregadores, os primeiros sendo aqueles que contratam até cinco pessoas. O critério tem problemas, já que o volume de empregados não mantém correlação clara com o nível de capitalização das firmas, mas é o melhor que se pode fazer com as informações disponíveis no censo. Essa subdivisão minimiza o problema da grande heterogeneidade de poder existente no conjunto dos empregadores. Existe uma considerável diferença entre os rendimentos médios de pequenos e de grandes empregadores, definidos pelo critério do número de empregados exposto logo acima. Assumindo que o tamanho das firmas está correlacionado à remuneração dos seus proprietários, a subdivisão proposta realmente distingue um conjunto de proprietários de firmas majoritariamente pequenas e um conjunto de proprietários de firmas majoritariamente maiores.

Os executivos, por sua vez, constituem uma categoria à parte. Sem serem os donos do capital, exercem controle sobre o empreendimento. Muito se discute em torno dessa posição dentro da tradição neomarxista, que ao propor uma teoria sobre a estrutura de classes como um todo, propõe também, se não uma teoria, detidas considerações sobre a elite econômica. A questão é que para a teoria marxista, a condição de elite econômica se define pela posse do capital e, por isso, o preposto desse dono, por mais que exerça controle real sobre inúmeras decisões, sobretudo calcadas na

especialização técnica numa estrutura de empreendimento cada vez mais complexa e diferenciada, ainda não poderia ser tomado enquanto capitalista, encontrando-se, portanto, numa posição contraditória de classe: a de quem exerce funções de capitalista sem, contudo, sê-lo.

Esse tipo de dificuldade teórica já não se coloca ao presente estudo. Define-se elite econômica pelo exercício de controle sobre as empresas. Se o executivo não é o dono da firma, ainda assim ele exerce controle sobre esta. Se ele não é o dono do capital e não tem, portanto, a palavra final sobre onde e como investir, sua palavra é forte e tem um privilegiado poder de influência sobre as decisões de proprietários ou acionistas. Mesmo não estando no último degrau da cadeia decisória, o executivo está, por assim dizer, quase lá, e se sua palavra tem influência sobre as grandes decisões, o que se dirá então sobre as “pequenas” e contínuas decisões ordinárias, ao nível do pão de cada dia da empresa, decisões que a divisão mesma do trabalho delega a ele.

A elite política inclui os legisladores e os chefes do poder executivo, assim como o alto escalão da administração pública. Esse segmento abarca, portanto, não apenas cargos eletivos, mas também cargos comissionados e de carreira. O que está em questão é, obviamente, o controle sobre ações do Estado. Uma variação da elite política é aquela que não se radica no Estado, mas em organizações civis. O final da década de 1980 marca o início de um acentuado processo de ampliação e de diferenciação do espaço público no Brasil. Observa-se um processo de crescimento, iniciado já na década de 70, do número de organizações civis (Fernandes, 1994; Landim, 1998). Esse processo constitui base para inúmeros esforços de inovação institucional como a instituição de diferentes tipos de conselhos, previstos e regulamentados por lei (Tatagiba, 2002) e as experiências com orçamentos participativos (Avritzer, 2007; Dagnino, 2002).

Também na execução do orçamento público essas organizações têm assumido um papel importante através da descentralização de recursos. Esse método já se firma ao final da década de 1990, com a Lei 9.790/1999 que institui como instrumento de descentralização o Termo de Parceria entre Poder Público e Organizações Civis de Interesse Público, figura jurídica criada pela mesma lei. Mais adiante o método é consolidado pelo Decreto 6.170/2007, que cria o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse e dita normas para o repasse de recursos da União através de todos os órgãos e entidades da administração pública federal, para entes de outras esferas federativas e para entidades privadas sem fins lucrativos. Ao mesmo tempo em que o terceiro setor ganha densidade institucional e assiste a um crescente influxo de recursos financeiros, pesquisas têm apontado para um alto grau de concentração desses recursos por conjuntos restritos de

organizações (Lavalle, Castello e Bichir, 2007), o que atesta a existência de processos de formação de elites com suporte nesse ambiente institucional.

Posições de direção na burocracia também são dignas de consideração enquanto segmento de elite. Embora não estejam no topo da cadeia de comando, os burocratas exercem controle sobre decisões operacionais relevantes. Além disso, seu conhecimento privilegiado dos instrumentos de execução, de controle e de estabilização de rotinas tende a torná-los atores relevantes em processos decisórios envolvendo os ciclos de comando mais elevados. Em seu estudo sobre as *Elites de Cor*, Azevedo (1955) tratou a burocracia como uma das portas de acesso à condição de elite para a população negra. O autor considerou, contudo, apenas a burocracia estatal. No presente estudo, segue-se mais de perto as colocações de Weber (2000), compreendendo-se a burocracia enquanto um mecanismo de racionalização de procedimentos comum tanto ao Estado quanto ao mercado. Considera-se elite burocrática o conjunto de dirigentes, sejam eles funcionários públicos, sejam eles empregados em empresas. A elite burocrática é aquela que não exerce controle decisório direto, mas sim controle operacional sobre instituições nos setores público e privado.

A revisão bibliográfica apresentada na seção 5.1 aponta para a hipótese de que o Estado seria o espaço mais permeável a ascensão de negros a posições de elite (Azevedo, 1996). Assim, espera-se associação mais forte entre riqueza e poder para negros através desse segmento. Ainda nas elites políticas, espera-se que a sociedade civil seja um ambiente institucional especialmente permeável à população negra, dados os princípios de democracia participativa e de inclusão social que estão na base do seu processo de formação. Espera-se que o terceiro setor seja um ambiente institucional especialmente permeável a demandas políticas de diversos segmentos sociais. Sendo assim, é pertinente esperar que essa permeabilidade se reverta também na composição dos quadros que ocupam postos de direção nessas instituições. Também a burocracia se revela um segmento relativamente mais aberto aos negros. Por outro lado, a revisão aponta para maiores barreiras ao ingresso de negros no âmbito da elite econômica. Observou-se que posições da elite executiva, muito especialmente, são insolventes à população negra.

Finalmente, cabe salientar que a essa altura, a metodologia utilizada no presente capítulo dispensa apresentações. Trata-se de regressões logísticas, já amplamente utilizadas ao longo dessa tese. Com essa técnica, estima-se a probabilidade de que diferentes grupos pertençam a determinado segmento de elite, de maneira condicional à presença entre os 1% mais ricos. A probabilidade de pessoas ricas de determinado grupo racial comporem determinado segmento de

elite será a medida de associação entre riqueza e poder para esse grupo, com relação ao respectivo segmento. Utilizando as possibilidades de controle estatístico oferecidas por essa modelagem, testa-se também a hipótese de que os padrões diferenciais de associação entre riqueza e poder se explicam em alguma medida pelas desigualdades em termos de áreas de formação.

Os modelos incluem um termo de interação entre condição racial e riqueza. A motivação para isso não são testes formais de ajuste do modelo, mas o fato de que a desigualdade racial varia ao longo da distribuição de renda, atingindo maior nível nos quantis mais altos dessa distribuição. Nas aplicações, o coeficiente desse termo de interação não é estatisticamente significativo ao nível de 95%. Isso, contudo, diz muito pouco já que a significância estatística dos efeitos de termos de interação em modelos logísticos não é acessada pelo teste de significância do coeficiente associado ao termo (Norton, Wang, & Ai, 2004). Como análises preliminares não revelaram variações por estratos geográficos, considera-se a população de todas as regiões. Isso destoa da restrição à população urbana da região sudeste utilizada na maior parte das aplicações ao longo dessa tese. A motivação para isso é a baixa frequência de pessoas, especialmente as negras, em alguns títulos ocupacionais utilizados para a delimitação dos segmentos de elite, sobretudo quando se trata da interseção entre posição de elite e riqueza. O uso do total da população permitiu que se garantisse um número satisfatório de observações nesses casos.

5.4 Disparidades raciais na associação entre riqueza e poder

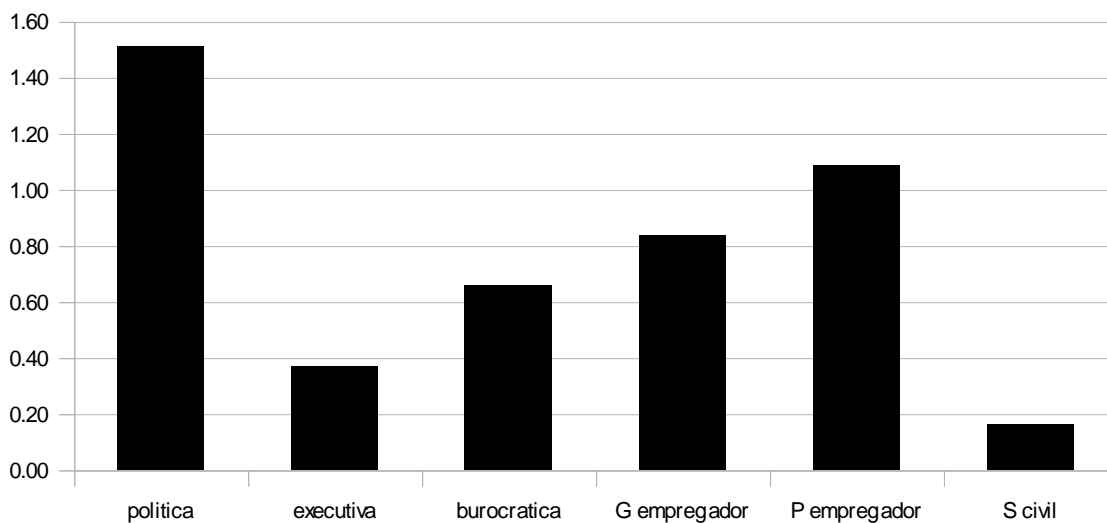
A condição simultânea de rico e de elite ocorre com frequência considerável. Na população em estudo, cerca de 36% dos ricos ocupam posições em um dos segmentos de elite conforme aqui definidos, mostrando que uma fração substancial dos ricos ocupa postos de elite. Essa elite rica, por sua vez, representa aproximadamente 7% da composição total da elite, ou seja, uma porção menor da elite como um todo é também classificada como rica. Isso se explica pelo fato de que a elite é um grupo relativamente grande, o que se deve à definição pouco restritiva aqui adotada. Lembre-se que até mesmo a pequena burguesia foi incluída enquanto um segmento de elite, por deter o controle sobre firmas. A elite, como um todo, perfaz 5,8% da população total.

Os negros são minoria em todos os segmentos de elite considerados. Isso vale para os segmentos como um todo e mais ainda em se tratando das elites ricas. Contudo, a concentração de

negros e de brancos ricos entre os segmentos de elite varia bastante. Para cada segmento de elite, considere-se a probabilidade de pertencer a este segmento condicional à classificação racial e à condição de riqueza. O interesse está na razão de probabilidades entre negros e brancos ricos de pertencerem ao respectivo segmento. Uma razão de probabilidades maior que um significa uma concentração de negros. Uma razão menor que um significa uma concentração de pessoas brancas.

Note-se bem. Uma razão maior que a unidade não significa que os negros sejam maioria no segmento de elite em questão. Como já mencionado, os negros são minoria em todos os segmentos de elite. O que uma razão de chances maior que a unidade significa é que os negros ricos estão mais concentrados naquele segmento que os brancos ricos. Na presente aplicação, a razão maior que um significa em geral que (a) a proporção de negros naquele segmento de elite rica é maior que a proporção de negros no grupo dos ricos como um todo e (b) a proporção de brancos no mesmo segmento de elite rica é menor que sua proporção no grupo dos ricos como um todo. Isso pode acontecer mesmo sendo os negros minoria no respectivo segmento de elite. O Gráfico 5.1 mostra as razões de probabilidade para cada segmento de elite.

Gráfico 5.1: Associação entre riqueza e poder para os negros por segmento de elite. Brasil, 2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Nota-se uma variação substantiva na relação entre riqueza e poder entre os grupos raciais. O segmento estatal da elite política aparece como o de maior concentração de negros. Isso está em consonância com o observado por Azevedo (1996), que notou permeabilidade das elites políticas aos negros. Nunca é demais lembrar que o resultado reportado aqui não significa prevalência de negros sobre brancos na elite estatal. Pelo contrário, negros são minoria nesse segmento de elite, como em todos os outros. O que se observa é uma conexão mais forte, para as pessoas negras, entre riqueza e poder político através de posições na estrutura do Estado.

Essa situação contrasta com a condição de elite política ancorada na sociedade civil, onde a conexão entre riqueza e poder é a mais fraca para os negros. Esse dado é significativo. As organizações da sociedade civil são vistas como suporte para uma experiência radical de democracia. Espera-se que essas constituam canais de participação popular na vida pública. Além disso, espera-se uma prevalência de valores democráticos e inclusivos no seio dessas organizações, o que deveria torná-las especialmente permeáveis a atuação de minorias. Contudo, o que se observa, no que se refere à questão racial, é uma baixa permeabilidade aos negros nas posições mais elevadas. É preciso considerar, contudo, que esse segmento inclui não apenas organizações civis voltadas a políticas sociais, mas também instituições tão díspares como organizações de classe e associações esportivas. É impossível desagregar esse conjunto já que todos estão reunidos em uma única categorial pelo Código de Ocupações para Pesquisas Domiciliares. De qualquer modo, a disparidade racial observada é muito intensa e, por isso, dificilmente não estaria refletindo uma impermeabilidade realmente em jogo na sociedade civil.

Note-se que entre os não ricos, a razão de probabilidades para esse segmento não é tão desvantajosa para as pessoas negras, ficando em torno de 0,87, ou seja, bem próxima à igualdade. É só quando se considera a elite rica que se tem essa razão de 0,16 exposta no Gráfico 5.1. Em outras palavras, para os não ricos existe, como seria esperado, uma permeabilidade considerável aos negros. O que existe é uma forte impermeabilidade nas posições mais remuneradas. Se tem sido observada uma forte concentração de recursos no âmbito do terceiro setor (Lavalle, Castello e Bichir, 2007), parece que os negros estão entrando na base desse campo, mas não nas poucas organizações que concentram altas proporções dos recursos.

Na esfera econômica, os negros ricos aparecem concentrados entre os pequenos empregadores, ou seja, em um grupo com menor poderio. Entre os grandes proprietários a razão de probabilidades está abaixo da unidade, indicando uma associação entre riqueza e poder mais

fraca que aquela existente entre os brancos. A razão de 0,84 está, contudo, relativamente próxima da unidade, indicando que a disparidade racial aí não é tão grande. Para interpretar esse valor, é preciso considerar que o que define o grande empregador, no presente estudo, é um ponto de corte: a contratação de cinco ou mais empregados. Sendo assim, o grupo dos grandes empregadores abarca empresas dos mais variados portes. Tudo leva a crer que o que permite uma relação não tão fraca entre riqueza e poder para os negros através desse segmento de elite é a inclusão de empresas relativamente menores, onde os negros provavelmente se concentram mais.

O segmento da elite executiva revela uma disparidade racial severa, com uma razão de probabilidades de 0,37. Mesmo entre os não ricos, a razão de probabilidades entre negros e brancos de pertencerem a esse segmento de elite se mantém nesse mesmo patamar. Há portanto, uma forte impermeabilidade desse segmento de elite à população de cor. É interessante notar que esse é muito provavelmente o mais homogêneo dos três segmentos da elite econômica. Enquanto os grupos dos pequenos e dos grandes empregadores comportam firmas de porte muito variado e, portanto, posições com níveis de poder também muito variados, a posição mesma de executivo tende a existir apenas em empresas suficientemente grandes e estruturadas. Em outras palavras, os títulos ocupacionais de diretores e de gerentes gerais, utilizados aqui para definir os executivos, é um indicador muito mais consistente de uma condição de elite econômica. Isso se nota pelas características da distribuição de renda entre os três segmentos. O nível da renda dos executivos, medido pela média, é maior que o dos pequenos empregadores e muito próximo ao dos grandes empregadores. Ao mesmo tempo, sua dispersão é menor. O coeficiente de dispersão – desvio padrão dividido pela média – da renda dos executivos é de 1,6 contra 2,3 entre os pequenos e 2,4 entre os grandes empregadores. Há, portanto, uma concentração em níveis de rendimento mais altos, sugerindo que se trata consistentemente de pessoas que trabalham em firmas de porte, nas quais a posição de controle e gerência equivalem ao exercício de um poder considerável.

O segmento dos executivos talvez apresente esse quadro crítico pelas características do acesso a essa posição. Primeiramente, a escolha de pessoas para ocupar tais cargos está sujeita a práticas de discriminação direta. Além disso, a escolha nesse caso demanda altos níveis de confiança e um recurso usual para satisfazer essa demanda é a procura de pessoas através de uma rede de contatos de confiança já existente. Assim, a inserção prévia em círculos de elite assume talvez um papel crítico na definição das chances de se ser um executivo, tornando esses cargos muito menos uma via de ascensão e muito mais em via para a manutenção de posições sociais por

grupos afluentes. Isso, fatalmente, prejudica um grupo historicamente excluído, cuja penetração nas elites depende sobretudo de vias de ascensão social. Além disso, o capital social, além de explicação concorrente a práticas de discriminação racial direta, também constitui um possível meio de manifestação dos próprios efeitos dessa discriminação. As resistências sociais às pessoas negras tendem a obstaculizar a formação de capital social, tornando-o um mecanismo de mediação de desvantagens associadas à condição racial.

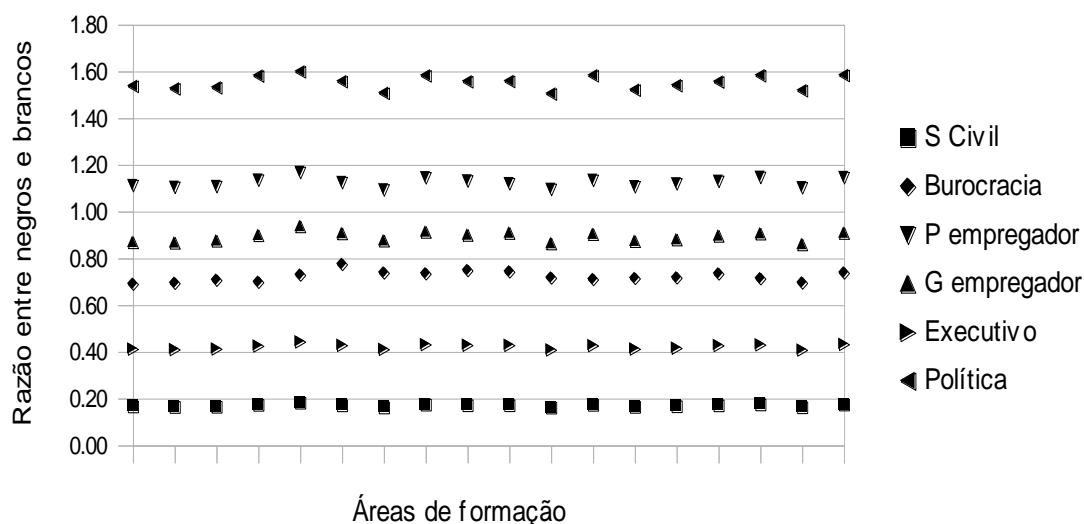
É verdade que diante dos elementos empíricos aqui mobilizados, essa interpretação mantém-se num nível altamente especulativo, já que não se dispõe de informações sobre os processos de contratação dos executivos, repousando as presentes ponderações no conhecimento ordinário de caráter assistemático, dado pela experiência de mundo. Não obstante, esses apontamentos são válidos e talvez sejam também explicação para a disparidade encontrada no âmbito da sociedade civil. Sem embargo, as organizações civis mais afluentes, aquelas que concentram maiores quantidades de recursos, assumem uma estrutura de administração com caris empresarial. O acesso à elite rica ancorada na sociedade civil seria, assim como o acesso à elite executiva, bastante fechado. Lembre-se que é exatamente na elite rica da sociedade civil que existe uma drástica disparidade racial, sendo essa disparidade mais amena em se tratando da elite não rica. Embora não se possa desagregar a categoria com os dados do censo, é razoável admitir que a alta renda está relacionada a posições de direção e gerenciamento nas organizações mais ricas e burocraticamente estruturadas. As barreiras aos negros na sociedade civil estariam, por assim dizer, entre os executivos desse segmento.

Já na burocracia se assiste um quadro intermediário, de disparidade mais moderada, indicada por uma razão de probabilidades na ordem de 0,66. A burocracia não apenas inclui a seleção impessoal através de concursos públicos quando se trata do Estado. Também no âmbito do setor privado, a burocracia talvez constitua um nível em que prevalecem processos de seleção, recrutamento e progressão de carreira mais impessoais. Com isso a permeabilidade ao negro aumenta, embora, no caso do setor privado, em contraste com a via dos concursos públicos, práticas de discriminação racial direta tenham ainda espaço aberto nos processos de seleção. No setor privado, a não interferência da discriminação depende das disposições e da vigilância dos responsáveis pela seleção e recrutamento, diferentemente do que acontece com a maior parte dos concursos públicos, que são “cegos à cor”, a não ser nos casos em que entrevistas compõem o

processo de seleção. No setor privado, entrevistas de emprego constituem um procedimento padrão e não são, de maneira alguma, “cegas à cor”.

Estando os diferentes segmentos de elite ancorados em atividades diversas, é de se questionar se essas diferenças raciais no padrão de associação entre riqueza e poder não são mediadas, em alguma medida, por desigualdades educacionais, sobretudo em termos de credenciais. Com efeito, observou-se, no capítulo anterior, que negros e brancos se distribuem desigualmente entre as diferentes áreas de formação e que essa distribuição desigual medeia parte da disparidade racial de riqueza. Algo semelhante pode acontecer nas disparidades raciais na associação entre riqueza e poder. A concentração de negros em determinados segmentos da elite pode ser em parte explicada por diferenças educacionais. Determinadas formações poderiam ter maior afinidade com determinados segmentos de elite. Por exemplo: a área de formação da Administração, Comércio e Economia com a posição de executivo. Dada essa associação, a distribuição desigual de negros ao longo das áreas de formação responderia, pelo menos em parte, pela maior ou menor concentração de negros em determinado segmento de elite. Essa hipótese pode ser testada inserindo-se os níveis educacionais no modelo utilizado e então verificando-se se as razões de probabilidade associando riqueza e poder variam de acordo com as áreas de formação. Em outras palavras, passa-se a comparar negros e brancos com a mesma formação. Assim, para cada seguimento de elite, computa-se a razão de probabilidades entre negros e brancos ao longo de todas as áreas de formação. O Gráfico 5.2 mostra o resultado:

Gráfico 5.2: Controle da associação entre riqueza e poder por áreas de formação. Brasil, 2010



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Como se nota, para todas os segmentos de elite, a razão de probabilidade entre negros e brancos não varia muito ao longo das diferentes áreas de formação, mantendo-se em níveis muito próximos aos obtidos no modelo sem controle por níveis educacionais. Por exemplo, no segmento político ela se mantém em torno de 1,60 e no segmento da sociedade civil, próxima a 0,16. Fossem as disparidades raciais nos padrões de associação entre riqueza e poder função da distribuição desigual por áreas de formação, a disparidade entre negros e brancos dentro de uma mesma área de formação seria substancialmente menor que aquela observada quando não se leva em conta essas áreas. No entanto, pelo contrário, as razões de probabilidade condicionais à área de formação são aproximadamente constantes. O que se nota são ligeiras flutuações que, em nenhum momento, alteram o ordenamento entre os diversos segmentos. Em outras palavras, qualquer que seja a área de formação considerada, as diferenças raciais na associação entre riqueza e poder ao longo dos segmentos de elite mantém o mesmo padrão. Existem, portanto, mecanismos subjacentes, que não a desigualdade educacional, respondendo por essas diferenças.

Esses mecanismos podem operar tanto pelo fechamento do acesso a círculos sociais de elite quanto pela abertura dos processos de ingresso à ação da discriminação racial direta sendo que, provavelmente, essas duas coisas contam. Quanto ao primeiro aspecto, já foi observado na seção anterior que as teorias clássicas das elites estão de acordo ao apontarem para a tendência das elites em circunscreverem o acesso às suas posições aos membros da própria comunidade. Essas comunidades não precisam constituir círculos sociais de convívio consolidadas num dado momento. Antes, elas estão em constante processo de formação mediante proximidades e distâncias estabelecidas pela disposição geral da estratificação social. A esse respeito, Bourdieu (1984) mostra como a formação de grupos de *status* ancorados em posições de classe (Weber já sugeria que nas condições postas pela ordem econômica e social moderna as posições de *status* tenderiam a se ancorar materialmente em posições de classe) dita afinidades sociais não apenas em termos de interesses pecuniários compartilhados, mas em termos de gostos ou, de maneira geral, de estilização da vida, configurando assim “comunidades” em potencial, ou melhor, um potencial para a formação de comunidades. Esse processo de formação de capital social interno a grupos de status operaria um fechamento do acesso a pessoas negras.

A discriminação racial, por sua vez, tem o potencial de afetar diretamente o acesso tanto quanto este se baseie em interações abertas à prática discriminatória. Além disso, ela também pode afetar o acesso à elite de maneira indireta, interagindo com o processo de formação de capital social acima descrito. Na medida em que o preconceito interfere na formação de *status* com base na posição de classe e em méritos individuais, ele prejudica o acesso do negro aos círculos sociais em que se circunscrevem boa parte das oportunidades para ocupar determinados postos de elite.

Em conclusão, os negros estão claramente concentrados nos segmentos de elite menos poderosos na esfera econômica. Isso se revela pela concentração na pequena burguesia e pela fraquíssima associação entre riqueza e poder para os negros através do segmento dos executivos. Lembre-se de que a disparidade racial mais moderada entre os grandes empregadores deve ser vista com muito cuidado, pois se trata de um grupo muito heterogêneo, tudo levando a crer que os negros estão concentrados entre os menores dentre os grandes empregadores.

Na esfera política assiste-se a duas tendências opostas. Por um lado, a elite política ancorada no Estado mostra menor disparidade racial. É aí que se observa a mais forte associação entre riqueza e poder para as pessoas negras. Já na sociedade civil observa-se o contrário. Ali, a associação entre riqueza e poder é a mais fraca para os negros, mais fraca até que entre os

executivos. Pelo menos no que diz respeito à questão racial, portanto, a formação de elites ricas no âmbito da sociedade civil parece ser menos democrática do que no âmbito do próprio Estado. A burocracia fica numa posição intermediária, com uma disparidade racial mais moderada. É importante lembrar que o poder de que dispõem os burocratas é relativamente menor, pois não se trata de um poder de comando direto, mas apenas um poder indireto, derivado do controle operacional sobre procedimentos. Sendo assim, a associação não tão fraca entre riqueza e poder para os negros nesse segmento de elite manifesta antes de tudo a tendência geral de baixa associação entre riqueza e poder para pessoas de cor.

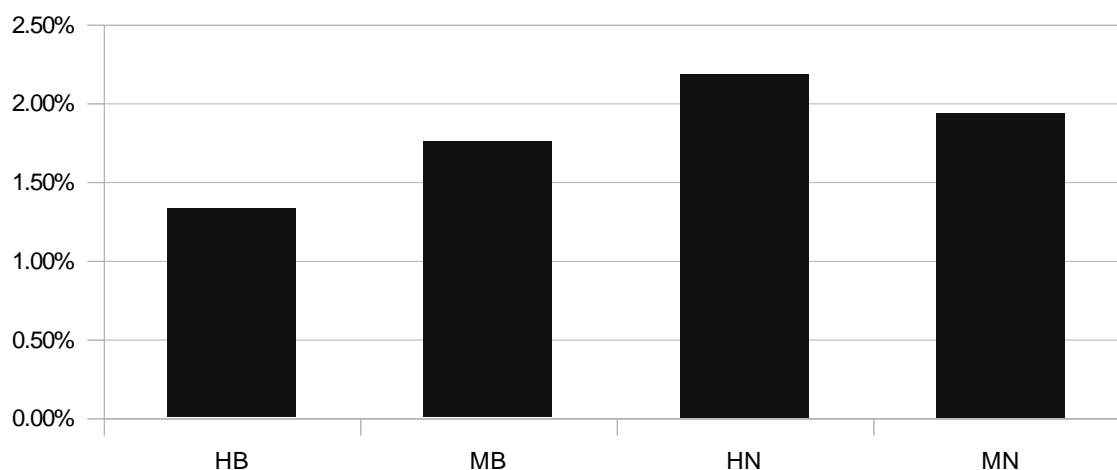
5.5 Associação entre riqueza e poder para as mulheres negras

Tanto a condição racial quanto a condição de gênero relacionam-se não apenas às oportunidades de riqueza, mas também às oportunidades de exercício de poder. De maneira geral, ser negro implica em desvantagens e ser mulher também. Algo que coloca a mulher negra, mais uma vez, em situação crítica. Com efeito, tanto homens quanto mulheres são minoria entre os ricos, assim como entre todos os segmentos de elite aqui considerados. O que está em questão, contudo, não é essa condição minoritária. O que se está explorando é algo diferente: as diferenças na associação entre riqueza e poder. Como já foi visto até aqui, mesmo sendo os negros minoria em qualquer dos segmentos de elite, é possível identificar determinados segmentos para os quais a associação entre riqueza e poder é mais forte para os negros do que para os brancos. Não é que os negros sejam maioria ali. Na verdade, o máximo que eles alcançam entre os diversos segmentos da elite rica é a proporção de 22% no segmento estatal. Em todos os outros, sua proporção é ainda menor. Mas se apenas cerca de 16% dos ricos são negros, o fato desse grupo racial representar cerca de 22% da elite rica estatal indica uma tendência à concentração dos negros ricos nesse segmento. São exatamente essas relações que estão sendo chamadas de associação entre riqueza e poder e são elas que a modelagem logística identifica para gerar as probabilidades com as quais se tem trabalhado nesse capítulo. O mesmo será feito agora considerando também o sexo das pessoas.

A grande questão posta é como sexo e condição racial interagem no condicionamento da associação entre riqueza e poder, determinando a associação entre riqueza e poder para a mulher negra. Utilizando a mesma modelagem da seção anterior, obtém-se agora probabilidades

associando riqueza e poder para quatro grupos: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. O que se computa é a probabilidade de pertencer a determinado segmento de elite condicional à riqueza, à raça e ao sexo das pessoas. Os resultados para o segmento estatal da elite são mostrados pelo Gráfico 5.3. Os gráficos que vêm na sequência apresentam o mesmo resultado para os outros segmentos. As escalas no eixo vertical não são as mesmas. Isso porque alguns segmentos, como o da sociedade civil, por exemplo, são muito pequenos, com probabilidades ínfimas de pertencimento em termos absolutos. Com isso, as escalas se dilatam ou se contraem para que sejam visíveis as desigualdades relativas entre as probabilidades associadas aos grupos. Isso quer dizer que o leitor deve evitar uma comparação entre os gráficos com base na inspeção visual, atendo-se à comparação entre as barras dentro de um mesmo gráfico.

Gráfico 5.3: Associação entre riqueza e poder por raça e sexo: segmento estatal. Brasil, 2010.

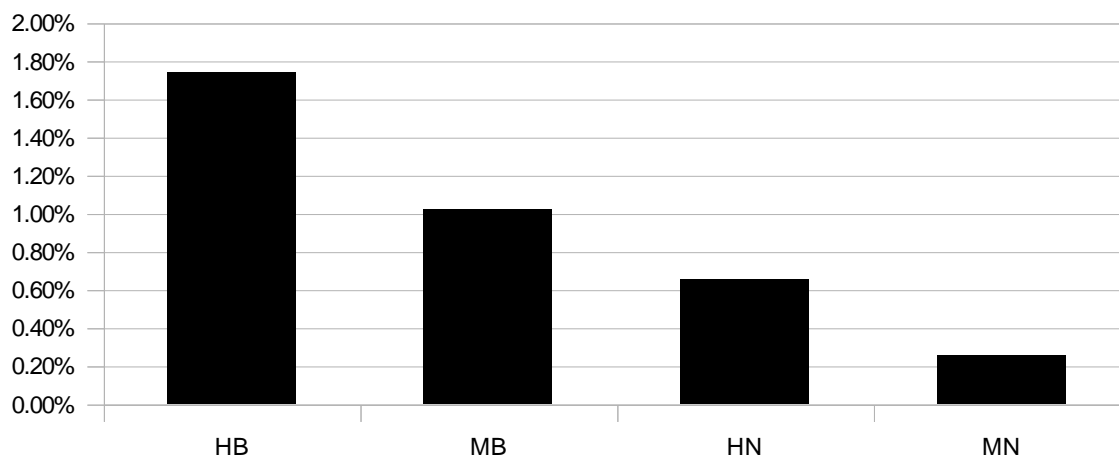


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Nota-se que a hierarquia das probabilidades aponta para uma saliência das diferenças por condição racial, com uma diferenciação por sexo secundária que se inverte entre os grupos raciais. Pessoas negras, homens ou mulheres, estão mais concentradas nesse segmento de elite. Por outro

lado, os homens negros estão mais concentrados que as mulheres negras. Relação que se inverte entre os brancos, estando as mulheres, nesse caso, mais concentradas que os homens. Existe uma permeabilidade racial desse segmento de elite que é, no entanto, menos eficaz em se tratando da mulher negra. Ao mesmo tempo, para as mulheres brancas, o segmento estatal da elite está relativamente mais aberto. Há assim uma permeabilidade desse segmento aos grupos em desvantagem, mas para as mulheres negras essa permeabilidade se restringe. Entre os executivos o quadro é diferente, como mostra o Gráfico 5.6.

Gráfico 5.4: Associação entre riqueza e poder por raça e sexo: segmento executivo. Brasil, 2010.

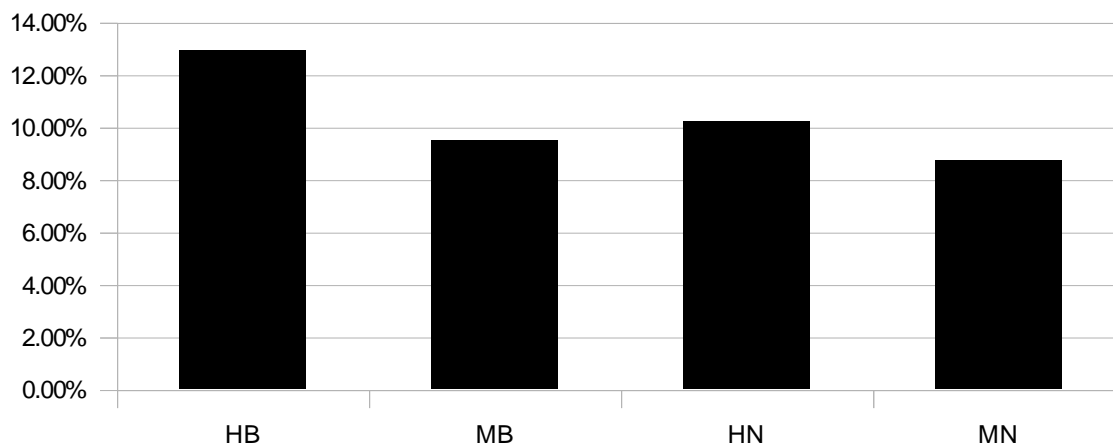


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Mais uma vez o crivo racial se sobrepõe às diferenças por gênero na associação entre riqueza e poder. Pessoas negras estão menos concentradas nesse segmento. Por outro lado, as diferenças por gênero são agora as mesmas ao longo dos grupos raciais. Mulheres brancas menos concentradas que os homens brancos e mulheres negras menos concentradas que homens negros. O segmento executivo revela assim uma hierarquia bem clara conjugando raça e gênero. Maior permeabilidade a pessoas brancas com permeabilidade menor à mulher branca especificamente. A permeabilidade à mulher branca ainda é maior, contudo, que ao homem negro. A mulher negra,

por sua vez, está no último degrau da escada. Já entre os grandes empregadores o quadro é outro, como mostra o Gráfico 5.5:

Gráfico 5.5: Associação entre riqueza e poder por raça e sexo: grandes empregadores. Brasil, 2010.

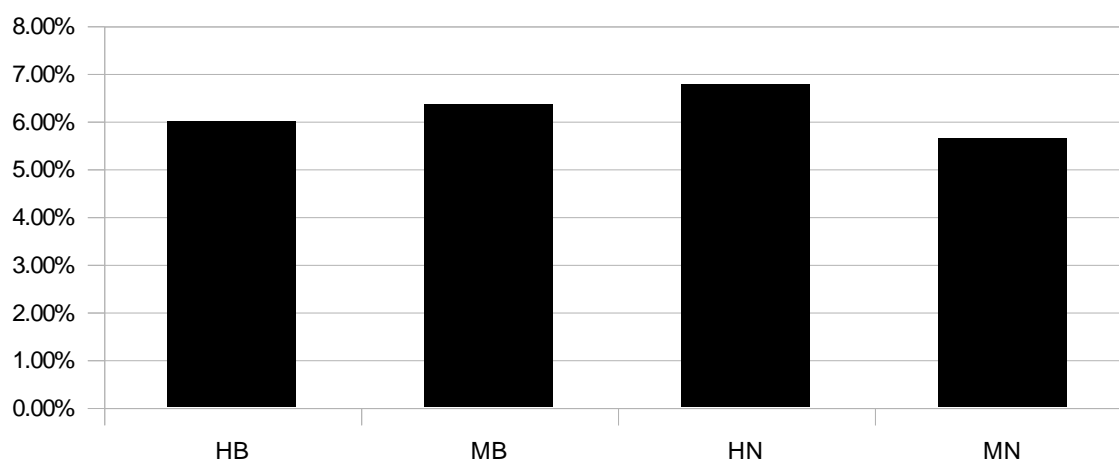


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Nesse caso as diferenças por sexo são mais salientes. Os homens, de maneira geral, estão mais concentrados entre os grandes empregadores. Os homens negros estão abaixo dos homens brancos e a mulher branca abaixo do homem negro. A mulher negra, mais uma vez, aparece em último lugar. Entre grandes proprietários e executivos existe, portanto, uma inversão interessante na ordem dos critérios de estratificação. A condição de proprietário é sobretudo uma via de associação entre riqueza e poder para os homens. É importante ressaltar que, em todos os segmentos de elite rica, a ordem de representação dos quatro grupos é a mesma. Primeiro vem o homem branco, perfazendo sempre quase ou mais que a metade do segmento. Segue-o de longe a mulher branca. Em seguida, seguindo a mulher branca um pouco mais de perto, vem o homem negro e, por último, em proporções sempre inferiores a 5%, vem a mulher negra. A associação entre riqueza e poder entre os executivos não apenas segue, como agrava esse padrão. Os homens brancos que são 63% dos ricos, chegam a perfazer 77% desse segmento da elite rica. No outro

extremo, as mulheres negras, 4% dentro os ricos de maneira geral, não chegam a 1% dos executivos ricos. Os homens negros também sofrem uma queda drástica de representação nesse setor, saindo dos seus 14% do total dos ricos para menos de 6% nesse segmento. As mulheres brancas caem dos seus 21% entre os ricos em geral para 16% entre os executivos ricos. Veja-se agora como é o caso dos pequenos empregadores.

Gráfico 5.6: Associação entre riqueza e poder por raça e sexo: pequenos empregadores. Brasil, 2010.

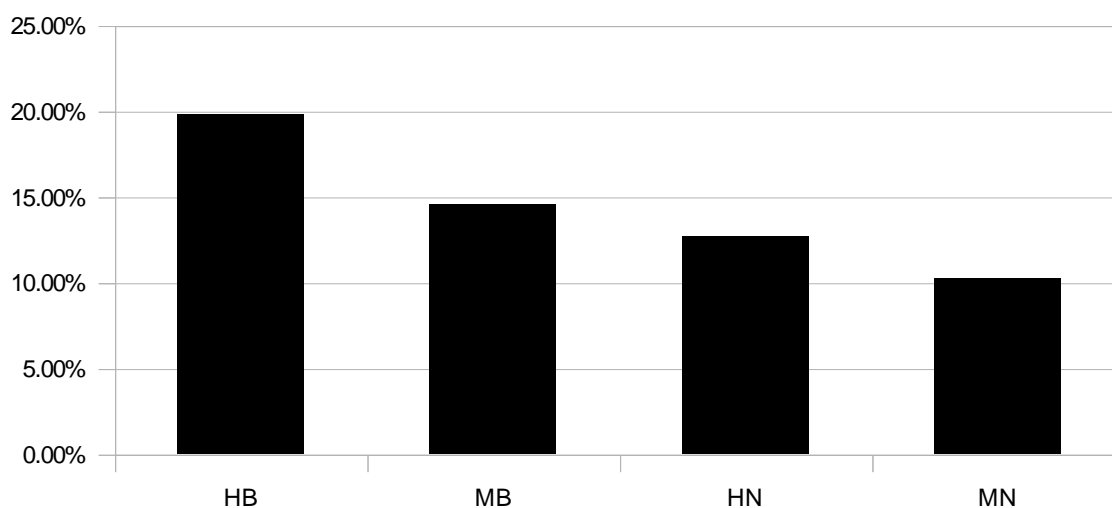


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

A distribuição lembra o que ocorre no caso do segmento estatal pela inversão da desigualdade de gênero entre os dois grupos raciais. Homens negros estão acima das mulheres negras, mas são as mulheres brancas que estão acima dos homens brancos. Contudo, diferentemente do segmento estatal onde as mulheres negras encontram uma associação entre riqueza e poder mais forte do que homens e mulheres brancas, estando apenas atrás dos homens negros, nesse caso as mulheres negras ficam em último lugar. Se a maior associação para os homens negros indica uma permeabilidade ao negro e a maior associação para as mulheres brancas (em comparação aos homens brancos) sugere uma permeabilidade à mulher, a posição da mulher negra contraria essas duas tendências. Note-se também que, nesse caso, as diferenças são bem

menores, todas as barras tendo tamanho muito próximo. Na verdade, o que ocorre nesse segmento é uma leve concentração de homens negros e, ao mesmo tempo, uma leve desconcentração de homens brancos que, sendo 63% dos ricos em geral, representam uma porção de 61,5% dos ricos pequenos empregadores. Veja-se agora o que ocorre com o segmento dos burocratas:

Gráfico 5.7: Associação entre riqueza e poder por raça e sexo: segmento burocrático. Brasil, 2010.

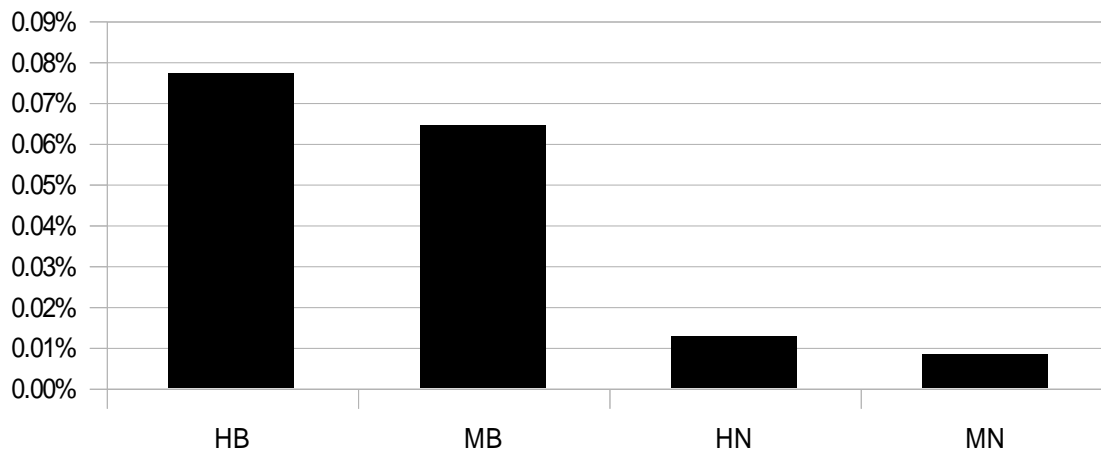


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

Observa nesse caso, à semelhança do que ocorre com os executivos, a forma de escada que reproduz a representação dos quatro grupos na elite rica. Não há, contudo, a mesma acentuação do quadro. Como foi visto, no segmento dos executivos, não só esse padrão é reproduzido como a intensidade das disparidades é intensificada por uma grande impermeabilidade ao homem negro e, mais ainda, à mulher negra. No caso da burocracia, o quadro é mais moderado. Isso difere bastante do que ocorre com a sociedade civil, conforme o Gráfico 5.8 abaixo. Note-se, primeiramente, que por conta do tamanho ínfimo desse segmento de elite, as probabilidades são muito pequenas. Quanto às disparidades, o que se observa nesse caso é um acirramento drástico da disparidade racial. Homens e mulheres negras que perfazem 16% dos ricos não representam em

conjunto 4,5% desse segmento de elite. A impermeabilidade racial é definitivamente o aspecto mais crítico da associação entre riqueza e poder através da sociedade civil.

Gráfico 5.8: Associação entre riqueza e poder por raça e sexo: sociedade civil. Brasil, 2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Microdados. Elaboração própria.

No panorama geral, o que se observa é que o peso relativo da raça e do gênero sobre a associação entre riqueza e poder varia de acordo com o segmento de elite em questão. É importante ressaltar que os padrões observados não são mera reprodução das diferentes proporções pelas quais os quatro grupos considerados participam da riqueza e dos segmentos de elite. A associação entre riqueza e poder consiste basicamente nas variações, em torno dessas proporções, da participação dos grupos em cada um dos segmentos de elite. Mesmo os brancos sendo esmagadora maioria entre os ricos e em todos os segmentos de elite rica, observa-se uma concentração de negros ricos em alguns destes segmentos. No caso dos grandes empregadores, observa-se uma concentração de homens brancos e negros. Mesmo sendo a proporção de mulheres brancas superior à proporção de negros entre os grandes empregadores, a maior concentração relativa de homens negros indica a existência de mecanismos subjacentes tornando eminentemente masculino esse segmento de elite. No segmento dos pequenos empregadores esse quadro se complica já que, embora exista uma concentração de homens negros, há também uma concentração de mulheres brancas superior à dos

homens brancos. É razoável pensar nesse segmento enquanto constituindo, por excelência, uma via permeável a grupos em desvantagem. Contudo, se essa via parece especialmente permeável ao homem negro e à mulher branca, ela permanece fechada à mulher negra.

Com efeito, não importa qual seja o critério de estratificação mais saliente nas diferenças de associação entre riqueza e poder, a mulher negra é o grupo sistematicamente mais prejudicado. A única exceção está no segmento político, onde a associação entre riqueza e poder para as mulheres negras só não é mais forte que aquela que existe para os homens negros. Contudo, as mulheres negras ainda participam com apenas 5% desse segmento de elite, contra os 4% de sua participação entre os ricos de maneira geral. Já os homens negros participam com 18% contra os seus 12% na riqueza em geral. As mulheres brancas participam com 26% contra os seus 22% na composição do grupo dos ricos. São os homens brancos que caem dos seus 63% entre os ricos para 54% de participação no segmento da elite estatal. Sendo assim, a associação favorável entre riqueza e poder para a mulher negra nesse segmento representa um ganho de participação muito discreto. Na verdade, o que parece estar em jogo é uma propriedade do segmento estatal da elite em ser mais permeável à diversidade de uma maneira geral. Com isso a associação entre riqueza e poder se fortalece para as mulheres negras, mas a participação efetiva que existe no contexto dessa associação não é muito grande. Em geral, mesmo quando determinado segmento parece mais suscetível a constituir uma via de associação entre riqueza e poder para pessoas negras e para mulheres, isso se faz sentir pelo homem negro ou pela mulher branca, mas não pela mulher negra.

5.6 Conclusão

As hipóteses lançadas nesse capítulo dizem respeito a como a associação entre riqueza e poder condicional à raça varia em termos de segmentos de elite. Primeiramente, confirmou-se que existe um padrão diferencial de associação entre riqueza e poder segundo a condição racial. Confirmou-se também que esse padrão varia de segmento para segmento de elite. Conforme o esperado, o Estado é uma via relativamente mais suscetível à associação entre riqueza e poder para pessoas negras. O mercado, por outro lado, é uma via mais impermeável. Isso se nota em se tratando dos grandes proprietários e especialmente dos executivos. A associação entre riqueza e poder é extremamente fraca para os negros em se tratando desse último segmento. Por outro lado,

a posição de pequeno empregador se mostra mais permeável, denotando que a associação possível entre riqueza e poder para os negros na esfera econômica está mais circunscrita à posição de pequeno burguês. Refuta-se, por outro lado, a hipótese de que a sociedade civil é um ambiente permeável aos negros. Pelo contrário, esse segmento de elite é aquele para o qual a associação entre riqueza e poder é a mais baixa para pessoas negras. Refutou-se ainda a hipótese de que esses diferenciais nos padrões de associação entre riqueza e poder segundo a raça são mediados por desigualdades em termos de áreas especializadas de formação superior.

Finalmente, no que se refere à influência simultânea das condições de raça e de gênero, observou-se que alguns seguimentos restringem a associação entre riqueza e poder principalmente para as mulheres, outros para as pessoas negras. O segmento dos grandes proprietários é prioritariamente masculino. O segmento dos executivos é prioritariamente branco. O segmento dos pequenos empregadores apresenta uma permeabilidade relativamente maior ao homem negro, e também à mulher branca, sem que a mulher negra se beneficie dessa tendência à abertura a grupos desfavorecidos. A burocracia também é resistente sobretudo à associação entre riqueza e poder para os negros, mas essa resistência é muito menor que aquela existente no segmento dos executivos. O segmento estatal é o único destacadamente favorável a associação entre riqueza e poder para as pessoas negras, com homens e mulheres negras contanto com associação mais forte que mulheres e homens brancos. Mais ainda, o segmento estatal é o único para o qual a mulher negra não está em último lugar no que se refere à associação entre riqueza e poder. Já a sociedade civil é extremamente impermeável à associação entre riqueza e poder para as pessoas negras, quer se trate de homens, quer se trate de mulheres. As mulheres negras constituem o grupo mais desfavorecido. Para elas, a associação entre riqueza e poder é a mais fraca, mesmo quando um segmento mostra mais forte associação para homens negros por um lado, ou para mulheres negras por outro. A única exceção é o segmento estatal. Mas mesmo aí as mulheres negras permanecem em desvantagem diante do homem negro.

Considerações finais

A desigualdade de riqueza entre negros e brancos é tanto de composição quanto de nível. Tanto os negros são minoria no grupo dos ricos quanto, dentre os ricos, eles são menos afluentes que os brancos. Isso foi averiguado através de uma decomposição da medida de riqueza proposta por Medeiros (2005). Quanto mais o cômputo se faz sensível a rendimentos mais altos, menor é a contribuição dos negros para a medida total de riqueza. Embora importante, pouco se teria a investigar do ponto de vista explicativo, no presente contexto, a respeito dessa desigualdade de nível interna ao grupo dos ricos. Fatores que normalmente são usados para explicar a desigualdade, tais como a educação, não explicam as diferenças de renda entre os ricos. Isso não quer dizer que não existam fatores que, de maneira regular, condicionem a distribuição dos rendimentos entre os ricos. A questão é que esses fatores não são sistematicamente observados por pesquisas regulares disponíveis. Por outro lado, a disparidade racial de riqueza pode ser largamente explorada do ponto de vista explicativo. Para chegar a tanto, o presente trabalho começou por explorar o comportamento da desigualdade racial ao longo de toda a distribuição de renda.

Essa é a via mais coerente, uma vez que a riqueza é um aspecto dessa distribuição. Embora a desigualdade racial de renda seja um fenômeno bastante estudado, o olhar sobre a riqueza pôde chamar atenção para algumas novidades. Do ponto de vista teórico, a maior contribuição aqui proposta está na ideia de acomodação das relações raciais em posições de classe, cuja implicação metodológica e operacional é uma análise da desigualdade racial de renda não apenas centrada em torno da média dos rendimentos. O principal argumento é o de que o comportamento dessa desigualdade ao longo da distribuição de renda revela aspectos importantes sobre a própria natureza da discriminação racial no Brasil. A produção sobre o tema já consolidou o fato de que boa parte da desigualdade racial é mediada por fatores referentes à origem social dos negros, havendo ainda, contudo, uma desigualdade diretamente associada à raça, o que indica a relevância persistente de práticas de discriminação racial direta, não mediadas. Tal fato é facilmente atestado por análises da desigualdade racial através de modelos de regressão centrados na média. A tese da acomodação das relações raciais em posições de classe avança ao afirmar que a variação da desigualdade diretamente associada à condição racial ao longo da distribuição expressa um processo de discriminação fundado na permanência do negro em posições de classe subalternas.

Com efeito, observou-se, através de regressão por quantis, que na medida em que se considera posições mais elevadas na distribuição, altos níveis de escolaridade perdem capacidade explicativa sobre a variação da renda enquanto o indicador de condição racial torna-se mais e mais relevante. Os níveis de ensino médio e superior atingem seu impacto máximo sobre a renda em torno do 90º quantil. A partir daí, o impacto do ensino superior se reduz substancialmente. A educação, portanto, parece ter relevância máxima para os estratos médios altos, indicando que nessa região da distribuição de renda concentram-se os segmentos do mercado de trabalho onde os níveis de remuneração respondem mais intensamente à qualificação profissional. No que se refere aos estratos mais afluentes, a educação passa a explicar menos da variação de renda, não porque esta deixe de ser importante, mas provavelmente por passar a ser antes de tudo um pré-requisito, estando a variação sujeita a outros mecanismos subjacentes, não observados. Nesse sentido, é preciso admitir que o aumento do impacto da condição racial certamente não reflete apenas uma intensificação das práticas diretas de discriminação racial, mas também a relevância crescente de mecanismos de mediação da desigualdade racial que não a escolaridade que, estando correlacionados à raça, enviesam para cima as diferenças de renda associadas à cor.

É razoável considerar que, se a educação explica menos a variação da renda entre os mais afluentes, outros mecanismos como o patrimônio e o acesso a redes de contatos economicamente úteis passem a cumprir aí um papel importante. Esses recursos estão ainda mais fortemente associados à origem social do que os níveis de ensino. Embora determinada pela origem social, a realização educacional está sujeita ainda a uma série de contingências na trajetória de vida das pessoas, havendo, portanto, uma independência relativa que gera mobilidade educacional entre gerações. Já o patrimônio e o acesso a círculos sociais de elite constituem heranças muito mais diretas que, diferencialmente distribuídas entre negros e brancos, certamente medeiam parte da desigualdade racial de renda entre os mais afluentes. Como esses fatores não são explicitamente considerados nos modelos aqui utilizados, eles são certamente responsáveis por parte do comportamento da desigualdade diretamente associada à condição racial. Em outras palavras, os coeficientes associados ao indicador de raça sofrem algum viés por omissão de variáveis. A desigualdade racial é, em todas as instâncias, fruto não apenas da discriminação direta, mas também de um complexo de fatores de mediação. Assim, o comportamento observado na desigualdade diretamente associada à condição racial testemunha a favor da tese de que existem práticas de discriminação incidentes sobre os rendimentos e que os seus impactos são tão maiores

quanto mais a posição em questão contraria o princípio de acomodação. Mas reflete também a maior importância, nos estratos de alta renda, de fatores de mediação não observados, associados à origem social e, por conseguinte, desfavoráveis aos negros.

Ao se estudar o comportamento da desigualdade racial ao longo da distribuição de renda, notou-se que os efeitos da discriminação assumem níveis críticos entre os mais ricos. O estudo da disparidade racial de riqueza justifica-se assim não apenas pelo interesse intrínseco sobre a composição racial do grupo dos ricos, como também pelo fato de que a desigualdade racial nesse nível da distribuição de renda destaca-se em face dos demais. É importante notar que esse destaque não se limita ao aspecto meramente descritivo da pouca representatividade dos negros nesse grupo. Antes, fatos interessantes se colocam sobretudo do ponto de vista explicativo. A evidência de que, para os estratos mais abastados, os altos níveis de ensino perdem relativamente seu impacto sobre a variação de renda enquanto cresce o impacto da condição racial, revela uma mudança qualitativa nos mecanismos de mediação da desigualdade racial de renda. Se a desigualdade educacional tem sido sempre apontada como o principal desses mecanismos, isso deixa de valer tanto no que diz respeito à composição do grupo dos ricos. Isso não quer dizer, contudo, que a desigualdade educacional não seja sim um fator importante. Muito pelo contrário.

Na verdade, notou-se que a desigualdade educacional medeia uma porção substancial da disparidade racial de riqueza. Embora a correção das desigualdades educacionais não seja suficiente para corrigir a disparidade racial de riqueza, ela pode minimizá-la substancialmente, aumentando de 14% para mais de 30% a razão de probabilidades de estar entre os ricos para negros e brancos. Também foi mostrado que as diferenças raciais por formações em áreas específicas contribuem para a disparidade racial de riqueza. Essa contribuição, contudo, é relativamente pequena se comparada à contribuição da desigualdade em geral, ou seja, ao simples fato dos negros terem taxas muito menores de conclusão dos níveis médio e superior de ensino. O grande gargalo para os negros, no que se refere à mediação educacional da disparidade de riqueza, está ainda no acesso ao ensino superior e não na distribuição desigual por áreas de formação.

É preciso interpretar esse resultado com muito cuidado entretanto, atentando-se para o caráter dinâmico dos fenômenos investigados. A relativamente pequena contribuição das áreas de formação se deve também aos próprios níveis de conclusão do ensino superior por parte da população negra, que são muito baixos. Se os negros não concluem esse nível de ensino, se o gargalo está ainda no ingresso e na conclusão de cursos superiores, é natural que diferenças por

área de formação tenham uma contribuição reduzida. Agora, na medida em que esse gargalo se abrir, na medida em que um número maior de negras e de negros concluírem o ensino superior, as diferenças por área de formação passarão a ser potencialmente muito mais relevantes. Se esse potencial virá ou não a se concretizar depende de como os negros que ingressarem no nível superior irão se distribuir entre os cursos, se mantendo a distribuição desvantajosa que se observa hoje em dia, sobretudo em se tratando das mulheres negras, ou se revertendo essa desvantagem.

Tão importantes quanto a desigualdade educacional são as condições para a conversão dos níveis educacionais em oportunidades de riqueza. Essas condições não são as mesmas para negros e brancos e especialmente desvantajosas para as mulheres negras. Em outras palavras, não apenas os negros contam com menores níveis educacionais como, para eles, um dado nível educacional não se traduz em oportunidades de riqueza na mesma intensidade com que se traduz para os brancos. Através de exercícios contrafatuais, observou-se que se os negros fossem tratados como brancos, mesmo com seus atuais níveis de escolaridade, a disparidade racial de riqueza seria substancialmente menor. No exercício com regressão logística, onde se retira do negro todas as desvantagens diretamente associadas à cor, mantendo apenas suas desvantagens educacionais, verifica-se uma correção muito considerável da disparidade racial de riqueza, com a razão de chances saindo de algo em torno de 14% para o entorno dos 40%, a depender da decisão sobre o grupo de referência nos exercícios de simulação. Trata-se, portanto, de uma redução ainda mais substancial que a que seria originada pela correção das desigualdades educacionais, que eleva a mesma razão de probabilidades apenas para a casa dos 30%.

As simulações com a regressão linear são especialmente interessantes, pois permitem diferenciar o papel de mecanismos não observados de mediação do papel das condições diferenciais propriamente ditas, expressas pela contribuição exclusiva das diferenças em termos de coeficientes. Embora nesse caso haja alguma divergência entre os resultados segundo a escolha do grupo de referência, evidências sugerem que as condições para a conversão são ainda mais importantes que fatores não observados. Mais uma vez, reforça-se a ideia de que restrições mais diretamente associadas à condição racial assumem um papel crítico em se tratando da composição do grupo dos ricos. Apenas o fato de que um mesmo nível educacional e de experiência não se converte, para os negros, em oportunidades de riqueza na mesma intensidade que o faz para pessoas brancas, responde por uma grande porção da disparidade racial de riqueza.

A análise simultânea da disparidade de riqueza por raça e por gênero revelou padrões importantes no que se refere às mulheres negras. Primeiramente, em comparação ao que acontece com a desigualdade de renda em torno da média, há uma diferença na relação entre esses dois fatores de estratificação social no que se refere à disparidade de riqueza. Embora o desconto da mediação educacional da disparidade de riqueza exerça efeitos no mesmo sentido que aquele exercido sobre a desigualdade em torno da média, aumentando a medida de desigualdade diretamente associada ao sexo e reduzindo aquela diretamente associada à condição racial, não se observa, no caso da disparidade de riqueza, uma inversão de ordem entre esses dois fatores. Mesmo descontadas as desvantagens educacionais dos negros por um lado e as vantagens educacionais das mulheres por outro, as desvantagens diretamente associadas à raça continuam equiparáveis às aquelas diretamente associadas à condição de mulher.

Quando se distinguem mulheres e homens brancos, assim como homens e mulheres negras, observa-se algo ainda mais interessante. Nesse caso, mesmo com o desconto da mediação educacional, mulheres brancas continuam em vantagem sobre os homens negros, sendo superadas apenas pelos homens brancos. Em seguida vêm os homens negros, com probabilidades de riqueza sensivelmente menores que as das mulheres brancas e por último as mulheres negras, com probabilidades de riqueza muito baixas. Essa disposição da disparidade de riqueza por gênero e raça depende da consideração das desigualdades por áreas de formação. A distribuição desfavorável por essas áreas é especialmente importante em se tratando das mulheres. Para as mulheres brancas, isso se deve à combinação do um amplo acesso ao ensino superior com a distribuição desfavorável entre as áreas de formação. Nesse sentido, chama atenção a situação das mulheres negras que, menos com níveis muito menos expressivos de ingresso no nível superior, têm parte considerável de sua disparidade de riqueza mediada pela distribuição por áreas de formação. Isso indica que, no caso das mulheres negras, a concentração em áreas pouco afluentes é tão acentuada que já consegue surtir efeitos muito consideráveis, mesmo estando a principal barreira ainda no acesso ao nível superior de ensino. O mesmo não vale para os homens negros, para os quais a distribuição por áreas de formação respondendo por uma porção relativamente pequena da mediação educacional da disparidade de riqueza.

Quanto às condições para a conversão da educação em oportunidades de integrar o grupo dos ricos, essas parecem mediar prioritariamente a disparidade de riqueza segundo o gênero, mas seu papel na mediação da disparidade racial de riqueza é ainda muito saliente, conforme já

argumentado. Na verdade, o que se nota é que, diante das mulheres brancas, os homens negros apresentam maior facilidade para converter determinado nível educacional em chances de riqueza, sendo a desvantagem líquida desses últimos explicada por seus menores níveis educacionais e também, em grande medida, pela ação de fatores não observados. Por outro lado, quando se trata da disparidade entre homens negros e homens brancos, os diferenciais nessas condições são tão importantes quanto os mecanismos não observados de mediação da disparidade da riqueza. A mulher negra, por seu turno, sofre franca desvantagem em termos dessas condições quer diante de homens brancos, quer diante de homens negros. Em comparação com as mulheres brancas, as condições de conversão enfrentadas pelas mulheres negras também são muito desfavoráveis.

Observou-se também um padrão na desigualdade racial ao longo das áreas de formação. Quanto mais afluenta uma área, menor a medida relativa de disparidade racial condicional a ela. Em outras palavras, nos cursos mais afluentes, as razões de probabilidades de riqueza entre negros e brancos são mais próximas da unidade, expressando menor desigualdade. Isso quer dizer que a mediação educacional da disparidade racial de riqueza pode ir na contramão do princípio de acomodação das relações raciais em posições de classe. Assim, embora a desigualdade educacional em termos de áreas de formação medeie apenas uma porção moderada da disparidade racial de riqueza, a correção dessa desigualdade revela um grande potencial. Se pessoas negras passam a frequentar mais massivamente o ensino superior se distribuindo, em igualdade com os brancos, por cursos mais afluentes, há uma tendência forte à correção da disparidade racial de riqueza, medida em termos relativos. Por outro lado, a concentração de negros em áreas de formação menos afluentes é especialmente problemática pois não só as probabilidades de riqueza associadas a essa formação são pequenas, como também mais desiguais entre negros e brancos.

Embora observando-se o comportamento da desigualdade racial ao longo da distribuição de renda não se observem sinais de efeitos de “embranquecimento”, ou seja, de menor relevância das desvantagens diretamente associadas à raça conforme se considere negros em estratos mais altos, mas antes a tendência oposta, a educação parece realmente caminhar naquele sentido, com a disparidade condicional de riqueza tendendo a ser tão menor quanto maior o nível de afluência relacionado a determinada área de formação. Se esse fenômeno é estável ao longo do tempo, ele pode ter contribuído para difundir a crença na ideia de embranquecimento.

Sem embargo, a imagem do negro que ascende pela via da educação formal em cursos de elite é uma das mais importantes no repertório do imaginário sobre o chamado embranquecimento.

Como se nota, há evidência de menores disparidade raciais condicionais a tais cursos, fato que provavelmente não escapa à percepção ordinária das pessoas, fundamentando assim uma crença no embranquecimento que, sob o pano de fundo de uma narrativa que alenta a ideia de democracia racial, facilmente se generaliza enquanto descrição da situação geral encontrada pelo negro ao longo da estratificação social. Contudo, como foi visto, um olhar sobre o panorama mais amplo não sustenta essa leitura. O que se observa é um quadro geral de agravamento das desvantagens diretamente associadas à condição racial nos estratos mais afluentes.

A associação entre riqueza e poder revela padrões bastante distintos por grupos raciais. Medeiros (2005) observou uma forte interseção entre elites econômicas e elites políticas no Brasil. Nesse caso, o autor define como elite econômica o próprio grupo dos ricos. No presente caso, buscou-se definir um conjunto de segmentos de elite com base em títulos ocupacionais, a partir do critério do exercício de controle sobre instituições. Dentro dos limites da classificação ocupacional adotada pelo Censo, estabeleceu-se a diferença entre dois segmentos de elite política, três de elite econômica e um segmento referente à elite burocrática, representada pelo conjunto de dirigentes. Em todos esses segmentos, a proporção de negros é muito inferior à proporção de brancos. Contudo, dada a condição de riqueza, a proporção de negros varia substancialmente, de segmento a segmento, com relação à sua proporção no grupo dos ricos de maneira geral. Essa variação indica força ou fraqueza na associação entre riqueza e poder condicional à raça.

A definição de elite adotada é bastante abrangente, incluindo grupos que em esquemas mais amplos de estratificação, quer neoweberianos quer neomarxistas, seriam considerados pequena burguesia ou segmentos de classe média. Como se observou, se no contexto de um estudo sobre elites essa abrangência poderia ser questionável, no contexto de um estudo sobre a presença de negros nas elites trata-se de um procedimento absolutamente justificável, em perfeita consonância com os estudos antecedentes, que procuram abarcar esses segmentos diante da presença irrisória, intratável do ponto de vista quantitativo, de negros nos círculos mais altos de poder.

É no segmento estatal das elites que os negros encontram a associação mais forte entre riqueza e poder. De modo muito interessante, a esfera política encerra também o segmento onde essa associação é a mais fraca: o da sociedade civil. É importante ressaltar que as desigualdades educacionais não medeiam de maneira considerável as diferenças raciais no padrão de associação entre riqueza e poder. Ao mesmo tempo, não se dispõe aqui de informações sistemáticas sobre os processos subjacentes responsáveis pela diferenciação racial nesse padrão. Sendo assim, as

interpretações apresentadas são necessariamente de caráter especulativo. O que se pode considerar é que a concorrência a cargos representativos no Estado tem aberto relativo espaço às camadas sociais mais baixas e que a discriminação racial pese relativamente menos nesse espaço de abertura. Isso não quer dizer que esse segmento de elite seja racialmente igualitário. Como já dito, os negros são minoria nesse segmento, como em todos os outros. O que acontece é que a representação dos negros ricos nesse segmento é maior que a que seria esperada dada a sua representação no grupo dos ricos como um todo.

Se essa interpretação está correta, então a fraquíssima associação entre riqueza e poder para os negros através da sociedade civil é algo muito significativo. As expectativas a respeito da sociedade civil organizada são justamente de uma maior permeabilidade social. Toda a teoria sobre democracia deliberativa depositou nesse segmento expectativas de uma capacidade de capilaridade social que o Estado não teria a habilidade de tecer. O que se observa aqui é que, aos negros, essa capilaridade não abriu as portas de acesso aos círculos mais altos de poder no ambiente institucional formado por essas organizações. Essa interpretação tem que ser vista, contudo, com cautela, pois se trata de um agregado bastante heterogêneo de organizações sem que se possa distinguir como a disparidade racial se comporta de acordo com subdivisões mais refinadas.

Na esfera econômica, a associação entre riqueza e poder só é forte para os negros em se tratando da pequena burguesia, ou seja, para um grupo cujo poder econômico reside no exercício de controle sobre pequenas firmas. Entre os grandes proprietários essa associação é fraca, mas é entre os executivos que se torna crítica. O alto escalão dos diretores gerais e dos gerentes gerais das empresas é especialmente impermeável à população de cor. Não apenas a discriminação racial pode responder por isso. É também razoável pensar que para essas posições o capital social seja especialmente relevante enquanto meio de acesso. Trata-se de cargos onde a confiança assume um papel crítico e o acesso a redes de relações sociais constituem um importante mecanismo de formação de relações de confiança. Embora a qualificação seja fundamental para esses cargos, é possível que esta seja mais um pré-requisito do que um fator que determine a escolha por determinada pessoa. A relativa ausência de negros em círculos sociais de alto status implicaria, portanto, numa barreira especial no acesso a esse segmento de elite. Na medida em que a discriminação racial afeta também o acesso a essas redes de contato, ela passa a ter um impacto indireto sobre a permeabilidade desse segmento aos negros, além do efeito provavelmente exercido de maneira não mediada, por ocasião das interações mais diretas de definem o ingresso.

Quando se considera a interação entre raça e gênero, observa-se que a saliência desses dois critérios se altera de acordo com os segmentos. Entre os grandes empregadores a clivagem por sexo é mais saliente. Homens ricos têm maior probabilidade de pertencerem a esse segmento do que mulheres ricas, independentemente da raça. Por outro lado, mulheres brancas perdem para homens brancos e as mulheres negras para os homens negros. Já entre os executivos a clivagem por condição racial é muito mais saliente. Os brancos estão acima dos negros, independentemente do sexo. Além disso, o padrão é muito mais nítido, com diferenças relativamente mais dilatadas entre as probabilidades associadas aos quatro grupos. Os homens brancos aparecem bem acima dos outros grupos, as mulheres brancas os seguem bem abaixo, depois vêm os homens negros também bem abaixo e, isoladas no último lugar, as mulheres negras. No segmento dos pequenos empregadores nota-se algo diferente. Homens negros lideram seguidos pelas mulheres brancas. Depois vêm os homens brancos e por último as mulheres negras. Ao que parece esse segmento é permeável a grupos dominados: aos homens negros que são dominados em função da cor e às mulheres brancas que o são em função da condição de gênero. Porém, barreiras parecem se impor às mulheres negras. Trata-se, portanto, de um caso muito interessante de interação entre raça e sexo. As barreiras só parecem surgir quando os dois critérios são simultâneos.

A política é o único segmento em que a mulher negra não é a última colocada em termos da associação entre riqueza e poder. Mais uma vez, é preciso afirmar que isso não significa que elas não sejam o grupo menos representado no segmento estatal da elite rica. Pelo contrário, elas são de longe o grupo menos representado. Contudo, se em todos os outros segmentos de elite sua representação é ainda menor que sua representação entre os ricos de maneira geral, no seguimento estatal essa representação é levemente maior. O interessante é que ainda assim, para as mulheres negras, existe uma associação menor em comparação aos homens negros, embora para as mulheres brancas a associação seja mais forte que para os homens brancos. Assim, mesmo no segmento da elite relativamente mais aberto aos grupos dominados, algo ainda opera em desvantagem exclusiva da mulher negra, indicando mais uma vez que a presença simultânea das desvantagens por raça e por gênero constitui também uma desvantagem *sui generis*.

No seguimento da sociedade civil, a clivagem racial é a mais saliente. Homens e mulheres brancas estão muito acima do conjunto dos homens e das mulheres negras. A clivagem por sexo ocorre da maneira esperada, com as mulheres em desvantagem com relação aos homens nos

respectivos grupos raciais. Com os burocratas acontece o mesmo, mas a saliência da clivagem racial não é tão gritante quanto no caso da sociedade civil.

De maneira geral, destaca-se a fraqueza da associação entre riqueza e poder para os negros em geral, mas muito especialmente para as mulheres negras. Os homens negros parecem beneficiados por processos subjacentes que tornam a associação entre riqueza e poder mais forte para os homens de maneira geral. Já as mulheres negras não parecem beneficiadas pela presença de processos que fortalecem a associação entre raça e poder para pessoas negras e nem para mulheres. Elas só parecem relativamente beneficiadas quando se tem simultaneamente uma abertura por sexo e por raça, o que é o caso exclusivo do segmento estatal das elites políticas.

Na esfera econômica, a associação entre riqueza e poder é em geral muito fraca para as pessoas negras, especialmente as mulheres. A relativa abertura no segmento dos pequenos empregadores não significa muito, pois se trata de um segmento cuja fonte de poder é o controle sobre pequenas firmas. Quanto às posições de maior poder, mais aquela do grande empregador, a posição de executivo é especialmente impermeável às pessoas de cor. Como há evidências de que desigualdades educacionais não medeiam de modo considerável esses padrões de associação entre riqueza e poder, resta admitir que existem processos subjacentes, tanto discriminatórios quanto referentes à origem social, responsáveis por essas diferenças observadas. É sobretudo uma tarefa para estudos de caráter qualitativo sobre o ingresso nesses segmentos de elite a identificação desses mecanismos. Com base nessa identificação, pesquisas em mais larga escala poderiam ser desenhadas, permitindo que se mensure a relevância de cada um deles.

Como observação final, é preciso notar que combate à desigualdade racial e combate à desigualdade de renda de maneira geral são coisas diferentes, embora relacionadas. Isso foi visto através de uma bateria de simulações com o índice de Theil. Lembre-se do cenário que reflete o que aconteceria com a desigualdade total graças à redução ou o virtual desaparecimento da disparidade racial de riqueza. Trata-se daquele em que a distribuição de renda entre os negros assume forma semelhante à distribuição de renda entre os brancos. Nesse cenário, haveria também uma redução da desigualdade de nível de renda entre os dois grupos, graças à maior participação dos negros nos estratos de alto rendimento. Não obstante, em tal situação, o impacto sobre a distribuição total seria, na verdade, um aumento na desigualdade de renda, aumento que seria, contudo, suavizado pela redução, ou o virtual desaparecimento da desigualdade entre as rendas médias dos grupos raciais. Em outras palavras, embora a correção da disparidade racial de riqueza

implique em um componente de redução da desigualdade total em função da redução da desigualdade de renda entre os grupos raciais, prevaleceria, tudo mais constante, o impacto de uma distribuição mais desigual no interior do grupo dos negros. Eliminar a disparidade racial de riqueza constitui, portanto, uma meta que não se confunde com o combate à desigualdade de renda em geral. O combate à desigualdade com foco na redução do desemprego, da pobreza ou na elevação da renda das pessoas relativamente mais pobres pode reduzir conjuntamente a desigualdade racial de renda e a desigualdade de renda de maneira geral. Já o aumento da representatividade dos negros no grupo dos ricos precisa ser enfrentado enquanto um fim em si mesmo. Trata-se aí de algo que se refere estritamente à desigualdade racial de renda.

Referências bibliográficas

- ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo, (1988-1998)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à legitimidade da ação. *In: Dados*, vol. 50, n 3, 2007.
- AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & Classes sociais e grupos de prestígio São Paulo: Nacional*, 1955.
- BUAUER, T. *An extension of the Blinder-Oaxaca decomposition to non-linear models*. Essen: RWI. 2006.
- BICUDO, Virgínia Leone; MAIO, Marcos Chor (org.). *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.
- BIDERMAN, C., & GUIMARÃES, N. A. Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999). *Estudos Feministas*, 12(2), 177–200, 2004.
- BOURDIEU, P. *Distinction: A social critique of the judgement of taste*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1984.
- BRIMMER, A. F. Income, Wealth, and Investment Behavior in the Black Community. *The American Economic Review*, 78(2), 151–155, 1988.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 49–58, 2003.
- CAMPANTE, F. R., CRESPO, A. R. V., & LEITE, P. G. P. G. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. *Revista Brasileira de Economia*, 58(2), 185–210, 2004.
- COLLINS, S. M. The Making of the Black Middle Class. *Social Problems*, 30(4), 369–382, 1983
- _____. The Marginalization of Black Executives. *Social Problems*, 36(4), 317–331, 1989.

CONCEIÇÃO, P., & FERREIRA, P. The Young Person's Guide to the Theil Index: Suggesting Intuitive Interpretations and Exploring Analytical Applications. Rochester, NY: Social Science Research Network, 2000.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça em uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

COTTON, J. On the decomposition of wage differentials. *The Review of Economics and Statistics*, 236–243, 1988.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. *In: Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*, DAGNINO, Evelina ORG. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DE CARVALHO, A. P., NÉRI, M., & do NASCIMENTO SILVA, D. B. Diferenciais de salários por raça e gênero no Brasil: aplicação dos procedimentos de Oaxaca e Heckman em pesquisas amostrais complexas. Rio de Janeiro, Brazil: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

DELER, Carl N. *Neither Black nor White* - New York: Macmillan, 1971.

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação* – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DU BOIS, W.E.B. *The Negro*. University of Pennsylvania Press, 1915.

_____. Conference for the Study of the Negro Problems. *The Negro in business*. Atlanta, Ga: Atlanta University, 1971.

DUNCAN, B., & DUNCAN, O. D. Minorities and the Process of Stratification. *American Sociological Review*, 33(3), 356–364, 1968.

DUNCAN, O. D. Patterns of occupational mobility among Negro men. *Demography*, 5(1), 11–22, 1968.

_____. How Destination Depends on Origin in the Occupational Mobility Table. *American Journal of Sociology*, 84(4), 793–803, 1979.

DUTCHER, D. *The Negro in Modern Industrial Society: An analysis of changes in the occupations of Negro workers, 1910-1920*. Lancaster, Pennsylvania: Place of publication not identified, 1930.

ERIKSON, R., GOLDTHORPE, J. H., & PORTOCARERO, L. Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies: England, France and Sweden. *The British Journal of Sociology*, 30(4), 415, 1979.

FANON, Frantz *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Editora Edufba, 2008.

FAIRLIE, R. W. The Absence of the African-American Owned Business: An Analysis of the Dynamics of Self-Employment. *Journal of Labor Economics*, 17(1), 80–108, 1999.

FEATHERMAN, D. L., & Hauser, R. M. Changes in the Socioeconomic Stratification of the Races, 1962-73. *American Journal of Sociology*, 82(3), 621–651, 1976.

FEATHERMAN, D. L., LANCASTER JONES, F., & HAUSER, R. M. Assumptions of social mobility research in the U.S.: The case of occupational status. *Social Science Research*, 4(4), 329–360, 1975.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Rubem César. *Privado, porém Público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume, 1994.

FERREIRA, M. C. Permeável, Ma Non Troppo: a Mobilidade Social em Setores de Elites, Brasil-1996. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16(47), 141–160, 2001.

FRAZIER, E. F. *The Negro family in the United States*. New York: Dryden Press, 1951.

_____. *Black bourgeoisie*. Glencoe, Ill: Free Press, 1957.

FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: Decadencia do patriarchado rural no Brasil*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1936.

GANZEBOOM, H. B. G., DE GRAAF, P. M., & TREIMAN, D. J. A standard international socio-economic index of occupational status. *Social Science Research*, 21(1), 1–56, 1992.

GIBBONS, S., OVERMAN, H., & PELKONEM, P. (2012). *The decomposition of variance into individual and group components with an application to area disparities*. London, LSE, 2012.

GOLDTHORPE, J. H. (2000). Rent, Class Conflict, and Class Structure: A Commentary on Sorenson. *American Journal of Sociology*, 105(6), 1572–1582. doi:10.1086/ajs.2000.105.issue-6

HAAN, P. Much ado about nothing: conditional logit vs. random coefficient models for estimating labour supply elasticities. *Applied Economics Letters*, 13(4), 251–256, 2006.

HAREL, O., & ZHOU, X.-H. Multiple imputation-Review of theory, implementation and software, 2006.

HARRIS, A. L. *The Negro as capitalist: A study of banking and business among American Negroes*. College Park, Md: McGrath Pub. Co, 1936.

HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle. Educação e Diferenças Raciais na Mobilidade Ocupacional no Brasil. Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da ANPOCS, 27 a 31 de outubro de 1998.

_____. Raça e Oportunidades Educacionais no Brasil. *Cad. Pesq. São Paulo*. N 73, 1990.

HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Cad. Saúde Pública*, 18, 57–65, 2002.

HINE, D. C. Black Professionals and Race Consciousness: Origins of the Civil Rights Movement, 1890–1950. *The Journal of American History*, 89(4), 1279–1294, 2003.

HOETKER, G. The use of logit and probit models in strategic management research: Critical issues. *Strategic Management Journal*, 28(4), 331–343, 2007.

JUHN, C., MURPHY, K. M., & PIERCE, B. Wage Inequality and the Rise in Returns to Skill. *Journal of Political Economy*, 101(3), 410–442, 1993.

KEITH, V. M., & HERRING, C. Skin Tone and Stratification in the Black Community. *American Journal of Sociology*, 97(3), 760–778, 1991.

KITAGAWA, E. M., & HAUSER, P. M. Education differentials in mortality by cause of death: United States, 1960. *Demography*, 5(1), 318–353, 1968.

KOENKER, R. *Quantile Regression*. Cambridge University Press, 2005.

LANDIM, Leilah ORG. *Ações em Sociedade: militância, caridade, assistência, etc.* Rio de Janeiro: Editora NAU, 1998.

LANDRY, B., & MARSH, K. The Evolution of the New Black Middle Class. *Annual Review of Sociology*, 37(1), 373–394, 2011.

LAVALLE, Adrian Gurza; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirandola. Protagonistas na Sociedade Civil: redes e centralidades de organizações civis em São Paulo. *In: Dados*, vol. 50, n 3, 2007.

MADDOX, K. B. Perspectives on Racial Phenotypicality Bias. *Personality and Social Psychology Review*, 8(4), 383–401, 2004.

MATOS, Raquel Silvério & MACHADO, Ana Flávia. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 5–27, 2006.

MEDEIROS, M. *O que faz os Ricos Ricos: o outro lado da desigualdade brasileira*. Editora HUCITEC. São Paulo, 2005.

MEDEIROS, M., & SOUZA, P. H. F. de. The rich, the affluent and the top incomes. *Current Sociology*, 2014.

MILLS, C. W. *The power elite*. New York: Oxford University Press, 1956.

MOSCA, G., KAHN, H. D., & IN LIVINSTON, A. *The ruling class: Elementi di scienza politica*. New York: McGraw-Hill Book Company, Inc, 1939.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

MYRDAL, Gunnar. *An American Dilemma*. New Jersey: Transaction Publishers, 1996.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: ed. Universidade de São Paulo, 1998.

NORTON, E. C., WANG, H., & Ai, C. Computing interaction effects and standard errors in logit and probit models. *Stata Journal*, 4, 154–167, 2004.

OAXACA, R. Male-Female Wage Differentials in Urban Labor Markets. *International Economic Review*, 14(3), 693–709, 1973.

OAXACA, R. L., & RANSOM, M. R. On discrimination and the decomposition of wage differentials. *Journal of Econometrics*, 61(1), 5–21, 1994.

PARETO, V., & LIVINGSTON, A. The mind and society: A treatise on general sociology. New York: Dover, 1963.

PEICHL, A., SCHAEFER, T., & SCHEICHER, C. Measuring Richness and Poverty: A Micro Data Application to Europe and Germany. *Review of Income and Wealth*, 56(3), 597–619, 2010.

PIERSON, Donald. Brancos e pretos na Bahia: estudo de contato racial. SP: Companhia Editora Nacional, 1942.

PINTO, L. A. C. O negro no Rio de Janeiro: Relações de raças numa sociedade em mudança. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

QUARLES, B. The Negro in the making of America. New York: Collier Books, 1969.

RAMOS, Arthur. As culturas negras no Novo Mundo: Negro Brasileiro III. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

RANSFORD, H. E. Skin Color, Life Chances, and Anti-White Attitudes. *Social Problems*, 18(2), 164–179, 1970.

REUTER, E. B. The mulatto in the United States: Including a study of the role of mixed-blood races throughout the world. New York: Negro Universities Press, 1969.

RIBEIRO, C. A. C. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. *Dados*, 49(4), 833–873, 2006.

- RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. São Paulo, Editora Universidade de Brasília, 1988.
- SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(58), 27–45, 2005.
- _____. Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. *Dados*, 48(1), 21–65, 2005.
- SCALON, M. C. Mapeando Estratos: Critérios para Escolha de uma Classificação. *Dados*, 41(2), 337–375, 1998.
- SEBASTIÃO, A. Feminismo negro e suas práticas no campo da cultura. *Revista Da ABPN*, 1(1), 2010.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SHANAHAN, M. J., & PORFELLI, E.. Integrating the Life Course and Life-Span: Formulating Research Questions with Dual Points of Entry. *Journal of Vocational Behavior*, 61(3), 398–406, 2002.
- SOARES, S. S. D. O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Ipea Brasília DF, 2000.
- SORENSEN, A. B. Toward a Sounder Basis for Class Analysis. *American Journal of Sociology*, 105(6), 1523–1558, 2000.
- SOROKIN, P. A. Estratificación Ocupacional. *Revista Mexicana de Sociología*, 16(1), 103–136, 1954.
- SOUZA, P. F. de, RIBEIRO, C. A. C., & CARVALHAES, F. Inequality of opportunities in Brazil: considerations on class, education, and race. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25(73), 77–100, 2010.
- STAFF, J., & MORTIMER, J. T. (2007). Educational and Work Strategies from Adolescence to Early Adulthood: Consequences for Educational Attainment. *Social Forces*, 85(3), 1169–1194, 2007.
- TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. *In: Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*, DAGNINO, Evelina ORG. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TELLES, E. E., & LIM, N. Does it matter who answers the race question? Racial classification and income inequality in Brazil. *Demography*, 35(4), 465–474, 1998.

THE NEGRO HANDBOOK. Chicago: Johnson Pub. Co, 1966.

THEIL, H. The measurement of inequality by components of income. *Economics Letters*, 2(2), 197–199, 1979.

THOMAS, M. E. Race, Class, and Personal Income: An Empirical Test of the Declining Significance of Race Thesis, 1968-1988. *Social Problems*, 40(3), 328–342, 1993.

THOMAS, M. E., & HUGHES, M. The Continuing Significance of Race: A Study of Race, Class, and Quality of Life in America, 1972-1985. *American Sociological Review*, 51(6), 830–841, 1986.

TREIMAN, Donald J. Quantitative Data Analysis: doing social research to test ideas. Jossey-Bass, 2010.

WARNER W. Lloyd and DAVIS, Allison. A Comparative Study of American Caste de W. Lloyd In Thompson, E. T. Race relations and the race problem: A definition and an analysis. Durham, N.C: Duke University Press, 1939.

WARREN, J. R. Reconsidering the Relationship between Student Employment and Academic Outcomes A New Theory and Better Data. *Youth & Society*, 33(3), 366–393, 2002

WASHINGTON, B. T. The Negro Problem: A series of articles representative American Negroes of to-day. Charlottesville, Va: University of Virginia Library, 1903.

WEBER, M. *Economia e sociedade*: 1. S.l. 2000.

WILLIE, C. V. The inclining significance of race. *Society*, 15(5), 10–10, 1978.

WILSON, W. J. The declining significance of race. *Society*, 15(5), 11–11, 1978.

WRIGHT, E. O. Class and occupation. *Theory and Society*, 9(1), 177–214, 1980.

_____. Class, Exploitation, and Economic Rents: Reflections on Sorenson's "Sounder Basis". *American Journal of Sociology*, 105(6), 1559–1571, 2000.

YUN, M.-S. Wage Differentials, Discrimination and Inequality: A Cautionary Note on the Juhn, Murphy and Pierce Decomposition Method. *Scottish Journal of Political Economy*, 56(1), 114–122, 2009.